



RBSE	v. 14	n. 42	Dezembro 2015	ISSN: 1676-8965
------	-------	-------	---------------	-----------------

Índice

ARTIGOS

Sobre a Sujeira: Reflexões etnográficas sobre a cultura emotiva e os códigos de moralidade da cidade de João Pessoa - PB8
Mauro Guilherme Pinheiro Koury e Raoni Borges Barbosa

As razões do coração: Entre neurociências culturais e antropologia das emoções.....22
Chiara Pussetti

Dos que fazem justiça: A percepção dos operadores jurídicos em casos de homicídio afetivo-conjugal43
Marcela Zamboni e Helma Oliveira

Un estudio de las percepciones de las exigencias emocionales de los selectores de empleo.....55
Diego Quattrini

Corpo, pessoa, emoção: A atividade física como instrumento e reflexão de si.....75
Régia Cristina Oliveira e Kátia Silva Souza dos Anjos

La poliomielitis desde la imaginación pública: Una lectura posible.....93
Daniela Edelvis Testa

Alcoolismo e uso do álcool entre os Akwen Xerente do Tocantins: A perspectiva indígena.....110
Reijane Pinheiro da Silva e Apoliana Ribeiro de Sousa

Entre emoções e moralidades: O cotidiano de um antropólogo em uma zona de meretrício.....123
Fábio Lopes Alves

RESENHAS

Etnografia de uma cultura emotiva de um bairro popular: Uma resenha143
Idayane Gonçalves Soares

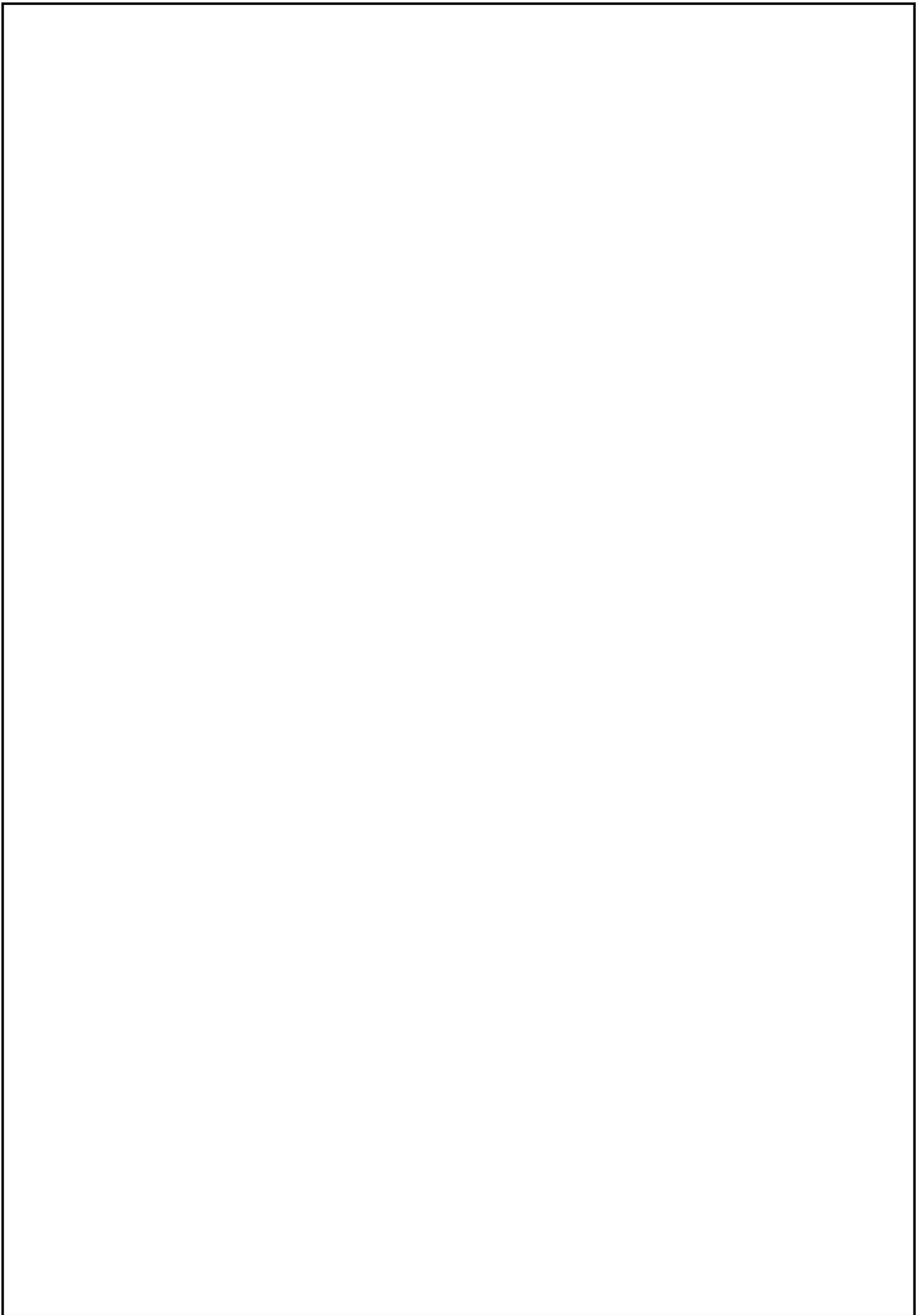
Emoções, Cultura e Sociedade no Brasil: Uma Resenha 144
Williane Juvêncio Pontes

Resenha - A Hora da Estrela: uma narrativa de pequenas epifanias 150
Luciana da Silva Melo

Cidade e modernidade no Brasil: uma resenha..... 163
Camila Quézia Medeiros Rufino Santos

Educando para a envelhescência: uma resenha 164
Lúcio Alves de Barros

Sobre os Autores 170



EDITOR E CONSELHO EDITORIAL
<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>
RBSE - ISSN 1676-8965

. Editor: Mauro Guilherme Pinheiro Koury

.CONSELHO EDITORIAL.

Adrián Scribano (UBA/CONICET - Argentina)	Danielle Rocha Pitta (UFPE)	Myriam Lyns de Barros (UFRJ)
Alain Caillé (Université Paris X/ M.A.U.S.S.)	Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes (UFC)	Regina Novaes (UFRJ)
Alda Motta (UFBA)	Evelyn Lindner (University of Oslo -Noruega)	Roberta Bivar Carneiro Campos (UFPE)
Alexandre Werneck (UFRJ)	Luiz Fernando D. Duarte (UFRJ)	Ruben George Oliven (UFRGS)
Anderson Moebus Retondar (UFPB)	Marcela Zamboni (UFPB)	Simone Brito (UFPB)
Bela Feldman Bianco (UNICAMP)	Maria Arminda do Nascimento (USP)	Thomas Scheff (University of California -USA)
Cornelia Eckert (UFRGS)	Mariza Corrêa (UNICAMP)	Vera Telles (USP)

Expediente

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

RBSE ISSN 1676-8965

Editor: Mauro Guilherme Pinheiro Koury

A **RBSE** - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção é uma revista acadêmica do GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções. Tem por objetivo debater as questões de subjetividade e da categoria emoção nas Ciências Sociais contemporâneas.

The **RBSE** - Brazilian Journal of Sociology of Emotion is an academic magazine of the GREM - Group of Research in Anthropology and Sociology of Emotions. It has for objective to debate the questions of subjectivity and the category emotions in Social Sciences contemporaries.

Editor. *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*

E-Mail: maurokoury@gmail.com

Secretária RBSE. *Letícia Knutt*

E-Mail: rbse@cchla.ufpb.br

O **GREM** é um Grupo de Pesquisa vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba.

GREM is a Research Group at Department of Social Science, Federal University of Paraíba, Brazil.

Endereço / Address:

RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção

[Aos cuidados do Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury]

GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções

Departamento de Ciências Sociais/CCHLA/UFPB

CCHLA / UFPB – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária

CEP 58 051-970 · João Pessoa · PB · Brasil

Ou, preferencialmente, através do e-mail: rbse@cchla.ufpb.br

Or, preferentially, by e-mail: rbse@cchla.ufpb.br

RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção/ GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções / Departamento de Ciências Sociais /CCHLA/ Universidade Federal da Paraíba – v. 14, n. 42, Dezembro de 2015.

João Pessoa – GREM, 2015.

(v.1, n.1 – abril/Julho de 2002) Revista Quadrimestral ISSN 1676-8965.

1. Antropologia – 2. Sociologia – 3. Antropologia das Emoções – 4. Sociologia das Emoções – Periódicos – I. GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções. Universidade Federal da Paraíba

BC-UFPB
CDU 301
CDU 572

ARTIGOS

Sobre a Sujeira
Reflexões etnográficas sobre a cultura emotiva e os códigos de moralidade
da cidade de João Pessoa - PB

*Mauro Guilherme Pinheiro Koury
Raoni Borges Barbosa*

Recebido em: 10.09.2015
Aceito em: 30.09.2015

Resumo: Este artigo problematiza a noção de *sujeira* como categoria de análise da cultura emotiva e dos códigos de moralidade de uma sociabilidade específica, no caso, a cidade de João Pessoa – PB. A partir de uma pesquisa em seis cidades brasileiras, de estados, foram produzidos dados etnográficos sobre o ethos e a visão de mundo dos moradores da cidade em relação ao que percebem, aspiram e denunciam como *sujo* e *sujeira*. A reflexão etnográfica pode compreender, desta forma, aspectos relevantes dos processos de disputas morais que caracterizam a construção de projetos individuais e coletivos na sociabilidade urbana da cidade. A noção de *sujeira* abarca um enquadre não somente moral, mas também político e estético da situação social e de seus respectivos sistemas de posição, de modo que se associa intrinsecamente, no entender do morador de João Pessoa – PB, a noções de moralidade, violência urbana, ética, política e cidadania, tanto em seus aspectos positivos e legítimos como em seus formatos sociais tidos como abjetos e interditos. **Palavras-Chaves:** sujeira, interditos, disputas morais, cultura emotiva, João Pessoa – PB

On Dirt

Ethnographic reflections on the emotional culture and morality codes of the city of João Pessoa - PB

Abstract: This paper discusses the notion of *dirt* as an analytical category of emotional culture and morality codes of a specific sociality, in this case, the city of João Pessoa - PB. From a survey in six Brazilian cities, capitals of states, were produced ethnographic data about the ethos and worldview of the townspeople in relation to what they perceive, aspire and denounce as *dirty* and *dirt*. The ethnographic study can thus understand relevant aspects of moral dispute processes that characterize the construction of individual and collective projects in urban sociability of the city. The notion of *dirt* covers a fit not only moral, but also political and aesthetic of the social situation and their position systems, so that is associated intrinsically, in the opinion of João Pessoa's resident, to the notions of morality, urban violence, ethics, politics and citizenship in both its positive and beneficial aspects as in their social formats seen as abject and forbidden. **Keywords:** dirt, prohibitions, moral disputes, emotional culture, João Pessoa – PB

Este artigo¹ busca compreender as representações sociais sobre a sujeira na cidade de João Pessoa, Paraíba². Parte do pressuposto de que não são apenas as regras e as normas de conduta de uma sociabilidade que abrangem o campo das representações sociais, mas como os atores sociais individuais e coletivos as percebem, as aspiram ou as denunciam enquanto práticas sentidas ou experimentadas no cotidiano de uma sociabilidade, e que contribuem para a construção de modos e estilos de vida e de condutas morais. Alvo de disputas e de formas diferentes de apreensão do real interpreta a realidade e suscita a adesão a determinados sistemas de valores e motiva a ação. O uso de tal pressuposto possibilita compreender aspectos relevantes do ethos e da visão de mundo destes atores sociais, e, também, como suas formas de enquadre da situação (GOFFMAN, 2012) são articuladas em projetos individuais e coletivos.

Busca, assim, compreender como se entende, interpreta, discursa e julga e, ao mesmo tempo, sente, aspira e atua a realidade vivida a partir das experiências cotidianas, através da *sujeira* como categoria de análise e reflexão. Este artigo elenca as principais categorias êmicas e representações sociais levantadas sobre o que os moradores de João Pessoa consideram *sujeira*, e discute a importância desta noção para o entendimento de como são apreendidas ou denunciadas, enquanto exercícios sentidos ou experimentados no cotidiano, e que colaboram para a modelagem de modos e estilos de vida e de condutas morais.

A questão do que é *sujeira* passa a construção teórica das Ciências Sociais. O lidar com o que é puro ou impuro está presente nos clássicos e na

atualidade da sociologia e antropologia das emoções e da moralidade em análises, por exemplo, sobre pureza e perigo (DOUGLAS, 1976); sobre a vergonha (ELIAS, 1990 e 1993); sobre o estigma e os processos de embaraço e constrangimento (GOFMMAN, 1967; 1988); sobre o declínio do homem público e sobre as lesões ocultas de classe (SENNETT, 1998; 1972); sobre a distinção (BOURDIEU, 2007); sobre o pudor e suas correlações com as classificações sociais, entre outras.

Sobre a pesquisa

Durante o ano de 2009 foi realizada uma pesquisa do tipo enquete com o objetivo de saber as representações sociais sobre *sujeira* para a cidade de João Pessoa. Os indicadores analíticos levantados sobre os costumes e sobre medos, receios e anseios, tornaram possível ao pesquisador traçar um quadro compreensivo sobre as experiências, reflexões e comparações emitidas e acionadas por uma temática específica: no caso, o que é *sujeira*.

Foram aplicados 60 questionários contendo, além de informações socioeconômicas de caracterização dos entrevistados, duas questões abertas: *o que era sujeira* e *o que era indicado como sujeira*. Tem-se por pressuposto analítico que nas representações sociais emitidas configuram não apenas as normas, preceitos e procedimentos que regulam práticas sociais e condutas, mas, também, instâncias afetivas e estéticas que contribuem para a conformação e andamento das ações sociais e das visões de mundo dos informantes.

As categorias êmicas levantadas foram submetidas a uma classificação síntese, resultando em três categorias gerais: *Moralidade, Violência Urbana e Ética, política e cidadania*. Interessa, a este artigo apresentar e compreender as três categorias indicadas no âmbito da cultura emotiva e dos códigos de moralidade locais, tendo em vista a discussão sobre sujeira e sociabilidade.

Uma análise das categorias

Toda análise que se debruce sobre *sujeira* têm por base uma reflexão das relações entre a ordem e a desordem e

¹Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no III Encontro Internacional de Ciências Sociais – Crise e Emergência de Novas Dinâmicas Sociais, entre os dias 8 a 11 de outubro de 2012, em Pelotas – RS.

²Faz parte de uma pesquisa maior que analisou o significado de sujeira em seis capitais de estados brasileiros. Além da cidade de João Pessoa, as cidades de Recife, Belém, São Paulo, Curitiba e Brasília (KOURY, 2011, p. 51-80).

entre os aspectos positivos e negativos do processo de criação e integração social. Processos que envolvem o binômio limpo e sujo, puro e impuro, os silêncios ou silenciamentos, e os discursos mortos e esquecidos ou subsumidos na lógica hegemônica social (KRISTEVA, 1986), que podem ampliar conceitos, revisá-los e integrá-los à ordem, em uma subversão de identidade, onde se acomoda a outrora desordem à lógica contemporânea da ordem.

Estudar o comportamento e as representações sociais sobre sujeira leva à reflexão e à compreensão do desenho da sociedade e da cultura e às mudanças de comportamento e nos costumes, e dos medos e receios enfrentados na cotidianidade de um espaço social dado. Mais de 50% dos 60 informantes da pesquisa indicaram a categoria de *Moralidade* (58,4% das respostas) em seus esforços de refletir sobre *sujeira*, seguida das categorias de *Violência Urbana* (25%) e *Ética, Política e Cidadania* (16,6%). Em uma comparação por sexo, a categoria *Moralidade* obteve um índice maior de respostas femininas (33,4%) em relação às masculinas (25%); a categoria *Violência Urbana* teve um percentual de 15% de respostas para o sexo feminino, contra 10% para o masculino; e a categoria *Ética, Política e Cidadania* com um índice igual de sugestão entre os dois sexos, ambos com 8,3% das respostas.

Uma apresentação de cada categoria se faz, agora, necessária.

Moralidade

A categoria de *Moralidade* engloba noções que vão da falta de higiene; da imoralidade, da falta de decoro e pornografia; das estigmatizações e preconceitos, até uma discussão travada no âmbito da falta de confiança que compreende desde a noção de gente fraca e sem caráter até às questões da traição. A análise da categoria *Moralidade* destaca o campo simbólico do puro-impuro, da limpeza-sujeira: dualidades extraídas de um conjunto de classificações que remetem à sujeira, à desordem, à desorganização, à mentira e à perversão.

Os significados de *sujeira* falam da falta de limpeza à sordidez; de algo

manchado e maculado; de infecção e contágio; até a referência a algo com incorreções ou emendas. Em um contexto físico, a noção de *sujeira* ganha o sentido de um horizonte brumoso e mal definido. Em termos figurativos, sujeira tem o significado de algo ou alguém que contém informações inconvenientes ou prejudiciais; bem como sinaliza o indecente, indecoroso e imoral. Afirmar uma pessoa indigna, desonesta sórdida ou canalha.

O emprego da palavra, entre os entrevistados, parte do receio de perder a confiança de alguém: “*ficar sujo com alguém*”, até o sentido de alguém desmoralizado e que perdeu o crédito e em alguém em quem não se pode confiar: como na assertiva, “*o cara tá sujo*”, ou outras do mesmo sentido. Contém ainda uma concepção relacional: “*rir-se o sujo do mal lavado*” ou “*rir-se o roto do esfarrapado*”, onde se zomba de alguém por falha que também lhe é própria. Em muitos casos, inclusive, chega a comparar a sujeira ao diabo, demonizando o outro ou a coisa considerados sujeiras.

A ação de sujar, assim, tem o sentido de tornar-se sujo e, ao assim fazer, emporcalhar. A ação não apenas atinge o próprio indivíduo, mas possibilita a contaminação, infectando ou poluindo o ambiente e o outro ao redor. O objeto, o indivíduo ou a instituição indicado como sujo torna-se não confiável, porque comporta o impuro e a impureza, que corrompe o espaço, o tempo e as relações ao seu redor. Assim, corromper, perverter, depravar faz parte da ação de sujar, de alguém ou algo que comporta sujeira. Esta ação mancha e retira da ordem, denigre e profana, em si, tudo o que toca ou que se encontra em volta.

O simbolismo religioso está repleto desta dualidade, como parte da trajetória do sagrado e os compromissos dos homens para com ele; a literatura médica, também, coloca na relação toda uma discussão sobre o contágio e a transmissão de doenças, criando regras e códigos de conduta que procuram barrar a contaminação do ambiente e dos outros (impuros ou tocados pela impureza). As ciências sociais estudam estas representações da dualidade mostrando a

construção social e cultural por trás das práticas, e demonstram a sujeira como um elemento de estratificação social.

As noções que compõem a categoria de *Moralidade* são divididas em dois grupos. O primeiro diz da *sujeira* física do corpo e do ambiente: a falta de higiene e os fluidos (escarros, excrementos, saliva, sangue, urina, lágrimas, cheiros, etc.); o segundo, fala do caráter, e se encontra presente nas perversões, fraqueza pessoal: preguiça, cansaço, falta de vontade, e a falta de confiança: traição, mentira, desonestidade, etc.

Os aspectos associados a esta categoria dão ênfase, sobretudo, à *falta de higiene*, nos aspectos da falta de higiene corpórea e doméstica³, mas, também, estendida à sujeira da cidade: cidade mal cuidada, com esgotos vazando em vias públicas, lixo urbano acumulado pelas praças e ruas, ou seja, a indicação de falta de higiene está relacionada também com a falta de cuidado público com a cidade e falta de educação da população, que não cuida da cidade⁴: quebram equipamentos coletivos, “*joga lixo por todos os cantos*”, picham paredes, muros e equipamentos coletivos, e ajudam a enfeiar e “*emporcalhar*” a cidade⁴. Dividindo por sexo, as 45,7% das indicações para falta de

higiene, 17% foram indicações masculinas, contra 28,7% de femininas.

A questão da *Falta de Confiança*, como uma noção pertencente à categoria *Moralidade*, teve indicações de 40% dos respondentes. Esse elemento moral: a falta de confiança revela o que estudos do autor sobre as transformações recentes vividas em João Pessoa, nos últimos quarenta anos, vêm apontando; o crescimento da cidade veio acompanhado de uma perda progressiva nos laços de confiabilidade entre os habitantes, principalmente entre pessoas com mais de quarenta anos⁵, que acompanharam esse processo não só nos aspectos físicos, mas, especialmente, relacionados aos aspectos comportamentais da cidade (KOURY, 2003; 2008; 2009; 2010). O enfraquecimento da pessoalidade, dos laços de confiança e de pertencimento nestas últimas décadas, ocasionou uma visão mais pessimista sobre as mudanças nos costumes e hábitos da sociedade local, ampliando a visão da cidade através dos aspectos morais de estranhamento e da desconfiança no outro (Koury, 2001), e relacionados à quebra e à dissolução de laços pessoais, da mentira e da traição, do “*ninguém mais acredita em ninguém*”, do “*os laços entre as pessoas tornaram-se desgastados, hoje se fica com um... amanhã com outro...*”. As narrativas reforçam a fragilidade dos laços de uma sociabilidade “*sadia*”, e comentada a partir de um ideal de passado perdido e estranhado com a rapidez dos acontecimentos que levaram a configuração de uma nova João Pessoa.

Este mesmo ideal perdido faz os entrevistados levantarem problemas referentes à *sujeira* como elemento simbólico representacional do comportamento urbano na cidade, ao remeterem à questão da moralidade à noção de imoralidade⁶; esta última parte dos hábitos

³Para Barbosa (2006) e Fleischer (2002), a noção de sujeira é diferenciada em *sujeira física* e *sujeira simbólica*. A sujeira física tendo, em si, o próprio significado do que é considerado impuro, e a sujeira simbólica, representa o imaginário social sobre o considerado impuro (sujeira física) e as formas de controle cultural e social sobre ele.

⁴De acordo com Forty (2007, p. 221), reformadores e higienistas utilizaram dois conjuntos de argumentos nas campanhas para a melhoria dos padrões de limpeza. O primeiro recorria à razão e se baseava em critérios científicos, caso da ordem médica e os perigos de contaminação causados pela falta de higiene e doença. Este primeiro argumento atingiria a arquitetura na necessidade de ambientes claros e de formas precisas que exalasses funcionalidade e asseio, bem como um conjunto de ordens sociais de controle do impuro: ampliação de vias públicas; disciplinamento das casas; combate à doença e a insalubridade; desqualificação do saber popular sobre higiene e saúde; criação de espaços exclusivos para os mortos: os cemitérios; comparação da pobreza à sujeira e delinquência; criação de asilos de mendicância, entre outros. O segundo argumento era, sobretudo, de ordem emotiva, e estimulava os sentimentos de ansiedade e culpa em relação à sujeira.

⁵Muitos jovens e adultos com menos de quarenta anos respondentes à pesquisa, remete a noção de falta de confiança como um caminho para se pensar o que é sujeira na cidade, e trazem argumentos parecidos aos que a remetem para um passado vivido e não mais recuperado, associando a noção da falta de confiança à quebra de laços sociais e ao individualismo crescente na cidade.

⁶Com 14,3% das indicações que sugeriam a categoria *Moralidade* como um dos principais aspectos de sujeira nas relações socioculturais da

da cidade em que vivem, e que levam a uma comparação saudosista da cidade onde viveram:

moças e rapazes não mais namoram, e logo estão em relações íntimas, sem ligar para o que a sociedade pensa”, [não existe mais respeito] com os valores da família”, [a] “imoralidade toma conta das relações, as famílias e as pessoas de fé ficando à mercê de comportamentos que não condizem com os de uma comunidade sadia⁷,

quebrando uma possível harmonia social e causando desequilíbrio e a desordem estrutural nos processos comportamentais da cidade.

Um dos aspectos mais gritantes e associados com a categoria *Moralidade* trata daqueles pautados no rol de *estigmatizações* e *preconceito* e apresentam questões relativas à homossexualidade, à pobreza e ao preconceito étnico. 16,7% dos que significaram a categoria *Moralidade* a veem como sujeira, diluída nas três noções que incorporam a categoria: entre a questão de higiene, da imoralidade e da falta de confiança.

A noção de estigmas e preconceito revela a formação de marcas sociais graves, que veem os outros como fora dos padrões classificatórios da cultura de que fazem parte. Dentro de uma relação sujeira-limpeza, puro-impuro, estes estigmas se constituem em marcas que procuram naturalizar e impor modos de agir e posturas sociais e culturais através do qual fabrica o outro como alguém fora do lugar; como um desclassificado social, como um ser de segunda categoria, ou mesmo, nas formas mais radicais de comportamento, como um não ser.

No caso da homossexualidade, a aversão aos que a praticam é visto através da desordem causada no sistema classificatório macho-fêmea, causando ansiedades. Estas estigmatizações e o medo do perigo das situações que não se encaixam nos sistemas classificatórios ideais, parecem por a pessoa em constante

cidade. Sendo estes compostos por 5,7% de indicações masculinas, contra 8,6% das femininas.

⁷Depoimento de uma senhora de 55 anos, católica de nascimento e convertida a Assembléia de Deus, moradora do bairro nobre de Tambaú, em João Pessoa.

tensão, daí a tendência a isolar o elemento da desordem e impor a ele atributos de demonização, como produtos de forças malignas, impondo uma eterna vigilância.

Em uma cidade em rápida mudança como João Pessoa, os espaços de identificação da hierarquia macho-fêmea se fazem sentir no crescimento da homofobia, mas, estranhamente, há uma relativa tolerância ao macho (hetero) que se veste de mulher em momentos festivos; bem como com relação ao lado festivo da *viadagem* ou das *bichinhas*⁸, claro, “*desde que elas se coloquem no seu lugar*”, isto é, em uma espécie de limbo onde não reivindicam inclusão social, nem busquem quebrar os limites classificatórios do entendimento do gênero.

“*Elas lá e nós cá*”, afirmou outro informante, que diz que gosta de ver

“as *bichinhas* desfilarem em frente do meu ponto de ônibus, quando volto para casa no final do expediente”.

Ou, como afirma outro,

“gosto de ver essa *viadagem* na televisão, imitando cantoras, sorridentes, umas verdadeiras artistas... Acho mesmo que é lá, do outro lado do vidro da televisão que elas deveriam permanecer, como artistas inatingíveis, deusas. Mas isso não acontece. Elas são homens, e como tal ameaçam a nossa própria integridade moral”.

Nessa altura o discurso caminha a passos largos para o preconceito e aversão, simbolizando o lado diabólico do homem-mulher e a desordem provocada por essa desorganização.

A maior parte dos que informaram a homossexualidade como *sujeira* advoga o isolamento e a rejeição daquele que se *desvirtua*. Muitos dos entrevistados creditam a desordem provocada pela homossexualidade aos males contemporâneos, entre eles a AIDS é apontada como produto gay, bem como a “*degeneração dos costumes sociais na cidade e no país como um todo*”.

⁸*Bichinha* e *viadagem* são termos muito usados no vocabulário popular brasileiro para designar o homossexual masculino individual ou em grupo.

A questão do preconceito étnico, porém, só apareceu de forma fragmentada. O preconceito contra os negros aparece como a indicação mais precisa de estigmas sociais e são motivos de chacotas e piadas de mau gosto, do tipo “*negro quando não faz na entrada, faz na saída*” e outras, e são indicados como desordeiros e como sujos e marginais em potencial. São vistos como elementos de desordem e perigo, principalmente, se além de problemas étnicos apresentarem a questão da pobreza em seu currículo. Se ricos, ou de classe média alta, a questão da etnia deixa de ser significativa, passando a haver certa tolerância em aceitar a diferença no ambiente social e mesmo familiar.

A categoria *pobreza*, assim, funda o grande hiato entre os respondentes, e aparece ligado ao estigma de classe. Os pobres e, sobretudo, os mendigos, são considerados sujos, sem educação, sem acesso aos códigos de higiene e enfeiam e “*emporcalham*” a cidade. São ameaçadores em si, vistos como marginais e ladrões, e provocam medo e receio na população. São vistos como drogados, maltrapilhos, que surgem de repente nos sinais de trânsito pedindo dinheiro ou assaltando.

São pessoas não confiáveis, abjetos, elementos estranhos estabelecidos pela extrusão e que devem ser mantidos sob rígido controle social, para não avançarem sob o organizado e ameaçarem os cidadãos. A *pobreza* não é vista através da cidadania, mas, ao contrário, como elemento da desordem e da fragmentação social. Como disse um entrevistado:

“Eu tenho pena das crianças, mas é uma pena de uma criança geral, não aquela que está ali, com um vidro de cola, drogado, na minha frente. Dessa eu corro, como corro do seu pai, da sua mãe, de quem lá que seja...”⁹.

⁹Ou como afirmou outro informante: “*vejo um maltrapilho na rua e fico trêmulo, confuso, com medo. Se houver um canto que eu possa atravessar, eu sigo, mesmo que aumente o caminho, pois me sinto mais seguro por não passar frente a ele...*”. Ou ainda nas palavras de outro: “*Acho que o governo deveria achar um jeito de por essa gente sob controle, pois vai chegar o dia em que essa gente vai nos por sob controle, o controle do medo. Como*

Vistos como bandidos, através da ótica do medo deque “*vai chegar o dia em que essa gente vai nos por sob controle...*”, a pobreza urbana é estranhada, e sobre ela paira o desejo de retirá-la do corpo social, afastando o perigo.

O apontar a *sujeira* por meio de aspectos morais, associados à desordem que ela provoca, como falta de ordenação, causa desequilíbrio nos indivíduos em relação e no todo social. A falta de educação e da conformação do caráter demonstra a preocupação com a desordem e dos riscos com a saúde provocados pela falta de higiene doméstica e da cidade, denunciando ou conformando em preconceitos. Do mesmo modo que o elemento de *sujeira*, apontado nos atos obscenos fala da sociedade que não põe limite à exposição dos corpos e das perversões, fala da desordem e dos perigos inerentes a se viver em uma época onde “*o respeito aos costumes e as tradições, ao bom comportamento e à família não mais existem*”, como argumentou uma informante.

A categoria *Moralidade* aponta para a análise de Elias (1990; 1993) sobre a autodisciplina e a vergonha causada pela desordem do outro, de Sennett (1998) e Giddens (2004), que direcionam o olhar para o declínio do público e a ascensão da intimidade. Uma e outra indicativa de algo fora do lugar, que incomoda e que causa vexame, que enoja e causa vergonha e receio de contaminação.

O elemento físico da *sujeira* presente na categoria *Moralidade* direciona a reflexão dos informantes para a dimensão metonímica da *sujeira* sugerida por Lévi-Strauss (1970), apontando os que cometem como *porcos*, como *imundos* e, na direção da perversão, de *amorais* e *permissivos*. São eles, quem a produzem, são eles os sujos, o que causam *sujeira* e poluem o ambiente, contaminando o ambiente ao redor e, pior, envergonhando e contagiando a todos, pois a *sujeira*, nesse momento, passa a ser representada na sua dimensão simbólica e generalizante: é a sociedade permissiva que fecha os olhos à falta de educação e à quebra dos laços da

já existe por aqui...é só olhar em volta e ver; é só olhar os jornais e vê...”.

tradição, ocasionando uma fragmentação que atinge a todos: a sujeira produzida emporcalha não só quem a produziu ou consentiu, mas a todos.

Esse corromper simbólico, do ethos e da visão de mundo culturalmente estabelecidos que contamina o social, parece produzir um sentimento de impotência em cada indivíduo, o que aumenta o receio de contaminação e o medo de relacionar-se, ocasionando um sentimento de reserva pessoal e uma ampliação do isolamento pessoal ou familiar, e provoca o crescimento de uma aversão sobre aqueles causadores da sujeira. O nojo incitado parece ser pertinente a emoções, comportamentos ou impressões que causam vergonha e pudor: as funções de excreção e sexuais do corpo humano (CONY, 2005, p. 52). A categoria *Moralidade*, como *sujeira*, traz em si uma espécie de reação que condena qualquer pessoa, objeto ou idéia que seja capaz de confundir ou contradizer as classificações tidas como ideais e colocadas no plano de um passado fantasiado como *melhor*, mas perdido e sem retorno.

A cultura daí emergida funda e re-funda as disposições erigidas por um código de condutas morais e éticas, que visam a assegurar a harmonia, o bem estar e as sempre instáveis relações dos homens com os elementos da natureza e do sobrenatural. Criam códigos de pureza, de purificação e separam em graus variados os diversos tipos de puros até o mais impuro e sujo existente. Pureza e sujeira, assim, são dois elementos de uma mesma relação. Dispostos, porém, em campos hierárquicos opostos, se encontram em eterna tensão pela possibilidade de um intervir no outro: na ação de purificar o contaminado, ou na ação de contaminação do puro. A ordem e a organização social estão no equilíbrio entre as duas esferas.

A sujeira como contraponto da pureza se encontra no reino da desordem, da desorganização social. Conduz a uma idéia imaginária de evitação e de impedimento: do que deve ser evitado. É vista como algo do reino da feiúra, do abominável, e que deve ser impedido e excluído. O sujo é aquele que provoca medo, receio. O apenas olhar a sujeira provoca sentimentos de nojo, de enjoo e

receio de contaminação. As ideias de poluição e contágio trazem em si o desejo de contenção, controle e, até, extermínio.

As representações sobre sujeira criam campos de entendimento e visão de mão dupla: a *visão preconceituosa* que vê o outro, o contaminado, como alguém que deve ser isolado ou excluído; e a *visão envergonhada*, que compreende e enxerga o outro através de si mesmo, como consequência da falta de um atributo que também é seu, e que deve ser escondido do olhar de um terceiro, ou procurado meios para a sua superação. Elias (1990 e 1993), em seus estudos sobre a conformação dos costumes na sociedade alemã a partir do século XVIII, demonstra as bases de atribuições de novos costumes e as formas como os antigos costumes foram depreciados como sujeira, no processo de individualização crescente da sociedade alemã do período. Mostra, ainda, como esse processo se fez pela interiorização da disciplina e do aumento da vergonha, com movimentos de afirmação da pessoa e do julgamento moral de si próprio e dos demais.

A *sujeira* vista através da vergonha, então, era sentida como um problema pessoal de cada indivíduo, não apenas no olhar para si próprio, mas e principalmente no olhar para o outro. O controle social, desta forma, se colocava entre o indivíduo e o outro, através da vergonha e da exposição. Tudo era permitido, desde que em uma intimidade pessoal ou compartilhada, nunca pública. No público, a exposição de uma intimidade não condizente com o social e culturalmente desejado se transformava em abjeção, em punição, em risco de contaminação, em desordem.

Sennett (1998) segue e amplia esta análise e coloca a individualidade resultante do crescimento da esfera da intimidade como um declínio acentuado na sociedade ocidental do homem público, provocando dois processos antagônicos e simultâneos: o aumento da vergonha de exposição em público, e um aumento do controle da desordem e da contaminação proveniente das esferas do considerado sujeira; e um desenvolvimento enorme do reino das perversões, enquanto possibilidade de ação pessoal ou

compartilhada no consentido, e da curiosidade de verificação do outro, do íntimo através do buraco da fechadura.

O abjeto passa assim por uma mão dupla: o medo da contaminação e a busca do controle sobre ele; e o olhar curioso, que busca flagrar o outro em situações constrangedoras em ambientes íntimos. Ou, ao mesmo tempo, fazendo condenar aqueles que ousam expor-se em público e, simultaneamente, exibindo-se se pressentir que alguém o olha disfarçadamente. O público, deste modo, se coloca como prisioneiro do privado, e como tal, se fragmenta e é apropriado pelo espaço da intimidade: ampliando as bases do individualismo, e subsumindo o sujeito à esfera do desejo, e da ampliação do sentimento da vergonha. Da ação envergonhada sobre seus próprios atos e da própria sociedade que o cerca.

Simmel, em seu texto *A tragédia da cultura* (1998) dá as bases teóricas iniciais que orientariam posteriormente a análise de Sennett e Elias. Goffman (1967), perseguindo os caminhos inspiados na análise simmeliana, estuda os processos de interação ritual e apreende as relações entre os indivíduos como executadas e preenchidas por um ritual de conveniências e convenções sociais, onde o um e o outro respondem a sinais esperados no decorrer do processo interativo: desde a forma de sentar, os gestos, as expressões e ruídos corporais e da face, até o expresso pela fala fazem parte de uma ritualística que se falha causa no outro constrangimento e, simultaneamente, constrange o outro da relação. A falha desorganiza e é considerada como algo que provoca *sujeira* ou suja o ambiente, e pode, em determinadas situações, contaminar todos os presentes.

O processo de desorganização, causado pelo constrangimento, afeta as relações entre os parceiros da conversação, podendo o que falhou ser desculpado ou mesmo expulso e evitado de novas possibilidades interativas. O ritual poluído indica situações de desordem que desorganiza todo o ambiente, e o contamina. Em um estudo sobre o estigma, Goffman (1988) vai mais além, e revela que a desordem não só se coloca nas formas de se comportar e nas formas de se

expressar, mas também em situações onde o outro da relação possui algum traço que o diferencia negativamente perante o parceiro ou parceiros da relação. Coloca também aspectos diretamente ligados a costumes e moda: o de não estar vestido de forma condizente, e o de não possuir um vocabulário harmônico com o ambiente em que se encontra; em outros exemplos fala de aspectos sociais ligados à esfera econômica: como ser pobre ou aparentar pobreza, ou ser de uma classe social considerada inferior a do ambiente em que se encontra etc.

O constrangimento pode transformar o ambiente em um meio hostil, pondo o fim na relação encetada, chegando até ao isolamento ou a expulsão do constrangedor; ou mesmo, adquirir formato de humilhação àquele que constrangeu com o seu diferencial, servindo de chacota e piadas entre os pares. A *sujeira* e a convivência com a sujeira provocam um sentimento moral de rejeição que, indo ao extremo, leva à busca de exclusão ou de extermínio do agente contaminador, ou provoca vergonha ao ambiente que o recebeu. Do mesmo modo, no indivíduo possuidor de algo considerado diferente e visto como desagradável, provoca um sentimento de humilhação, de acovardamento, de vergonha pessoal por ser possuidor de algo que constrange o outro, ou de não se encontrar a altura do outro ou outros da relação. Vive em permanente culpa de não ser igual, e sua baixa estima o faz se sentir inferior.

Simone Weil (1979) em seus estudos sobre a opressão e a condição operária relata o processo de vergonha que acompanha o ato cotidiano da pobreza operária, e fala do sentimento interiorizado da falta de direito e da sensação de não ser digno. Esse estado limite de emoção reflete sobre o sentir-se impuro, sujo, indigno, incapaz ou diferente no espírito de quem assim se sente, e dá o direito àqueles que o acham, de atribuição de um estigma social. Conceito moral produzido socialmente que objetiva algo ou alguém que não é limpo, em todas as suas acepções.

Violência Urbana

A associação entre pobreza e crime acompanha as sociedades ocidentais de longa data. No Brasil, desde o final do século XIX, com o final da escravidão, a necessidade de conter um contingente de trabalhadores livres, em número crescente, que aportavam nas cidades, levou a todo um processo de formação de leis que objetivavam a disciplina e o controle social, moral e higiênico das classes trabalhadoras. Novos controles prisionais, orfanatos, abrigos de mendicância, registros profissionais como controle e garantia do pobre trabalhador, entre outras formas de contenção, são produtos desta fase de consolidação do capitalismo no ocidente e no país.

No século XXI esta associação tem provocado novas formas de reconfigurações sociais nas cidades. Caldeira (2000), ao estudar as transformações na cidade de São Paulo, aponta para a crescente fragmentação dos laços sociais entre cidadãos e pobres: considerados como os fora de lugar na ordem classificatória social, e vistos pela via da desordem, como bandidos em potencial.

Ferraz (2001), estudando as formas de morar nas cidades brasileiras, analisa a intensificação do medo de morar nas cidades e a arquitetura resultante da relação entre violência e pobreza. Para ela, o estreitamento da relação pobreza e violência é um fato construído pela mídia, capaz de produzir a sensação crescente de insegurança e medo das elites em relação ao pobre, e tem contribuindo para uma maior segregação social e física e para o crescimento do mercado de proteção.

Souza (2008, p. 54) discute a relação entre medo e cidade, e sobre o sentimento de insegurança que compõe o cenário das cidades no Brasil. Afirma que esse sentimento toma conta de todos e é

“como se a ‘geografia do medo’... [se deslocasse] da incidência objetiva dos crimes violentos, [e] se superpusesse à ‘geografia da violência’... [provocando] um medo generalizado... matizado de acordo com a classe, a cor de pele, a faixa etária, o sexo e o local de residência, [que] toma conta de corações e mentes”.

Esse medo generalizado recondiciona hábitos de deslocamento e lazer, influencia formas de moradia e modela discursos padrões sobre a violência, que reascende, amplia e consolida o próprio medo no íntimo de cada habitante.

Entre os entrevistados a categoria *Violência Urbana* está associada às relações de estigma tratadas na categoria *Moralidade* e, principalmente, às ilações que remetem para a noção de pobreza e sua demonização e desfiguração social, que veem pobres e mendigos como sujeitos e como bandidos em potencial. Esta categoria responde por 25% dos informantes, que a indicaram como uma representação de sujeira: sendo 15% de mulheres, contra 10% dos homens.

Muitos relatos são claros na relação entre pobreza e violência, e no medo e no sentimento de insegurança sentidos, mesmo no interior dos lares. Uma entrevistada fala do pânico diário de sair de casa, depois que ficou “*presa no meio de um tiroteio entre polícia e moradores da favela próximos*” a sua residência. Outro informa sobre sequestros relâmpagos que assolam a cidade,

“onde qualquer um pode ser vítima, e se não tiver dinheiro, pior, é morte certa. Não tem pai de família que não fique aperreado com os seus [podendo] passar por um horror desses...”.

Outra fala dos assaltos nos pontos de ônibus e nos parques da cidade, que a fazem ter medo de se deslocar a pé, e até de sair de casa:

“se eu não tivesse que trabalhar vivia trancada, sem sair pra nada. Pedia tudo por telefone ou internet”.

Outro relata que “*nunca fui assaltado, mas morro de medo*”, e conta que o vizinho teve um revólver apontado para a sua cabeça, na hora em que abria a garagem e, por sorte, o assaltante só levou o carro. Outro fala da insegurança de viver na cidade, com assaltos constantes e arrastões. Outro, ainda, comenta o gasto com segurança, e informa que o bairro onde mora, Cabo Branco, se transformou de um bairro pacato, onde todos se conheciam, em um lugar perigoso os moradores têm medo de sair de casa e vivem trancados em fortalezas, com muros

altos, cheios de grades e apetrechos de segurança: “vivo numa prisão, com medo até de botar o nariz pra fora de casa”.

Todos os depoimentos narram o medo generalizado, que reforça a idéia de “separação, purificação, demarcação e punição das transgressões” (DOUGLAS, 1976, p.4). Os transgressores apontados como os pobres e bandidos, em uma correlação onde um e outro se misturam e torna-se um todo homogêneo e indiferenciado, como categorias excluídas da estrutura formal do poder e consideradas sujas, poluidoras e ameaçadoras.

Ética, Política e Cidadania

A última categoria indicada como algo sujo, fala sobre a *Ética, Política e Cidadania*, e trás no seu interior as noções de *Desrespeito ao Cidadão, Falta de Zelo com a Coisa Pública* e *Falta de Consciência Ecológica*. Os 16,6% de informantes que indicaram como sujeira a categoria *Ética, Política e Cidadania*, a situaram em três grandes noções: a primeira remete ao Desrespeito ao Cidadão, com 8,2% das representações dos informantes da cidade; seguida pela noção de Falta de Zelo com a Coisa Pública, com 3,4% das indicações, e, por último, a noção de Falta de Consciência Ecológica, com 5% das indicações.

A cidade de João Pessoa tem uma aguda consciência ecológica travada na luta pela conservação das áreas verdes da cidade e sobre a proibição de construção de edifícios com mais de três andares nos quarteirões contíguos ao litoral. Os informantes que indicaram a falta de consciência ecológica procuram ligar a questão com o conceito de desenvolvimento sustentável, e elaboram críticas aos planos diretores da cidade e preocupação com o futuro da capital. Apontaram como sujeira a poluição do ar e dos rios, o desmatamento desenfreado, as queimadas, e o lixo acumulado nas encostas dos morros ou jogados nos rios e canais da cidade, bem como a luta contínua para assegurar uma orla sem espigões, sempre burlada pelo valor das áreas onde se situam os bairros mais elegantes da cidade, entre outros aspectos.

Associando a noção de *falta de consciência ecológica* com a de desrespeito ao cidadão, a primeira se interrelaciona com as indagações da segunda quando aborda a falta de saneamento e o esgotamento sanitário a céu aberto ou ligado clandestinamente aos rios e às praias, que levam ao prejuízo à população da cidade em relação ao lazer, à reserva de água potável e à saúde pública. Indicam ainda os gases poluentes, o mau cheiro da cidade, o chorume e os gases produzidos pelo lixo acumulado em depósitos de acolhimento sem nenhuma estrutura. Acusam os políticos de não se preocuparem com a questão, com prejuízo para a cidade e cidadãos que nela vivem. Remetem para a associação da falta de consciência ecológica com a falta de zelo com a coisa pública e do desrespeito aos cidadãos.

A noção de *Falta de Zelo com a Coisa Pública* fala contra a falta no Brasil de ética na política e na administração pública. Os informantes comparam a política praticada por políticos profissionais no país à sujeira, e apontam elementos como a corrupção ativa, o desvio de verbas, a má aplicação dos recursos públicos, o descaso com as políticas públicas no país, principalmente as ligadas à questão da fome e da educação e saúde e ao controle da criminalidade, associando ao desvio de verbas e ao legislar e agir em causa própria.

Esta noção remete a política à politicagem, e aponta os escândalos que a sociedade brasileira e a paraibana vivenciam: o de desvio de verbas públicas, o *mensalão*, a *operação vampiro* e outras¹⁰; ou como subornos, contratações ilícitas, enriquecimentos rápidos e inexplicáveis de políticos, e uso da máquina pública para cabide das mais diversas práticas abusivas de beneficiamento pessoal ou familiar; ou ainda, como o eterno acabar em *pizza* das CPIs, os partidos como cabides de interesses estratégicos para uso pessoal, a falta de ética como fundamento partidário, entre

¹⁰Estes termos aludem a escândalos político-midiáticos que marcaram fortemente o imaginário do cidadão brasileiro, associando a atividade política à noção de sujeira discutida no presente artigo.

inúmeros outros, como males do Brasil contemporâneo. Males apontados como a prática da política no Brasil, e que levam os informantes a expressarem o *nojo* que sentem da política e dos políticos, considerados, “*como um bando de porcos no chiqueiro, quando aparece alguma lavagem*”¹¹.

A noção de *Desrespeito ao Cidadão*, por outro lado, engloba respostas associadas à cidadania e à qualidade de vida dos habitantes da cidade, ligadas a problemas de saneamento básico, de esgotamento sanitário, de falta de estrutura de transportes públicos, das condições das vias expressas (calçadas, ruas, avenidas, estradas), da carência de iluminação pública, da condição de higiene da e na cidade, entre outras queixas. Esta noção se encontra associada com a da *Falta de Zelo* com a Coisa Pública, com comparações depreciativas da política legislativa e executiva do país, como no testemunho de um informante insatisfeito com a falta de estrutura urbana do seu bairro alvo de promessas de melhoria por um vereador que recebeu muitos votos dos moradores de lá:

“pois é: os políticos são como gatos de rua, só aparecem quando querem se eleger, depois esquece o eleitorado”.

Afirmção que sintetiza boa parte das mágoas com os políticos e trás embutida outras que se dirigem ao poder executivo. Embora revelem ainda a mentalidade clientelista, da relação político / eleitor.

Promessas pessoais durante a campanha e depois esquecidas são apontadas, aumentando a descrença no voto e aproximam a prática política da noção e sentimento de podridão, e que olham o político como aproveitador, e a política como sujeira. A grande maioria das respostas, porém, reside no descumprimento de promessas de campanha para melhorias na infraestrutura urbana, a partir do próprio bairro do eleitor.

Outro núcleo de indicações do desrespeito ao cidadão fala de problemas gerais que atingem os moradores: a coleta do lixo na cidade, os problemas de transporte urbano, a falta de infraestrutura

de estradas, avenidas e ruas, dificultando a circulação de automóveis e pessoas, aumentando o número de acidentes de trânsito e o tráfego diário das vias públicas. Outro conjunto de respostas narra a falta de policiamento nas ruas, a falta de iluminação pública, dificultando a circulação de pessoas, e geradoras de medo. Outro aspecto indicativo da política como algo que dá nojo, fala da saúde pública e das dificuldades do seu uso e do desaparecimento dos hospitais e postos de saúde; da educação formal e do enfraquecimento da escola pública; falam ainda do distanciamento salarial dos políticos profissionais, e de outros poderes, em relação ao salário do trabalhador comum, entre outros aspectos.

Outro núcleo de indicações fala da violência como um comércio e uma indústria do medo. O que mostra a associação da política e do desrespeito ao cidadão, com relação ao trato da violência pela *res publica*, isto é, como uma coisa do povo. Indicam os políticos como os responsáveis pelo acirramento da violência no país, não por falta de recursos aplicados, mas pelo desvio destes recursos, seja em propaganda, seja por outras formas: despreparo das forças públicas, falta de policiamento estratégico, desinteresse real da questão, embora com aparente interesse da eterna fonte de recursos para estimular este comércio e indústria nos municípios, estados e país, ampliando a cultura do medo entre os cidadãos.

Esta categoria mostrou-se importante ao revelar como a população vê e sente a política no país através dos seus políticos profissionais. A falta de ética, o uso pessoal e partidário da máquina política, o desrespeito ao cidadão, são apontados como problemas estruturais que levam a descrença do eleitor para o destino de seu voto:

“em qualquer político novo ou antigo que se vote, ele assumiu o poder vira um safado igual aos demais que só pensa no seu bolso e no seu benefício”,

sintetiza uma informante, e o faz ver a política como algo sujo. Mostra também o clientelismo atrás das reclamações dos eleitores e, indicam também um lado

¹¹Nome dado à mistura de restos de comida com que são alimentados os porcos criados em fundos de quintais.

trágico desse desordenamento¹²: a descrença da política e a anomia produzida por este ceticismo, bem como, uma visão da política como um lugar onde “*o sujeito, se tiver rebolado, pode se dar bem*”.

Dados constrangedores que demonstram o imaginário social do jeitinho pessoal (DaMATTA, 2001) sobre a forma de ser do brasileiro. Ou da expressão popular: “*rouba, mas faz*”, como forma-síntese do político que se dá bem, mas também executa obras, tão comum à política nacional. Em várias respostas o argumento era ampliado com a indicação do “*voto porque sou obrigado*”, e da intenção de votar nulo ou em branco, “*pois todos os políticos, no fundo, são iguais*”: o que equivale a desonestos e que só pensam em si; espelhando a desilusão com a política, com os políticos e com os poderes constituídos no país.

Conclusão

A noção de *sujeira* é uma categoria analítica importante para a reflexão e compreensão dos valores e atitudes que permeiam o comportamento social, bem como para o entendimento das representações sociais sobre o que é classificado e sentido como ameaça ao cotidiano das relações de uma sociabilidade dada. O entendimento de como os informantes apreende e denuncia a *sujeira* a partir dos significados e práticas experimentadas no cotidiano e na constituição de modos e estilos de vida e de códigos e condutas morais, demonstra a sua relevância para a reflexão antropológica e sociológica.

Valores, crenças e aspirações, medos, receios e esperanças que asseguram um modo de viver social, bem como identidades e objetivos, afinidades e desafetos, noções de semelhança e de dessemelhança, de pertencimento, de fronteiras e estranhamento são enunciados nos testemunhos relatados pelos entrevistados. Testemunhos estes que ampliam o leque de informações por onde

pode se compreender o imaginário social em que se baseiam e de como ele se expressa em suas vidas cotidianas.

Tais elementos permitiram examinar as instâncias afetivas e estéticas, bem como as normas e preceitos que estão por trás, e que parecem servir como reguladores de formas de conduta e modos e estilos de vida dos entrevistados. O que permitiu a compreensão dos processos de coesão social, e de descontentamentos ou buscas de mudanças, enquanto práticas sentidas ou experimentadas no cotidiano.

Este artigo elencou as categorias sobre *sujeira*, e discutiu a sua importância para a construção cotidiana do sentir e agir social e cultural, e que colaboram para a elaboração de uma rede de significados que levam à configuração de condutas morais e modos de vida. Buscou ampliar a compreensão da atribuição de sentidos, interpretações e julgamento da realidade vivida, a partir das experiências cotidianas; e como a noção de *sujo* trás em si a ideia de uma ofensa contra a ordem e contra os valores sociais vistos idealmente como positivos, e de suas ambiguidades.

A noção de *sujeira* analisada pôs em relevo as correlações estabelecidas entre as estruturas do sistema social local e nacional e as formas mais ou menos explícitas de autoridade, com os elementos de poluição e infração que, com eles, interagem como tensão e como enfrentamento. No ângulo da moralidade, mostrou o sentimento de vergonha e da autoestima na indicação da *sujeira* no cotidiano, formando estigmas sociais, e objetivados na tradução de que algo ou alguém não é limpo, através de uma moral que classifica e desclassifica os outros da relação. Do ponto de vista onde a ética espelha as classificações sociais ideais, por outro lado, o trabalho mostrou a importância da categoria *sujeira* para compreender como se explicam e apontam falhas no caráter dos políticos e nas instituições políticas e sociais.

Este artigo é um esforço para a compreensão da noção de *sujeira* na cidade de João Pessoa. Buscou-se apresentar os critérios de classificação e dos medos e receios indicados em relação ao outro relacional, social e culturalmente exposto; bem como apresentar a vivência e

¹²O que parece afirmar uma enquete realizada pelo Ibope em várias cidades brasileiras, publicada no *Jornal do Comércio*, Recife, de 20 de outubro de 2005. Esta enquete mostrou que 67% dos informantes afirmavam que, se estivessem no poder, fariam a mesma coisa que os políticos que lá estão: roubar e colocar a máquina política a seu favor.

a expressão das formas de conduta, valores e costumes sentidos como semelhantes, ou anunciados como dessemelhantes e apreendidos como práticas distantes e não civilizadas, vistas pelos entrevistados como sujas e que causam asco. O artigo procurou mostrar as experiências, ansiedades, reflexões e comparações emitidas, traçando um panorama sobre como pensam a noção de sujeira, e a sua significação para a análise social.

Referências

BARBOSA, Livia. Cultura, consumo e identidade: limpeza e poluição na sociedade brasileira contemporânea. In: Livia Barbosa e Colin Campbell (Orgs.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 107-138

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Editora Zouk, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A cidade dos muros*. São Paulo: Editora 34 e EDUSP, 2000.

CONY, Venus Brasileira. *Mural dos nomes impróprios. Ensaio sobre o grafito de banheiro*. Rio de Janeiro: Sete letras, 2005.

DaMATTA, Roberto. *O que faz Brasil, Brasil?* 11ª edição, Rio de Janeiro: Rocco, 2001

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2 v., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990 e 1993.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei. *Arquitetura da violência: morar com medo nas cidades*. <http://br.monografias.com/trabalhos/arquitetura-violencia-cidades-contemporaneas/arquiteturaviolenciadadescontemporaneas.shtml>. (baixado em 10.6.2011) 2001

FLEISCHER, Soraya Resende. *Passando a América a limpo. O trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts*. São Paulo: Annablume, 2002.

FORTY, Adrian. *Objetos de desejo. Design e sociedade desde 1750*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo, UNESP, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual*. New York: Anchor Books, 1967.

GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª. Edição, Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Enraizamento, pertença e ação cultural. *Cronos*, v. 2, n.1, p. 131-137, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Sociologia da emoção. O Brasil urbano sob a ótica do luto*. Petrópolis: Vozes, 2003.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *De que João Pessoa tem medo?* Série Cadernos do GREM N° 06. João Pessoa: EdUFPB, 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *O que é medo: Um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba. Psicologia e Sociedade*, v.21, n. 3, p. 402-410, 2009.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Pertencimento, medos corriqueiros e redes de solidariedade. Sociologias*, v.12, n. 25, p. 286-311, 2010.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Regras e códigos de conduta moral e ética: um passeio pelo imaginário urbano e pelas vivências, reflexões e comparações sobre a noção de sujo de homens comuns de classe média no Brasil Urbano do século XXI. In: Jonas Ferreira, Adrián Scribano (Orgs). *Corpos em concerto: diferenças, desigualdades, desconformidades*. Recife: EdUFPE, p. 51-80, 2011.

KRISTEVA, Julia. *The Power of horror: an essay on abjection*. New York: Columbia University Press, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *El origen de las maneras de mesa*. México: Siglo Veintiuno, 1970.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SENNETT, Richard; COBB, Jonathan. 1972. *The hidden injuries of class*. New York: Vintage Books.

SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. Jessé Souza e Berthold Öelze (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: EdUnB, p. 79-108, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole. O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

As razões do coração Entre neurociências culturais e antropologia das emoções

Chiara Pussetti

Recebido em: 01.09.2015

Aceito em: 16.10.2015

Resumo: Este artigo pretende pôr em diálogo a antropologia das emoções com as contribuições mais recentes das neurociências culturais e afetivas, apresentando portanto uma abordagem biocultural, que tenha em conta os aspetos socioculturais e os mecanismos neuronais que controlam as respostas emocionais. A partir das teorias que consideram o ser humano como um ser incompleto e em continua construção, propomos uma crítica ao reducionismo biológico e cultural, repensando o conceito de incorporação do ponto de vista da neuroantropologia. A partir desta leitura biocultural das emoções, consideraremos alguns processos voluntários de autoconstrução na direção de específicos modelos de humanidade, apresentando o debate bioético ligado ao emprego – massivo e em continuo crescimento - da psicofarmacologia cosmética na construção cultural das emoções. **Palavras-chave:** emoções, neurociências culturais, antropologia, psicofarmacologia.

The reasons of the heart
Between cultural neuroscience and anthropology of emotions

Abstract: This article intends to present a biocultural approach to emotions through a dialogue between anthropology and the latest contributions of cultural and affective neuroscience, taking into account the socio-cultural aspects and the neural mechanisms that control emotional responses. From theories that consider the human being as an incomplete being always in construction, we propose a critique of biological and cultural reductionism, rethinking the concept of incorporation from the perspective of neuroanthropology. Through this biocultural approach, we consider some voluntary process of self-construction in the direction of specific models of humanity, presenting the bioethical debate linked to employment - massive and continued growth – of cosmetic psychopharmacology in the cultural construction of emotions. **Keywords:** emotions, cultural neurosciences, anthropology, psychopharmacology

Homo Incomplete: o cérebro entre natureza e cultura

As últimas décadas viram surgir um renovado interesse acadêmico para o tema das emoções em diferentes campos disciplinares, como a antropologia, a filosofia, a sociologia e a história. O debate atual sobre as emoções continua, porém, tirando algumas raras exceções, a reproduzir dicotomias que têm

profundas raízes históricas na nossa tradição cultural tais como mente/corpo, razão/emoção e cultura/natureza. Podemos reconduzir a maior parte dos estudos que até agora foram produzidos sobre as emoções a duas escolas de pensamento opostas: os biólogos e os construtivistas sociais.

Os primeiros sustentam que as emoções são essências universais, inatas e geneticamente determinadas: fenômenos biológicos, passivos e involuntários,

respostas instintivas aos estímulos do ambiente, ligados mais à memória filogenética do que a aprendizagem individual, independentes, portanto, da cultura e fora dos interesses e das possibilidades de compreensão dos cientistas sociais. O mundo das emoções e dos sentidos pertenceria completamente, nesta ótica, por um lado à esfera da biologia, que se ocupa da estrutura genética do homem, e pelo outro às disciplinas psicológicas: a estas compete a tarefa de estudar “o lado obscuro do homem” (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 99)¹³.

Os construtivistas sociais afirmam pelo contrário que as emoções dependem da interpretação ou avaliação de um estímulo, isto é de um processo de atribuição de significado e valor moral a algo que por si mesmo não seria emotígeno. As emoções são, portanto, segundo esta perspectiva, modelos de experiência adquiridos, historicamente situados e estruturados na base do sistema de crenças, da ordem moral, das normas sociais e da linguagem próprias de uma dada sociedade. Neste sentido, as emoções são consideradas como construções sociais, variáveis como qualquer outro fenômeno cultural: por um lado, não faz sentido falar de emoções universais, idênticas através das culturas e do tempo; pelo outro, torna-se possível compreender as emoções mesmo sem considerar os aspectos biológicos.

Aderindo à perspectiva do construtivismo social das emoções, muitos cientistas sociais proferiram, porém, afirmações bastante discutíveis. O filósofo Robert Solomon afirmou, por exemplo, que “a emoção não é uma sensação, mas é essencialmente uma interpretação” (1984, p. 248) e que “a emoção é só um irreduzível produto sociocultural” (1984, p. 37). Na mesma linha, a antropóloga Benedicte Grima sustentou que “a emoção não é biologia, mas é só cultura” (1992, p. 6), enquanto Lila Abu-Lughod e Catherine

Lutz proclamaram que “longe de ser entidades psicobiológicas internas, as emoções são antes construções socioculturais, estilos culturais, práticas discursivas e performances sociais culturalmente específicas” (1990, p. 2). As duas autoras, no mesmo volume que constitui possivelmente a referência principal do pensamento antropológico sobre as emoções, chegaram a propor uma concepção das emoções como algo que “pertence à vida social e não a estados interiores” (1990, p. 10), e que “os antropólogos deverão se esforçar por libertá-las da psicobiologia” (1990, p. 10, 12). Em outros trabalhos (PUSSETTI, 2005a, 2005b, 2011) reconstruí o pensamento sobre as emoções nas ciências sociais a começar pelo trabalho emblemático de Franz Boas que já em 1888 afirmava que “as reações emocionais que percebemos como naturais são realmente determinadas pela cultura. Os dados etnográficos confirmam que não só os nossos conhecimentos, mas até as nossas emoções são ligadas à forma da nossa vida social e a história do nosso grupo de pertença” ([1888] 1940, p. 635, 636) e, portanto, “é impossível determinar a priori quais partes da nossa vida mental são comuns à inteira humanidade e quais devidas à cultura na qual vivemos” ([1888] 1940, p. 636). Esta contextualização histórica é importante para perceber, por um lado, as relações entre Boas, Ruth Benedict e Margaret Mead e as principais teorias sobre “modelos”, “estilos”, “tons”, “configurações” emocionais, ou ainda “ethos” e “caráter nacional” da escola de “cultura e personalidade” (BENEDICT, 1934; 1936; BATESON e MEAD, 1942; MEAD, 1953), e pelo outro as etapas da viragem interpretativa da antropologia das emoções, a partir do trabalho sobre o léxico das emoções em Java de Hildred Geertz (1959) e do Clifford Geertz sobre a pessoa em Bali (1966) até aos trabalhos de Jean Briggs (1970) entre os Esquimós Utku, de Robert Levy (1973) sobre a etnopsicologia taitiana, e de Michelle Rosaldo (1980) sobre as paixões dos Ilongot nas Filipinas. É este o panorama a partir do qual, nos anos Oitenta, aparecem numerosas monografias dedicadas aos

¹³Se Lévi-Strauss certamente exclui as emoções do logos das ciências sociais, todavia não o podemos considerar “biologista” na sua compreensão da realidade social e cultural, mas antes “universalista”, pelas perspectivas conceituais do estruturalismo.

discursos sobre as emoções e à relação entre estas e a sociedade, entendendo as emoções não só como veículos expressivos, mas como atos pragmáticos, linguagem primária para definir, negociar, refletir e estruturar relações sociais (ABU-LUGHOD, 1986; BAILEY, 1983; LUTZ, 1988; MYERS, 1979, 1986), modelos de pessoa (FAJANS, 1983, 1997; RIESMAN, 1977, 1992; WHITE e KIRKPATRICK, 1985), diferenças de status e caracterizações de gênero (BAILEY, 1983; APPADURAI, 1985; ABU-LUGHOD, 1986; LUTZ, 1990; OBEYESEKERE, 1990; PANDOLFI, 1991).

Muitos pesquisadores criticaram, todavia, esta abordagem, julgando-a demasiado distante da experiência real e subjetiva das emoções: pelas palavras de Arnold Epstein, “na antropologia das emoções fala-se muito do coração, mas é um coração no qual parece não fluir sangue” (1992, p. 280). Catherine Lutz, influenciada pela antropologia fenomenológica daqueles anos (JACKSON, 1983, 1989, 1998; STOLLER, 1989; HOLLAN, 1988, 1992, 1997; LYON, 1995; INGOLD, 1986), acabou por repensar as suas próprias afirmações e para afirmar que nunca entendeu negar a dimensão corpórea e incorporada das emoções ou ocultar os aspetos biológicos (LUTZ e WHITE, 1993, p. 6). São os anos nos quais a noção de incorporação (*embodiment*), proposta por Csordas (1990, 1994) para indicar a interseção do biológico e do social no âmbito da experiência vivida, impõe-se como possível novo paradigma para a antropologia ou como conceito *passé-partout* para ultrapassar a dicotomia mente/corpo ou natureza/cultura. Apesar de reconhecer que a mente está incorporada, como bem resume o conceito de “*mindful body*” de Lock e Schepers-Hughes (1987), os teóricos do *embodiment*, todavia, não demonstraram o mínimo interesse para os reais aspectos biológicos das emoções. Temos que esperar anos bem mais recentes para encontrar os primeiros estudos que põem em diálogo a antropologia com as neurociências culturais, para tentar ultrapassar a dicotomia cultura e natureza

e chegar a uma compreensão que saiba dar conta da complexidade do comportamento emocional (SELIGMAN e BROWN, 2010; CAMPBELL e GARCIA 2009). Estas contribuições são interessantes porque, apesar de partir de bases epistemológicas e objetivas de pesquisa diferentes, acabam para confirmar as abordagens interpretativas e construtivistas das emoções e resolver o aparente conflito entre social e biológico.

São especificidade e plasticidade e não natureza e cultura, de acordo com as mais recentes contribuições das neurociências, a fornecer a dialética que coordena o desenvolvimento do sistema nervoso humano, e ambas são totalmente dependentes tanto dos genes como do ambiente (CHANGEUX, 1985; OCHSNER e LIEBERMAN, 2001; LEDOUX, 2002; BLAKEMORE e CHOUDHURY, 2006; LIEBERMAN, 2007; HAN e NORTHOFF, 2008). Sem especificidade, conceito que designa ao nível ontogenético o processo de desenvolvimento invariante do cérebro dentro de um ambiente flutuante, o cérebro não seria capaz de desenvolver no momento certo os próprios circuitos neurais. Sem plasticidade, isto é, as variações que se desenvolvem como adaptação a contingências ambientais, o sistema nervoso em desenvolvimento não seria capaz de modular a sua resposta aos aspetos mutáveis do mundo, de forma a criar no cérebro uma representação deste mundo e um plano sobre como agir e interagir com ele (GOLLIN, 1981; CHANGEUX, 1983; EDELMAN, 1987; MASCIE-TAYLOR e BARRY, 1995; GAZZANIGA, IVRY e MANGUN, 1998; OLIVERO 1998; ROBERTSON, 1999).

Apesar de, já desde o século passado, as neurociências considerarem o cérebro como um sistema aberto e mutável, a pesquisa empírica sobre a influência que os contextos socioculturais exercem nos mecanismos neurobiológicos começou só nos últimos anos, graças ao desenvolvimento das técnicas de neuroimagem.

A noção de plasticidade ocupa hoje um lugar central no âmbito das neurociências e as experiências conduzidas confirmam que o cérebro

humano não é um órgão definitivamente formado desde o nascimento, mas, antes, uma entidade dinâmica, moldada pelo ambiente e pela experiência individual e capaz de criar continuamente novas configurações. Se antes se pensava na plasticidade como uma característica só dos primeiros meses ou anos da vida e de determinadas partes do cérebro, os neurocientistas agora comprovaram que a plasticidade se aplica a todo o cérebro e para todo o curso da vida (MOUNTCASTLE, 1998; HART e RISLEY, 1995; KITAYAMA, 2000; MONTGOMERY et al., 2003; STERN e CARSTENSEN, 2000). A plasticidade incide sobre múltiplos processos de função e estrutura cerebral. Além da influência das experiências na plasticidade neuronal e sináptica, nos últimos anos descobriu-se que os contextos sociais causam também mudanças não neuronais, por exemplo, nos astrócitos, na mielinização e na vasculatura cerebral (GROSSMAN et al. 2002; MAGUIRE et al., 2000; DRAGANSKI et al., 2006; DRAGANSKI e MAY, 2008). O cérebro pode criar continuamente novas células (neurogênese) e novas conexões sinápticas entre os neurônios (sinaptogênese), e fortalecer ou enfraquecer as conexões já estabelecidas (modulação sináptica). Podem verificar-se alterações nas conexões neuronais de curto e de longo prazo, que podem estar relacionadas a mudanças hormonais, a alterações na densidade e comprimento dos dendritos (a parte de recepção dos neurônios), à germinação de axônios (a expansão das terminações nervosas responsáveis pela produção de impulsos elétricos), ao aumento da atividade sináptica, e a variações metabólicas, entre outros fatores (KOLB e WISHAW, 1998).

O cérebro plástico é portanto “um órgão culturalmente específico” (CLARK e CHALMERS, 1998), “um cérebro ecológico ou cultural, dependente, para toda a sua vida da relação com o ambiente natural, social e cultural” (SHORE, 1996, p. 3, 5). É, porém, um cérebro incompleto e não funcional à nascença, dependente da intervenção da cultura (CHANGEUX, 1983; EISENBERG, 1995; NELSON, 1996; O’LEARY, 1996; MOUNT-

CASTLE, 1998; LALAND et al. 2000; JOHNSON, 2001; CROMBY, 2004; MACHAMER e SYTSMA, 2004, MALABOU, 2008).

A tese da incompletude ontológica do homem e da interação profunda da sua biologia com fatores culturais e ambientais tem uma longa tradição filosófica, que vê entre os seus precursores, por quanto distantes historicamente e distintos na formulação das suas teorias, “pensadores como Michel de Montaigne, Johannes Nikolaus Tetens, David Hume, Johann Gottfried von Herder, Friedrich Nietzsche, St. George Jackson Mivart e Reinhard Gehlen” (REMOTTI, 2005).

Ao contrário dos outros animais, que são geneticamente equipados dos instintos necessários para a sua sobrevivência e a sua adaptação, o ser humano nos primeiros meses ou anos de vida é um organismo prematuro, vulnerável e indefeso. Justamente por esta indefinição, representada pela redundância extrema de seu sistema nervoso, no momento do nascimento o horizonte das possibilidades da criança é imenso: o recém-nascido pode se adaptar a quase todas as solicitações do ambiente e qualquer futuro é virtualmente possível. Será a educação, que compensa a ausência de orientações genéticas específicas a desbastar este imenso campo de possibilidades em favor de uma relação particular com o mundo, da qual a criança irá se apropriar segundo a sua história pessoal.

Uma das características do sistema nervoso que é mais surpreendente é o grande número de células e conexões nervosas existentes tanto no córtex cerebral e no cerebelo, duas áreas que estão envolvidos na aprendizagem e na memória. Esta abundância é funcional a um sistema seletivo, destinado a reduzir as possibilidades através da aprendizagem. A aprendizagem é, portanto, um trabalho sistemático de poda, de desbaste, de redução de possibilidades: para as neurociências, aprender significa eliminar. Durante o desenvolvimento pré-natal, o cérebro fetal produz cerca de 250.000 células nervosas a cada minuto de cada dia durante todo o período da gestação. E se esta imagem não surpreendesse o

suficiente, tanta é a densidade de conexões entre os neurônios que podemos imaginar a criação de até 30.000 sinapses por segundo por cada centímetro quadrado de superfície cortical durante toda a gravidez. A superprodução de neurônios e sinapses garante que uma criança nascida em qualquer lugar do mundo e em praticamente todas as circunstâncias possíveis, possa criar uma configuração neuronal adequada à sua sobrevivência.

Durante o processo de crescimento, enquanto o ser humano aprende a gerir o mundo à sua roda e a manter relações sociais, algumas conexões serão mantidas e outras eliminadas. A educação desempenha um trabalho sistemático de seleção: o recém-nascido adquire linguagem, gestualidade, sentimentos e percepções sensoriais próprios da cultura corporal e afetiva específica do seu grupo. Como consequência deste mecanismo de desgaste de neurônios e sinapses, aproximadamente seis meses depois do nascimento só cinquenta por cento destas células será mantida: um processo chamado de morte celular programada. Esta dinâmica continuará ao longo de toda a vida, porém as alterações não serão tão dramáticas como nos primeiros anos. Durante o longo período de ontogênese pós-natal do sistema nervoso os nervos serão mielinizados, acelerando assim a comunicação, novos neurônios nascerão nas regiões principais do córtex e se criarão novas conexões sinápticas. O isolamento natural do córtex e as conexões de mielina entre os axônios, necessárias a permitir uma condução eficiente de impulsos elétricos, não se formarão completamente antes dos seis anos de vida. Apenas na puberdade podemos dizer que a maturação física do cérebro humano é completa, embora o desenvolvimento neuronal continue ao longo de toda a vida. Esta combinação de nascimento prematuro e desenvolvimento retardado significam que pelo menos três quartos do cérebro humano irão desenvolver-se fora do útero, em relação direta com o ambiente externo.

As primeiras áreas do cérebro a alcançar um desenvolvimento completo são o tronco cerebral e o mesencéfalo: as áreas que regulam as funções corporais

autônomas essenciais à sobrevivência (respiração, digestão, excreção, termorregulação). Pensa-se que as atividades do recém-nascido sejam controladas principalmente pela medula espinal e pela parte inferior do tronco encefálico. É possível que seja parcialmente envolvido também o tálamo, mas em qualquer caso o córtex cerebral desempenha um pequeno papel na vida do bebê. O córtex pré-frontal, que permite o pensamento abstrato, a amígdala e o sistema límbico, que estão envolvidos na regulação emocional, são áreas que se desenvolverão mais tarde (LAUGHLIN, 1989, 1991; EMDE, 1984; PRIBRAM, 1984; TUCKER e FREDERICK, 1989; HUTTENLOCHER, 1990; JENKINS e OATLEY, 1996). É por causa disto que as emoções dos bebês, que ainda são manifestamente organismos subcorticais, são incontroladas e indefinidas.

Se as emoções são reguladas por áreas subcorticais, estas são, todavia, integradas e controladas por estruturas corticais que transmitem diretivas de ação e informações culturais (simbólicas, semióticas e cognitivas) ao sistema límbico (SCHORE, 1994, p. 35, 41-42). Através da mediação do córtex, definido “o cavalo de Tróia das emoções” (RATNER, 1991, p. 224-237; SCHORE, 1998, p. 69; ARM-STRONG, 1999, p. 269-270), as informações culturais penetram no sistema límbico: é por causa disso que as emoções não são reações imediatas a estímulos externos ou a mecanismos biológicos internos, mas, pelo contrário, dependem da aprendizagem individual e da assunção de modelos de comportamento socialmente definidos (SIEGEL, 1999, p. 122, 131-132; ARMSTRONG, 1999).

Homo Emotionale: uma leitura bio-cultural das emoções

De acordo com as neurociências, o comportamento emocional é gerido e organizado por áreas do cérebro cuja formação e maturação são completamente pós-natal e que não se tornariam funcionais sem a estimulação certa no período adequado (ROBERTSON, 1999, p. 183; LAZARUS, 1984, p. 230).

Os neurocientistas definiram estes momentos muito especiais de porosidade “períodos críticos os sensíveis” (MARKUS e KITAYAMA, 1991, p. 6): o período crítico do crescimento sináptico e da diferenciação da estrutura límbica e do córtex pré-frontal que regulam as emoções começa no final do primeiro ano de vida da criança, e este processo de desenvolvimento é significativamente influenciado pelas relações sociais e afetivas com o *caregiver* primários (SCHORE, 1994, p. 13; 1998, p. 191). Quando a criança ultrapassa este período de receptividade particular, que se situa entre mais ou menos os dezoito meses e os três anos de vida, não será possível desenvolver uma emotividade humana com a mesma facilidade. A plasticidade do cérebro é, portanto, uma faca-de-dois-gumes: por um lado, oferece a possibilidade ao corpo em crescimento de se adaptar da melhor forma possível ao ambiente em que se desenvolve; pelo outro, também significa que condições adversas do ambiente podem ter consequências irreversíveis sobre o seu desenvolvimento, segundo a programação da “especificidade”.

Nos primeiros anos de vida, o cérebro não só é biologicamente preparado acolher as diretivas da experiência: a sua maturação *precisa* estas solicitações. Se durante esse período não forem oferecidas estimulações suficientes a amígdala, o hipocampo e os núcleos septais irão atrofiar, os circuitos neuronais não se desenvolverão adequadamente, o crescimento sináptico irá parar, e a própria sobrevivência de dendritos, axônios e neurônios será colocada em risco.

A necessidade de estímulo social e emocional é tão imperativa que, nos primeiros anos de vida, as crianças procuram continuamente contato mesmo com mães que os rejeitam violentamente e os maltratam ou abusam fisicamente. Os estudos realizados desde 1945 pelo psicanalista infantil René Spitz sobre os efeitos neurofisiológicos da privação afetiva evidenciaram que as crianças privadas de relações emocionais não desenvolvem de forma adequada a ligação entre córtex cerebral e diencéfalo. Esta conexão é fundamental para que a criança

possa desenvolver as capacidades emocionais que consideramos como tipicamente “humanas”. Spitz analisou em particular o comportamento de crianças hospitalizadas ou institucionalizadas desde os primeiros meses de vida em ambientes com insuficiente estimulação social e emocional e observou que a privação emocional gera distúrbios evolutivos ao nível afetivo, cognitivo e linguístico. As crianças em observação apresentavam sintomas múltiplos quais perdas de peso, insônia, incapacidade de comunicação, fragilidade às doenças, atraso motor generalizado, inexpressividade facial, incapacidade de relacionamento emocional, letargia e anorexia. 37,3% das crianças examinadas acabaram por morrer dentro do primeiro ano de vida. Os que sobreviveram manifestaram graves atrasos do processo de desenvolvimento, ao ponto de não se sustentar de pé, andar ou falar adequadamente (SPITZ, 1945, 1949).

Confirmam os dados de René Spitz, as pesquisas realizadas pela psiquiatria britânica John Bowlby (1953, 1977) sobre o quadro clínico originado pela privação materna. Segundo as suas pesquisas, as crianças privadas nos primeiros e fundamentais anos de vida de estímulos afetivos desenvolvem déficits permanentes semelhantes aos causados pela amigdalectomia. Recentemente, as suas conclusões foram confirmadas por observações efetuadas com crianças encontradas em orfanatos romenos sobrelotados, depois da queda de Ceausescu, em 1989. A maior parte das crianças entre os dois e os quatro anos de vida não manifestava emoções, não reagia aos estímulos, não conseguia nem andar nem falar. A ressonância magnética permite demonstrar que no primeiro ano de vida as interações afetivas são fundamentais para o correto desenvolvimento da estrutura cerebral da criança (SCHORE, 2000; SABLE, 2008). Neste período o volume total do cérebro aumenta 101% e o volume do cerebelo 240% (KNICKMEYER et al, 2008): o crescimento da substância cinzenta ligado à intensa arborização dendrítica e axonal, bem como ao aumento da densidade sináptica e o da substância branca que constitui esses órgãos depende da

qualidade das experiências oferecidas à criança no meio em que ela vive, tornando-se, portanto, vulnerável aos estímulos ambientais e afetivos cuja carência pode deixar sequelas para o resto da vida do indivíduo (OLAZÁBAL e YOUNG, 2006; BUSTOS, 2008).

Em trabalhos anteriores (PUSSETTI, 2005, 2009) apresentei os efeitos do isolamento prolongado sobre o comportamento emocional, analisando alguns casos emblemáticos, de crianças que foram criadas por animais, ou abandonadas, ou que viveram em situações de isolamento social extremo nos primeiros anos de vida. A experiência e a expressão emocional destas crianças colocam-se aos limites do que consideramos como “comportamento humano”, confirmando que até mesmo os nossos sentidos e as emoções mais íntimas revelam o ambiente social e cultural particular em que crescemos. Parece então, como já afirmava nos anos setenta o antropólogo Clifford Geertz, que sem o espelho das palavras e dos comportamentos dos outros, sem relações sociais que possam moldar a relação com o mundo "o comportamento do homem seria praticamente ingovernável, um mero caos de ações inúteis e emoções em tumulto, a sua experiência seria praticamente informe" (GEERTZ, 1987, p. 89).

O desenvolvimento emocional é, portanto, constitucionalmente ligado à aprendizagem individual e à assunção de padrões de comportamento, estruturas interpretativas e diretivas de ação socialmente compartilhadas, mediadas pela atividade de áreas neocorticais e compatíveis com a organização em conexões reticular de células nervosas (SAARNI, 1993; LEWIS e SAARNI, 1985; RATNER, 1989). São precisamente estes processos de avaliação culturalmente específicos que, atribuindo valor aos estímulos, torná-los significativos para o indivíduo e, conseqüentemente, emotígeno e que ao mesmo tempo tornam o indivíduo um ser "emocional". William Reddy fala a este respeito de “*emotives*” ao mesmo tempo “*self-making, self-exploring e self-altering*” (2001, p.32)

Os modelos pelos quais os indivíduos reduzem a complexidade do

que sentem, pensam ou percebem em cada momento - organizando dinamicamente a arquitetura neuronal e modificam as conexões sinápticas - são adquiridos não através de generalizações explícitas, mas através de experiências pragmáticas e ações quotidianas. O cérebro da criança, afirma o neurobiólogo Steven Rose (2005, p. 159), reage às instruções de indivíduos específicos em contextos locais para aprender a dotar de um significado os inputs sensoriais, passíveis de ser interpretados de múltiplas formas. Os ambientes nos quais os seres humanos vivem são ambíguos e complexos e, portanto, abertos a interpretações divergentes, e a sua codificação em categorias distintas e definidas depende da percepção e da avaliação individual. Como as experiências de vida podem ser similares, mas nunca idênticas, e o “ambiente cultural” não fornece diretivas coerentes, mas, apresentam mensagens conflituosas, ambíguas e transitórias, o processo de “interiorização” é extremamente complexo. A ordem social, de fato, nas palavras de Claudia Strauss, não um “*master programmer*”, assim como a cultura não pode ser “*loaded in*” como se fossemos computadores (1992, p. 8, 11). A aquisição destes modelos nunca é uma replicação pura, como nas digitalizações ou nas transmissões de *fax* (1992, p. 1-2): para entender porque as pessoas fazem o que fazem, afirma Strauss, temos portanto que rejeitar não só o determinismo psicobiológico, mas, também, o determinismo sociocultural (1992, p. 1).

Assim, em vez de serem receptores passivos das informações do ambiente, os seres humanos são criadores ativos de seu próprio mundo. Os seres humanos, de fato, continua Steven Rose, constroem continuamente os ambientes materiais e sociais dos quais eles precisam para se completar (2005, p. 206). De acordo com as neurociências, portanto, o ser humano está constantemente envolvido, como diria Lévi-Strauss, em um trabalho de *bricoleur*: “a nossa própria biologia nos transformou em criaturas que constantemente recriam os seus ambientes neuropsíquicos e materiais” (ROSE, LEWONTIN e KAMIN, 1983, p. 297).

Contra formas rígidas de determinismo biológico ou cultural, estes teóricos propõem uma concepção do construtivismo social que coloca o ser humano no centro da cena: uma leitura que estabelece uma relação dialética entre o ser construído (processos antropo-poiéticos) e o se construir a si próprio (processos auto-poiéticos). A “capacidade divina dos seres humanos”, como a definiu Edmund Leach (1969, p. 90), é precisamente a de criar, transformar e inventar continuamente a sua própria arquitetura neuronal, no entanto, que altera a natureza física, social e cultural do mundo (1969, p. 26): é neste sentido que Leach afirma que a mente humana é “poiética” (1976, p. 5). Também no que diz respeito à experiência emocional, poderíamos dizer que o homem é entregue a si mesmo e, portanto, condenado, como diria Jean-Paul Sartre (1965, p. 543), a construir os modelos de referência dos quais ele mesmo será construído.

Ao lado destes processos de construção que ocorrem nos processos silenciosos da quotidianidade e na autoridade não declarada do hábito e da convenção, existem também processos que pelo contrário interrompem a normalidade, moldando drasticamente a personalidade dos indivíduos para coincidir com os modelos estéticos e éticos de humanidade que cada contexto traz consigo. Refiro-me a todos aqueles processos que, introduzindo violência, medo, dor física e psicológica, determinam a ativação do sistema neuroendócrino, que reage à circulação dos hormônios produzidos pelas glândulas suprarrenais: em particular, a adrenalina, que interage com os receptores da amígdala, ponto-chave do circuito emocional do cérebro e centro da memória emocional, e o cortisol, que estimula o hipocampo potenciando a aprendizagem e aumentando a retenção de memórias. Os trabalhos de Harvey Whitehouse (2005; WHITEHOUSE e LAIDLAW, 2004) sobre emoções, hormônios do estresse e memória nos rituais de iniciação são exemplos emblemáticos. Pertencem a este tipo de intervenções todas as práticas, físicas, farmacológicas ou comportamentais, destinadas a transformar as emoções das

peças de forma rápida para que coincidam com os ideais da sua própria comunidade. Os avanços da neuroimagem permitem observar os efeitos de certas práticas sociais como, por exemplo, os rituais de iniciação, o jejum ou a meditação nas estruturas cerebrais envolvidas no circuito emocional, afetando em particular a neurogênese no hipocampo e, portanto, os seus correlatos funcionais: cognitivos, emocionais e comportamentais. Por exemplo, o trabalho do neurobiólogo Richard Davidson (2001, 2004) evidencia como os exercícios ou práticas que ele define como “autopoiéticas”, como a meditação, podem alterar a arquitetura neuronal do cérebro, reforçando os neurotransmissores envolvidos no bem-estar físico e mental.

Homo Faber: intervenções de psicofarmacologia cosmética

Entre as práticas contemporâneas destinadas a moldar ou alterar conscientemente e de forma rápida as próprias emoções, de particular interesse do ponto de vista antropológico resulta o emprego autopoiético da psicofarmacologia cosmética, um termo cunhado pelo psiquiatra Peter Kramer em 1993 no seu best-seller *Listening to Prozac*. Com esta expressão Kramer estava se referindo, em particular, ao uso de antidepressivos, particularmente a fluoxetina, um inibidor seletivo da recaptção de serotonina (ISRS ou SSRI), colocada no mercado sob o nome comercial de Prozac, para alterar voluntariamente as emoções em pessoas não clinicamente deprimidas, ao fim de fabricar pessoas mais confiantes, relaxadas, felizes, otimistas e ‘socialmente atrativas’ (KRAMER, 1993, p. XVI). Estamos todos bastante familiarizados com o emprego da cirurgia plástica para fins estéticos. A maioria das pessoas que se submetem a tais procedimentos não precisa realmente deles - não têm malformações congênitas e não tiveram graves acidentes - mas querem melhorar a sua aparência física na direção de um ideal estético. Da mesma forma, o conceito de “psicofarmacologia cosmética” indica a utilização de fármacos para melhorar a própria condição psicológica na ausência

de psicopatologia. Querem ser mais extrovertidos e socialmente atraentes, ou mostrar boas performances intelectuais, e serem mais focados e rápidos no trabalho.

A utilização de extratos de plantas ou enzimas de fungos que atuam ao nível sináptico, interagindo com um ou mais mecanismos responsáveis pela transmissão do sinal de nervoso, para estimular ou inibir processos cerebrais dedicados a funções específicas do comportamento, como as emoções ou as percepções, é certamente uma das mais antigas práticas da história humana. Do mesmo modo, estes fármacos exercem os seus efeitos ao nível sináptico, intervindo diretamente no processo de transformação dos sinais nervosos de elétricos em químicos, isto é interferindo na interação entre neurotransmissores e receptores.

O que torna o caso da psicofarmacologia cosmética particularmente interessante é o crescimento exponencial nos últimos dez anos da utilização de medicamentos como ansiolíticos, antidepressivos, hipnóticos e estabilizadores do humor em consumidores sem manifestações clínicas de doença. Em 2002, o mercado mundial de Prozac ascendeu a um valor de cerca de 17 bilhões de dólares e se tornou o segundo medicamento mais vendido no mundo. As estratégias de marketing da empresa farmacêutica Eli Lilly são fascinantes: em 1997, entrou em comércio uma variedade de Prozac pediátrica com sabor hortelã ou morango. Os comprimidos, até em versão chiclete, tiveram um enorme sucesso, juntamente com a Ritalina, para construir crianças serenas, bem dispostas, atentas e produtivas na escola. Um estudo de dezembro de 2003 relata que cerca de 50.000 crianças com menos de 12 anos de idade na Inglaterra estavam a ser tratados regularmente com o Prozac (AA.VV, 2003). A ideia à base era formar desde já indivíduos destinados ao sucesso escolar, profissional e a uma favorável integração social. O poder transformador do Prozac, como Kramer escreve no seu livro mais famoso, é o de ser uma “pílula da felicidade”: se a medicina e a cirurgia estética moldam os corpos, os fármacos consentem ter um desempenho intelectual

excepcional e permitem às pessoas ser agradáveis e lidar com as situações do quotidiano de forma positiva (RATNER, 2004).

Num mundo com exigências cada dia mais altas, torna-se imperativo - para ser bem sucedidos – satisfazer critérios seletivos de beleza, desempenho escolar, realização profissional e comportamento social. Não só o corpo torna-se um capital sobre o qual investir, mas também as nossas emoções e capacidades intelectuais têm que ser manipuladas para progredir na escada social. Alguns autores falaram explicitamente da psicofarmacologia cosmética como de uma prática de autoconstrução, indicando emblematicamente o caso do Prozac como estratégia de manipulação das emoções segundo os modelos culturais e as específicas exigências sociais, políticas e econômica (DE GRAZIA, 2000, 2004, 2005a, 2005b). Se altos requisitos do sucesso impõem transformações rápidas, todavia a psicofarmacologia cosmética (do grego *kosmeo*, arrumar, embelezar, harmonizar) enquanto prática de maquiagem emocional é considerada de forma negativa como um engano ou uma ficção. Se práticas autopoieticas como a educação, a meditação ou a oração, são consideradas naturais ou até mesmo virtuosas, porque implica esforço individual, o atalho que a farmacologia oferece é considerado como uma falsificação, uma manipulação artificial da personalidade e, portanto, algo moralmente problemático (SPERRY e PROSEN, 1998).

Em um texto de referência sobre os problemas bioéticos do uso de Prozac como prática autopoietica, Carl Elliott e Erik Parens levantam a questão espinhosa da autenticidade do *self* (ELLIOTT, 1998, p. 182, 186; PA-RENS, 1998, p. 23). Se os psicofármacos podem transformar as emoções artificialmente regalando uma personalidade melhor, todavia esta não é uma personalidade real, nem estas são emoções verdadeiras (ELLIOTT, 1998, p. 182). O desconforto de Elliott baseia-se em uma representação do *self* e das emoções como algo “dado” e, portanto, natural, íntimo, real, genuíno, autêntico.

Na mesma linha de argumentação, Eric Gable e Richard Handler (1998, p. 568), antropólogos respectivamente do Mary Washington College and University of Virginia, escrevem que a cultura euro-americana perdeu autenticidade. A dimensão da autenticidade é algo muito interessante no pensamento euramericano e a dialética entre verdade e falsidade, espontaneidade e artifício desperta debates éticos acesos (CHIANG, 2009). A filósofa Vinciane Despret, que no título de seu livro mais famoso define as ciências ocidentais da psique como “etnopsicologia da autenticidade” (2001), argumenta que o fascínio com a autenticidade da emoção e da singularidade e estabilidade do self é uma característica distintiva da nossa tradição intelectual:

A ideia de um “eu” autêntico ou de um núcleo de irracionalidade “escondido” ou protegido dentro do corpo é uma representação da emoção que cultivamos na nossa tradição. Esta representação articula-se muito bem com a imaginação que colocam as emoções nos indivíduos, em vez que nas relações. Nota-se que esta relação única entre interioridade, passividade e veracidade da emoção pressupõe certa definição de autenticidade: a emoção é verdadeira, naturalmente verdadeira, mas, sobretudo, espontaneamente verdadeira. Esta definição de autenticidade expressa, outra vez, a separação dicotômica entre natureza e cultura (2001, p. 83).

Esta ideia do eu como integrado, único e “interno” e das emoções como naturais e autênticas encontra-se na base das discussões bioéticas sobre os limites da “manipulação” e da construção da personalidade. O debate atual sobre limites e consequências da manipulação cultural das emoções abre questões de extremo interesse antropológico que indicam futuros percursos de pesquisa.

Até que ponto o homem é livre de se transformar e construir alterando farmacologicamente a autenticidade de suas emoções? Qual é a diferença do ponto de vista ético entre moldar a própria personalidade através do estudo, da meditação, das artes e o uso de drogas psicoativas? Podemos considerar o emprego cosmético

da psicofarmacologia como uma farsa, uma fraude, uma maneira de contornar os obstáculos? Se todas as emoções são culturalmente construídas, porque julgamos que as intervenções de “maquiagem” farmacológicas dão origem a uma personalidade falsa e não autêntico? Porque este “fazer” emoções é considerado e condenado como um “contrafazer”? As questões são semelhantes às levantadas pelo uso de esteróides e outras substâncias no campo de atletismo, como bem demonstra a luta ao *doping*. Será que o problema é a ausência de esforço e de sofrimento, de trabalho árduo numa cultura que valoriza o sacrifício? E mais ainda: quais são os confins entre emprego terapêutico e cosmético? Quem é que tem o poder de traçar a fronteira? Será que estamos destinados, como sustenta o sociólogo Nikolas Rose (1996, 2003, 2004) a empregar tecnologias de potenciamento ao ponto de nos tornarmos seres neuroquímicos? Como pode o emprego da psicofarmacologia mudar a nossa concepção do que significa ser “humanos” e a representação que temos de nós como pessoas? Quem propõe os modelos aos quais aspiramos para nos construir como indivíduos? Quem define os parâmetros de excelência aos quais temos que nos adaptar? Quais são os interesses econômicos e políticos destas novas formas de construção das emoções?

Referências

- AA.VV. A report of the US President’s Council on Bioethics. *Beyond Therapy: Biotechnology and the Pursuit of Happiness*. Washington D.C.: Government Printing Office, 2003.
- ABU-LUGHOD Lila. *Veiled Sentiments: Honour and Poetry in a Bedouin Society*, Berkeley-Los Angeles: University of California Press, 1986.
- ABU-LUGHOD Lila, LUTZ Catherine (eds.) *Language and the Politics of Emotion*, Maison des Sciences de l’Homme and Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- APPADURAI, Arjun. Gratitude as a Social Mode in South India, em *Ethos*, 13, p. 236-245, 1985.

- ARMSTRONG, Este. Making symbols meaningful: Human emotions and the limbic system. In A. Hinton (a cura di), *Biocultural approaches to the emotions* New York: Cambridge University Press 1999, p. 256-273.
- BAILEY, Frederick George. *The Tactical Uses of Passion. An Essay on Power, Reason, and Reality*, New York: Cornell University Press, 1983.
- BATESON Gregory. *Naven*, Stanford: Stanford Junior University Press, [1936] 1958.
- BATESON Gregory, MEAD Margaret. *Balinese Character: A Photographic Analysis*, New York: New York Academy of Sciences, 1942.
- BENEDICT Ruth, *Patterns of Culture*. New York: Houghton Mifflin 1934.
- BLAKEMORE, Sarah-Jayne e CHOUDHURY, Suparna. Development of the adolescent brain: Implications for executive function and social cognition. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47: 296–312, 2006.
- BOAS, Frank. *The Aims of Ethnology*, in Id. 1940, *Race, Language and Culture*, Free Press, New York, F. [1888] 1940.
- BRIGGS Jean. *Never in Anger: Portrait of an Eskimo Family*, Cambridge Harvard University Press, 1970.
- BUSTOS, Martin. Núcleo accumbens y el sistema motivacional a cargo del apego, *Rev Chil Neuro-Psiquiat* 2008; 46 (3): 207-215, 2008.
- CAMPBELL Benjamin C., GARCIA Justin R. Neuroanthropology: Evolution and Emotional Embodiment, *Front Evol Neurosci*. 2009; 1: 4, 2009.
- CHANGEUX, Jean-Pierre. *L'Homme neuronal*. Paris: Fayard, 1983.
- CHIANG, Belinda. The Pursuit of Humanity: Challenging Popular Notions of the Authentic Life Through Cosmetic Psychopharmacology and Transhumanism, *Stanford Journal of Neuroscience*, v. II, n. 1, p. 10-14, 2009.
- CLARK, Andy e CHALMERS, David. The extended mind. *Analysis*, 58, 7-19, 1998.
- CROMBY, John. Between Constructionism and Neuroscience: The Societal Co-constitution of Embodied Subjectivity. *Theory and Psychology* 14, n.6, p. 797–821, 2004.
- CSORDAS, Thomas. *Embodiment and Experience, the Existential Ground of Culture and Self*, New York & Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- CSORDAS, Thomas. Embodiment as a paradigm for anthropology. *Ethos* 18:5–47, 1990.
- DAVIDSON, Richard. The neural circuitry of emotion and affective style: Prefrontal cortex and amygdala contributions, *Social Science Information*, 40: 11-37, 2001.
- DAVIDSON, Richard. Well-being and affective style: neural substrates and biobehavioural correlates, *Philosophical Transactions of the Royal Society B* (London), 359: 1395–1411, 2004.
- DE GRAZIA, David. Enhancement Technologies and Human Identity, *Journal of Medicine and Philosophy* 30: 261-283, 2005a.
- DE GRAZIA, David. *Human Identity and Bioethics*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005b.
- DE GRAZIA, David. Prozac, Enhancement, and Self-Creation, *Hastings Center Report* 30 (2): 34-40, 2000.
- DE GRAZIA, David. Prozac, Enhancement, and Self-Creation, in Elliot C. e Chambers T. (eds) *Prozac as Way of Life*, Chapel Hill, NC, University of North Carolina Press, p. 33-47, 2004.
- DESPRET, Vinciane. *Ces Émotions qui nous fabriquent, ethnopsychologie de l'authenticité*, Paris, Seuil: Les Empêcheurs de penser en rond, 2001.
- DRAGANSKI, Bogdan e MAY, Arne. Training-induced structural changes in the adult human brain. *Behav. Brain Res.* 192, 137–142, 2008.
- DRAGANSKI, Bogdan et. al. Temporal and spatial dynamics of brain

- structure changes during extensive learning. *J. Neurosci.* 26, 6314–6317, 2006.
- EDELMAN, Gerald. *Neural Darwinism: The Theory Of Neuronal Group Selection*, New York: Basic Books, 1987.
- EISENBERG, Leon. The Social Construction of the Human Brain. *American Journal of Psychiatry* 152(11): 1563–1576, 1995.
- ELLIOTT, Carl. The Tyranny of Happiness: The Ethics of Cosmetic Psychopharmacology, in Parens E. (a cura di), *Enhancing Human Traits: Ethical and Social Implications*, Washington, DC, Georgetown University Press, p. 177-188, 1998.
- EMDE, Robert N. Levels of Meaning in Infant Emotions: a Biosocial View, in Ekman, P. e Scherer K. (eds), *Approaches to Emotion*, Erlbaum, Hillsdale NJ. p. 77-107, 1984.
- EPSTEIN, Arnold, *In the Midst of Life. Affect and Ideation in the World of the Tolai*, Berkeley: University of California Press, 1992.
- FAJANS, Jane. Shame, Social Action, and Person among the Baining, em *Ethos*, 11, 3, p. 166-180, 1983.
- FAJANS, Jane. *They Make Themselves. Work and Play among Baining of Papua New Guinea*, University of Chicago Press, Chicago 1997.
- GABLE, Eric e HANDLER Richard. "After Authenticity at an American Heritage Site." *American Anthropologist* 98(3): 568-578, 1996.
- GAZZANIGA, Mike, IVRY, Richard e MANGUN, George. *Cognitive Neuroscience: The Biology of Mind*. IV edition. New York: Norton, 1998.
- GEERTZ, Clifford. *Person, Time and Conduct in Bali*, Southeast Asia Studies 14, New Haven: Yale University Press, 1966.
- GEERTZ, Clifford. *The Interpretations of Cultures*, New York: Basic Books Inc, 1973; trad. it. *Interpretazione di Culture*, Bologna: Il Mulino, 1987.
- GEERTZ, Hildred. The Vocabulary of Emotion: A Study of Javanese Socialization Processes, em *Psychiatry*, 22, p. 225-237, 1959.
- GOLLIN, Eugene. *Developmental plasticity: Behavioral and biological aspects of variations in development*, New York: Academic Press, 1981.
- GRIMA, Benedicte. *The Performance of Emotion among Paxtun Women: "The Misfortunes which Have Befallen Me"*, Austin: University of Texas Press, 1992.
- GROSSMAN, Anthony et al. A brain adaptation view of plasticity: Is synaptic plasticity a novel limited concept? *Progress in Brain Research*, 138, 91–108, 2002.
- HAN, Shihui e NORTHOFF, Georg. Culture-sensitive neural substrates of human cognition: a transcultural neuroimaging approach. *Nature Neuroscience Reviews*, 9: 646–54, 2008.
- HART, Betty e RISLEY, Todd. *Meaningful differences in the everyday experience of young American children*. Baltimore, MD: Brookes Publishing, 1995.
- HOLLAN, Douglas. *Emotion Work and the Value of Emotional Equanimity among the Toraja*, in "Ethnology", 31, 1, p. 45-57, 1992.
- HOLLAN, Douglas. *Staying "Cool" in Toraja: Informal Strategies for the Management of Anger and Hostility in a Nonviolent Society*, in "Ethos", 16, p. 52-72, 1988.
- HOLLAN, Douglas. *The Relevance of Person-Centered Ethnography to Cross-Cultural Psychiatry*, in "Transcultural Psychiatry", 34, 2, p. 219-34, 1997.
- HUTTENLOCHER, Peter. Morphometric Study of Human Cerebral Cortex Development, *Neuropsychologia* 28, n. 6, p. 517-27, 1990.
- INGOLD, Timothy. *The appropriation of nature: essays on human ecology and social relations*. Manchester: Manchester University Press, 1986.
- Jackson M., *Path towards a Clearing. Radical Empiricism and Ethnographic*

- Inquiry*, Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press, 1989.
- JACKSON, Michael. *At Home in the World*, Duke University Press, Durham-London, 2003.
- JACKSON, Michael. *Minima Ethnographica. Intersubjectivity and the Anthropological Project*, Chicago-London: University of Chicago Press, 1998.
- JACKSON, Michael. *Path towards a Clearing. Radical Empiricism and Ethnographic Inquiry*, Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press, 1989.
- JENKINS, Jennifer e OATLEY, Keith. *Understanding Emotions*, MA: Blackwell Publishers, Cambridge, 1996.
- JOHNSON, Mark H. Functional brain development in humans. *Nature Reviews Neuroscience*, 2, 475–483, 2001.
- KITAYAMA, Shinobu. Cultural variations in cognition: Implications foraging research. In , P.C.Stern & L.L. Cartensen (Eds.), *The aging mind: Opportunities in cognitive research* (p. p. 218–237). Washington, D.C: National Academy Press, 2000.
- KNICKMEYER, Rebecca. et al. A Structural MRI Study of Human Brain Development from Birth to 2 Years, *The Journal of Neuroscience*, 28, (47): 12176–12182, 2008.
- KOLB, Bryan e WISHAW, Ian. Brain Plasticity and Behavior. *Annual Review of Psychology* 49: 43–64, 1998.
- KRAMER, Peter. *Listening to Prozac: A Psychiatrist Explores Antidepressant Drugs and the Remaking of the Self*, New York e London, Viking Penguin, Penguin Books, 1993.
- LALAND, Kevin N., et al. Niche construction, biological evolution, and cultural change. *The Behavioral and Brain Sciences*, 23, 131–175, 2000.
- LAUGHLIN, Charles D. Pre- and perinatal anthropology: A selective review. *Pre- and Peri-Natal Psychology Journal* 3 (4), 261-296, 1989.
- LAUGHLIN, Charles D. Pre- and perinatal brain development and enculturation: A biogenetic structural approach. *Human Nature* 2(3):171-213, 1991.
- LAZARUS, Richard. On the primacy of cognition. *American Psychologist*, 39 (2) 124-129, 1984.
- LEACH, Edmund. *A Runaway World? The 1967 Reith Lectures*, London, Oxford University Press, 1969.
- LEACH, Edmund. *Culture and Communication. The logic by which symbols are connected*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976.
- LEDOUX, Joseph. *The Synaptic Self*. New York: Viking, 2002.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Le Totémisme aujourd'hui*, Paris: PUF, 1962.
- LEVY, Robert. *Tahitians: Mind and Experience in the Society Islands*, University of Chicago Press, Chicago, 1973.
- LEWIS e SAARNI, Carolyn. *The socialization of emotions*, New York: Plenum. 1985.
- LIEBERMAN, Matthew. Social cognitive neuroscience: A review of core processes. *Annual Reviews in Psychology*, 58: 259–89, 2007.
- LOCK, Margaret, SCHEPER-HUGHES, Nancy. *The Mindful Body: A Prolegomenon to Future Work in Medical Anthropology*, in “Medical Anthropology Quarterly”, n.s., 1, 1, p. 6-41, 1987.
- LUTZ, Catherine. *Unnatural Emotions; Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll and Their Challenge to Western Theory*, University of Chicago Press, Chicago 1988.
- LUTZ, Catherine. *Engendered Emotion: Gender, Power, and the Rhetoric of Emotional Control in American Discourse*, em Abu-Lughod L. e Lutz C. (eds) 1990, p. 69-91 1990.

- LUTZ, Catherine e WHITE, Geoffrey. *New Directions in Psychological Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LYON Margot. *Missing Emotion: The Limitation of Cultural Construction in the Study of Emotion*, in "Cultural Anthropology", 10, 2, p. p. 244-63, 1995.
- MACHAMER Peter e SYTSMA Justin. Neuroscience and Theoretical Psychology: What's to Worry About?' *Theory and Psychology* 17(2): 199–216, 2004.
- MAGUIRE, Eleanor et al. Navigation-related structural change in the hippocampi of taxi drivers. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 97, 4398–4403, 2000.
- MALABOU, Catherine. *What Should We Do With Our Brain?* Trans. Rand S. New York: Fordham University Press, 2008.
- MARKUS, Hazel Rose e KITAYAMA, Shinobu. Culture and the self: Implications for cognition, emotion, and motivation. *Psychological Review*, 98(2), 224–253, 1994.
- MASCIE-TAYLOR, Nicholas e BARRY, Bogin. *Human Variability and Plasticity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MEAD Margaret. *National Character*, in Kroeber (a cura di), *Anthropology Today*, University of Chicago Press, Chicago 1953, p. p. 642-667, 1953.
- MONTGOMERY, Heather, BURR, Rachel e WOODHEAD, Martin. *Changing childhoods: Local and global*. New York: Wiley, 2003.
- Mountcastle Vernon. Brain Science at the Century's Ebb. *Daedalus* 127(2): 1–36, 1988.
- MOUNTCASTLE, Vernon. Brain Science at the Century's Ebb. *Daedalus* 127(2): 1–36, 1998.
- MYERS, Fred. Emotions and the Self: A Theory of Personhood and Political Order among Pintupi Aborigines, em *Ethos*, 7, p. p. 343-370, 1979.
- MYERS, Fred. *Pintupi Country, Pintupi Self: Sentiment, Place, and Politics among Western Desert Aborigines*, Washington: Smithsonian Institution Press, 1986.
- NELSON, Katherine. *Language in cognitive development: The emergence of the mediated mind*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- O'LEARY, Dannis D.M. Areal specialization of the developing neocortex: Differentiation, developmental plasticity and genetic specification. In *The lives pandevelopment of individuals: Behavioral, neurobiological, and psychological perspectives* (p. p. 23–37). Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.
- OBEYESEKERE, Gananath. *The Work of Culture, Symbolic Transformation in Psychoanalysis and Anthropology*, Chicago, Chicago University Press 1990.
- OCHSNER, Kevin e LIEBERMAN, Matthew. The emergence of social cognitive neuroscience. *American Psychologist*. 56:717–34, 2001.
- OLAZÁBAL, Daniel e YOUNG, Larry. Oxytocin receptors in the nucleus accumbens facilitate "spontaneous" maternal behavior in adult female prairie voles. *Neuroscience*. 141: 559–568, 2006.
- OLIVERO, Anna. *Nei labirinti della mente*. Roma-Bari: Laterza, 1998.
- PANDOLFI, Mariella. *Itinerari delle Emozioni: corpo e identità femminile nel Sannio Campano*, FrancoAngeli, Milano 1991.
- PARENS, Erik. Is Better Always Good? The Enhancement Project, in Parens E. (a cura di) *Enhancing Human Traits: Ethical and Social Implications*, Washington, Georgetown University Press, p. p. 1-28, 1998.
- PRIBRAM, Karl H. Emotion: A Neurobehavioral Analysis, em Ekman, P. e Scherer (eds), *Approaches to Emotion*, Hillsdale, NJ: Erlbaum, p. p. 13-38, 1984.

- PUSSETTI, Chiara. *Poetica delle emozioni. I Bijagó di Bubaque (Guinea Bissau)*, Roma, Bari: Edizioni Laterza 2005a.
- PUSSETTI, Chiara. *Emozioni, Annuario di Antropologia*, Roma: Edizioni Meltemi 2005b.
- PUSSETTI, Chiara. Psicologias Indígenas: da antropologia das emoções à etnopsiquiatria. In Lechner E. (eds.) *Migrações, saúde e diversidade cultural*, Lisbon: ICS, p, p. 85-119. 2009.
- PUSSETTI, Chiara. Emozioni. In Pennacini C. (ed), *La ricerca sul campo in antropologia. Oggetti e metodi*, Roma: Carocci Edizioni, p, p. 257-287, 2011.
- RATNER, Carl. A Cultural-Psychological Analysis of Emotions, *Culture and Psychology*, 6: 5-39, 2000.
- RATNER, Carl. A Social Constructionist Critique of Naturalistic Theories of Emotion, *Journal of Mind and Behavior*, 10, 211-230, 1989.
- RATNER, Carl. Genes and Psychology in the News, *New Ideas in Psychology*, 22: 29-47, 2004.
- RATNER, Carl. *Vygotsky's sociohistorical psychology and its contemporary applications*, New York, Plenum, 1991.
- REDDY, William. *The Navigation of Feeling. A Framework for the History of Emotions*, Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- REMOTTI, Francesco. *Sull'incompletezza*, in AA.VV., *Figure dell'umano. Le rappresentazioni dell'antropologia*, Roma, Meltemi, 2005, p, p. 21-22.
- RIESMAN, Paul. *Freedom in Fulani Social Life*, University of Chicago Press, Chicago 1977.
- RIESMAN, Paul. *First Find Your Child a Good Mother*, Rutgers University Press, New Brunswick, New Jersey 1992.
- ROBERTSON, Ian. *Mind Sculpture: Your Brain's Untapped Potential*. London: Bentam, 1999.
- ROSALDO, Michelle. *Knowledge and Passion: Ilongot Notions of Self and Social Life*, Cambridge University Press, Cambridge 1980.
- ROSE, Nikolas. *Becoming Neurochemical Selves*, in Nico Stehr, *Biotechnology, Commerce And Civil Society*, Transaction Press, Somerset, p, p. 89-128, 2004.
- ROSE, Nikolas. *Inventing Our Selves*, Cambridge University Press, 1996.
- ROSE, Nikolas. *Neurochemical selves*, *Society*, November/December 2003, 41, 1, 46-59, 2003.
- ROSE, Steven; LEWONTIN, Richard e KAMIN, Leon. *Not in our genes*, Harmondsworth, Penguin, 1983.
- ROSE, Steven. *The 21st Century Brain. Explaining, Mending and Manipulating the Mind*, London, Jonhathan Cape-Random House, 2005; trad. it. *Il cervello del ventunesimo secolo. Spiegare, curare e manipolare la mente*, Torino, Codice Edizioni, 2005.
- SAARNI, Carolyn. Socialization of emotion, em Lewis M. e Haviland J. M. (eds), *Handbook of emotions*. New York, London: Guilford Press, p, p. 435-446, 1993.
- SABLE, Pat. What is adult attachment? *Clinical Social Work Journal*, 36: 21-30, 2008.
- SARTRE, Jean-Paul. *L'Être et le Néant*, Paris, Gallimard, 1965.
- SCHORE, Bradd. *Culture in Mind: Cognition, Culture, and the Problem of Meaning*, Oxford University Press, New York, 1996.
- SCHORE, Allan. Affect regulation and the origin of the self: The neurobiology of emotional development. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1994.
- SCHORE, Allan. Attachment and the regulation of the right brain. *Attachment & Human Development*, 2 (1): 23-47, 2000.
- SCHORE, Allan. Early shame experiences and infant brain development. In , P. Gilbert & B. Andrews, *Shame: Interpersonal behavior, psychopathology, and culture* (p, p. 57-77). New York: Oxford University Press, 1998.

- SELIGMAN Rebecca, BROWN Ryan A. Theory and method at the intersection of anthropology and cultural neuroscience, *Soc Cogn Affect Neurosci.* 2010 Jun-Sep; 5 (2-3): 130–137, 2010.
- SHORE Bradd. *Culture in Mind: Cognition, Culture, and the Problem of Meaning.* New York: Oxford University Press, 1996.
- SIEGEL, D. *The developing mind: Toward a neurobiology of interpersonal experience.* New York: Guilford Press, 1999.
- SOLOMON, Robert. (trad.it) *Andare in collera. La teoria jamesiana delle emozioni in antropologia,* em A. R. LeVine, A. R. Shweder (eds) (1997), *Mente, sé, emozioni. Per una teoria della cultura,* Lecce: Argo, p, p. 273-92, 1984.
- SPERRY, Len e PROSEN, Harry. Contemporary ethical dilemmas in psychotherapy: cosmetic psychopharmacology and managed care, *American Journal of Psychotherapy*, 1 (52): 54-63, 1998.
- SPITZ, René. A. The Role of Ecological Factors in Emotional Development in Infancy, in *Child Development*, 20: 145-155, 1949.
- SPITZ, René. A. Hospitalism: An Inquiry into the Genesis of Psychiatric Conditions in Early Childhood, *The Psychoanalytic Study of the Child*, 1, p, p. 53-74, 1945.
- STERN, Paul e CARSTENSEN, Laura. *The aging mind: Opportunities in cognitive research.* Washington, D.C: National Academy Press, 2000.
- STOLLER, Paul. *Fusion of the Worlds,* Chicago-London: University of Chicago Press, 1989.
- STRAUSS, Claudia. Models and Motives, em D'Andrade R. e Strauss C. (eds) *Human Motives and Cultural Models,* Cambridge: Cambridge University Press, p, p. 1-20, 1992.
- TUCKER, Don e FREDERICK, Lund. Emotion and brain lateralization, in Wagner H. e Manstead A. (eds), *Handbook of social psychophysiology,* Chichester, Wiley, p, p. 27-70, 1989.
- WHITE Geoffrey, KIRKPATRICK John. *Person, Self and Experience: Exploring Pacific Ethnopsychologies,* Berkeley-Los Angeles: University of California Press, 1985.
- WHITEHOUSE, H. (2005), *Emotion, Memory, and Religious Rituals: An Assessment of Two Theories,* in K. Milton, M. Svasek (ed.), *Mixed Emotions Anthropological Studies of Feeling,* Berg: Oxford, 2005.
- WHITEHOUSE H., LAIDLAW J. A. (eds.), *Ritual and Memory: Towards a Comparative Anthropology of Religion,* Walnut Creek (CA): AltaMira Press, 2004.
- WHITEHOUSE, Harvey e LAIDLAW, James. *Ritual and Memory: Towards a Comparative Anthropology of Religion,* Walnut Creek, CA, AltaMira Press, 2004.
- WHITEHOUSE, Harvey. *Emotion, Memory, and Religious Rituals: an assessment of two theories,* em Milton K. and Svasek M. (eds) *Mixed Emotions Anthropological Studies of Feeling,* Oxford: Berg, 2005.

Dos que fazem justiça

A percepção dos operadores jurídicos em casos de homicídio afetivo-conjugual

*Marcela Zamboni
Helma Oliveira*

Recebido em: 10.09.2015
Aceito em: 15.10.2015

Resumo: Neste trabalho, pretendeu-se investigar a percepção dos operadores jurídicos quanto à disposição de atribuições no tribunal do júri e à atuação dos juízes leigos em casos de homicídio afetivo-conjugual. A partir disso, sob a ótica dos referidos representantes do Estado, é possível destacar as possíveis falhas e virtudes de funcionamento dos tribunais do júri das capitais brasileiras com as mais altas taxas de homicídio perpetrado contra as mulheres: Vitória, João Pessoa, Maceió, Curitiba e Salvador (WAISELFISZ, 2012b). Para tanto, foram realizadas entrevistas com os operadores jurídicos, por meio de um roteiro semi-estruturado. **Palavras-chave:** percepção, operadores jurídicos, juízes leigos

Of those who do justice

The perception of legal operators in cases of affective-conjugual homicide

Abstract: In this work, we sought to investigate the perception of forensic practitioners in the disposition assignments in jury trials and actions of lay judges in cases of affective-conjugual homicide. From the perspective of these state representatives, you can highlight the possible faults and operating virtues in jury trials in brazilian cities with the highest rates of homicide committed against women: Victoria, Joao Pessoa, Maceió, Curitiba and Salvador (WAISELFISZ, 2012b). For that, interviews were conducted with the forensic practitioners, through a semi-structured guide. **Keywords:** perception, forensic practitioners, lay judges.

Introdução

Este artigo é parte do esforço em compreender como os operadores jurídicos – promotor de justiça, juiz e defensor (público ou privado) – elaboram noções de justiça em casos de homicídio afetivo-conjugual. Tal pesquisa foi iniciada em 2011, nos dois tribunais do júri de João Pessoa, com o projeto “*Aos olhos da justiça: quebra de confiança, infidelidade e medos nos casos de homicídios afetivo-conjugais*”¹⁴. A partir de 2012, deu-se início a uma nova pesquisa – “*Homicídios afetivo-conjugais sob a lente dos*

operadores jurídicos: uma análise sociológica”¹⁵ – ampliando-se o universo inicial para um estudo comparativo, acrescentando-se quatro, das cinco capitais que apresentavam as mais altas taxas de homicídio feminino: Vitória (1^a), Maceió (3^a), Curitiba (4^a) e Salvador (5^a), além de João Pessoa (2^a) (WAISELFISZ, 2012b).

O *corpus* desse trabalho foi formado por trinta entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os operadores do direito dos tribunais do júri selecionados, sendo quatro em Vitória, sete em João Pessoa, seis em Maceió, sete em Curitiba e seis em Salvador, como se pode observar mais detalhadamente na tabela abaixo:

¹⁴Edital Universal nº14 / 2011, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹⁵Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 32 / 2012.

Capital	Operador Jurídico	Nº de entrevistas
Vitória	Promotor(a)	2
	Defensor(a)	1
	Juiz(a)	1
Curitiba	Promotor(a)	2
	Defensor(a)	2
	Juiz(a)	3
Maceió	Promotor(a)	2
	Defensor(a)	2
	Juiz(a)	2
João Pessoa	Promotor(a)	2
	Defensor(a)	3
	Juiz(a)	2
Salvador	Promotor(a)	1
	Defensor(a)	2
	Juiz(a)	2
Total	-	30

Tabela: entrevistas realizadas com os operadores jurídicos de cinco capitais brasileiras.

Com exceção de João Pessoa¹⁶, o período de permanência para realização da pesquisa¹⁷ em cada cidade foi de uma semana, tendo ocorrido entre os anos de 2012 e 2014.

De uma maneira geral, pretendeu-se observar em que princípios os processos de homicídio afetivo-conjugal estão alicerçados, a partir da perspectiva dos operadores jurídicos. De forma mais específica, deve-se apresentar aqui a posição dos operadores jurídicos, no tocante ao funcionamento do tribunal do júri e a participação e atuação dos juízes leigos nos casos de homicídio afetivo-conjugal.

Este trabalho privilegiou a última fase do fluxo do Sistema de Justiça Criminal – o julgamento no tribunal do júri, ou seja, o órgão do Poder Judiciário

¹⁶Nesta capital, pôde-se investigar de forma mais detalhada os dois tribunais do júri. Além do referido roteiro de entrevistas citado, foi possível acompanhar diversos julgamentos, além de processos já concluídos. Como se pretende aqui estabelecer uma comparação entre as demais capitais, serão apresentados apenas o resultado das entrevistas realizadas.

¹⁷Todo o material de pesquisa coletado foi analisado segundo os critérios indicados a seguir: levantamento bibliográfico; pesquisa de campo, com observações acerca do contato estabelecido com os operadores jurídicos entrevistados e entrevistas semiestruturadas com os operadores do direito dos tribunais do júri das cinco capitais mencionadas acima, a partir da abordagem do tema proposto para a pesquisa.

brasileiro composto não só por magistrados, mas por jurados leigos, representantes diretos da sociedade civil, sendo esses últimos responsáveis pelos julgamentos de crimes dolosos contra a vida¹⁸.

Os crimes dolosos contra a vida, a exemplo do homicídio – na sua forma tentada ou consumada – são julgados nos tribunais do júri, através de um colegiado composto por um juiz-presidente, magistrado representante do Poder Judiciário brasileiro, por representantes da sociedade (sete jurados escolhidos dentre os vinte e cinco que se apresentam para o momento da audiência de julgamento) e operadores jurídicos que representam a acusação – a promotoria de justiça – e a defesa – pública ou constituída.

Os jurados citados acima são também conhecidos como juízes leigos, júri, júri popular, tribunal do povo, colegiado popular ou tribunal popular (LOREA, 2003, p. 7). Nos casos analisados por tais jurados, não há a obrigatoriedade de conhecimento técnico-científico na área jurídica. Entende-se que os mesmos saberiam dizer se teriam ou não a mesma conduta que o réu, sendo possível conferir se a ação delituosa é considerada estranha às regras sociais e morais vigentes na sociedade (Cf. TOURINHO, 2009, pp. 38-49).

Antes de compreender a posição dos operadores jurídicos no tocante ao tribunal do júri e a participação dos juízes leigos em casos de homicídio afetivo-conjugal, deve-se justificar a escolha dessa categoria que pretende enfatizar o vínculo sexual e afetivo dos envolvidos neste tipo de crime. Para tanto, dividir-se-á este artigo em duas seções: 1. Homicídio afetivo-conjugal: justificando a escolha da categoria analítica e 2. A atuação dos juízes leigos em casos de homicídio afetivo-conjugal: o que dizem os operadores jurídicos?

Homicídio afetivo-conjugal: justificando a escolha da categoria analítica

Nesta seção, pretendeu-se confrontar algumas pesquisas que foram

¹⁸Crimes tentados ou consumados, onde se pode identificar a intenção do réu ou a assunção do risco da prática delituosa (BITENCOURT, 2009).

desenvolvidas sobre o tema proposto, a fim de justificarmos as nossas escolhas teóricas. Portanto, não fizemos aqui uma discussão exaustiva acerca dos argumentos dos autores e de suas respectivas pesquisas, mas enfatizamos alguns pontos de aproximação ou distanciamento, no que diz respeito aos casos de homicídio afetivo-conjugal, seus julgamentos e implicações teórico-metodológicas.

Apesar do objeto de pesquisa deste trabalho não se referir exclusivamente aos homicídios praticados contra as mulheres, mas aos casos afetivo-conjugais, o debate sobre a violência de gênero é considerado fundamental. Por outro lado, deve-se esclarecer o uso do termo, a partir de um breve levantamento sobre o tema. Quando se fala em homicídio contra as mulheres, várias categorias são utilizadas, a exemplo do femicídio, feminicídio, violência de gênero, genocídio, etc. Tais categorias trazem consigo uma justificativa teórica que reflete as causas e as circunstâncias de tal violência, determinando o seu contexto e o tipo de sociabilidade estabelecida.

O termo femicídio – derivado do inglês *femicide* – foi inicialmente utilizado por Diana Russel em um depoimento no Tribunal Internacional de Crimes Contra as Mulheres, em Bruxelas, no ano de 1976. Tal tema foi posteriormente transformado em livro pela autora, em parceria com Jill Radford. Segundo essas autoras, o femicídio pode ser definido como o assassinato de mulheres baseado no gênero, já que a sua ocorrência se deve ao fato das vítimas serem mulheres. Outro elemento que caracterizaria o femicídio diz respeito a um contínuo da violência que finda com a morte da vítima. As autoras não estabelecem conexões com outras categorias, tais como raça/etnia, geração, classe, etc. (PASINATO, 2011, pp. 223-224).

Alguns autores defendem o uso do termo genocídio, a fim de destacar o destruição de um grupo pelo outro – isto é, o extermínio das mulheres pelos homens –, tal como no genocídio (PASINATO, 2011, p.230).

Segundo Marcela Lagarde (PASINATO, 2011, p. 232) – feminista e deputada federal mexicana – o termo femicídio não tem o mesmo poder quando traduzido para o castelhano. Como saída ao

problema, propôs o uso da categoria feminicídio, definido como “o conjunto de delitos de lesa humanidade que contém os crimes e os desaparecimentos de mulheres”. O propósito do último termo seria o de apontar a impunidade penal como causa da violência contra as mulheres. Esta denominação também tem sido utilizada em algumas pesquisas realizadas no Brasil.

Este trabalho ratifica a ideia de Pasinato (2011, p. 242) de que o uso da categoria femicídio como classificação dos assassinatos de mulheres não ajuda a elucidar tais práticas criminosas, por não considerar as interligações de contextos e categorias sociais. Aliás, mais do que isso, deve-se aqui tentar analisar o contexto em que esses crimes são julgados, bem como as causas e percepções reproduzidas no âmbito do tribunal do júri.

O estudo sobre a violência contra as mulheres tem ocupado um lugar de destaque nas Ciências Sociais, tendo sido iniciado na década de 1980 no Brasil. Com o intuito de realizar uma revisão crítica das principais teorias elaboradas acerca da temática, Santos e Izumino (2005) identificaram três correntes teóricas: 1. Dominação masculina; 2. Dominação Patriarcal e 3. Relacional. Na dominação masculina, a mulher é tomada não só como “vítima”, mas também “cúmplice” da dominação masculina. Esta teoria foi inicialmente utilizada por Marilena Chauí, em seu artigo *Participando do debate sobre mulher e violência*, publicado na revista *Perspectiva Antropológicas da mulher*, em 1985. A dominação patriarcal, introduzida por Heleieth Saffioti, estaria relacionada à perspectiva feminista e marxista, sendo a violência o resultado de uma dominação histórica marcada pelo controle social masculino. Diferentemente da perspectiva da dominação masculina, a dominação patriarcal estaria diretamente relacionada com o sistema capitalista e racista. Já na perspectiva relacional, a violência é tomada como uma “forma de comunicação e um jogo do qual a mulher é ‘vítima’ senão ‘cúmplice’” (2005, p. 148). Aqui, a perspectiva dominação-vitimização é relativizada e a violência praticada não é vista como uma relação de poder. O trabalho de Maria Filomena Gregori – *Cenas e queixas: um estudo sobre mu-*

lheres, relações violentas e a prática feminista (1993) – é considerado o melhor exemplo dessa corrente.

É através da combinação entre a definição de poder em Foucault e do conceito de gênero elaborado por Scott que a proposta de Izumino e Santos está ancorada:

Pensar as relações de gênero como uma das formas de circulação de poder na sociedade significa alterar os termos em que se baseiam as relações entre homens e mulheres nas sociedades; implica em considerar essas relações como dinâmicas de poder e não mais como resultado da dominação de homens sobre mulheres, estática, polarizada (SCOTT apud SANTOS; IZUMINO, 2005, p.157).

Isso significa dizer que a violência contra as mulheres deve ser pensada como uma relação de poder exercida por homens e mulheres, mesmo que de forma desigual (SANTOS; IZUMINO, 2005, p.158). É neste sentido que se pretendeu pensar os casos de homicídio afetivo-conjugal analisados nesta pesquisa e que se optou por não utilizar outras categorias, como a de femicídio, feminicídio¹⁹ ou mesmo crime passionai, sendo esta última bastante utilizada no ambiente jurídico e carregada de um discurso que costuma de alguma forma justificar o homicídio com base no descontrole das emoções.

A atuação dos juízes leigos em casos de homicídio afetivo-conjugal: o que dizem os operadores jurídicos?

Neste artigo, pretendeu-se apresentar como os operadores jurídicos compreendem os casos de homicídio afetivo-conjugal que são julgados nos tribunais do júri. A partir disso, podemos pensar tanto na instrumentalidade da estrutura geral desta instituição quanto na atuação dos juízes leigos.

Para essa análise, dividimos este artigo em quatro subseções: 1) Da legitimidade para julgar; 2) Do bem julgar; 3)

Das falhas do júri; e 4) Da vingança à compaixão.

Da legitimidade para julgar

Na obra *Outsiders: estudo da sociologia do desvio*, Howard Becker (2008) cria o conceito de empreendedores morais, dividindo-o em duas categorias: criadores de regras e impositores de regras. Enquanto os criadores de regras estariam interessados no conteúdo das regras, bem como em sua aplicação, os impositores de regras agiriam no sentido de aplicar uma nova regra. Considera-se neste trabalho que os operadores jurídicos atuam tanto como criadores de regras – considerando o espaço subjetivo que se tem para julgar a conduta do acusado e o caráter situacional do julgamento – quanto como impositores de regras, na medida em que os seus argumentos são também baseados na lei e os resultados dos julgamentos dependem preponderantemente da perspectiva e atuação desses operadores do direito.

Indagar os operadores jurídicos acerca da participação e atuação dos juízes leigos no tribunal do júri é uma tentativa de compreender a disposição de tais empreendedores morais em ‘repartir’ o poder de julgar que, fora deste espaço, está exclusivamente reservado àquele que detém o conhecimento técnico necessário, ou seja, a formação jurídica exigida.

Quando questionados sobre do funcionamento dos tribunais do júri como forma de julgar o homicídio afetivo-conjugal, a maioria dos entrevistados declarou-se a favor da instituição que julga tais casos, por acreditarem que qualquer um é capaz de cometer este ato, pelos mais diversos motivos. Neste sentido, seria também justo que este tipo de crime fosse julgado pela própria sociedade:

Agora eu acho que a instituição do júri precisa ter algumas correções, alguns ajustamentos, mas em essência, o tribunal do júri para julgar, até porque o tribunal do júri só julga os crimes dolosos contra a vida, então o bem maior que uma sociedade tem, é a vida, então nada mais do que justo que a própria sociedade julgue os crimes, do seu bem maior e não que esse direito de julgamento fique restrito a um juiz (Defensor Público de João Pessoa).

¹⁹Recentemente, o termo feminicídio também foi adotado pela legislação brasileira para designar as mortes de mulheres em razão do sexo feminino a fim de qualificar essas mortes como crime hediondo (Cf. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015).

Mas eu costumo dizer que o júri é a instituição mais democrática do mundo. Porque julgam crimes que qualquer um pode cometer. Você chega em casa e encontra um estuprador estuprando um ente querido seu, o seu instinto é reagir e nessa reação você pode acabar matando o sujeito, então esse homicídio é um crime bastante democrático (Juiz de Salvador).

Há de se questionar a justificativa utilizada pelos operadores jurídicos quando apoiam a instituição do júri e destacam o seu caráter democrático. Na entrevista com um Promotor de Justiça de João Pessoa, por exemplo, foi dito que várias das condenações efetivas não seriam possíveis, pela fragilidade das provas. Este dado nos serve como uma pista para pensar outras motivações que estão por trás do discurso da “participação democrática do povo”.

Dentre os poucos que sugeriram que o tribunal do júri não deveria ser responsável pelos crimes dolosos contra a vida, houve um questionamento da escolha da própria Constituinte:

Sim, sou a favor à medida que a Constituição garante o Tribunal do Júri como uma efetiva garantia do cidadão, né? Agora, a questão se o tribunal do júri é o meio mais correto de julgar, não só esse tipo de crime, de violência de gênero, mas outros, crimes dolosos contra vida ou não, se isso é acertado ou não, ou melhor, se a opção do Constituinte foi acertada ou não isso já é outro assunto que demandava uma entrevista um pouco maior (*Risos*) (Defensor Público de Maceió).

A importância de julgar o seu par, em casos de homicídio costuma ser sobreposta ao conhecimento técnico do operador jurídico. Sem dúvida, este foi o argumento mais recorrente em nossa pesquisa:

Das pessoas do povo? Eu acho importante. Por que eu acho importante? O que é a instituição do júri? Pessoas leigas, **que não dominam sequer o direito**, mas são pessoas da sociedade e que vão julgar um par. Tanto o ministério público quanto a defesa vão julgar esse lado, se coloquem no lugar do réu e vejam se vocês fariam a mesma coisa. Diante daquele quadro, daquela situação, daquele contexto factual, vocês

praticariam esse crime? (Promotor de Justiça de João Pessoa, grifo nosso).

Eu acho que é um dos poucos casos que se justificaria o julgamento de homicídio por tribunal de júri, porque a justificativa que se fala é que ‘o homicídio é o único crime que qualquer um está sujeito a cometer’, é uma das coisas que se fala muito, em quase todos os julgamentos o advogado fala. E é um dos fundamentos mesmo, qualquer um. **Deixa-se para o leigo julgar**, naquela situação (Juiz de Vitória, grifo nosso).

O crime passional tem que ver as particularidades, a gente nunca pode colocar um padrão assim. Eu acho complicado. E no Tribunal do Júri nada melhor que o Tribunal do povo mesmo confirmar se naquele caso e naquelas circunstâncias alguém agiu diferente, com uma maior ou menor aprovação, então nada melhor do que o Tribunal do Júri... Eu até prefiro, eu acho até melhor que não tenha o pedagogo do Direito nessas decisões específicas, porque a gente costuma ser um tanto quanto... sendo que o Tribunal do Júri, o homicídio passional e o homicídio como um todo envolve muito mais circunstâncias, e mais do que o fato específico sempre tem que ver o que é que envolve esse fato. O que é que aconteceu antes, o que aconteceu depois, o que é que motivou o homicida a cometer o crime. O Tribunal do Júri sim, é o que temos de melhor para julgar esse tipo de crime (Advogado credenciado da OAB²⁰ de Curitiba).

Do bem julgar

Em resposta a melhor atuação dos juízes leigos em casos de homicídio afetivo-conjugal, foi-nos dito por parte dos entrevistados que os jurados precisam ser bastante vividos e que devem considerar a violência de gênero como um problema que atinge homens e mulheres:

Sim, desde que sejam jurados que tenham convivido situações. Que tenham uma relação, que saibam das dificuldades que existem entre um casal, não só do

²⁰Como não há defensoria pública em Curitiba, uma lista de advogados da OAB é utilizada pelos tribunais do júri da capital. Esses defensores prestam serviços ao governo. Há, portanto, uma rotatividade muito grande do defensor do réu que não tem condições financeiras de contratar um advogado particular.

homem que tem problema com a mulher, tem mulher que tem problema com o homem. Então, é importante que haja um julgamento assim pelo tribunal do júri porque a margem da possibilidade de erro é bem menor (Defensor Público de Maceió).

Outra parte dos operadores jurídicos entrevistados enfatizou o problema dos juízes leigos julgarem o homicídio afetivo-conjugal, já que se costuma fazer uma distinção entre o ‘bandido’ e alguém que se envolve em uma ‘fatalidade’, tirando a vida de outrem com quem mantinha uma relação de proximidade. Neste sentido, muitos jurados considerariam normal matar mulheres, bastando justificar o ato criminoso com a conduta ‘inapropriada’ da vítima:

A gente não sabe o que é que eles entendem como interesse comum. Interesse comum talvez seja não botar bandido na rua e na cabeça da grande maioria das pessoas, quem mata por conta de crime passional não é bandido, é uma pessoa que eventualmente se envolveu em uma fatalidade, mas assim, é difícil. Não é um julgamento fácil nos crimes passionais e nos demais eu ainda defendo a instituição do júri porque, de qualquer forma, é a porta mais aberta, mais transparente que você tem. Mas de uma forma geral a participação do júri se mostra válida, importante no caso de homicídios qualificados (Promotora de Justiça de Salvador).

Eu sou uma pessoa que trabalha no júri, mas sou contra (risos). Eu acho que gera situações de injustiça, para esses casos principalmente que têm um fundo bastante preconceituoso por trás, no caso mulheres, então tu acaba tendo que lidar com essas situações... Então tu acaba gerando uma situação de dois pesos e duas medidas... E porque são jurados que acham normal matar mulheres, normalmente, quando ela morre é porque ela mereceu, basta simplesmente dizer que “a mulher era isso, era aquilo outro” que eles acreditam na falácia. Desconstruindo os valores da mulher, que ela tinha na sociedade. Pode inventar o que quiser, aí “ah, realmente, ela fez por onde morrer”. É assim. E se ela sobrevive pior ainda, porque ela vai pedir perdão pelo amor de deus, absolvam o cara, infelizmente. Homicídio contra a mulher ou tentativa é uma situação difícil

para o júri (Promotora de Justiça de Vitória).

Seguindo uma perspectiva diferente da apontada acima, operadores do direito contrariaram o argumento de que o homicídio afetivo-conjugal costuma ser socialmente aceito, atribuindo à vítima, a responsabilidade da violência sofrida. Segundo uma juíza de Curitiba, a violência de gênero praticada contra a mulher não é mais aceita:

Mas a princípio, eu não vejo erro nos julgamentos que eu presenciei, os jurados entendem bem a situação e optam por seguir o pedido do Ministério Público de condenação e isso para mim é uma resposta do júri para a sua própria comunidade, porque são eles que vão fazer a jurisprudência, né? São eles que estão julgando esses casos, então eles estão dizendo: “Oh, a gente não concorda com isso, nós, a sociedade não concordamos com isso, a mulher não pode ser tratada dessa forma”. Pelo menos é a resposta que eu tenho percebido da comunidade enquanto conselho de sentença do júri, desde que devidamente orientados pela fala de cada um, desde que o julgamento conduzido de forma lícita, sereno, tranquilo pelo julgador, que é o juiz presidente do júri, esclarecendo pra eles o papel deles, o que tem no processo, deixando eles tranquilos. Com certeza, o veredito final deles vai ser um veredito justo, e justiça é muito mais do que aplicação da lei, a meu ver (Juíza de Curitiba).

A avaliação dos julgamentos de homicídio afetivo-conjugal não se restringe à observância da aplicação das leis ou ao resultado puro e simples do julgamento. Mais do que isso, pretendeu-se identificar discursos predominantes, além de avaliar a relação desses discursos com um contexto social mais amplo. Neste sentido, coube uma reflexão acerca do lugar inicial do discurso (MACIEL, 2011, p.101). Apesar do discurso inicialmente construído pelo movimento feminista sobre a violência contra a mulher ressoar nos tribunais do júri, tal como relatado pela juíza de Curitiba na transcrição acima, não se pode afirmar que há uma homogeneização do discurso, mas posições antagônicas e extremas que por um lado culpam a mulher vítima, através do controle de sua própria

sexualidade e comportamento ou vitimiza de forma a não considerar a agência da mulher quando da violência que sofre, enfraquecendo o discurso do empoderamento dela.

Das falhas no júri

Sobre as falhas que foram apontadas pelos operadores jurídicos em relação ao funcionamento dos tribunais do júri, podem-se citar problemas relacionados à diferença de classe social; envolvimento pessoal dos envolvidos no processo, especialmente em cidades menores, onde há uma tendência de maior proximidade e familiaridade entre as pessoas; eloquência dos operadores jurídicos, em detrimento do crime e de suas circunstâncias; e a falta de comunicabilidade entre os juízes leigos, quando do julgamento dos casos:

Se o crime chamou muita comoção a pena é uma, se o crime é “Zé Miguel” com “Zé Mané” o júri não está nem aí. É uma questão de cada um entender, eu acho que ainda é uma instituição válida. Pelo menos dá o direito à sociedade se julgar. Se bem que de vez em quando ela pisa na bola, mas deixa quieto. (Promotor de Justiça de Salvador).

Eu só quero dizer que existe uma diferença muito grande entre um conselho de sentença da capital e um conselho de sentença do interior. No interior as ingerências são muitas, os pedidos dos familiares são muitos, em véspera de julgamento eles descobrem, porque a lista de jurados é publicada, eles vão de casa em casa pedindo para absolver. Isso é comum. Na capital não, a coisa chega mais impessoal. Cidade grande, não se conhece o réu, não se conhece a família do réu, fica mais difícil, mas eu particularmente tenho uma opinião formada sobre conselho de sentença, mas permita declinar (Promotor de Justiça de Maceió).

Às vezes o júri acata, vamos dizer assim, algumas motivações, algumas justificáveis, que não são justificáveis aos olhos da lei. Mas como eu disse, o júri popular é para isso mesmo. Eu não sei te dizer, honestamente falando, se eu sou categoricamente a favor do júri, eu acho que a instituição está talvez um pouco atrasada, um pouco falida, talvez devesse ser melhor estruturada. Então, às vezes, o jurado vota de acordo com a

eloquência do interlocutor, do promotor, ou do delegado ou do defensor e não com o caso em si, com o direito aplicado ao fato em si. Você pode ter um promotor muito bom, que acaba condenando uma pessoa que merecia uma pena menor ou até ser inocentado, ou um advogado muito bom que acaba que, pela fala dele, pela eloquência dele, absolvendo uma pessoa que merecia categoricamente ser condenado (Promotor de Justiça de Vitória).

Eu acho que seria importante que eles discutissem o caso, porque às vezes a visão que você tem é diferente da visão que o outro tem, e argumentando, a melhor maneira de se formar um pensamento é com teses e antíteses, e aí eles não têm essa possibilidade, quem forma teses e antíteses ali são o promotor e o defensor, eles não têm a oportunidade de discutir entre eles. Essa seria a alteração que eu nua e cruamente faria (Defensora Pública de Curitiba).

Da vingança à compaixão

Os discursos acerca da atuação dos júris indicaram uma tendência à condenação, a fim de evitar o aumento da criminalidade e prevenir outros delitos. A declaração do Promotor de Justiça de Curitiba de que “*se a sociedade vê naquele réu um ser morto, que possa trazer prejuízos, ela vai condená-lo, independente se ele deva ou não naquele fato*”, reforça a ideia do criminoso de carreira, definido por Michel Misse (2010) como aquele que pode ser julgado por “maus predicados” que não estejam relacionados ao crime em questão. Este debate acerca do julgamento prévio dos estigmatizados foi também enfatizado por Goffman (1988). Esta prática foi observada quando da análise dos julgamentos que ocorreram em João Pessoa, por exemplo.

No júri, a participação é a mesma como de qualquer outro crime. Na verdade, **ele tem uma tendência a condenar aquela pessoa que é a causadora do ato** (Defensor Público de João Pessoa, grifo nosso).

O indivíduo ou o criminoso, ele mexeu com a esposa de alguém, fez alguma carícia, algum empurrão, tentou com gesto obscuro, **o júri não perdoa, não. Com raras exceções** (Promotor de Justiça de João Pessoa, grifo nosso).

O ministério público entende que a forma de julgamento mais democrática que existe no mundo e no Brasil especialmente é, exatamente, o júri. Qualquer que seja o homicídio. Porque, inclusive, **é a oportunidade que a sociedade tem de externar a sua revolta** com a violência que toma conta do nosso estado, da nossa cidade, do nosso país... Porque nesse julgamento a sociedade retira do juiz o poder de decidir sobre quatro paredes, apenas e tão somente em cima dos números e das letras do código e traz consentimento da sociedade para o coração do conselho de sentença que são os juízes de fato que vão julgar pelas provas que têm nos autos, pelas explanações da defesa e da acusação, mas também trazendo aquilo que eu chamo de “tempero” para o julgamento que é o sentimento da sociedade (Promotor de Justiça de Maceió, grifo nosso).

Quando a sociedade participa de forma efetiva, ela tem um papel na questão da redução da própria criminalidade. Porque **quando a sociedade é complacente, o cri-me aumenta**. Com essa banalização, fez com que as pessoas observassem o tribunal do júri com outros olhos e eu vejo que esse poder que a sociedade tem, não deve ser retirado. Então veja que numa classe social mais elevada, a incidência é menor desse tipo de crime, porque se resolve de uma forma pacífica, se procura o poder judiciário para resolver esse tipo de conflito, mas numa camada mais pobre e menos instruída, ela tem uma maior incidência de se resolver com as próprias mãos, então quem deve julgar? A própria sociedade porque muitas das vezes ela conhece aquele meio, então, pode-se arrumar uma solução mais justa, igualitária entre eles mesmos (Juiz de Maceió, grifo nosso).

Então a sociedade sabe julgar, e se a sociedade vê naquele réu um ser morto, que possa trazer prejuízos, ela vai condená-lo, independente se ele deva ou não naquele fato, ela não vai querer aquele cidadão de volta aos seus feitos, mesma coisa em relação ao fato, esse fato foi gravíssimo e nós não vamos querer que se repita, então, nós condenamos para que sirva de exemplo a outros, para que não pensem dessa forma... Não importa se foi justo ou não justo, o que importa é que a sociedade em sua maioria, democraticamente agiu

daquela forma, ponto (Promotor de Justiça de Curitiba, grifo nosso).

A severidade não é a única posição encontrada entre os operadores jurídicos, quando da leitura desses em relação à atuação dos juízes leigos. Em alguns casos, admite-se o perdão, mesmo que se tenha reconhecido a autoria do réu em casos de homicídio.

Vou dar um exemplo: você pega um cidadão em cadeira de rodas, uma série de problemas de saúde, mas realmente não há nenhuma saída para a defesa. Existe um homicídio, não há motivação e ele tem que ser condenado. **O juiz togado teria que condenar e assim o faria, o jurado pode absolver**. Pode olhar para o réu e dizer assim: “Eu vou colocar esse cidadão atrás das grades? Para quê? Que quê a sociedade vai ganhar com isso? A gente vai se proteger do quê? O cidadão está praticamente...” Entendeu? Aí a beleza do júri, de numa situação limite, poder fazer Justiça, Justiça com ‘J’ maiúsculo (Defensor Público de Salvador, grifo nosso).

Eu costumo dizer que o júri é a instituição mais democrática, porque ele não sofre influência econômica ou política... Há situações, e eu já defendi, **situações em que a pessoa foi absolvida, situações que um juiz togado não absolveria, ele estaria restrito a lei** (Defensor Público de Salvador, grifo nosso).

Considerações finais

As transcrições e análises sobre a participação e atuação dos juízes leigos nos julgamentos do tribunal do júri, por parte dos operadores jurídicos entrevistados, demonstram os princípios e os contextos que delimitam o funcionamento desse órgão do Poder Judiciário. Assim, uma repercussão da pesquisa é a possibilidade de analisar as significações sociais dadas à violência afetivo-conjugal, posto que os juízes leigos são representantes diretos da sociedade.

Nesse viés, a problematização preliminar sobre a categoria analítica mais apropriada para significar as mortes de mulheres, nos contextos brasileiros, comunica-se com a composição valorativa observada nos relatos dos operadores jurídicos entrevistados e, portanto,

carregam indícios dos contextos socioculturais, vivenciados pelas mulheres que sofreram/sofrem violência de gênero por parte de seus parceiros; sem afastar o caráter relacional da violência e da relativização do uso do poder entre os parceiros. Pois, tomando por extensão a fala do Juiz de Vitória “*o homicídio é o único crime que qualquer um está sujeito a cometer*”.

Observe-se que nem todos os relatos sobre a participação dos juízes leigos no tribunal do júri estão norteados pelos contextos dos homicídios afetivo-conjugais. Algumas vezes, as respostas dos operadores jurídicos são genéricas, no sentido de pensar qualquer circunstância de homicídio e não especialmente aqueles que são o foco de análise: os homicídios afetivo-conjugais.

Assim, os resultados gerais da pesquisa indicam que nos tribunais do júri investigados, pode-se encontrar uma alta dose de conservadorismo quando da defesa do funcionamento dos tribunais do júri e dos juízes leigos, por parte dos operadores jurídicos. A recorrente relação estabelecida pelos operadores do direito entre a severidade da pena e a redução da criminalidade carece de argumento lógico, já que as pesquisas sobre a temática não indicam a ocorrência de tal relação. Além disso, reforça-se ainda um sentimento de vingança, não de justiça, quando se enfatiza a possibilidade que a população (representada pelos juízes leigos) tem de se manifestar frente aos casos julgados, desconsiderando todos os estereótipos sociais que condenam não só os culpados, mas fundamentalmente os inocentes.

A acusação tem que criar certeza na cabeça dos jurados sobre a culpa daquele réu, para que o jurado tenha condição de que decida. Portanto, eu defendo o tribunal do júri com ampla competência para apreciar todos os casos assim. Nós não temos pena de morte e, portanto, no júri brasileiro não há o drama de consciência que existe, por exemplo, **no júri norte-americano que existe pena morte**. Então os jurados sabem, quando começa um julgamento nos Estados Unidos, os doze jurados – nós temos sete –, eles sabem que a decisão deles vai levar o sujeito para cadeira elétrica, e a nossa não, a nossa vai ser desafiada por recurso

e vai levar o sujeito para uma penitenciária (Promotor de Justiça de Salvador, grifo nosso).

Para este e outros operadores jurídicos pesquisados, o drama de consciência do júri que julga alguém sem a certeza de que seu ato delituoso não seria tão problemático quanto para o júri norte-americano, já que o condenado no Brasil não está sujeito à pena de morte, nos termos da lei, mas ao cerceamento de sua liberdade, como se esta não pudesse ser mais danosa que a primeira, na medida em que o prolongamento do sofrimento pode resultar na morte lenta e simbólica desses sujeitos assujeitados. Há de se repensar os conceitos de democracia e liberdade no sistema de justiça brasileiro.

Referências

ADORNO, Sérgio. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri. *Revista da USP*, Dossiê Judiciário. São Paulo, n. 21, pp. 132-151, 1994.

ADORNO, Sérgio; IZUMINO, Wânia Pasinato. Fontes de dados judiciais. In: CERQUEIRA, D., LEMBRUBER, J.; MUSUMECI, L. (Orgs.). *Fórum de debates: criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas*. Rio de Janeiro: Ipea/Cesec, pp. 03-25, 2000.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: UNB, 1982.

BECKER, Howard S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. v. 2, 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2008.

BRASIL, Senado Federal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaP>

publicacoes.action?id=102343. Acesso em: 21 mai 2013.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DEBERT, Guita Grin; LIMA, Renato Sérgio de; FERREIRA, Maria Patrícia Corrêa, Violência, família e o tribunal do júri. In: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de (Orgs.). *Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP, pp. 177-209, 2008.

DELMANTO JÚNIOR, Roberto et al. *Código Penal Comentado*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999b.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999c.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

JOSEPH, Isaac. *Erving Goffman e a microsociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LOREA, Roberto Arriada. *Os jurados “leigos”: uma antropologia do tribunal do júri*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.

MACIEL, Débora Alves. “Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da Lei Maria da Penha”. *RBCS*. v. 26, n.77, outubro 2011.

MISSE, Michel. “Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’”. *Lua Nova*. São Paulo, n. 79, pp. 15-38, 2010.

MONCKTON-SMITH, Jane. *Murder, gender and the media: narratives of dangerous love*. England: Palgrave Macmillan, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Tribunal do Júri*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PASINATO, Wânia Izumino. *Justiça e Violência Contra Mulher: o Papel do Sistema Judiciário na Solução dos Conflitos de Gênero*. São Paulo: Annablume, 1998.

PASINATO, Wânia Izumino. “‘Femicídios’ e as mortes de mulheres no Brasil”. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 37, pp. 219-246, julho-dezembro, 2011.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. (2005), “Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil”. *E.I.A.L.*, Tel Aviv, v.16, n. 1. Disponível (online) em: <http://www.nevusp.org/downloads/download083.pdf>.

SEGATO, Rita Laura. “Que és un feminicídio: notas para un debate emergente”. Brasília, Série Antropologia, 2006. Disponível em: <http://cuentaconmigo.org.mx/articulos/ssegato.pdf>.

SESTINI, Maria Alice Travaglia. *O tribunal do júri: uma forma de distribuição da justiça*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCS), Campinas, 1979.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Afetos em jogo nos tribunais do júri. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.21, n.2, pp.70-79, jul./dez. 2007a.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Etnografia dissonante dos tribunais do júri. *Tempo Social*. São Paulo, v.19, n.2, novembro, pp. 111-129, 2007b.

SOARES, Barbara Musumeci. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

TEIXEIRA, Analba Brazão. *Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais*. São Paulo: Annablume, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Código de Processo Penal Comentado* (arts. 394 a 811 e legislação complementar), v. 2, 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VARGAS, Joana Domingues. *Crimes sexuais e Sistema de Justiça*. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012a. Acesso em 07 mai. 2012. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/PDF/Mapa2012_Tra.pdf.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012: Atualização: homicídio de mulheres no Brasil*. CE-

BELA/FLACSO BRASIL, Brasil, 2012b. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf/2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf.

ZAMBONI, Marcela. “*Quem acreditou no amor, no sorriso, na flor*”: *A confiança nas relações amorosas*. São Paulo, Annablume/João Pessoa, UFPB, 2010.

Un estudio de las percepciones de las exigencias emocionales de los selectores de empleo

Diego Quattrini

Recebido em: 25.07.2015

Aceito em: 18.10.2015

Resumo: O estudo analisa a política de gestão de emoções para o trabalho a partir da implementação do sistema de competências laborais e seu impacto sobre a avaliação das capacidades dos trabalhadores. Esta Convenção é aplicada por agentes formadores como uma pedagogia normativa que fortalece de regulação as sensibilidades. Da metodologia usada entrevistas em profundidade com especialistas seleção de pessoal da Província de Mendoza (Argentina). O artigo examina a extensão crescente da carga emocional de trabalho nos requisitos formais das ocupações. **Palavras-chave:** corpo, emoções, trabalho, recrutamento, competências

Emotions for work

A study of the perceptions of the emotional demands of the job selectors

Abstract: This paper reflects on the political of emotion management to work from the implementation of the system labor skills and its impact on the assessment of the abilities of workers. This is applied by forming agents as a normative pedagogy consolidates the regulation of the sensibilities. The methodology will be used in-depth interviews with specialists in recruitment to the Province of Mendoza (Argentina). The paper examines the growing extent of the highly emotional work's in the formal requirements of the occupations. **Keywords:** body, emotions, work, recruitment, labor skills

Introducción

Como es sabido, el capitalismo siempre estuvo orientado a la búsqueda de la extensión de las cargas y los tiempos de la jornada de trabajo. Esto se tradujo a lo largo de la historia en un continuo recrudescimiento de las condiciones corporales de vida de los obreros, influyendo sobre su formación estético-corporal, su salud y sus actitudes para el trabajo; como provocando una cierta degradación moral ligada a la ausencia de condiciones sociales normales para su reproducción (HABER y RENAULT, 2007; CASTILLO y AGULLO, 2012).

Por lo que el condicionamiento y el uso del cuerpo y las emociones para el trabajo no es nuevo en el régimen del capital ni esta desligado del proceso de acumulación global. Aún así cada momento

histórico ha tenido ciertas variaciones en los modos de consumir y poner al servicio de la producción las capacidades de los trabajadores, materializadas en tanto emociones como saberes cognitivos. En este sentido, las diferentes estrategias de dominio del capital están vinculadas tanto a las políticas específicas de disposición y control sobre las creencias como al intento de articulación entre estas y las formas de extorsión y valorización del capital.

Sin embargo, en la literatura de las ciencias sociales, muchas veces cuando se planteaba el estudio del control del proceso de trabajo se profundizaba principalmente en el análisis de un trabajador taylorizado, jerarquizado y aislado de sus relaciones afectivas y de reproducción²¹. Es por esto

²¹Los conceptos clásicos usados para analizar las formas en que se involucra al trabajador en el proceso productivo han sido el de "control sobre el proceso de

que muchos autores contemporáneos hoy plantean que el problema de la dominación del sistema productivo remite a varias dimensiones, en las que se encuentra la construcción de estructuras de poder y creencias dentro de los procesos de trabajo, pero también fuera de estos, analizando la construcción del autocontrol o la “autonomía responsable”, la relación entre el trabajo con las actividades recreacionales, el ocio y/o las relaciones sociales enmarcadas en el hogar (DE LA GARZA, 2011; CASTILLO Y AGULLO, 2012; CALDERÓN, 2006; FIGARI, 2011).

En otras palabras, la legitimidad en el mando en los procesos productivos se plantea ahora en relación tanto a las experiencias sociales y culturales, como a la construcción de la subjetividad y los sentidos del trabajo. Esto supone una redefinición constante de aspectos cognitivos, morales, estéticos, sentimentales y formas de razonamientos cotidianos relacionados al trabajo, materializados y sintetizados en discursos y formas de conciencia no discursivas (DE LA GARZA, 2011). Las estrategias de los “recursos humanos” (RRHH) son un ejemplo de cómo la re-configuración de las pedagogías de la administración del trabajo, consideran como significativo la necesidad de elaborar una propuesta de organización que confronte y conjugue la praxis laboral con el mundo de la vida, a fin de que los trabajadores adhieran aunque sea mínimas reglas corporativas.

No es casualidad que se observa ahora -en algunos ámbitos laborales- una sofisticación de las formas de sujeción del

trabajo” y el de “relación laboral” (DE LA GARZA, 2011). El primero incluye el control de tiempos de trabajo, movimientos, ritmos, calidad, etc. La “relación laboral”, por su parte se reduce clásicamente a la prestación de un trabajo por un salario. Sin embargo el problema de la regulación y la disciplina laboral en la población heterogénea latinoamericana se vuelve complejo al considerar los trabajos no asalariados, por cuenta propia o lo que se establecen en función de la unidad económica familiar. En estos casos se subvierte los conceptos de jornada de trabajo y de espacio productivo. Además el control muta cuando interviene en el proceso no sólo el empleador sino también el cliente. Estas configuraciones obligan a repensar y complejizar las categorías analíticas de la sociología del trabajo clásica y explorar alternativas que permitan entender al trabajo en su dimensión ampliada.

trabajo, en la cual se instrumentalizan distintas doctrinas que procuran construir “espacios culturales empresariales hegemónicos” (FIGARI, 2011). Así la aparición y la renovación constante de ciertos discursos corporativos expresan, en cierto sentido, un cuadro epocal que muestra la forma en que se va configurando una cierta fisonomía cognitiva y subjetiva de los trabajadores relacionada a las modalidades de explotación capitalista. Muchas de estas últimas se propagan fuera de los espacios de trabajo, gobernando espacios divergentes, como puede ser las políticas educativas y sociales e inclusive colonizando algunos momentos recreativos. Precisamente estas propuestas “aggiornadas” colocan en tensión un número importante de sensaciones vitales de los trabajadores y envuelven en la cooperación habilidades corporales como la interacción, la comunicación y las percepciones (FIGARI, 2011; QUATTRINI, 2012).

Partiendo de estas consideraciones el objeto de interés del presente trabajo se dirige al examen de un espacio social donde inscriben el proceso de clasificación de las emociones para el trabajo, al que denominamos “sistema por competencias laborales”. Este es utilizado, por agentes empresariales -entre los que se incluye a los reclutadores-, como metodología para ordenar y clasificar saberes y destrezas de los trabajadores, confeccionar perfiles laborales y especificar y exigir actitudes para el trabajo. Así las emociones para el trabajo que se analizaran -conformadas en forma de competencias- no surgen y no son formuladas en el vacío: son expresiones codificadas y construidas socialmente dentro de contextos definidos. De modo que se presenta un abordaje de las mismas en relación al escenario social en que se comienzan a originarse, es decir desde el lado de la demanda y la selección de las capacidades laborales.

En otro estudio, a partir de un análisis de los registros de clasificados de un diario regional en el año 2010, se observó como la fórmula de las competencias fue penetrando en los modos de organización regional, inclusive en actividades masivas como las del sector comercio o las industrias manufactureras

(QUATTRINI, 2012). En esa ocasión se reveló que casi el 26% de los avisos registrados durante el periodo -fueron más de 4700 anuncios- poseía alguna clase de requisitos actitudinales. La que más se reiteraron fue las que se categorizaron como “actitud proactiva, perseverancia y sacrificio” (con el 25% de las habilidades actitudinales), “competencia de presentación o buen aspecto corporal” (25%), y la competencia de “interacción y buen trato social” (17%).

Para avanzar en línea, en esta oportunidad se analizará el rol de “los especialistas en selección del personal” en tanto agentes formadores que utilizan el sistema por competencias en el reclutamiento. El objetivo ahora será indagar los contenidos conceptuales y prácticos -en relación a las emociones para el trabajo- que ellos consideran que poseen las competencias actitudinales que aparecieron en los anuncios de los diarios.

Para este fin realizó entrevistas en profundidad a diversos especialistas con amplios perfiles en RRHH de la provincia Mendoza (Argentina). Entre diversas entrevistas, se utilizó cinco “charlas con propósito” por considerarlas significativas en lo que respecta al objetivo de la investigación: Una con una psicóloga especialista en RRHH, profesora universitaria y encargada de una agencia de empleo (entrevistada N°1); otra con dos psicólogas especialistas en RRHH apoderadas de una agencia de colación del personal de mandos medios y bajos (entrevistada N°2 y N°3); la cuarta con una licenciada en RRHH que realizan su labor en una empresa privada y es consultora de la Oficina de Empleo de la Municipalidad de Capital de Mendoza (entrevistada N°4); y última con un licenciado en RRHH cuya ocupación es asesorar a jóvenes beneficiarios de los programas de empleo de la Municipalidad de Las Heras de Mendoza (entrevistada N°5). La dinámica de las entrevistas fue solicitarles a cada uno que comenten los resultados que les presento sobre el registro de clasificados señalado. En todos los casos se uso como atributo de selección el hecho de que los especialistas debían poseer experiencia laboral dentro del proceso de reclutamiento

del personal en Mendoza (al menos más de dos años).

El trabajo de campo se realizó entre los meses de julio del 2011 y agosto del 2013. El diseño y los datos pertenecen a un trabajo de investigación elaborada en el marco de la tesis doctoral (QUATTRINI, 2015). Es importante aclarar que los datos se obtuvieron a partir de un diseño metodológico flexible, priorizando las opiniones de los sujetos, lo que permitió analizar aspectos significativos de sus narraciones.

La estructura general de la presentación está dividida en tres partes. En la primera se discutirá la relación entre emociones y trabajo trayendo a colación algunos autores considerados pertinentes. Luego se establecerá la influencia del sistema por competencias en la codificación de las demandas de las emociones para el trabajo. Al final se precisará el contenido de tres competencias actitudinales a partir de las explicaciones de los especialistas en selección del personal. Estas son: la “proactividad”, la cual remite a tiempo exigido en que se produce la actuación en situación de trabajo; la “buena presencia”, que da cuenta de la presentación social del trabajador; y la “interacción social”, que refiere principalmente a las sensibilidades que se colocan en ciertas relaciones cotidianas de trabajo.

En definitiva, se intentará observar la creciente extensión de la carga de trabajo en lo que refiere a las emociones, ya sea en las exigencias formales de las ocupaciones, pero también considerando su posible implicancia en las esferas sociales de la vida cotidiana. Por lo tanto, la propuesta es utilizar el concepto emociones como orientador y promotor de una mirada sociológica hacia el trabajo (y por consiguiente hacia la vida), poniendo en discusión y visibilizando los múltiples procesos de intensificación laboral en lo que están expuestos los sujetos en estas latitudes.

Emociones para el trabajo: Algunos antecedentes y perspectivas analíticas

La importancia de la inclusión de la dimensión corporal y los afectos en el análisis de las relaciones sociales puede rastrearse desde los clásicos de la filosofía

hasta los precursores de la teoría social moderna: Montesquieu, Durkheim, Marx, Simmel, Weber, entre muchos. Estos plantearon de distintas perspectivas que el disciplinamiento se inscribe en el control de las emociones, afectando recíproca y dinámicamente las prácticas, las relaciones sociales y los modos de ver el mundo (SCRIBANO, 2012b). Inclusive, puede observarse también como las indagaciones sobre las emociones se multiplican en la teoría social contemporánea en diferentes direcciones, en la se puede citar como ejemplo el pensamiento de Bourdieu, Giddens, Goffman, Elías o Foucault, entre otros. Aunque específicamente, muchos consideran los trabajos de Turner y Le Breton como pioneros de los estudios sociales sobre el cuerpo y las emociones, a los que suman los análisis de Kemper, Hochschild, Scheff, Collins e Illouz, entre varios (SCHEFF, 2001; KOURY, 2004, BERICAT ALASTUEY, 2000). De manera que el cuerpo se reconoce como un fenómeno social con sus propias particularidades, al que se intenta comprender y analizar a partir de su incidencia simbólica y política en los procesos sociales.

En el caso de esta investigación se abordará el interés por las emociones que se traman en y con los cuerpos en función de su relación con la configuración del mundo del trabajo actual y con los procesos vinculados a la naturalización de las condiciones de reproducción social, a partir de las expresiones singulares que acontecen en el escenario del Sur-Global (SCRIBANO, 2012a; QUATTRINI, 2015; LISDERO y VERGARA, 2010; LISDERO y QUATTRINI, 2012).

Asimismo para acérmanos al análisis específico de las emociones en el trabajo es necesario realizar algunas breves referencias de los estudios actuales sobre las transformaciones del mundo laboral. Aquí la vasta bibliografía de la sociología del trabajo puede ser útil para caracterizar el régimen de acumulación (NUN, 2003) y la relación actual del capital y el trabajo en base a las vicisitudes de los procesos económicos y sociales latinoamericanos generadas en los últimos años. Así, varios autores han reflexionado sobre las implicancias de los cambios en la constitución de

la “clase que vive del trabajo” latinoamericana, observando: ciertas formas renovadas de la organización social del trabajo en actividades “modernas de la economía” (BRAGA, 2009; FIGARI, 2011); las consecuencias de los procesos de “externalización” y “mundialización” junto con la implementación de las variaciones en los patrones tecnológicos (ANTUNES, 2006); y la ampliación del trabajo “precarizado” en tanto noción que remite a un proceso social de institucionalización de inestabilidad e incertidumbre laboral (DÖRRE, 2009).

Sintéticamente, estos procesos de reorganización de la producción en las que están inmersas las sociedades latinoamericanas puede expresarse en la formación de un modelo de “acumulación flexible” (HARVEY, 2004), que posee como rasgo general la “perennidad” que presenta el trabajo y su oscilación hacia la superfluidad, de la que son ejemplo los trabajadores flexibilizados, temporarios y el enorme ejército de desempleados (ANTUNES, 2006). La perennidad se puede advertir en la heterogeneidad de la estructura productiva. Se observa así una creciente combinación de actividades que requieren una apropiación de una dimensión más cognitiva del trabajo y de habilidades sociales que fomenten un ágil desenvolvimiento. Y junto a estas, en forma paralela, se visualiza la ampliación del trabajo descalificado, netamente precarizado, realizado por una fuerza de trabajo sobrante y superexplotada. Como rasgo común es que ambas poseen el mismo ritmo e intensidad.

La existencia de estos espacios heterogéneos altera de diferentes formas las exigencias del mundo laboral y por consiguiente las sensibilidades que se traman allí. Muchos deben confrontarse con los nuevos requerimientos propios de las innovaciones acontecidas. Emergen ciertas mutaciones en los modos en que se valorizan las capacidades corporales orgánicas (músculos), cognitivas (cerebro) y afectivas (emociones y sensaciones) de los trabajadores. En este sentido, el valor del trabajo, en muchas ramas económicas, no sólo está dado ahora en el acto objetivo de venta de la producción material tangible, sino que necesita también del desarrollo de

una dimensión inmaterial-simbólica (DE LA GARZA, 2011).

La consolidación de la producción inmaterial provoca ciertos cambios en el proceso de trabajo, ya que en su realización no es posible separar la dimensión objetiva y subjetiva del trabajo, porque la objetivación se produce de forma automática en otro sujeto, cliente o usuario y no en un objeto separado. Es decir depende del componente subjetivo tanto de quien trabaja como de quien consume y compra el objeto. Asimismo, la interacción aludida conlleva a la elaboración de significados simbólicos de diversos órdenes: producción de objetos de conocimientos, emociones, estéticos o morales. Esto es porque la figura del “consumidor-cliente” promueve el desarrollo de nuevas capacidades y exige una constante necesidad de agudizar sentidos orgánicos (vista, oído, gusto, olfato, tacto) y elaborar sentimientos adecuados para afrontar las demandas surgidas en “tiempos esperados” y con la “calidad” requerida según la presión solicitada (DE LA GARZA, 2011; DURAND, 2011). En otras palabras, el principio del “cliente-rey”, sumado a la exigencia creciente de la productividad obliga a acrecentar el esfuerzo corporal (moral y emocional) de los trabajadores. Estos nuevos condicionamientos llevaron a reconocer la importancia creciente que posee la gestión y el trabajo de control de las emociones en la creación de valor en los servicios y sus consecuencias en el sistema afectivo, tal como lo señaló Hochschild a principios de la década del '80 (1983).

Aquí la noción de “trabajo emocional” de Hochschild puede ser útil para observar la importancia del trabajo inmaterial en su relación con los procesos de estructuración social. Influenciada, entre otras perspectivas, por el interaccionismo simbólico de Goffman²², la autora aborda

²²A pesar de diferencias entre esta autora y los trabajos de Goffman, es interesante recuperar las reflexiones de este último sobre la relación entre expresiones corporales significantes y emociones. Para Goffman el sujeto es un actor que se hace a sí mismo aprendiendo a moverse en su interior (en sus emociones y gestos) y a encontrar espacios de resignificación con normas y gramáticas preestablecidas según el ordenamiento tempore espacial (GOFFMAN, 1971). Así, entre sus estudios,

un análisis de las asistentes de vuelo y los vendedores de seguro (HOCHSCHILD, 1983), en el donde conecta como eje de reflexión las sensaciones producidas en el trabajo con los procesos de producción de valor. Allí expone el vínculo entre las exigencias laborales capitalistas contemporáneas, la reglas del sentir y el manejo de las emociones. Plantea que hay un avance e institucionalización del orden emocional del ámbito del trabajo sobre la esfera íntima y privada. Las emociones, al ser “gestionadas” en el mundo laboral, empiezan a poseer un cierto carácter predeterminado y coactivo; dejan de elaborarse a partir de un manejo discreto y personal y pasa a ser un trabajo emocional público. Precisamente su estudio evidencia como mucho de los trabajadores, no venden ahora simplemente su fuerza física, ni su conocimiento o capacidad racional, sino que venden también sus emociones.

Ante esta nueva situación la autora propone como objeto de análisis un “cuerpo sensible”, imbuido bajo reglas de actuación normalizadas, que posee al mismo tiempo la capacidad experimentar sensaciones, evaluar su adecuación y manejarlas de manera diestra en situaciones específicas (lo que le permite ocultar o provocar emociones). Ella utiliza el concepto de actuación superficial cuando el cuerpo moviliza expresiones como medio para modificar sus emociones; y actuación profunda cuando se “gestiona” la emoción, es decir, cuando se realiza el acto de tratar de cambiar en algún grado o cualidad un sentimiento (HOCHSCHILD, 1983)²³.

propuso analizar el manejo de la “cara” y su significado en las relaciones de reciprocidad cotidiana, en tanto un eje a estudiar por el cual se manifiesta el orden de la interacción y se regulan los movimientos y sensaciones (GOFFMAN, 1970).

²³Los procedimientos de re-elaboración de emociones -que son utilizados en los ámbitos de trabajo- pueden ser explicados a través de su similitud con las técnicas pedagógicas de actuación instadas por el director de teatro Stanislavski. Para este último, el actor puede adjudicarse la tarea de despojarse del sí mismo para asumir un personaje en otro contexto. Es decir, posee un “registro emocional” que le permite guiar recuerdos y sentimientos y a partir de ahí provocar expresiones correspondientes. A través de la técnica llamada “esferas de atención” el actor aprende a expandir sus emociones experimentando un trabajo corporal de ensayar sensaciones. Adquiere el arte de percibir emociones y de deshacerse de aquellas que

Queda introducido en su análisis las consecuencias de la incorporación de las emociones en las propiedades de la fuerza de trabajo. Así, la mercantilización creciente de los cuerpos, conduce a una nueva forma de exigencias en el control y experimentación de las emociones. Las relaciones en el trabajo demandan algo más que una “actuación” superficial, ya que en determinadas ocupaciones se exige una actuación profunda que genere un saldo mercantilizado de emociones para el trabajo. Esto exige una re-disposición de las energías íntimas conectadas con acciones y gestos particulares frente a los otros, lo que provoca una nueva forma de vivenciar el trabajo. Esta particularidad conduce al autoextrañamiento como proceso cada vez más común de los sistemas capitalistas avanzados. Y si la repetición monótona de actos musculares operativos genera agotamiento, mucho más puede producir una repetición de gestos emocionales productivos inauténticos, ya que los trabajadores deben aprender a reprimir e inducir estados de ánimos personales para generar amabilidad o soportar enfados de los clientes. De ahí que esta racionalización de las energías emocionales crea condiciones de alienación y provocan sensibilidades desgastadas emocional y moralmente y destinadas a la extracción de “personalidades”, o a la formación de sensibilidades ficticias que entran en conflicto consigo mismas (BERICAT ALASTUEY, 2000).

Complejizando este último análisis consideramos que este extrañamiento se constituye bajo la peculiaridad que posee la estructura capitalista dependiente y neocolonial latinoamericana (SCRIBANO, 2012a), la cual que va configurando de manera particular las vivencialidades y las sensibilidades en los sujetos. Así la estructura procedimental del capitalismo en su fase de “acumulación flexible” necesita de “régimenes de sensibilidades” que permiten la aceptación de la reproducción por parte de los trabajadores. Es decir, ante las exigencias continuas que genera el presente de extenuación emocional del trabajo, se conforman formas de regulación que

permiten la incorporación (aunque sea de manera tensionada) de los modos de dominación establecidos. Estos procesos ideológicos acontecen en múltiples prácticas sociales y van confeccionando “imperativos mentales” en las narraciones y en las visiones del mundo de los sujetos que trabajan.

Así se instituye diversas acciones (dentro y fuera del trabajo) regidas por dispositivos que regulan emociones (miedo, resignación, esperanza, felicidad, etc.) y de mecanismos que lo vuelven más “soportables” (que promueven la admisión de la vida social como “un-siempre-así” y el autocontrol para soportar el día a día laboral) (SCRIBANO, 2009). A su vez estos procesos de regulación están relacionados con las demandas de presentación corporal de los empleos, con la regulación de los sentidos y las sensibilidades y con la capacidad de desplazarse bajo un régimen de distancias y proximidades que produce el mundo del trabajo (QUATTRINI, 2015). Por lo tanto estos regímenes se originan bajo tramas particulares que se reproducen a partir de la expropiación y la coagulación de energías que configuran gramáticas permitidas de acción.

En consiguiente, la gestión de las emociones en el trabajo obedece a las regulaciones y la desregulaciones de las políticas corporales configuradas a partir de una determinada “economía política de la moral” del capital. Los dispositivos ideológicos son estructuras hechas prácticas que expresan los fundamentos de esta “moral hegemónica” que promueven y anulan sentidos y necesidades. Así en el mundo laboral pueden identificarse “formas de soportabilidad” que aparecen como mediaciones que permiten a los “excluidos” aceptarse como los dispensables del nuevo siglo; como así también “maneras correctas de estar y apreciarse en el mundo” que mantienen la ilusión de la inclusión en el mundo competitivo del trabajo (QUATTRINI, 2015). Precisamente, estas transformaciones operadas desencadenan “nuevas” formas de asociatividad y gestión, que activan mecanismos que disminuyen la potencialidad disruptiva (LISDERO y VERGARA, 2010; LISDERO y QUATTRINI, 2012). La paciencia y la

aparecen vulnerables para su cuerpo (HOCHSCHILD, 1983).

espera, el acostumbramiento en el trabajo (D'HERS, 2011), o la "percepción de obtener empleabilidad" (QUATTRINI, 2015) por ejemplo, emergen como maneras de sentir naturalizadas que afectan las disposiciones y las dimensiones subjetivas, sociales e incluso filogenéticas de los cuerpos, permitiendo la resignación de los trabajadores latinoamericanos.

El cuerpo y las emociones, por lo tanto, se constituyen en un territorio en disputa tanto por las propiedades y destrezas sociales como por ser un campo de acción insustancial en el que se configuran las sensibilidades posibles. Así identificar y analizar el juego que se produce en la materialidad del cuerpo entre sensaciones, percepción y emociones para el trabajo es importante para entender las formas concretas en que se regulan los gastos que afectan a los trabajadores. El cuerpo queda expuesto como objeto de sustracción y puesto en movimiento en el proceso productivo; configurando sensaciones y modos de actuación que garanticen respuestas a las interacciones y exigencias del régimen de acumulación flexible.

Sistemas por Competencias Laborales: una forma de evaluar las emociones de los trabajadores.

El sistema por competencias laborales fue promovido desde los 90' en América Latina fundamentalmente por organismos internacionales gestores de políticas públicas. Se trató de difundir un discurso pragmático elevando la importancia de las calificaciones y vinculando el mundo productivo a la formación profesional. Así se divulgaron, con el consentimiento de los Ministerios de Educación y Trabajo de los países, estudios para su desarrollo y su sustento metodológico, como también apoyo para la implementación y certificación de competencias en diferentes sectores productivos (RIQUELME y HERGER, 2007).

Las competencias analíticamente se podrían definir como una mixtura de capacidades operativas relacionadas con diferentes prácticas, representaciones o técnicas cognitivas-corporales, que se van intrincando entre sí y complejizando a

medida que se movilizan y se incorporan en la acción. Su concreción y manejo se constituyen en un proceso relacionado a las experiencias biográficas, educativas y laborales. La singularidad del sistema radica en la individualización de los atributos, trayectorias y cualidades de los sujetos. El trabajador es el protagonista, en su rol activo (en cuanto a su responsabilidad, vitalidad y capacidades de intervención), quien homologa y ratifica los saberes adecuados y efectivos.

Una de las características principales del modelo es la distinción e incorporación del "saber ser o actitudinal" a los conocimientos que intervienen en el trabajo. Aquí se remite a las actitudes y comportamientos exigidos socialmente en cada ocupación. La propuesta organizacional valora como propiedades las sensibilidades y el manejo corporal/emocional. El cuerpo, su imagen y sus impresiones asoman como un campo de percepción mutua en la interacción laboral, colocando en valor un número de elementos conductuales básicos (como estados de ánimo u orientación corporal, entre otros).

La presentación física y psicológica, el entusiasmo, las habilidades comunicativas (el tono, el sentido de la discusión), la capacidad a mediar en conflictos interpersonales, son "competencias" particularmente apreciadas por parte de los responsables de la selección de personal. Estas cualidades, difícil de cuantificar, se han vuelto parte de lo que la empresa llama "competencias relativas a las personas" (CALDERÓN, 2006).

Aquí consideramos a este sistema como parte de las variantes que presenta la "doctrina corporativa empresarial". Específicamente, como instrumento que promueve ideas y herramientas sistematizadas que orientan maneras de designar y de disponer las capacidades cognitivas y afectivas. Es decir como un discurso procedimental que posee una serie de postulados que se materializan en prácticas concretas implementadas para establecer niveles adecuados de conductas (QUATTRINI, 2012; FIGARI, 2011). Dichas prácticas se constituyen como un "momento pedagógico", ya que ante la institucionalización de una forma de codificar los saberes, los trabajadores

interpretan y asumen determinadas pautas requeridas. Por lo que se establece como una “pedagogía normalizadora” que aporta la posibilidad de subvertir modos de conductas inadecuadas, ocultar emociones incorrectas, gestionar, prescribir y seleccionar conocimientos, clasificar ocupaciones y mistificar y fetichizar procesos de trabajo.

La operatoria de mediación de las “actitudes” ha sido promovida por una amplia red de agencias y agentes especializados. Varios formadores, usando al sistema por competencias, diseñaron una variedad de instrumentos de intervención y de re-contextualización de estos conocimientos. Algunos elaboraron operaciones de evaluación dentro del proceso de reclutamiento. Luego, con el tiempo, se fue profesionalizando el proceso de selección y empezaron a participar los licenciados en recursos humanos como otros profesionales (en especial los que se especializaron en la psicología organizacional) y algunos empleadores (que comenzaron a utilizar la entrevista laboral como un medio de reclutamiento)²⁴. En su versión más técnica, en el proceso de reclutamiento, los profesionales recurren a exámenes psicosociales “sofisticados” para observar determinadas competencias específicas de los candidatos. Sin embargo otras veces, simplemente el especialista codifica y explica los sentidos de las competencias y actúa como un mediador entre el perfil que pretende el empleador y las exigencias impuestas a los aspirantes.

A pesar de las diferentes maneras de evaluar las competencias, se busca en general en la selección captar aquellas

sociabilidades y capacidades que se adapten a los requisitos ocupacionales que requieren los empleadores. Las competencias facilitan la clasificación de perfiles ocupacionales y funcionan como referencia para observar las potencialidades de los candidatos. Además compromete a los postulantes a demostrar propiedades acorde a los sentidos que maneja el empleador. El candidato, para participar en el juego mercantil está obligado a montar una actuación adecuada, es decir “a hacer lo debido, en el momento debido y cómo es debido” (QUATTRINI, 2015).

Competencias Actitudinales: Proactividad, Buena presencia e Interacción y Trato Social.

En este apartado se analizará las representaciones de los seleccionadores sobre las tres competencias actitudinales: “Proactividad, perseverancia y sacrificio”, “Presentación o buen aspecto corporal” e “Interacción y buen trato social”. Se considera que el contenido de las “percepciones” sobre cada una de estas competencias configura en cierto aspecto el plano normativo del proceso de evaluación de las emociones para el trabajo. Además el reconocimiento que produce este agente es importante para ubicar a los requisitos actitudinales dentro de categorías o capacidades “identificables”, las cuales interceden en el proceso de la valoración de emociones y van configurando la identidad de cada trabajador.

Precisamente el instante donde se produce el intercambio de impresiones y percepciones es en el primer encuentro entre el empleador y el trabajador. Considerando ese momento, se realizará un breve análisis de los contenidos conceptuales y prácticos de las competencias a partir del relato de los especialistas en selección del personal.

Se comenzará con la competencia denominada comúnmente como “Proactividad”. Entre las entrevistas realizadas se puede seleccionar ciertas representaciones sobre la misma. Es interesante presentarlas conjuntamente porque cada definición resuelta por cada especialista responde de manera complementaria a una conceptualización más

²⁴Se aclara que el proceso de selección no abarca la totalidad del reclutamiento, ya que este último se realiza de una manera compleja y en algunos casos el aspirante puede pasar por diferentes etapas de “adiestramiento”. La misma puede comenzar con la publicación en los avisos clasificados. En la entrevista se continúa con el proceso, siendo un momento donde el selector aprecia aquellas competencias específicas necesarias para el puesto de trabajo. Sin embargo el reclutamiento no culmina en la elección del candidato, sino que muchas veces prosigue con actividades de capacitación donde se trasmite más claramente las características que deberán adoptar el perfil del trabajador. Por último, otro momento del reclutamiento es el “Periodo de Prueba”, en donde el trabajador (todavía “aspirante”) necesita sobreactuar sus cualidades ante la patronal.

compleja de la competencia. A continuación se transcriben 3 definiciones:

Las personas con proactividad son aquellas que van más allá, que tienen posibilidades de solucionar problemas sin estar siempre consultando. Tiene que ver con la anticipación. La primera vez que consulté con el jefe, pero una vez que ya internalizó cómo se resuelve, vamos solito. Es activa con la cabeza, va aprendiendo y produciendo ideas (Gabriela, entrevistada N°2).

Una manera que hemos medido la proactividad es preguntarle al que esté buscando empleo desde cuando está sin trabajo y que ha hecho en ese tiempo para sustentarse. No es lo mismo una persona que diga la verdad que no he hecho mucho, hace siete meses estoy desempleado y vos decís qué pasa que no te has movido, a otro que dice, mira no tengo trabajo pero me paso los fines de semana haciendo empanadas para ganarme unos pesos... La proactividad se mide en lo laboral y en la vida en general (Mariana, entrevistada N°3).

La gente proactiva es cuando se adapta a los cambios, ambiciosa, pila, que quiere crecer, que le pone ganas y que está en búsqueda de cosas nuevas. El reactivo sería lo contrario al proactivo, es la gente sumisa, que no tiene incentivo (Luis, entrevistado N° 8).

En primer lugar cabe aclarar que estas definiciones los especialistas las producen de manera genérica y en las consideraciones de los entrevistados, el contenido que la proactividad asume está ligado al carácter organizacional en que se inserta el puesto de trabajo.

Como segunda apreciación, se observa en la mayoría de las narraciones que el concepto de proactividad pone en evidencia las relaciones sociales entre cuerpo-movimiento-trabajo. Precisamente, porque el cuerpo a través del dispositivo pedagógico se constituye en objeto ligado al movimiento y a la intervención. La capacidad de acción está inscripta en el cuerpo, en forma de energías corporales cognitivas y afectivas que producen diversas posibilidades de desplazamiento que configuran el espacio y la carga de trabajo. Por lo que en dicha movilización se puede visualizar límites e interpelaciones de acuerdo a los procedimientos y reglas

obligatorias que los sistemas de organización del trabajo adoptan (“de ir más allá o más acá” de la tarea adjudicada).

Para alcanzar una adecuación a los desplazamientos demandados, según los entrevistados, se necesita asumir disposiciones para el trabajo que sean de utilidad para lograr hacer y hacerse competente bajo las presiones del tiempo del trabajo. Al menos, la exigencia de “anticiparse a los problemas” o estar un “paso más delante de ellos” así lo atestiguan. Asimismo estas disposiciones se relacionan con sensaciones (ser “ambicioso”, tener “ganas de trabajar”, adquirir la “necesidad de descubrir cosas nuevas”) que se arraigan en el cuerpo a través de procesos de regulación que se efectivizan afuera o en los bordes del trabajo. Por lo que la identificación de esta asunción se produce a partir de las experiencias de los cuerpos en las condiciones de producción y de reproducción de la vida misma. Es por esto que la proactividad se forma y se evalúa en los procesos sociales, en las diferentes instancias de sociabilidades (en la interacción con los otros, por ejemplo en la búsqueda de trabajo o en las actividades de sobrevivencia); en las vivencialidades (en la relación con sus sentidos y en apropiación subjetiva de sensaciones, como en la identificación con “ponerle ganas”); y en las sensibilidades (en las tramas emocionales que se van conformando a partir de la experiencia con el empleo y el desempleo, algunos en la dirección del crecer-competir- y sentirse bien y otros en la sumisión-sedentarismo- y sufrimiento).

La taxonomía elegida por un protagonista que distingue esta capacidad puede ser la de reactivo vs proactivo. El reactivo sería el parasito social que se aloja en el cuerpo productivo. En cambio el proactivo es quien posee la iniciativa y no sólo se dispone para el proceso productivo sino que además articula esta subordinación a sus principios de crecimiento. Lo que aparece aquí es una especie de ideología de parasitismo social (SENNETT, 2005), que puede transformarse en una potente herramienta disciplinaria en el lugar de trabajo; los trabajadores pueden intentar evitar el desprestigio buscando movimientos para demostrar que no se están

alimentando del esfuerzo de otros (soportando o “adquiriendo incentivos”).

Sin embargo, en varias ocasiones deberán demostrar predisposición para realizar una cantidad de tareas bajo el imperativo de usar activamente el gasto corporal en un tiempo restringido. Para ello el cuerpo debe recurrir a la racionalización de gestos y sobre todo, al uso de su “creatividad y reflexividad” (“ser activo con la cabeza”). Es por eso que para ser proactivo deberá responder a ejecuciones en el marco una variedad de situaciones imprevistas y codificar significantes simbólicos para operaciones que necesiten interpretaciones y restauraciones automáticas y rápidas (“aprender” hacer la cosas “solito”, sin la presencia del jefe”).

Por último, es destacable el papel de las vigilancias patronales y el corrimiento que se produce de su participación cuando se apela al término proactividad. Esta competencia se construye invocando a una sensibilidad que opera bajo el sustento de la fantasía de la no existencia de una intimidación jerárquica. La lógica de la automotivación se activa a partir de sensaciones como “sentirse con pilas” o “ser ambicioso” y de la consumación de prácticas laborales que la sustentan (como alcanzar oportunidades de crecimiento, participar en las decisiones, etc.). Por lo que su eficiencia, si la tuviese, se produce por la agilización de prácticas que generan formas de percibir y sentir adecuadas al régimen de flexibilización. Estas acciones enmascaran la situación de mando y desplazan a través de un discurso aceptado responsabilidades hacia la primera persona del trabajador. Esto provoca una lógica de re-significación del involucramiento laboral. Sin embargo las oposiciones “ocultas” se visibilizan a menudo, mostrando en forma de asedios y haciéndose cuerpo la cara material de las condiciones de la acumulación: la amenaza constante de la pauperización (“el peligro de quedarse afuera”). Por lo tanto, la construcción de autonomía y la invención de esta regla, se hacen con y en contra de los trabajadores. Pertenecen a las relaciones sociales y son constitutivos de ellas, al igual que la reproducción de la violencia simbólica que sustenta la dominación.

Se podría decir entonces, que la exigencia motivacional de la proactividad se construye tanto a partir de la “ilusión” de ser parte y de moverse con libertad y de asumir una dignidad por el trabajo; como del temor de la denigración corporal que genera la “realidad” de la precarización.

La segunda competencia que se analizará a partir de las representaciones de los seleccionadores es la “Buena Presencia”. La misma remite a la imagen del cuerpo de los trabajadores. Entre las percepciones que elaboraron los agentes se escogieron las siguientes:

Existe buena presencia cuando una persona tiene el pelo limpio, ningún olor raro, su ropa está limpia y planchada, es prolijo, combina la vestimenta de arriba con la que tiene abajo y con sus zapatos y está sólo un poco maquillado. Buena presencia puede ser esto más o menos exagerado (Gabriela, entrevistada N°2).

La buena presencia tiene que ver con la subjetividad de quien te va a contratar, si ve que “estas buena”... y hay gente que va a la entrevista laboral y no se predispone, se queda callado, tímido... y depende a que puesto también, si te vas a presentar a promotora no puedes ir de jogging y zapatilla... el mercado discrimina muchísimo y hay que tratar de adecuarse lo más que se pueda (María José, entrevistada N°4).

A veces el empleador ve a la persona desorganizada, por ejemplo los jóvenes que vienen con la famosa capucha. Pasa por un aspecto neurológico, mucho de lo que viste en la persona dentro de los primeros tres minutos te deja marcado. Por eso cuando llegan encapuchados y no te miran a los ojos, no te inspira confianza. No me miró a los ojos, algo está escondiendo (Luis, entrevistado N°8).

A partir de las apreciaciones de los entrevistados se puede examinar cómo se reproduce en el momento inicial de la búsqueda de trabajo el carácter ritualizado del mercado, que sustenta una serie de procesos de evaluación que los trabajadores deben incorporar para ser parte de la fuerza de trabajo. Así para participar como mercancía en el mundo formal hay que alcanzar una dosis de belleza estética socialmente adecuada al marco normativo y social.

Las primeras impresiones en el proceso de evaluación (“los primeros tres minutos”) establecen el corte de inclusión o exclusión: en ese instante el cuerpo actuante será digno de participar satisfactoriamente del rito. Para ello deberá “adecuarse gestualmente” o predisponerse a “la subjetividad de quien te va a contratar”. Esto significa que es el empleador quien promueve el orden expresivo, imprimiendo un carácter sagrado a las fachadas corporales, estimando a través de sus sentidos las presentaciones de los trabajadores, asumidas en forma de honra o deshonra (para algunos selectores la presentación es “una cuestión de respeto hacia ellos”).

Asimismo, en los discursos se visualizan los distintos materiales conductuales básicos que deben poseer las apariencias de los trabajadores para acceder a competir por el empleo. Estas tienden a institucionalizarse en función de expectativas estereotipadas, es decir, de acuerdo a la significación que asumen las tareas específicas y a la percepción de los empleadores que las exigen. Por este motivo hay innumerables buenas presencias, exigidas y reguladas -y “más o menos exageradas”- de acuerdo a estas condiciones.

De manera general se podría identificar una serie de modales corporales primordiales que se reclaman en los puestos operativos medios. Aquí se señala como elementos a atributos asociados a la percepción de la imagen incorporada por el sentido de la vista, como la vestimenta socialmente adecuada, la limpieza y la “prolijidad” de la presentación; como también asumida por el olfato, como los “olores raros” o los asumidos socialmente como “agradables”. En este sentido se puede observar como la disputa por los sentidos se encuentra en el centro de la discusión estética y moral de la regulación, produciendo y evaluando cuerpos socialmente diferentes de acuerdo a las impresiones que generan cuando se los observa y cuando se los huele²⁵.

²⁵Synnott comenta que con frecuencia el olfato es “pasado por alto” debido a la hegemonía que posee la vista sobre los demás sentidos (SYNNOTT, 2003).

Por consiguiente, las correcciones de la postura no sólo tendrán que ver con el control emocional de los modales (reinvertir la timidez), sino además con la regulación de la “piel” corporal (SCRIBANO, 2009) (es decir, con el olfato, la vista, el oído y los demás sentidos que median en las interacciones). El olor es un símbolo de estatus que representa un signo de prestigio o de estigma que deja una buena o mala impresión. Así la buena presencia entre otras cosas es una forma de regular el olor corporal: siguiendo este mandato algunos deberán des-odorizarse o re-odorizarse. De esta manera los aromas del cuerpo, tanto como las imágenes, dejan de ser simples sensaciones físicas para establecerse como evaluaciones simbólicas.

Por lo tanto la información transmitida por la expresión corporal asume una serie de elementos complejos que producen la aceptación. Sin embargo, existe una forma simple de evaluar a los sujetos: a través de los modos de “acreditar la cara”. La inclusión estaría dada entonces por aquel que logre la competencia de adquirir una “cara socialmente válida”. Así el desacreditado es quien gestualmente no muestra la cara, que baja la mirada, que se oculta bajo una “capucha”²⁶. Mientras que el acreditado es el que mantiene su cabeza erguida y se presenta con una valía social y actoral digna de adquisición del trabajo. La cara produce una reacción emocional inmediata, inspirando “confianza o amenaza”, lo que repercute en la valoración estética de la presencia. Así se produce otra división, entre cuerpos rígidos, seriados, desfigurados, sin ojos, es decir sin la capacidad de “poner la cara”; y otros competentes en el manejo corporal “profundo” de la cara y en la adecuación acorde con las expectativas expresivas del proceso de selección. Aprender el código de encubrirse, de mirar a los ojos y no tener miedo de perder la cara es otra condición para adquirir status para lidiar en el mundo laboral.

Como último comentario, se aprecia en los relatos cómo los selectores ordenan a los cuerpos “masculinos” y “femeninos” distribuyéndolos bajo

²⁶Una capucha es un gorro unido a algunas prendas de vestir, especialmente las de abrigo.

exposiciones expresivas diferenciales. Esto coincide con una distinción en la disposición de encubrir y exponer y de colocar en mercancía aspectos corporales que ya se encuentran valorizados y desvalorizados bajo las lógicas del campo social. Precisamente el mandato del culto del cuerpo, en tanto deber de trabajar la forma y la apariencia, apuntan en primer lugar a la mujer (es por eso hay que “estar buena”, como dice una licenciada). En este sentido, la puesta gestual se exige de manera desigual, porque cada género para conseguir trabajo deberá acostumbrarse simbólicamente a una identidad con asignaciones sociales y culturales vinculantes. Ellas deberán trabajar una “imagen ideal y una sensibilidad para seducir”, quedando asignadas a un papel decorativo y de objeto sexual en el proceso de trabajo (LOUVEAU, 2007). Aquí se observa cómo se construye una mercantilización material en función de las relaciones jerárquicas entre los sexos, gracias a la reproducción de reglas taxonómicas que intervienen en una trama de relaciones de regulación y que promueven una distribución específica de capitales corporales y modos sociales de valorización, que en última instancia terminan discriminando y despreciando a muchas mujeres en el campo laboral. De esta manera el cuerpo femenino queda socialmente determinado y “expuesto” a la objetivación operada por la mirada y el discurso de los otros, reproducido inclusive por las propias mujeres seleccionadoras.

La última competencia que se analizara es la denominada “interacción y buen trato social”. Al respecto se escogieron tres relatos de los seleccionadores:

Para los trabajos de niñera lo importante es que le encanten los niños, porque se busca alguien que se encargue de ellos, que los cuide, que esté atento. Por ahí viene una persona que esta todo el día con el celular y no les presta atención, esa no es la adecuada (María José, entrevistada N°4).

En los trabajos de servicio es universal que seas tolerante y sepas escuchar. Porque ninguno te va a decir yo tengo mala onda, me peleo con todos, a mí si un cliente me molesta me lo saco de encima... no te van a decir eso. Y

comunicarse es fundamental, porque hoy la gente en cualquier trabajo llega cansada y con problemas y la salud mental de la población es bastante crítica, entonces alguien que está en la recepción o en la cara visible de un negocio tiene que tener muy buena onda para bancarse las agresiones (Alejandra, entrevistada N°1).

Las habilidades de buen trato se miden en una entrevista de trabajo, porque la persona está en evaluación y está súper-expuesta, entonces vemos como se desenvuelve en situación de presión. Hay algunos que tienden a estar tranquilos, pero hubo gente que nos ha contestado mal, que se ha puesto agresiva. Por eso es importante saber desenvolverse, ser complaciente, persuadir, ponerse en el lugar del otro (Gabriela, entrevistada N°2).

En la descripción que realizan los protagonistas sobre esta competencia, se pone de manifiesto la forma en que el cuerpo y sus distintos gastos emocionales se van reduciendo cada vez más hacia el ámbito de la producción capitalista.

Precisamente es interesante remarcar el contenido de las capacidades afectivas que son exigidas como validación en el mercado laboral. Para ello, se puede tomar como ejemplo la demanda sobre “el trato o el cuidado del bebe”. En esta capacidad se vislumbra la fijación de una serie de energías materiales (orgánicas-cognitivas), como inmateriales (emocionales e inclusive morales). La tarea del cuidado implica diversos niveles de ejecución en forma simultánea: gastos físicos-orgánicos (usados para la limpieza o la elaboración de alimentos); asunción de una intervención moral (disciplinar al bebe por ejemplo) y fundamentalmente, el afecto (preocupación y amor hacia el sujeto). Todo estos saberes quedan incluidos en el mismo acto de “cuidar y atender” al bebe²⁷.

Lo novedoso de esta competencia es que trae aparejado una noción de servicio o de trato social confeccionada bajo una relación interactiva de intercambios, la cual contribuye a la elaboración, circulación y consumo de un bien o una situación. El

²⁷La noción de cuidados se enriquece desde un enfoque que contempla las cuestiones afectivas y morales al mismo tiempo que las materiales (MARTIN PALOMO, 2008).

éxito de relación depende por lo tanto de la conexión que se establezca entre dos sujetos: el consumidor-cliente y el trabajador. Precisamente, la mediación del cliente aparece como un determinante que configura la forma y el gasto de energías solicitado, cuestión que se puede observar en las apreciaciones de los entrevistados (aparecen ahora demandas como “bancarse las agresiones”, “o ser la cara visible del negocio”, “amar al sujeto”, entre otras). Por consiguiente podría decirse que la inferencia del cliente afecta las experiencias y el dominio de las emociones bajo dos direcciones: demanda prácticas que movilizan su “comprensión” (elaboradas tensionadamente a partir de los sentidos, percepciones y sentimientos); e incita a un estado de defensa ante los roces que provoca una posible situación conflictual con este agente. Para responder a estas exigencias el sujeto debe desarrollar una actuación profunda en el trabajo.

Y para lograrlo, el trabajador competente debe asumir destrezas propias de un atleta cognitivo-emotivo. Estas se puede resumir y simplificar en tres aspectos: en la capacidad de inducir y suprimir emociones; en la habilidad de movilizar sentidos a fin de lograr sensaciones de gratitud; y en la elaboración de una sensibilidad que sirva para confrontar el posible agotamiento físico, cognitivo y emocional que produce la actividad.

La posibilidad de desarrollar disposiciones de ánimo no está desvinculada con el carácter actual de los mecanismos de soportabilidad y los dispositivos de regulación de las emociones que se estructuran alrededor de las prácticas laborales. La repetición en el intento de manejo de las emociones y de las experiencias del sufrimiento, induce estados de acostumbramiento y corrimientos de antagonistas. El binomio de sensaciones “tranquilidad y agresividad” ayuda a explicitar este punto. Así para los trabajos que requieren este tipo de interacción, la tranquilidad aparece como una virtud y por lo tanto es usada como una forma adecuada de soportar presiones. Mientras que la agresividad es una amenaza corporal latente que desactiva el proceso de “domesticación” que sostienen las prácticas

de soportabilidad. Controlar la tranquilidad y evitar la agresividad (“tener buena onda para bancarse las agresiones”), se muestra como una demanda situacional necesaria que produce efectos difícilmente eludibles en la conformación de las tramas de sensibilidades para el trabajo.

El segundo componente observado es la movilización de los sentidos. La demanda de atención al cliente impone la necesidad de utilizarlos para relacionarse rápidamente e identificar el carácter del interlocutor y bajo cierta pericia técnica y estado afectivo adecuado, establecer una comunicación. En tanto que para “caerle bien al cliente” o “complacerle y ser persuasivo”, hay que saber escucharlo, oírlo, observarlo, “ponerse en el lugar del otro”. Por lo que las consecuencias de esta competencia también se vuelcan en la piel y en las capacidades sensoriales de los trabajadores.

La última consideración es el desgaste energético que produce este tipo de exigencias y la habilidad de evitarlo. Justamente en la confrontación con la disposición y disponibilidad de capacidades cognitivas, sensoriales y afectivas, el cuerpo pierde relacionalmente grados de autonomía. Y en su desgaste se observa los límites de la perdurabilidad de sus energías. Para evitar la fatiga y el vértigo causado por estas exigencias descritas, siguiendo a Hochschild, el sujeto puede desvincularse elaborando al menos dos tipos de sensibilidad: una ficticia propia de la actuación y la otra desgastada. Esto provocaría dos tipos de cuerpos: el parado que no ha logrado afianzarse como un atleta afectivo y el que se fundamenta en la despersonificación. Sin embargo bajos riesgos diferentes, ambos se exponen al sufrimiento, experimentando tarde o temprano, un aumento del malestar, ya sea por deterioro o por apatía emocional. Así la demanda de soportabilidad en el trabajo aparece como un indicador de las formas precarizantes que provoca actual régimen de acumulación sobre las cargas corporales afectivas.

Por lo tanto, observar las exigencias que se crean a partir de las consecuencias de las competencias en las sensaciones tales como la tranquilidad, la ambición o la confianza, entre otras, es importante para

analizar la batalla por expropiación de las energías para el trabajo que propone actualmente los mecanismos ideológicos de la economía política del capital.

Consideraciones Finales

La propuesta del estudio fue examinar el marco ideológico desde donde se reproducen las políticas corporales de gestión de emociones para el trabajo. Para ello se analizó el sistema por competencias laborales en tanto dispositivo de mediación y de clasificación de saberes y comportamientos, que se construye al exponer a los sujetos en situación de trabajo frente a los otros (empleadores y clientes). El paradigma en este sentido es útil para observar el componente normativo del gasto “material-emocional-moral” de los cuerpos en el trabajo, en especial aquellos que se estructuran dentro del mercado laboral flexibilizado del Sur-Global.

Se observó como la implementación de este tipo de pedagogía por parte de la administración científica del trabajo se ajusta a un régimen de sensibilidad social que se materializa en exigencias que proponen una regulación en las formas expresivas, las tramas de sensaciones y los modos de soportabilidad. Así estas solicitudes acreditan y desacreditan al sujeto de acuerdo a la habilidad para responder a la presión sobre el tiempo y los movimientos en el trabajo; a la adaptación de una estética corporal; y a las cargas emociones que se conforman a partir de experiencias cercanas al trabajo. La consideración de los selectores por las tres competencias actitudinales analizadas en los requerimientos de los empleos atestiguan estas apreciaciones.

El contenido per-formativo de la “proactividad” muestra la intimación en el uso del tiempo y la demanda del esfuerzo energético que deben disponer los trabajadores, generando así un camino para utilizarlos plenamente. Aquí el “cuerpo” debe recurrir a “disposiciones” emocionales y gestuales que provoquen un vertiginoso desplazamiento tanto para la codificación de significantes simbólicos y como para la ejecución de tareas continuas. Así la construcción de emociones activas para el trabajo está relacionada con una propuesta de re-significación del involucramiento

laboral que se construye en la entrada del mercado de trabajo, entre las vivencialidades, las sociabilidades y las sensibilidades de los sujetos.

“La buena presencia” evidencia el marco social ritualizado del mercado y su poder de clasificación sobre los cuerpos. Esta competencia promueve una valorización de capitales corporales que los jerarquizan. El cuerpo debe aprender a encubrir, exponer y acreditar emociones y gestos, como de disponer una “cara socialmente válida”. Por lo que la evaluación se manifiesta a partir de la existencia de “un estándar de construcción estético” que funciona como una forma de regular percepciones propias y ajenas que configuran la “forma material” adecuada del cuerpo actuante. Lo que resulta en una divulgación de taxonomías que van desde cuerpos que son visual y sexualmente apreciados a los que son discriminados, o desde aquellos que poseen olores “atravesados” a los “desagradables”.

El advenimiento de la competencia “interacción social y buen trato social” exhibe la presencia de capacidades sensoriales y de símbolos emotivos convertidos en destrezas de trabajo. Para asumir esta competencia se debe adquirir la capacidad de gestionar emociones en función de promover un estado de seducción hacia otro sujeto regulador de las sensaciones como es la figura del “cliente”. Inducir emociones adecuadas (la tranquilidad) y suprimir las vulnerables al cuerpo (la agresividad) aparece como otra condición que deberá asumir el cuerpo actuante. Por lo que la elaboración de las sensibilidades no sólo esta mediada simplemente por la exigencia de elaborar una gratitud hacia el otro, sino además por la de soportar el presente de agotamiento físico, cognitivo y emocional del trabajo.

La legitimidad de este nuevo orden empresarial propone un modo concreto de exigir el control de las emociones y experimentar las sensaciones en el trabajo. Su puesta en forma dependerá de la tensión que se produzca en el proceso de re-configuración de las sensibilidades. La operatoria se nutre en principio de la divulgación de acciones que provocan percepciones, sensaciones y emociones comunes en los empleadores y trabajadores,

que buscan en definitiva naturalizar las condiciones de re-producción. Sin embargo las limitaciones de la regulación de la carga del tiempo y de la mercantilización de las apariencias y los afectos queda como interrogante ante las potenciales prácticas y estrategias subjetivas y colectivas que puedan producirse en las vivencialidades cotidianas del trabajo.

Referencias

- ANTUNES, R. El caracol y su concha: ensayo sobre la nueva morfología del trabajo, *Herramienta* n. 3. Buenos Aires, 2006.
- BRAGA, R. A vigança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. R. Antunes y R. Braga, *Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CALDERÓN J. A. Repensar la cuestión de la resistencia en el trabajo o buscando al trabajador perdido: un estudio de caso del sector del telemarketing. *Sociología del Trabajo*, n. 56. Nueva Época. España, 2006
- CASTILLO, J. J. y AGULLO I. La invasión del trabajo en la vida en la sociedad de la información. *Trabajo y Sociedad* n.19, Santiago del Estero, 2012.
- D'HERS, V. La materialidad de la sombra. Abyección y cuerpo en la definición de la basura. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, n. 5. Argentina, 2011
- DE LA GARZA TOLEDO, E. Más allá de la fábrica: los desafíos teóricos del trabajo no clásico y la producción inmaterial. *Nueva Sociedad*, n. 232, Buenos Aires, 2011.
- DÖRRE, K. La precariedad: ¿centro de la cuestión social en el siglo XXI? En *Actual Marx/ Intervenciones* N°8. Santiago de Chile, 2009.
- DURAND, J.P. *La cadena invisible. Flujo tenso y servidumbre voluntaria*. Fondo de Cultura Económica. 1° Edición. México, 2011.
- FIGARI, C. Hegemonía empresaria y nuevas lógicas de control social: La formación de mando. En *Trabajo y Sociedad*, N°17. Santiago del Estero, 2011.
- GOFFMAN, E. La presentación de la persona en la vida cotidiana. Amorrortu Editores. Buenos Aires, 1971.
- GOFFMAN, E. Sobre el trabajo de la cara. En Goffman, Erving. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires, Ed. Tiempo Contemporáneo, 1970.
- HABER, S. y RENAULT, E. ¿Un Análisis Marxista de los cuerpos? En HABER S, BERNARD A y MOLINIER P, *Cuerpos dominados, cuerpos en ruptura*. Nueva Visión. Buenos Aires, 2007.
- HARVEY, D. *El nuevo imperialismo*. Akal. Madrid, 2004.
- HOCHSCHILD A. R. *The managed heart: commercialization of human feeling*. University of California Press. 2° Edition. California, 1983.
- KOURY M. G. *Introdução à sociologia da emoção*. João Pessoa: Manufatura/GREM, 2004.
- LISDERO, P. y QUATRINI, D. “Educación, corporalidad y nueva morfología del trabajo. Los Calls Centers ¿escuelas de trabajo?”. *Intersticios. Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, v. 7, n.1, Universidad Complutense de Madrid, España, 2013.
- LISDERO, P. y VERGARA G. Promesas y desencantos de los nuevos trabajos. Un análisis de los mecanismos de sujeción en los recuperadores de residuos. *Pensamento Plural*, v. 1, n. 6, Universidade Federal de Pelotas, 2010.
- LOUVEAU C. El cuerpo deportivo: ¿Un capital rentable para todos? En HABER S, BERNARD A y MOLINIER P, *Cuerpos dominados, cuerpos en ruptura*. Nueva Visión. 1ª edición. Buenos Aires, 2007
- MARTÍN PALOMO, M.T. Domesticar el trabajo: una reflexión a partir de los cuidados. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, v. 26, n.2, Madrid, 2008.
- NUN, J. “1969. La teoría de la masa marginal”. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2003.
- QUATTRINI, D. *La formación de emociones para el trabajo bajo el sistema de competencias laborales. El caso de las poblaciones de jóvenes re-escolarizados del*

Gran Mendoza. Tesis Doctoral. Doctorado en Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Cuyo (Mendoza, Argentina), 2015.

QUATTRINI D. “Se busca trabajador... Un análisis del reclutamiento de trabajadores en la provincia de Mendoza”, In: Collado y Teixeira de Souza Martins (comps). *Trabajo y Sindicalismo en Brasil y Argentina*. Ed. HUCITEC. San Pablo, 2012.

RIQUELME, G. y HERGER, N. Las experiencias de reconocimiento de saberes de los trabajadores: entre la presión de las competencias y el desafío de la apropiación de saberes. *8° Congreso Nacional de Estudios del Trabajo*. Buenos Aires, 2007.

SCHEFF, T. Três pioneiros na sociologia das emoções. *Política & Trabalho*, n.17, 2001.

SCRIBANO, A. *Teorías sociales del Sur: Una mirada post-independentista*. ESEditora/E-Book Córdoba: Universitas. Buenos Aires, 2012a.

SCRIBANO, A. Sociología de los cuerpos/emociones. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, n. 10. Argentina, 2012b.

SCRIBANO, A. “A modo de epílogo ¿Por qué una mirada sociológica de los cuerpos y las emociones?”. In: A. Scribano y C. Figari (comps.), *Cuerpo(s), Subjetividad(es) y Conflicto(s)*. CLACSO-Ciccus. Buenos Aires, 2009.

SENNETT R. *La corrosión del carácter. Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo*. Editorial Anagrama. Barcelona, 2005.

SYNNOTT, A. Sociología del olor. *En Revista Mexicana de Sociología*, a. 65, n.2, México, 2003.

Corpo, pessoa, emoção A atividade física como instrumento e reflexão de si

*Régia Cristina Oliveira
Kátia Silva Souza dos Anjos*

Recebido em: 11.07.2015
Aprovado em: 20.09.2015

Resumo: O presente texto tem o propósito de discutir algumas questões referentes à atividade física, em um centro de reabilitação para pessoas com transtornos mentais. Busca-se focalizar nesse espaço o trabalho e as questões apresentadas por atores sociais ligados à prática da atividade física na relação com os pacientes e com seu próprio trabalho. Para tanto, o texto apresenta reflexões provenientes de observação de campo, entrevista com um educador físico e relatos de estagiários, estudantes do curso de Ciência da atividade física. Podem ser destacados como resultados, a referência à fragilidade do outro – paciente - e de si mesmo, profissional/educador físico, no processo de cuidado; as tensões relacionadas à busca de apreensão do ser humano como um todo, num contexto biomédico de centralidade do orgânico e de medicação; a expressividade dos sentimentos e emoções na relação de cuidado, também ancoradas a referências fisicalistas de compreensão do corpo. **Palavras-chave:** corpo, pessoa, emoção, atividade física, biomedicina

Body, person, emotion: physical activity as tool and reflexion of yourself

Abstract: This text is intended to discuss some issues concerning physical activity in a rehabilitation center for people with mental disorders. We seek to focus the work in this space and the issues presented by social actors linked to physical activity in the relationship with patients and with their own work. Therefore, the text presents reflections from field observation, interview with a physical educator and reports of trainees, students of Sciences of Physical Activity. As a result, we can mention the reference to the fragility of other (the patient) and yourself (occupational / physical educator) in the care process; the tensions related to the search for apprehension of the human being as a whole, in the context biomedical of organic centrality and medication; the expressiveness of feelings and emotions in relation of care, also anchored to physicalist's references to understanding of the body. **Keywords:** body, person, emotion, physical activity, biomedicine

Introdução

O texto ora apresentado tem o propósito de trazer algumas questões referentes à atividade física em um centro de reabilitação para pessoas com transtornos mentais²⁸. Busca-se focalizar

nesse espaço o trabalho e as questões apresentadas por atores sociais ligados à prática da atividade física na relação com os pacientes e com seu próprio trabalho. Para tanto, o texto apresenta reflexões provenientes de observação de campo, entrevista com um educador físico e relatos de estagiários, estudantes do curso de Ciência da atividade física, que desenvolvem atividades nesse local. Antes, porém, faz-se necessário apresentar sucintamente o local pesquisado.

²⁸Assim considerados pelo local estudado. Os transtornos relatados em entrevista são esquizofrenia, transtorno bipolar, depressão, fobia social, entre outros.

O Centro de reabilitação estudado é descrito no *site*²⁹ como um ambiente que “atende pacientes portadores de transtornos mentais com condições de autogerenciamento e que necessitam de um plano terapêutico diferenciado e personalizado”. Segundo informações do *site*, o espaço tem capacidade para atender, por dia, trinta pessoas maiores de dezoito anos e busca oferecer um tratamento intensivo com um programa terapêutico que inclui métodos biológicos - como o uso de medicamentos-, práticas psicológicas, lúdicas e esportivas, grupos de discussão sobre sexualidade, teatralização, passeios em áreas externas que proporcionam encontros fora do ambiente hospitalar. O tratamento inclui os familiares dos pacientes e o seu envolvimento em atividades grupais, como as saídas programadas.

A partir desse contexto biomédico de atenção e intervenção para o tratamento de transtornos mentais, o texto ora apresentado pretende focar a atenção nos atores sociais do campo da atividade física, profissional e estudantes dessa área.

A pesquisa: um exercício de estranhamento e familiaridade

Este texto parte de uma pesquisa qualitativa (SOUZA, 2006) realizada em um centro de reabilitação de um instituto de psiquiatria, em São Paulo.

Inicialmente, para a realização desta pesquisa, foram tomados para leitura relatórios de estágio, feitos em 2010, por dois alunos que estagiaram no local, após prévia autorização dos mesmos. Posteriormente, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2007) com dois profissionais que ali trabalham, uma com o educador físico e a outra com o diretor técnico do local.

Para fins desse texto, são apresentadas e discutidas falas do profissional de atividade física e dos dois estudantes desse campo, destacando elementos importantes para a reflexão sobre o papel desses atores sociais no processo de reabilitação, a relação com o paciente e a relação com o trabalho, das quais fazem parte as emoções,

pensadas como dimensões sociais, diferentemente definidas segundo o contexto e a situação apresentadas (LE BRETON, 2011).

As falas, provenientes de relatos escritos (relatórios) e entrevista individual realizada no local, revelam os sentidos dessas emoções no contexto dado.

Outro procedimento escolhido foi a leitura dos relatórios de estágio de dois alunos, uma vez que apresentavam apontamentos e reflexões importantes sobre a vivência no local, destacados pelos seus autores.

Por fim, as observações da dinâmica do local foram fundamentais à compreensão das falas, tanto dos relatos escritos, quanto das entrevistas.

Para os propósitos deste texto, são destacados alguns elementos dos depoimentos colhidos e comentados aspectos importantes das percepções por eles levantadas – educador físico; estudantes/estagiários de Ciência da Atividade Física - CAF.

No tocante à dinâmica das entrevistas e observações, importante destacar a postura em campo de uma das autoras deste texto, estudante do curso de Ciência da atividade física³⁰ e responsável pela realização do trabalho de campo.

Como exercício e orientação de campo, o estranhamento foi parte constitutiva do trabalho de pesquisa. Como estudante do curso de Ciência da atividade física, observava o outro que, no caso, eram alunos ou profissional do mesmo curso.

O primeiro estranhamento parecia quase “natural”, dado as circunstâncias que a colocava em pesquisa e estágio num espaço voltado para tratamento e atenção a pessoas com transtorno mental. Por mais que pertencesse à mesma formação daqueles que observava, e isso lhe trouxesse a familiaridade, aquele ambiente – um hospital - e a forma como a atividade física era propagada, não lhe era familiar.

A realidade daquele local, desde o primeiro dia, da primeira conversa com os responsáveis pelo espaço e pacientes, perturbou a pessoa e futura profissional da atividade física. Questões foram surgindo

²⁹Com o intuito de preservar o espaço estudado e de garantir o sigilo da identidade dos informantes, estamos omitindo o referido site.

³⁰Na época, era aluna do último ano do curso de Ciência da Atividade Física e estagiava no local.

e logo ela se viu problematizando sua vivência, saberes e prática de estágio. A partir dos relatos e observações, problematizava, então, o que lhe era familiar, estranhando sua própria formação e a prática no local. Como aponta Velho (1978, p. 12) “o processo de estranhar o *familiar* torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações”.

Assim foi que a reflexão sobre sua vivência ali no hospital tomou curso, fazendo com que confrontasse os saberes aprendidos com suas e outras percepções sobre a realidade encontrada.

A fragilidade do eu e do outro: a atividade física como “instrumento” de (auto)motivação

A prática da atividade física no local estudado é construída tendo por base uma noção que a instrumentaliza, ao mesmo tempo em que busca, por esse intermédio, “reconstruir” o outro. Na entrevista com o professor de educação física, o profissional enfatizou a atividade física como um “instrumento” no sentido da possibilidade de construção ou reconstrução da autoestima da pessoa com transtorno mental. Para o profissional, “construir” ou “desconstruir” o comportamento de uma pessoa é algo que pode ser feito pela atividade física³¹, sendo a mesma encarada como uma “ferramenta” utilizada para esse fim.

Todavia, o profissional comenta que utilizar a atividade física não é uma tarefa simples quando se pensa em pessoas com transtorno mental, pois as mesmas vão medicadas, sedadas, para as atividades.

³¹Vamos compreender aqui a atividade física como parte do cotidiano das pessoas e não associada a alto rendimento, performance. A atividade física assim colocada compreende as atividades diárias, mas sem finalidade de profissionalização. O uso do termo atividade física implica qualquer atividade motora que tenha gasto energético. Quando usamos esse conceito não pensamos em alto nível de treinamento, muito menos em competição. A atividade física abrange tanto as atividades esportivas quanto as de lazer, danças, atividades domésticas, de locomoção etc.

Desse modo, o planejamento requer atenção.

Pensando que o paciente vai medicado para a atividade e pode não responder às expectativas do professor, ou educador físico, o entrevistado ressalta que o profissional da atividade física tem que se “automotivar” para motivar os pacientes, além de ter que aprender a “lidar com a frustração”, destacando assim aspectos ligados às emoções:

Então, aí que tá, o profissional, primeiro vai ter que se automotivar para motivar as outras pessoas, pacientes, né? Vai ter que... é... ser muito criativo para... é... fazer, para desenvolver, planejar uma atividade que as pessoas se interessem em fazer isso daí, né? Então, o profissional tem que aprender a lidar com frustração, porque, normalmente, o profissional vai planejar uma aula, uma sequência de aulas vai chegar e vai querer aplicar isso daí. No transtorno mental não é sempre assim, ou nunca é assim. Então, a pessoa vai ter que ter uma capacidade de adequar a atividade para os pacientes que ele tem, para o momento que ele está, senão as pessoas não participam e o maior desafio, então, do profissional, é fazer com que eles participem, né?

A “motivação” aparece como algo que precisa ser “acionada” tanto pelo profissional que precisa usar de criatividade, quanto dos pacientes que irão participar das atividades propostas.

O corpo enquanto ente potencial para a realização dos exercícios propostos nas atividades físicas está inscrito pelas emoções que o tocam e que são construídas na relação entre profissional e pacientes. A motivação é um sentimento que se constrói na e pela relação entre ambos, redefinindo-se em cada situação, em cada aula proposta.

Segundo o profissional, o objetivo de sua aula é a inclusão de todos, independente do que será trabalhado, pois, segundo avalia, o trabalho acontece em função da demanda dos pacientes. Existem passos a serem seguidos antes da atividade física propriamente dita; para o entrevistado, esses passos são cruciais para a adesão do indivíduo ao tratamento como um todo, sendo entrelaçados à ideia de motivação para a atividade.

As palavras recorrentes no relato do entrevistado são “acolhimento” e “vínculo”.

Para ele, sem esses elementos não há o envolvimento dos pacientes com o tratamento, pois essas pessoas estão mais fragilizadas pelo processo da doença, do local e das terapias onde a medicalização, diz, tem papel central.

Em virtude dessa “fragilização” se faz necessário trabalhar o acolhimento e o vínculo, elementos que aparecem na fala, por vezes, indiferenciados.

Saber ouvir a história de vida de cada uma é, de acordo com o entrevistado, um dos passos para o vínculo.

Então, acolhimento, o que é acolhimento? (...) é receber a pessoa, dar atenção à pessoa, ouvir a história da pessoa, ouvir a experiência motora, ou a falta de experiência motora de cada pessoa... é... quais as demandas que ele traz, né? Você recebeu, você ouviu... é... você deu atenção para a pessoa, é o caminho para o vínculo.

Ouvir a experiência motora, aponta o entrevistado, evidenciando a importância do sensorial na percepção do outro, no alcance de suas demandas, da atenção, considerada *caminho para o vínculo*.

O vínculo, segundo a compreensão do entrevistado, acontece no sentido da tríplice aliança: *confiança, respeito e responsabilidade*. Assim colocado, permite uma aproximação entre o profissional e o paciente.

No campo da saúde, autores envolvidos com a reflexão da prática profissional advogam a importância da clínica, do encontro entre paciente e profissional de saúde. Merhy (1998, p. 6), ao discutir sobre o modelo assistencial e de intervenção no modo de trabalhar a assistência em saúde, destaca a ideia de que, nesse campo, todos os trabalhadores, incluindo profissionais e porteiros de um estabelecimento de saúde, fazem clínica, esta entendida não apenas como o “saber diagnosticar, prognosticar e curar os problemas de saúde como uma ‘disfunção biológica’, mas também como um processo e um espaço de produção de relações e intervenções, que se dá de modo partilhado, e no qual há um jogo entre necessidades e modos tecnológicos de agir”.

Para o autor, quando um usuário procura um serviço de saúde, ele busca “a produção de espaços de acolhimento, responsabilização e vínculo”.

Na entrevista com o educador físico, esses sentimentos - acolhimento, responsabilização e vínculo - são por ele resgatados para falar de um usuário específico, o paciente com transtorno mental. Nesse caso, a expressão desses sentimentos, “confiança” no profissional, “repeito” pelo paciente, “responsabilidade” do profissional pelo trabalho, têm como pressuposto um sujeito “frágil” que precisa ser acolhido – ser ouvido, ter suas demandas e (im)possibilidades ouvidas para a construção das atividades.

O profissional torna-se um “observador”, segundo aponta o entrevistado. Para ele, a observação é mesmo anterior à prática profissional. Busca-se observar o comportamento do paciente, expresso em suas atitudes corporais, que denotam maior ou menor motivação e/capacidade motora para a atividade.

Como destaca Sarti (2001, p. 7), “o corpo define-se de acordo com as regras do mundo social no qual se inscreve”. Perceber maior ou menor motivação é resultado da observação sobre determinadas atitudes corporais assim lidas.

Por meio da observação e do conhecimento dessas atitudes e da história de vida dos pacientes, o profissional acredita ter “ferramentas utilizáveis” no curso do tratamento.

Elevando a autoestima, isso que a gente faz aqui, o portador de transtorno mental é a meia, negativo, e atividade física atua como trabalhando na autoestima, trabalhando na socialização e interação pessoal, né? [...].

Então deu papel, material pra trabalhar na psicoterapia, deu material pra trabalhar em psicodrama nas outras terapêuticas, então isso vai trabalhando junto, dá suporte aqui, né? E o cara se fortaleceu na atividade física, ele falou - opa eu consigo – então, nas outras atividades, eu também, se consigo lá, eu consigo aqui, né? Se eu consigo aqui, eu consigo lá.

Para o entrevistado, “elevar a autoestima” é fazer o outro perceber que consegue realizar uma atividade proposta. *Se eu consigo aqui* – participar de atividades físicas - *eu consigo lá* – referindo-se ao trabalho com material na psicoterapia.

É como se a atividade física desse o suporte, a força necessária para as outras

atividades, *o cara se fortaleceu na atividade física*. É como um “instrumento”, no caso, uma espécie de termômetro a indicar as possibilidades de ação. Ao mesmo tempo, é como “ferramenta” por meio da qual a ação corporal incide sob a autoestima, sinalizando possibilidades, criando um sentimento de que se é capaz de realizar as tarefas propostas.

Na mesma esteira de compreensão, o corpo é o material sob o qual o instrumento - atividade física- trabalha. Ele, corpo, aparece como meio, o caminho para a construção de novos sentimentos, como “motivação”, “acolhimento” e “capacidade”, que aparece primeiro como algo sensorial, como diz, *opa, eu consigo aqui, então nas outras atividades eu também consigo*.

Em sua entrevista, o educador físico, ao reforçar a importância do acolhimento e do vínculo, fez uma reflexão, a partir de uma vivência que teve, destacando a importância para o profissional de pensar em si, naquilo que é, antes de exercer seu trabalho ou pensar nas técnicas disponíveis, buscando encontrar a saída para o exercício de sua profissão. Nesse ponto, parece que o entrevistado, ao dizer isso, sugere ao profissional da atividade física o reconhecimento de si e do outro, no seu caráter mais humano, ou seja, naquilo que afirma sua diferença e sua singularidade, pressupostos para a conquista da empatia, da compreensão do outro como um indivíduo na sua integridade. Corpo e mente interrelacionados também no que se refere a fatores internos e externos que o moldam enquanto ser (LE BRETON, 2011).

O pensar o indivíduo como um todo também significa trabalhar as emoções que lhe são constitutivas, num difícil movimento de afastamento e aproximação entre indivíduos e suas vivências, do qual faz parte a busca pela criação de vínculo. O relato de um dos alunos de CAF evidencia esse aspecto ao descrever como esse ambiente hospitalar o envolveu não só no âmbito profissional, mas também afetivo e emocional. O aluno menciona um caso específico de contato com uma paciente e por meio desse contato, da leitura de seu prontuário e da descoberta de uma tentativa de suicídio pela paciente na noite anterior ao seu encontro com ela:

Nesse momento, [da descoberta da tentativa de suicídio] comecei a questionar tudo o que eu fazia assim como as pessoas que estavam ao meu redor. Foi quando eu procurei o professor de educação física e relatei o que eu estava sentindo. Como sempre, muito atencioso, ele disse que quando começou a trabalhar naquele local também passou por esse período de reflexão sobre a vida relatando as mesmas sensações que eu senti naquele momento. A mensagem que ficou clara para mim é que eu não deveria ter um vínculo tão afetivo com os pacientes, pois eu não conseguiria colocar em prática o que eu havia aprendido.

A afetação com o caso revela o quanto a ideia de “fragilidade” também é uma construção que tem o sentido de ser variável de acordo com a situação. A fragilidade antes colocada para falar dos pacientes no hospital, foi apresentada como algo que os constitui. Essa noção de frágil constrói a ideia de pessoa com transtorno mental, no local estudado.

A reflexão que o estudante faz das emoções vividas com a descoberta da tentativa de suicídio de uma paciente, expressa a fragilização da condição humana; a fragilização de si, da sensação de impotência que o fez refletir sobre o sentido da vida e de seu trabalho: *comecei a questionar tudo o que eu fazia como as pessoas ao meu redor*.

Como dimensão social que prescinde do outro para se definir na situação apresentada, olhar para o outro, nesse local, significava olhar para si, num ato reflexivo que implicava a reavaliação da própria prática. Como revela o estudante, nos trabalhos de atividade física nesse hospital era preciso olhar para si, rever seu trabalho, seu papel no local. Tratava-se menos da aplicação de atividades mais condizentes com as possibilidades motoras dos pacientes do que da compreensão dos sentidos dessas atividades para os pacientes, a partir de experiências por eles vividas.

Redefine-se aí um novo sentido para a ideia de “vínculo” com o doente. Como menciona o estudante, *não conseguiria colocar em prática o que eu havia aprendido*, uma vez que ele *não deveria ter um vínculo tão afetivo com o paciente*.

Esse contexto social, em que o aluno percebe a necessidade de constante reconstrução da prática, coloca em cena e em relação os dois sujeitos da situação – profissional e estudante de atividade física e pacientes. Como aponta Merhy (1998, p. 5) “qualquer abordagem assistencial de um trabalhador de saúde junto a um usuário-paciente, produz-se através de um trabalho vivo em ato, em um processo de relações”. Segundo o autor, há produção de expectativas e momentos que propiciam “falas, escutas e interpretações (...), momentos de cumplicidades, nos quais há a produção de uma responsabilização em torno do problema que vai ser enfrentado; momentos de confiabilidade e esperança, nos quais se produzem relações de vínculo e aceitação”.

Ao falar da prática profissional, uma aluna relata dificuldades enfrentadas no estágio, especialmente no tocante à separação entre trabalho e vida pessoal.

A aluna relata que a sensação que teve ao estagiar no local foi de alguém que havia “caído de para-quedas” nesse ambiente. Ao mesmo tempo, menciona que gostou dessa sensação, pois ali percebeu como a atividade física poderia ser um “instrumento” de recondução da pessoa humana ao seu papel social e não só de melhora do funcionamento biológico do corpo doente. No caso, tratava-se da reconfiguração de papéis – o papel de doente com transtorno mental, pressuposto frágil, reconfigurado pela ideia de motivação e melhora da autoestima. A atividade física, pensada como instrumento para essa reconfiguração. Para a entrevistada, por meio da atividade física em grupo, a pessoa começa a ter contato social novamente e pode aprender a resolver problemas em grupo e a transportar tal aprendizado para outras situações da vida, dando respostas parecidas a problemas parecidos.

O papel social segundo Berger (2001, p. 108) pode ser definido como “uma resposta tipificada a uma expectativa tipificada”. Valendo-se da linguagem teatral o autor ainda afirma que nós somos orientados por *scripts* e seguimos representando os personagens que nos são colocados. Porém, não fingimos durante a atuação na vida real, acabamos incorporando o personagem que desempenhamos.

O papel social do professor de atividade física é trabalhar a reconfiguração de um papel social de doentes com transtorno mental, superando a “fragilização” que os constitui enquanto representação social.

Ao mesmo tempo e para que a reconfiguração seja dada, é preciso um processo de aprendizagem do papel social de profissional de atividade física, do qual faz parte o contato com o paciente.

No local estudado, a aluna relata que teve que aprender a lidar com “*peças com comportamentos não habituais, como a esquizofrenia e a depressão*”. O diálogo e a intensa necessidade de “motivar” as pessoas à prática de atividade física era constante, mas o que se buscava, segundo afirma, não era somente a melhora e manutenção da saúde física, mas a mudança de seu comportamento. No grupo, o paciente tinha que manter uma relação com os integrantes, visto que todas as atividades que a aluna presenciou eram em grupo e nele havia várias pessoas com diferentes tipos de transtorno e com idades distintas, sendo por isso um grupo bem heterogêneo.

Berger (2001, p. 118) ao falar sobre as situações de terapia de grupo afirma que “a recente popularidade deste método na psiquiatria americana não pode também ser interpretada simplesmente em bases econômicas. Ela tem sua base sociológica no princípio perfeitamente correto de que as pressões de grupo atuam efetivamente para fazer o indivíduo aceitar a nova imagem que lhe é proporcionada”.

Ao promover a prática de atividade física em grupo, a ideia, como observada pela aluna e estagiária, é promover uma mudança no papel social de cada paciente, fazendo com que ele se reconheça numa nova imagem que lhe é ofertada, da qual faz parte a percepção da capacidade para a atividade física proposta. Segundo afirmam os entrevistados, isso requer “motivação”.

“Motivar” as pessoas à prática de atividade física requer muita criatividade por parte dos profissionais, foi o que a estagiária ouviu do educador físico que na ocasião disse a ela e aos demais estagiários que o profissional tem que ter um leque de opções para “convencer” as pessoas a praticarem a atividade.

É preciso “convencer” o outro que não se percebe e/ou não é percebido como alguém inicialmente capaz de realizar atividades físicas sem que haja para isso motivação. É como instrumento/meio que a atividade física se coloca buscando “*um leque de opções*” criativas para “motivar”, “convencer”, transformar a imagem que os pacientes com transtornos mentais carregam.

Especialmente no caso dos transtornos mentais, a transformação da imagem do paciente responde aos interesses e expectativas daquele(s) que o busca(m) fazer, no caso acima, o educador físico. Como desenvolve Goffman (2008, p. 116), ao discorrer sobre o “alinhamento grupal, a identidade pessoal e a identidade social são partes, antes de tudo, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão”.

Corpo e emoção: da experiência motora ao sentido das ações

“Criatividade” é outro ingrediente necessário à busca de motivação e convencimento na realização de atividades físicas, no local estudado. Na fala do educador físico, a criatividade diz respeito à percepção do outro, de suas experiências de vida, pelo profissional de atividade física, que sinalizam limites e possibilidades para a ação.

Em entrevista, o profissional relatou uma experiência que teve com uma mulher que sofreu abuso sexual e como essa situação colocou a necessidade de trabalhar a criatividade. Ele comentou que resolveu usar o forró³² para integrar a mulher ao grupo e utilizou certas estratégias para que a mulher dançasse.

A gente tem uma paciente aqui que sofreu abuso sexual então ela tem o diagnóstico, hipótese diagnóstica por enquanto de depressão pós traumática, né? Ela não consegue ficar num ambiente fechado só com homens, nem com a maioria dos homens. Então que eu pensei, ela é baiana, então pensei assim numa aula de forró. E fui vendo como que era o comportamento dela nessa aula, então ela demonstrou a vivência motora no forró muito importante, muito boa, né? Ela tinha experiência com o forró muito boa

por sinal, ela sorria, o movimento dela é de quem sabe dançar forró tal... é... Aí qual que foi o próximo passo, então se ela tem dificuldade ainda com homens, então vamos colocar ali nos exercícios com mulher, vamos falar assim, dois a dois, condução um com olho fechado outro com olho aberto para conduzir, então ela conseguia fazer com mulher, com homem ela não consegue ainda, mas o que ela conseguiu, espelhar, fazer um homem e uma mulher ela comigo foi no começo e depois ia com outros alunos, com outro paciente.

A gente dançava, mas sem um tocar no outro e seguia passo um do outro tal e colocava com outro aluno também, então isso tá em progressão tá muito recente ainda, né? Mas você vê como as estratégias, os instrumentos da atividade física podem ser úteis para determinada situação.

Para falar da experiência da paciente com a dança forró, o profissional menciona a “vivência motora”, por meio da qual buscou trabalhar a criatividade, reinventando outro modo de dançar forró, sem o toque corporal, fazendo o “espelhamento” entre a paciente e uma aluna.

A “experiência motora” está referida ao orgânico; à funcionalidade biológica do corpo, ao que toca a capacidade de realização de determinados movimentos e atividades no sentido da fisiologia. Segundo a fala, o “saber dançar forró” implicava “experiência motora”, portanto, física.

Todavia, o que dava sentido à ação era a emoção, o sorriso manifesto na dança. *Ela sorria*, diz o entrevistado, *o movimento dela era de quem sabe dançar forró*, avalia. Todavia, “sorrir ao dançar forró” não é algo restrito ao orgânico, é, antes, a expressão de um sentido positivo que essa experiência corporal tem para a paciente. Como descreve Le Breton (2011, p. 9), os “gestos que sustentam a relação com o mundo e que colorem a presença não provêm nem de uma pura e simples fisiologia, nem unicamente da psicologia: ambas se incrustam a um simbolismo corporal que lhes confere sentido, nutrindo-se, ainda, da cultura afetiva que o sujeito vive à sua maneira”.

A terminologia “experiência motora” articula-se à hegemonia do orgânico na explicação do corpo, sendo comum aos

³²Um tipo de dança nordestina.

curso que se referenciam pela biomedicina³³. Como descreve Daolio (2007, pp. 44-45), “a educação física ainda tende a considerar o corpo como primordialmente biológico (...). No discurso da área, o corpo que se movimenta não é o mesmo corpo que representa aspectos da sociedade, como se ele não fosse, ao mesmo tempo e indissociavelmente, biológico e cultural”. Ao dizer isso, Daolio se refere à Mauss, ao fato de que, “no fundo, corpo, alma, sociedade, tudo se mistura”.

A expressão dessa totalidade é refletida por uma estagiária que destaca o caráter emocional que entrelaça corpo e pessoa. Ao mesmo tempo, evidencia como a emoção se constrói na situação.

Essa aluna relembra uma das aulas de vôlei adaptado, onde os alunos jogavam sentados. Nessa aula, segundo conta em relatório, havia uma senhora que apresentava fibromialgia e depressão. A senhora, que já havia tentado suicídio, tinha um semblante sempre de tristeza. Nessa aula, a paciente disse ao professor que não queria ficar mudando de posição no vôlei, pois sentia dores, então ficou somente no arremesso, lançando a bola da forma que lhe fosse mais agradável. A aluna comenta ter achado interessante ver a paciente discutir durante o jogo, expressando sua opinião quando achava que alguém estava “roubando”. Nesses momentos de participação, a paciente revelava uma expressão facial de contentamento. A aluna lembra-se dela “*arregalando os olhos*” e *sorrindo durante a atividade*.

Sorrir durante a atividade é estabelecer com ela relações significativas, naquele dado momento. O sorriso, diz Le Breton (2011, p. 140), “não é um automatismo definitivamente inscrito na natureza do homem, automaticamente executável independentemente das circunstâncias. Expressando um ritualismo, ele tem origem na simbologia corporal adquirida pela presença dos outros e permanentemente renovada pelos inúmeros laços que se tecem a cada instante entre os atores”.

Como o sorriso, destaca o autor, os sentimentos e as emoções, longe de serem estados absolutos ou unicamente respostas

de processos fisiológicos no corpo, são relações, estas, ancoradas a diferentes repertórios culturais.

Em outra ocasião, conta a estagiária, a mesma senhora participou de uma roda de capoeira, organizada pela estudante. A princípio, a paciente não queria participar, mas depois foi envolvida pelo grupo em que estava e, de mãos dadas com a estagiária, dançou a capoeira.

Fazer parte do grupo foi condição indispensável para a participação na atividade. A paciente foi então “convencida” pelo grupo de pertença, pelos seus iguais, que participavam da atividade. De acordo com Goffman (2008, p. 123), na análise sobre os “alinhamentos intragrupais”, “o que um indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social”.

A roda de capoeira, composta por indivíduos em situação semelhante à da paciente citada, possibilita a participação de todos os envolvidos na atividade porque mesmo aqueles que estão “de fora do jogo”, ou seja, não estão dançando a capoeira, estão de algum modo participando, seja batendo palmas, seja cantando ou apenas ficando atentos ao jogo dos colegas.

Ao final da atividade de capoeira, a estagiária conta que a paciente a elogiou e lhe deu um beijo no rosto, expressando contentamento.

Na mesma roda de capoeira, a aluna relata que descobriu que um dos pacientes já tinha se envolvido com essa modalidade de atividade, tendo já participado de festivais. Ela menciona o fato ao educador físico, que acha interessante saber que esse paciente já havia tido envolvimento com a capoeira e comenta que essa informação poderia ser usada a favor do paciente.

Ao destacar o fato, a estudante revela a importância de uma escuta atenta no sentido da percepção do outro, para além do rendimento da atividade proposta.

A apreensão de experiências anteriores da paciente – ter participado de atividades de capoeira – também constrói a relação, sinalizando novas possibilidades. Trata-se da valorização da escuta, da percepção do outro, do acolhimento e das experiências vividas. Como destaca Merhy (1998, p. 6), “a clínica não é só saber diagnosticar, prognosticar e curar os problemas

³³Sobre a racionalidade biomédica, ver Camargo Júnior (2003).

de saúde como uma ' disfunção biológica', mas também é um processo e um espaço de produção de relações e intervenções". Essa "tecnologia leve"³⁴ diz respeito às relações entre usuário e trabalhador de saúde, à clínica, por meio da qual se busca o acolhimento e o vínculo com o paciente.

Em seu relato, a aluna ressalta a necessidade que sentia, como futura profissional, de "perceber o ser humano como um todo", dificuldade que encontrava na sua formação acadêmica. Segundo relata, o que mais aprendeu na graduação foi como a atividade física *promove a saúde*, mas sempre a saúde sendo referida na perspectiva da biologia, do pleno funcionamento do organismo, sendo o sujeito apresentado apenas como objeto de sua futura intervenção enquanto "cientista da atividade física".

Ao começar o trabalho de estágio, percebeu o quanto era importante "o ato de olhar", o modo como se olhava para o outro e como era importante perceber o olhar do outro/paciente nas atividades, uma vez que definiam maior ou menor interesse, entusiasmo e mesmo dificuldades remetidas às experiências vividas. Como menciona Le Breton (2009, p. 215) "pousar o olhar sobre o outro não é um acontecimento anódino". De fato, olhar o outro implica não apenas ver, mas também o estímulo a outras sensações físicas geradas por esse ato. Olhar é perceber o outro, implicando-o na relação. Segundo o autor, "o olhar toca o outro e este contato está longe de passar despercebido no imaginário social". Essa "tatilidade do olhar" proporciona uma relação recíproca e alternada de poder. No hospital, tanto a aluna observava aquelas pessoas quanto era por elas observada.

Para a aluna, tratava-se de "observar a fundo" o comportamento dos pacientes nas atividades, conforme menciona. Esse "observar a fundo" diz respeito ao olhar enquanto dimensão social, do qual faz parte a relação com o outro. O olhar da

aluna que "observava a fundo" expressava, ao mesmo tempo, afeto e julgamento, este no sentido da definição dos pacientes, segundo expectativas referidas à pessoa com transtorno mental, de quem estaria mais ou menos motivado para as atividades, por exemplo.

Transtorno mental, atividade física e medicalização: referências e tensões no campo biomédico

O local estudado apresenta-se como um espaço que "atende pacientes portadores de transtornos mentais". Como desenvolve Esperanza (2011, p. 56), um transtorno, segundo o *DSM-IV* "é uma síndrome ou um padrão comportamental ou psicológico que tem significação clínica. Qualquer que seja sua causa é a manifestação individual de uma disfunção comportamental, psicológica ou biológica". O termo transtorno indica, portanto, "a desordem de uma ordem prévia perturbada". Segundo o autor, essa classificação mascara o fato de que sua aplicação irá expor o sujeito ao controle social. Ao mesmo tempo, mascara a ideia de que a avaliação supõe "a normalidade do avaliador, seu juízo de realidade e sua ideologia".

Para o autor, a utilização do termo *transtorno* mental, que substitui o anterior, *doença* mental, segundo o *DSM-IV*, implica a volta "ao anacrônico reducionismo mente/corpo, que separa os transtornos físicos dos mentais", contrário, portanto, à articulação entre físico e mental.

Resultando na separação entre corpo e mente, o conceito de transtorno mental, que permite que seja aplicado o modelo médico à psiquiatria, pondera Esperanza (2011), "é homogêneo à correção do erro (...) qualquer que seja o meio de tratamento, médico, químico ou terapêutico".

Esse conjunto de ações - médico, químico e terapêutico - faz parte do tratamento no local estudado, contando com diferentes profissionais da área da saúde, dentre os quais, psiquiatra e educadores físicos.

A atividade física apresenta-se como instrumento para o alcance da autoestima por meio da percepção da "capacidade motora", como mostram os relatos e observações de campo e de estágio.

³⁴O conceito tecnologia leve foi introduzido por Merhy, no campo da saúde. Segundo Campos (2011), os "conceitos de tecnologia leve e dura apareceram nos anos oitenta, ressaltavam a importância de construir-se técnicas apropriadas também para o território das relações humanas (...)"

Um conjunto de atividades e terapias busca focalizar o paciente como um todo, ao mesmo tempo em que opera no interior de um campo de saberes e práticas biomédicas, das quais fazem parte a focalização no orgânico, em especial, no cérebro, e na medicalização.

Um dos entrevistados, educador físico, ao falar da importância da atividade física na composição do tratamento a pacientes com transtorno mental, descreve, em primeiro lugar, os benefícios fisiológicos e bioquímicos, visto como incontestáveis, da atividade física no cérebro. O entrevistado aponta alguns hormônios que são liberados por causa da atividade física, especificando como atuam ou quais respostas são geradas no corpo:

Primeiro o que eu acho é que a atividade física é importante não só pra questão funcional, porque você sabe que tem bastante pesquisa, na questão fisiológica, questão bioquímica, né? Das endorfinas que faz analgesia, da ocitocina que é um hormônio antissolidão, da serotonina que é um hormônio que dá prazer, dá energia, né?

Na fala, o entrevistado busca apoiar-se em pesquisas biomédicas para validar a relação entre atividade física e liberação de hormônios. Como diz, *tem bastante pesquisa, na questão fisiologia, questão bioquímica*. Ao mesmo tempo, destaca nessas pesquisas a organicidade das emoções aí implicadas, como a solidão: *da ocitocina, que é um hormônio antissolidão, da serotonina, que é um hormônio que dá prazer, dá energia*.

A centralidade do cérebro e o fortalecimento do cientificismo no momento contemporâneo são analisados por Ortega (2008, p. 7), que define o contexto geral como sendo da “cultura somática” ou da “biossociabilidade”, e do “sujeito corporal”, que é descrito em termos corporais. Como desenvolve o autor, o “espetacular progresso da neurociências, o intenso processo de popularização pela mídia de imagens, as informações que associam a atividade cerebral a praticamente todos os aspectos da vida e certas características estruturais da sociedade atual vêm produzindo, no imaginário social, uma crescente percepção do cérebro como detentor das propriedades

e autor das ações que definem o que é ser alguém.”

Esperanza (2011) também aborda, sobre outra perspectiva, a questão da centralidade do cérebro e sua relação com a medicação, no momento contemporâneo. Ao discorrer sobre a psiquiatria no século XXI, afirma que com “a era do cérebro acede-se a uma verdadeira medicalização da vida”. Segundo o autor, ao participar ativamente da era do cérebro, a psiquiatria reingressa na medicina e o psiquiatra torna-se o médico dos médicos, e encarregado de um paciente em sua totalidade. Todavia, ressalta o autor, em muitos casos, constata-se o contrário, ou seja, o psiquiatra acaba reduzido “a ser um mero administrador de psicofármacos”.

No presente estudo, a referência à centralidade do cérebro e a utilização de psicofármacos é ressaltada pelo entrevistado, educador físico. Após destacar as questões funcionais do corpo e o campo de conhecimentos a respeito desses benefícios, o entrevistado menciona que a atividade física proporciona benefícios que vão além da esfera biológica. Todavia, é no orgânico, especialmente no cérebro, que esses benefícios ganham expressividade.

Para falar da ação sobre o cérebro, o entrevistado também menciona outras terapias que, segundo afirma, podem compor o tratamento de um paciente. São elas: psicofarmacoterapia, eletroconvulsoterapia (ECT), terapias não medicamentosas, como a psicoterapia, a prática de atividade física, entre outras.

A psicofarmacoterapia e a ECT, explica, são terapias de ação cerebral, que vão agir no encéfalo, na condução nervosa, as demais terapias agregadas a essas, ou a uma delas, como a atividade física, irão compor o tratamento da pessoa internada.

Apoiada à psicofarmacoterapia e à ECT, a atividade física surge como “*outra terapia, não medicamentosa*” em torno da qual são organizados grupos de atividades para pacientes com transtornos mentais.

É nesse contexto constituído em torno da centralidade do cérebro que os grupos de pacientes são organizados para a realização de atividades físicas. Segundo Ortega (2008, p. 9), a “noção de neurosociabilidade permite compreender como o sujeito cerebral se torna um critério de

agrupamento, isto é, como dá lugar à formação de diversos grupos (...)", dentre os quais, menciona o grupo de "portadores de alguma doença neurodegenerativa³⁵ e seus familiares (...)".

Constitutivo ao processo de tratamento de muitos dos transtornos mentais, a medicação figura-se como componente central, ainda que o entrevistado mencione sua redução em alguns dos casos, ele a afirma como "o carro chefe do tratamento". Na fala, a atividade física apresenta-se como instrumento complementar de tratamentos do qual a medicalização tem posição central.

É o nosso carro chefe, o medicamento, então, a gente não abole a medicação, porque faz parte do tratamento, mas junto com isso a gente tem uma oferta de terapias não medicamentosas para suprir outras áreas que o portador de transtorno mental tem que... Vai fazendo com que ele melhore, que ele evolua no tratamento, então, a gente tem esse suporte da psicofarmacoterapia, dessas outras terapêuticas não farmacológicas, complementares também que dão uma potencializada nesse tratamento, né?

Interessante observar o caráter paradoxal da atividade física como proposta de atendimento. Ao mesmo tempo em que busca superar o foco na doença e nas partes do corpo afetadas, valorizando a experiência dos sujeitos e a reapropriação dos exercícios físicos pelo sujeito a partir de suas possibilidades, trabalham num referencial biomédico de supremacia do orgânico e da medicalização.

As tensões apresentadas que fazem o profissional de atividade física e os alunos se voltarem para si ao olharem os pacientes, nas situações que os colocam em relação, expressam as contradições dessa ambivalência, evidenciando o humano e as fragilidades que a todos toca – profissionais e pacientes.

O trabalho do educador físico é por princípio um trabalho sobre o corpo, um corpo visto em partes, no campo biomédico, no interior do qual estão os cursos de formação universitária em educação física.

³⁵Uma dessas doenças citadas pelo autor, também mencionada nas entrevistas, é a esquizofrenia.

As falas expressam o esforço de superação da fragmentação do corpo e do indivíduo³⁶, tanto de si mesmo, quanto de sua prática. O olhar busca estar inteiro, "observando a fundo", não sem tensões e dificuldades.

Le Breton (2011), dando conta desse processo histórico de concepção de corpo e de pessoa nas sociedades ocidentais, demonstra como a ciência mecanicista e tecnicista desumanizou o homem e o fez máquina. Nesse processo, o corpo perdeu valor, desumanizando-se.

Essa separação de corpo e pessoa, que se consolida em Descartes, compõe o pensamento ocidental e orienta a medicina orgânica e a biomedicina. Em tempos atuais, pensar o sujeito como um todo responde à necessidade de dar sentido à vida e à existência humana, hoje fundada numa luta constante contra a morte, o envelhecimento e os desgastes de um corpo (ORTEGA, 2008), visto em partes.

Segundo Camargo Júnior (2003), a medicina Ocidental é vista como uma ciência das doenças, o ser humano não é tomado como um todo, ele é visto em partes, sistemas, que, se por algum motivo "falharem", irão prejudicar o funcionamento correto da "máquina humana".

Nessa perspectiva, destaca Le Breton (2009), a intervenção terapêutica se resume a dois procedimentos mais usados: as técnicas cirúrgicas e a medicamentosa, técnicas essas voltadas para "as partes" do corpo. Em desigual medida, técnicas como exercícios físicos e dieta podem ser pensadas como tratamentos que priorizam o bom funcionamento do todo, mas, muitas vezes, por não serem aplicadas pelos médicos, são menos utilizadas e, mesmo, menos valorizadas. Camargo Júnior (2003) também destaca esse aspecto. Como menciona o autor, ao discorrer sobre o sistema biomédico de intervenção terapêutica, em detrimento da terapia cirúrgica e medicamentosa, a dietética e a terapia física, por não serem de domínio exclusivo dos médicos, são usualmente menos valorizadas por esses profissionais. São terapias "complementares" a um trata-

³⁶Sobre a desvalorização do corpo, do humano nas sociedades ocidentais contemporâneas, ver Camargo Júnior (2003) e Le Breton (2011).

mento central, biomédico. Ao mesmo tempo, são referenciadas por saberes objetivos desse campo que têm na funcionalidade do orgânico, em especial, do cérebro, um lugar privilegiado de construção de discursos e saberes sobre o corpo.

Não sem tensões e fragilidades, os educadores físicos trabalham num espaço de referência biomédica, ao mesmo tempo em que apreendem na prática das atividades que propõem, indivíduos inteiros, com vivências e emoções apreendidas de modo singular e modeladas social e culturalmente (Le Breton, 2009), as quais fazem repensar, na relação com o outro, os saberes, a prática profissional e os papéis sociais que os definem.

Comentários finais

O presente texto teve por finalidade trazer elementos para a reflexão acerca dos limites e possibilidades de ação da Atividade Física, no espaço de saúde considerado, bem como em outros locais a ele similares.

Buscou-se não a generalização a partir da observação de campo e apreensão de relatos, dois deles escritos, de estagiários, alunos em formação no curso de atividade física, e o terceiro, oral, de um educador físico do local. Antes, pretendeu-se, a partir desses relatos, pensar a prática da atividade física no referente ao papel que ali desempenha, tendo em vista a centralidade biomédica do local.

Buscou-se apreender desses atores sociais, o modo como pensam a prática da atividade física no local, a relação com os pacientes, a visão sobre a participação da atividade física no tratamento, bem como sobre o corpo e a pessoa que aí se constitui.

Do apreendido, algumas questões se destacam:

A referência a fragilidades do outro e de si mesmo intercalaram-se, nas falas, às ideias de motivação, vínculo e escuta, expressos como fins, na relação de cuidado. A atividade física aparece como um instrumento utilizado para esses fins.

Entre meios e fins, a ação sobre o corpo físico, nas atividades de capoeira e de dança de forró, explicitam as emoções no contexto em que surgem, revelando o caráter social e cultural que as modelam. Os

sentidos apreendidos do sorriso de uma paciente desnaturalizam os sentimentos e as emoções, ancorando-se ao contexto em que surge.

A busca de percepção do outro/paciente, em sua totalidade, faz-se mediante a percepção de si mesmo e de sua própria prática profissional. Aí, algumas tensões se revelam, em especial, a que coloca em cena a referência ao modelo biomédico e a centralidade do orgânico, incompatível com a apreensão do ser humano como um todo.

Terminologias fisicalistas, como “escuta motora”, expressam essa referência, que também entram em cena no estranhamento que propiciam à própria prática profissional, uma vez que o mesmo se depara com diferentes sentimentos e emoções que percebe nos outros: seja a tristeza de uma paciente e, com ela, a descoberta da tentativa de suicídio que talvez a explicasse, seja o sorriso e abraço ganhos de outra paciente, que ultrapassam a fisiologia e a psicologia do ato, uma vez que inscreve a dimensão do social, da relação com o outro e dos seus sentidos.

Sentidos que são construídos na relação com o doente e a doença, e que sinalizam diferentes possibilidades de ação, tanto do professor de atividade física, quanto do paciente que participa de uma atividade de vôlei, não em pé, mas sentado; que pode dançar a Capoeira de modo “espelhado”, olhando para o outro que dança à sua frente e que resignifica a atividade proposta para além da doença que a princípio poderia lhe impossibilitar.

Como parte da vida, a doença é uma condição humana. A doença, como nos mostra Foucault (1975, p.18), “não é uma essência contra a natureza, ela é a própria natureza, mas num processo invertido; a história natural da doença só tem que restabelecer o curso da história natural do organismo”, não sendo, portanto, uma realidade autônoma, é, ao contrário, “um corte abstrato no devir do indivíduo doente”, como evidenciam os relatos sobre a recriação das atividades pelos pacientes.

Referências

BERGER, Peter Ludwig. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. 23ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1978.

- CAMARGO JUNIOR, Kenneth Rochel de. A biomedicina. In: *Biomedicina, saber e ciência: uma abordagem cl-nica*. São Paulo: Hucitec, p. 101-103, 2003.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. “A mediação entre conhecimento e práticas: a racionalidade da tecnologia leve, da práxis e da arte”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n.2, p 3033-3040. 2011.
- COIMBRA, Valéria Cristina Christello. *O acolhimento no centro de atenção psicossocial*. Dissertação. Ribeirão Preto: USP, 2003.
- DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. 12ª edição. Campinas: Papyrus, 2007.
- ESPERANZA, G. Medicalizar a vida. In: Jerusakubsky, Alfredo; Fendrik, Silvia (Orgs). *O Livro Negro da Psicopatologia Contemporânea*. São Paulo: Via Lettera, p. 53-62, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- GOFFMAN, Erving. “Alinhamento grupal e identidade do eu” In: *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LCT, 2008, p. 116-136.
- LE BRETON, David. “As fontes de uma representação moderna do corpo – O corpo-Máquina” In *Antropologia do corpo e Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 97-126.
- LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- MERHY, Emerson Elias. A perda da dimensão cuidadora na produção de cuidado: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência. In: CR Campo et al. (Orgs.). *O sistema Único de Saúde de Belo Horizonte: reescrevendo o público*. São Paulo: Xamã, p.103-120, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa Social*. 26ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ORTEGA, Francisco. “O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade”. *Mana*, v. 14, p. 477-509, 2008.
- RUSSO, Jane. *O mundo psi no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.
- SARTI, Cynthia Andersen. A dor, o indivíduo e a cultura. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 3-13, 2001.
- SOUZA, Alicia Navarro. Pesquisa qualitativa em saúde. In: NA, Souza; J. Pitanguy, *Saúde, corpo e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, p. 75-87, 2006.
- VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46, 1978.

La poliomiélitis desde la imaginación pública Una lectura posible

Daniela Edelvis Testa

Recebido em: 14.08.2015

Aceito em: 10.10.2015

Resumo: Imagens, associações e metáforas de variável durabilidade foram utilizadas para explicar uma das doenças mais temidas do século XX, a poliomiélite. A literatura, o cinema documentário, as revistas, os jornais de distribuição massiva e as publicações médicas e de saúde tem se referido à doença -em desigual medida- tanto como dado da realidade ou como recurso metafórico e ideológico utilizado para intervir em diferentes âmbitos (social, econômico e/ou político). O presente artigo indaga sobre como se traduziram aquelas imagens, associações e metáforas a respeito da poliomiélite na imaginação pública na Argentina, desde 1910 até a atualidade. A porta de entrada é através de um variado corpus (constituído por romances, autobiografias, contos e imprensa escrita) para descobrir as marcas, a topografia, os limites e os sujeitos num possível território da doença, realidade-ficção construtora de representações e de realidade. Examinam-se os modos da experiência desta dorlência em contextos políticos e sociais diferentes, assim como as metáforas e significados em torno à doença e suas seqüelas. Ao finalizar consideram-se as relações ente as formas narrativas e o processo de construção da memória e do esquecimento em torno à doença, ao estigma e às pessoas que a padecem. **Palavras-chave:** poliomiélite, imagens, metáforas, representações, doença, Argentina.

Poliomyelitis from the public imagination: One possible reading

Abstract: Images, associations and metaphors of variable durability were used to explain one of the most feared illnesses of the 20th century, the poliomyelitis. Literature, documentary films, magazines, newspapers of massive circulation, and medical and health journals have referred to this illness, to different extents, as a fact of reality or as a metaphorical or ideological resource used to intervene in several fields (social, economic and political). This article explores how such images, associations and metaphors were translated with respect to the poliomyelitis in the collective imaginary in Argentina, since 1910 to the present date. The point of departure is an extended corpus (comprised by novels, autobiographies, story tales, and print media) which is used to reveal the marks, the topography, the boundaries, and the subjects within a possible territory of the illness, that is, a factual and fictional construction of representations and the real world. The manners of experiencing this condition in different political and social contexts are examined, as well as the metaphors and meanings regarding the illness and its *sequelae*. Finally, the relations existing between narrative expressions and the construction process of collective memory and forgetting concerning the illness, the stigma and the people suffering such condition, are considered. **Keywords:** poliomyelitis, images, metaphors, representations, illness, Argentina.

Resumen: Imágenes, asociaciones y metáforas de variable durabilidad fueron utilizadas para explicar una de las enfermedades más temidas del siglo XX, la poliomiélitis. La literatura, el cine documental, las revistas, los diarios de distribución masiva y las publicaciones médicas y de salud se han referido a la enfermedad - en desigual medida - tanto como dato de la realidad o como recurso metafórico e ideológico utilizado para intervenir en diferentes ámbitos (social, económico y/o político). El presente artículo indaga sobre cómo se tradujeron aquellas imágenes, asociaciones y metáforas con respecto a la poliomiélitis en la imaginación pública en Argentina, desde 1910 hasta la actualidad. La

puerta de entrada es a través de un variado corpus (constituido por novelas, autobiografías, cuentos y prensa escrita) para descubrir las marcas, la topografía, los límites y los sujetos en un posible territorio de la enfermedad, realidad-ficción constructora de representaciones y de realidad. Se examinan los modos de experimentar esta dolencia en contextos políticos y sociales diferentes, así como las metáforas y significaciones en torno a la enfermedad y sus secuelas. Al finalizar se consideran las relaciones entre las formas narrativas y el proceso de construcción de la memoria y el olvido en torno a la enfermedad, el estigma y las personas que la padecen. Palabras clave: poliomielitis, imágenes, metáforas, representaciones, enfermedad, Argentina.

Introducción

-Teléfono.
-Decíles que no estoy.
Desaparece.
-Es para putearme, explica el coronel.
- Me llaman a cualquier hora. A las tres de la madrugada, a las cinco.
-Ganas de joder, digo alegremente.
-Cambie tres veces el número de teléfono. Pero siempre lo averiguan.
-¿Qué le dicen?
-Que a mi hija le agarre polio. Que me van a cortar los huevos. Basura.
Oigo el hielo en el vaso como un cencerro lejano.
Esa Mujer. Los oficios terrestres. Rodolfo Walsh.

El cuento con el que inicio este texto, *Esa Mujer*, de Rodolfo Walsh, relata uno de los episodios más siniestros y oscuros de la historia Argentina, el secuestro del cadáver de Eva Perón³⁷. En un contexto de persecución y proscripción del peronismo de la autodenominada *Revolución Libertadora* de 1955 el cuerpo de Eva Perón había sido secuestrado y trasladado a distintos lugares de la Ciudad de Buenos Aires; mientras, se le habían infligido distintos tipos de vejaciones y mutilaciones. En el año 1957 el gobierno dictatorial había dispuesto un operativo secreto para trasladar el cuerpo a Italia y enterrarlo en el Cementerio Maggiore de Milán bajo el nombre falso de

María Maggi de Magistris, donde permaneció hasta el año 1971.

La alusión y la elusión son recursos estilísticos que el escritor Rodolfo Walsh utiliza para destacar la innegable presencia de *esa mujer* sin nombrarla. En un clima que sugiere que todas las desgracias podrían ser posibles, uno de los peores escarmientos para aquél que ultrajó el cuerpo y la memoria de alguien que para muchos era considerada como una *Santa*, queda representado en la maldición que imaginamos escuchar en la voz del teléfono: ¡Que a tu hija le agarre polio!

El cuento despliega el diálogo entre dos personajes, el coronel y el escritor. Está basado en presupuestos y sobreentendidos. Se refiere a la historia reciente de Argentina, da por supuesto que los lectores entienden perfectamente sobre lo que relata. Nos traslada a un clima que resulta de alguna manera conocido porque nos habita a todos: el miedo, lo siniestro, la persistencia de aquello que se pretende olvidado.

Acercarme al tema de la poliomielitis, a partir de mi tesis doctoral en curso, me enfrenta al desafío de abordar un tópico que ha sido escasamente estudiado en la Argentina. La ausencia de fuentes con la que creí encontrarme en las primeras etapas del trabajo de campo, fueron reemplazados paulatinamente por hallazgos, relatos, voces y hechos acallados, o quizá sería mejor decir desoídos. Fuentes fragmentadas y dispersas, muchas de las veces descuidadas o en manos de particulares, me fueron brindando indicios, información, datos. Lo elusivo en tanto mecanismo que hace que se deje de tener en cuenta algo o alguien de manera intencional o inadvertida, no re-

³⁷Este trabajo es parte de mi tesis doctoral en curso correspondiente al programa de doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires.

sulta necesariamente en una ausencia. Por el contrario, como queda reflejado en el cuento de Walsh, la presencia se establece a partir de otros múltiples registros.

La poliomielitis es una enfer-medad infectocontagiosa que afectó a gran cantidad de personas durante la primera mitad del siglo XX a través de la aparición de epidemias a nivel mundial. Los sucesivos y graves brotes de la enfermedad significaron un cambio en su forma de comportamiento y modificaron su estatus de enfermedad esporádica y endémica para ser per-cibida como un problema sanitario re-levante. No obstante su previa existencia, fue recién en este período cuando pasó a ser considerada como una preocupación y causa de políticas sanitarias por parte de los Estados. Este cambio en el modo de ser contemplada no se debió solo al incremento en el número de casos o a la mortalidad que era capaz de provocar, sino a la cantidad de personas que sobrevivían con secuelas y capacidades funcionales notablemente disminuidas (BOTTEI-NELLI, 1953; INVALIDI, 1956; VILCHES, 1956). No existe tratamiento específico para esta enfermedad y las medidas de sostén para conservar la vida, preservando las funciones vitales, constituyen la única forma de atención médica en la fase aguda.

Imágenes, asociaciones y metáforas de variable durabilidad fue-ron utilizadas para explicar la polio-mielitis. La literatura, el cine docu-mental, las revistas, los diarios de dis-tribución masiva y las publicaciones médicas y de salud se han referido a la enfermedad - en desigual medida - tanto como dato de la realidad o como recurso metafórico e ideológico utilizado para intervenir en diferentes ámbitos (social, económico y/o po-lítico). Así pues, en este artículo me propongo indagar sobre cómo se tradujeron aquellas imágenes, asociacio-nes y metáforas con respecto a la poliomielitis en la *imaginación pública* en Argentina, desde 1910 hasta la actualidad. La puerta de entrada será a través de un variado corpus en el cual intentaré descubrir las marcas, la topografía, los límites y los sujetos, en un posible territorio de la enfermedad, realidad-ficción constructora de repre-sentaciones y de realidad (LUD-MER, 2010). El mismo está organizado con la siguiente lógica

expositiva: luego de presentar algunas consideraciones teó-rico-metodológicas, me referiré breve-mente a la historia de la poliomielitis en Argentina para facilitar la comprensión de la construcción histórica social del proceso de salud y enfermedad y su posible condición de enfermedad olvidada. Luego, se hará referencia a los modos de experimentar y significar la enfermedad en contextos políticos y sociales diferentes, a partir del análisis del corpus propuesto. Finalmente, se consideran las relaciones entre la imaginación pública, las formas narra-tivas y el proceso de construcción de la memoria y el olvido en torno a la enfermedad y a las personas que la padecen.

Consideraciones teórico-metodológicas

El corpus del presente trabajo está conformado por novelas, cuentos, autobiografías, y noticias de prensa en formato papel y digital. La selección de dicho corpus estuvo atravesada por la escasa presencia de producciones culturales argentinas - especialmente literarias - que se refieran a la poliomielitis, aunque más no sea de manera tangencial.

Me acompañaron dos presun-ciones sin las cuales este artículo no hubiera sido posible. Una de ellas resultó esencial en mi convicción de persistir en la búsqueda de materiales para constituir el corpus y fue la idea de que la presencia de la enfermedad sería, a tono con los procesos sociales y culturales configurados en torno a una enfermedad negligenciada, de natura-leza sutil y velada, pero no por ello inexistente.

La segunda fue asumir que la variedad en la naturaleza del material seleccionado me permitiría analizar la relación entre los procesos de trans-formación en las formas de producción cultural y las representaciones de la enfermedad y sus secuelas; algo así como la posibilidad de identificar las mutaciones de las representaciones de la enfermedad dentro de procesos de cambios cultura-les más amplios. Ello me otorgó un posible eje integrador de análisis tomando recaudos para evitar extrapolaciones o relaciones forzadas a cambio de un acercamiento a partir de fuentes más diversificadas.

Finalmente el corpus quedó conformado por los siguientes materiales:

Autobiografías, novelas y cuentos

- *Esa Mujer*. Los oficios terrestres. Ediciones de la Flor, 1965. Rodolfo Walsh.
- *Mundo, mi casa*. Falgo Librero Editor, 1965. María Rosa Oliver.
- *La vida cotidiana*. Sudamericana, 1969. María Rosa Oliver.
- *Mi fe es el hombre*. Colección Los Raros, Biblioteca Nacional, 2008. María Rosa Oliver.
- *Santa Evita*. Planeta, 1996. Tomás Eloy Martínez.
- *La polio*. WuWei, 2014. Miguel Ángel Molfino
- Prensa en papel y digital
- *Millones de pesos tiró la dictadura. No compró vacunas ni un pulmón*. Nota del periódico *Crítica*, 14 de marzo de 1956.
- EL LABORISTA. “Pueblo y Gobierno en la lucha en común contra la poliomielitis”, Buenos Aires; p.5, 7 de marzo de 1956,
- DEMOCRACIA, “Pocas veces se dieron mejores pruebas de solidaridad social”, Buenos Aires, p.6, 8 de marzo de 1956
- *Europress*, 2013, en <http://www.europapress.es/epsocial/ong-y-asociaciones/noticia-muerendos-voluntarios-campana-vacunacion-contra-polio-atentado-kurram-pakistan>

Ahora bien, se hace necesaria una pregunta que resulta esencial para el abordaje propuesto: ¿cómo leer los diversos materiales que constituyen el corpus seleccionado? ¿Cómo y qué tipo de conexiones es posible establecer entre tan diversos elementos? ¿Cuál es el papel de la literatura y de las escrituras de la prensa, de las imágenes que circulan en los medios, en el imaginario social y las imaginaciones en torno a la enfermedad y sus secuelas?

De acuerdo a Esther Díaz (1996) el imaginario se relaciona con la imaginación pero no es lo mismo:

La imaginación es un cuestionamiento permanente de la realidad establecida [...] El imaginario social interactúa con las individualidades. Se constituye a partir de las coincidencias valorativas de las personas. Pero también de las resistencias. Se manifiesta en lo simbólico (lenguaje y valores) y en el accionar concreto entre las personas (prácticas sociales). No obstante, cuando el imaginario se libera de las individualidades, cobra forma propia. Y por una especie de astucia del dispositivo se convierte en un proceso sin sujeto. Adquiere independencia respecto de los sujetos. Tiene una dinámica propia (DÍAZ, 1996, p.48).

Josefina Ludmer (2010) coincide con Díaz en la idea de la “dinámica propia” del imaginario y avanza un poco más allá con el concepto de *imaginación pública*. A partir de la *imaginación pública* postula una posible máquina de lectura que permitiría analizar distintos elementos desde una posición que entiende las escrituras ya no desde una pretendida autonomía, donde los criterios de autor, de obra, de buena o mala literatura son dejados de lado, sino desde un enfoque que establece relaciones transversales que constituyen nuevos modos de concebir la realidad. Así, la *imaginación pública*, con su incesante devenir se constituye en “fábrica del presente” amalgamando sedimentaciones que aún perviven del pasado:

“Así, postulo un territorio, la imaginación pública o fábrica de presente, donde sitúo mi lectura o donde yo misma me sitúo. En ese lugar no hay realidad opuesta a ficción, no hay autor y tampoco hay demasiado sentido. Desde la imaginación pública leo la literatura actual como si fuera una noticia o un llamado de Amelia de Constitución o de Iván de Colegiales³⁸” (LUDMER, 2010, p. 156).

Asumiré pues, el desafío de establecer conexiones desde la *imaginación pública* para intentar articular imágenes que provocan sentidos diversos, que acaecen, se instituyen y abren mundos. No se trataría de explicar el funcionamiento lógico de interacción sino de preguntar por

³⁸Constitución y Colegiales son barrios de la ciudad de Buenos Aires.

el fondo indiferenciado de significaciones imaginarias que producen formas y figuras de sentido a través de diferentes voces y protagonistas. La *imaginación pública* (al igual que el imaginario social) no se puede comprender como un hecho aislado de fenómenos sociales, culturales, políticos y económicos.

El interés en intentar esta perspectiva se basa en una incierta sensación de simultaneidad, de sincronización y de fusión temporal; de intuiciones en el cuerpo, de escuchar otras voces y respirar otros aires (desde la imaginación como cuestionamiento de la realidad) a partir de los indicios que las fuentes y documentos históricos me prodigaban. Pero, ¿cómo abordar un estudio desde una temporalidad fusio-nada, fragmentada, entrecortada, como la respiración desde adentro de un pulmón³⁹? ¿Quizá la *realidad-ficción* de la literatura y algunas imágenes relevadas a partir de las fuentes y documentos históricos puedan resultar la clave para leer la imaginación pública, y construir otros registros que expliquen los adjetivos atribuidos a la enfermedad huérfana/olvidada/eludida/negligenciada?

Para acercarme a dichos interrogantes me basaré en las siguientes ideas ejes:

- Las enfermedades constituyen una oportunidad para legitimar valores, políticas sociales, justificar la creación de instituciones, desarrollar y aplicar tecnologías, canalizar ansiedades colectivas, estructurar relaciones entre los enfermos y los agentes sanitarios y modelar identidades colectivas e individuales. La enfermedad será entendida más allá del sustrato biomédico como una complejidad biológica, social, política y económica que para lograr tal entidad debe ser antes percibida como tal, reconocida y nominada a través de un consenso social que ha destinado algún tipo de acciones para resolverla (LOBATO, 1996;

³⁹El pulmón, también denominado “pulmón de acero” es un artefacto mecánico para asistir la respiración. Se usaba en los casos graves de poliomielitis, en los que el virus paralizaba los músculos respiratorios.

AR-MUS, 2010; ROSENBERG, 1992).

- La literatura y las escrituras de prensa, serán consultadas desde su función de subjetivizar, de proveer voz, representaciones y discursos puestos en sentido a través de conexiones a la manera de un entretejido de múltiples significados posibles.

¿Una enfermedad olvidada?

La poliomielitis ha sido durante siglos una importante causa de invalidez y de muerte en la infancia hasta el advenimiento de la vacuna, a mediados de la década de 1950. En la región de las Américas, la *Comisión Internacional para la Certificación de la erradicación de la Poliomielitis* refrendó la interrupción de la circulación de *polio-virus* salvaje en el año 1994. Actualmente, las medidas preventivas se centran en la aplicación de la vacuna. Otras medidas incluyen la sensibilización y captación oportuna de casos, la educación a la población sobre el modo de transmisión y el cumplimiento del esquema de vacunación.

La mortalidad total producida por la poliomielitis paralítica en los momentos en que no se disponía de recursos tecnológicos avanzados para la respiración asistida (pulmotores, camas oscilantes) era del 5% al 10%. Nótese que esta cifra, no puede considerarse demasiado elevada. No obstante, lo que preocupaba era la cantidad de niños afectados con secuelas de la enfermedad sumado al alto costo económico de los prolongados tratamientos de recuperación posterior que requerían el uso de aparatos especiales (ortésis, bastones, sillas de ruedas, respiradores).

Aunque los brotes de polio-mielitis en la Argentina existieron desde 1906, el reconocimiento de su carácter epidémico data de 1936, año en el que el pediatra Juan Garrahan (1951) consignó la existencia de un brote en la Ciudad de Buenos Aires, criterio que fue compartido por otros médicos de la época (VILCHES, 1956). De acuerdo a las tasas de incidencia de la enfermedad cada mil habitantes, las tres epidemias de mayor importancia de nuestro país fueron las correspondientes a los años 1936, (con una tasa de incidencia de 10 por mil), 1953 (14 por mil) y 1956 (33 por mil).

Esta enfermedad afectó tanto a grupos sociales acomodados como populares y desafió la capacidad de la medicina y las prevenciones de las medidas higiénicas. La presencia de los enfermos crónicos, la imagen de “legión de niños lisiados” (LICEAGA, 1946, p.22) y la carga social que ello significaría en el futuro, planteaban ansiedades amenazantes que se respi-raban en el clima urbano de la época y que requería de urgentes soluciones (BUZZI y ROSENWUR-CEL, 1967).

La historiografía confluye en demostrar que la eficacia de la vacu-nación presenta dos caras (BAL-LESTER, 2008). Una de ellas revela un importante cúmulo de aprendizajes en torno a las capacidades sanitarias de los Estados para controlar una enfermedad que produce graves secuelas físicas permanentes. Pero, por el otro, también ha provocado que el interés por esta enfermedad haya desaparecido de las agendas públicas y de investigación para ser vista como un problema del pasado. De esta forma han quedado invisibilizadas una gran cantidad de personas que portan discapacidad a causa de ella y la existencia del *síndrome pospolio* que muchas de ellas padecen; invisibilización que ubica a la poliomielitis dentro del tipo de enfermedades huérfanas u olvidadas, por las que ya nadie se preocupa.

Sin embargo, durante el proceso de la investigación resulta evidente que la poliomielitis está presente en la memoria y en las vivencias de muchas personas que fueron afectadas de diversas formas por la enfermedad, ya sea a través de la vacunación, la figura de algún conocido más o menos cercano que la haya sufrido, los recuerdos de la infancia, etc. Ello significa que la poliomielitis no sólo preocupa a muchos argentinos, sino que constituye parte de sus historias e identidades. Cabría plantear la hipótesis que conduce a pensar que la tal atribuida condición de orfandad ya esbozada, estaría más cercana a la condición de enfermedad negligenciada por parte de las responsabilidades de los gobiernos que de las vivencias de la gente, con lo cual quizá sería más descriptivo utilizar ese último término.

Luis Kancyper (2010) señala la diferencia que tanto para la concepción de

Platón como para la de Freud hay entre la reminiscencia y el recuerdo:

“La reminiscencia es un recuerdo sin sus orígenes, cortado de sus raíces. Se trata de algo vago a veces, recuerdo diríamos de otra vida, de otro planeta. Un recuerdo sin saber de dónde viene, sin saber incluso que se trata de un recuerdo, sufre de algo que proviene del pasado pero que no está ligado a él, sino que está allí y lo hace sufrir en el presente” (KANCYPER, 2010, p.176).

Desde una posición transdisciplinar Jonah Lehrer (2010) en un intento de condensar el arte y la ciencia, afirma que las neurociencias han confirmado algunas ideas sobre la memoria que ya se encontraban pre-sentes en la ficción literaria desde tiempos anteriores. A partir del análisis de la novela de Marcel Proust *En busca del tiempo perdido* (siete novelas escritas entre 1908-1922) y, más específicamente a partir del episodio de la magdalena (*En busca de Swann*), Lehrer imagina el diálogo entre la ciencia y el arte: la ciencia será vista desde la óptica del arte, y el arte será interpretado a través de la ciencia. El Proust de principios de siglo XX y las actuales neurociencias compartirían la misma concepción sobre cómo funciona nuestra memoria: la imaginación del escritor vaticinó descubrimientos futuros.

Para investigar la realidad de nuestro pasado es necesario asumir la mentira de la memoria, dado que el acto mismo de recordar también nos cambia a nosotros mismos. En este paradigma proustiano, los recuerdos no representan directamente la realidad sino que más bien son copias imperfectas de lo que alguna vez sucedió. Este es el secreto culpable de Proust: tenemos que “mal recordar” algo para poder recordarlo.

Algunos recuerdos existen fuera del tiempo replegados en nuestra mente (el recuerdo inconciente) de modo tal que a la vez que nos definen parecen también existir sin nosotros. Dice Lerher (2010, p. 111-124): “Proust ya lo intuyó: el pasado no pasa nunca”. Del mismo modo lo haría Freud al documentar la insinceridad de la memoria. Para Freud (1968 [1924]) los recuerdos eran como frases, es decir, nunca dejamos de cambiarlos; así pues todo recuerdo es inseparable del momento en

que es recordado. Por ello, nuestros recuerdos no son como ficción, *son ficción*.

De tal modo que, si la poliomielitis puede ser categorizada como una enfermedad *huérfana/ olvidada/ negligenciada* de la que nadie quiere preocuparse, también podríamos considerarla, al menos en Argentina, como una enfermedad *eludida* aunque persistente en fragmentos de la memoria y reminiscencias de muchos; por lo tanto, imágenes, afectos, representaciones y ansiedades relacionadas con esta enfermedad han sido y son parte de la *imaginación pública* que nos envuelve.

El estigma encapsulado

En sus tres autobiografías, *Mundo, mi casa* (Falgo Librero Editor, 1965), *La vida cotidiana* (Sudamericana, 1969) y *Mi fe es el hombre* (Co-lección Los Raros, Biblioteca Nacional, 2008) María Rosa Oliver presenta una visión historizante a partir de recuerdos de la vida cotidiana, que van desde la infancia hasta la adultez (1900-1945).

Hacia 1910, cuando Oliver se enfermó, la poliomielitis era una enfermedad casi desconocida en Argentina. No porque no hubieran sucedido epidemias, ya que hay registros de tales eventos en 1906 y en ese año, pero aún las voces de los médicos que seguían atentos la evolución de la enfermedad no habían sido oídas por las autoridades sanitarias nacionales, que reconocieron el carácter epidémico de la enfermedad recién hacia 1936.⁴⁰

“La fiebre al ceder iba dejándome débil y lúcida. En esta lucidez oí por primera vez dos palabras que me sonaron a hierbas silvestres y miel: polio mielitis. La misma voz, o quizá otra, le dio un nombre menos bonito: parálisis infantil, enfermedad que hacía poco había causado estragos en Suecia donde adquirió un tercer sinónimo en honor de los médicos que más la estudiaron: el mal de Heine-Medin. A pesar de sus tres

⁴⁰La condición epidémica de esta enfermedad fue definida hacia 1890 por el pediatra Oskar Medin, quien describió la historia natural de la poliomielitis aguda y las complicaciones neurológicas durante epidemias en Escandinavia y la denominó como Enfermedad de Heine-Medin.

nombres la enfermedad era casi desconocida en la Argentina” (OLIVER, 1965, p. 175.).

Su madre adjudicaba la enfermedad a un conjunto de variados acontecimientos: la mala suerte provo-cada por los ópalos de un collar que su marido le había regalado, al frío que Rosa había tomado la tarde anterior a caer enferma, y hasta a un sueño que calificaba de premonitorio que había tenido con anterioridad al ataque de polio. Lo cierto es que la incertidumbre biomédica imperaba hacia esa fecha, la ciencia no podría aún explicar el comportamiento de la enfermedad hasta 1948 (NASCIMENTO, 2011).⁴¹

María Rosa fue educada en su hogar por varias institutrices europeas, donde pasaba largas horas dedicada a la lectura y a la escritura. También en su hogar recibió los tratamientos para aliviar la parálisis de sus piernas (que consistían en estimulación eléctrica sobre los miembros paralizados, masajes, pellizcos, movilizaciones, y sobre-alimentación para fortalecer el sistema nervioso).

Como era poco lo que se sabía en nuestro país sobre la enfermedad, la numerosa familia Oliver emprendió un largo viaje de dos años por Europa en busca de los mejores tratamientos para Rosita.

⁴¹La técnica de cultivo de tejidos, desarrollada en 1948 por el microbiólogo John Enders y los virólogos Thomas Weller y Frederick Robbins, de la Universidad de Harvard, posibilitó el cultivo de virus de poliomielitis en células humanas embrionarias de piel, músculo, intestino, tejido conectivo y nervioso. Este hallazgo (distinguido con el premio Nobel de Fisiología Médica en 1954) significó un punto de inflexión en lo concerniente a los posteriores avances científicos en torno a la poliomielitis. Por un lado, la técnica de cultivos resultó esencial para el posterior logro de las vacunas; por el otro, permitió evidenciar que la vía de contagio podía ser fecal-oral y que el virus se multiplicaba en el sistema digestivo. Esto significaba un importante adelanto en la comprensión de la poliomielitis, ya que hasta ese momento se creía que la vía de transmisión era por la nariz y que el virus se alojaba exclusivamente en las células nerviosas. El conocimiento fehaciente de la vía de contagio permitiría ajustar las medidas sanitarias dirigidas al control de la enfermedad, que se podía transmitir a través de la ingesta del agua o alimentos contaminados con heces).

Suecia había sufrido en 1906 el azote de una grave epidemia; allí encontrarían las mejores masajistas, nuevas técnicas de rehabilitación y luego de una cirugía correctora (de la posición *deforme* de uno de sus pies), un nuevo equipamiento: una ortesis larga (que sujetaba sus piernas y parte del tronco) que le permitiría caminar con ayuda de bastones y abandonar por ratos la silla de ruedas.

La parálisis no impidió movimiento e intensidad en la vida de María Rosa; siempre acompañada por una asistente personal se convirtió en una incesante viajera, fue corresponsal y traductora de notables escritores e interlocutora apreciada por las figuras culturales más relevantes de su tiempo. Así, fue capaz de instalarse con su silla de ruedas en un viejo avión soviético biplano que la llevó por Rusia y por China, donde conoció a Mao Tsé Tung. María Rosa secundó a Victoria Ocampo durante muchos años en la revista *Sur*⁴²; junto con quien también fundó la *Unión de Mujeres Argentinas*, empeñada en la lucha por la igualdad de derechos civiles. Ferviente antifascista, ayudó a la España republicana y protegió a perseguidos y exiliados. También fue asesora en la *Oficina Coordinadora de Asuntos Interamericanos*, creada por el gobierno de Franklin Roosevelt en 1940, y que se hallaba a cargo de Nelson Rockefeller, con quien entabló una relación de respeto y amistad. Este vínculo con los EE. UU cambió fundamentalmente durante el macartismo y la Guerra Fría, cuando la ex asesora ya no fue considerada persona grata en el país donde había trabajado por una causa común.

En el tono de las autobiografías no hay connotación emocional de desgracia o tragedia personal. Rodeada de cuidados familiares amorosos se refleja la aceptación de su condición con algunas limitaciones naturalizadas correspondientes a su parálisis: "Me pareció tan natural que al no bailar yo no bajara, como que a mi segunda hermana no se lo permitieran por ser

demasiado joven para que la `presentaran", al referirse al baile de presentación en sociedad de dos de sus hermanas que se realizaba con gran pompa en la mansión familiar. "A nadie podía culpar de mi mal. Y si a nadie podía pedirle cuentas, lo mejor sería, en lo posible, no tomarlo en cuenta", escribió en *La vida cotidiana*.

En casos de discapacidad motriz el atributo estigmatizador resulta evidente y natural: el uso de muletas, sillas de ruedas, ortesis, bastones y la exhibición del cuerpo lesionado o pa-ralizado expresan una supuesta a-normalidad que distingue a esa persona y la ubica en la categoría de *desacre-ditable*. No se trata sin embargo, de atributos desacreditables por sí mismos, sino del "lenguaje de las relaciones" que hace que tales atributos sean honrosos o ignominiosos por sí solos (GOFFMAN, 2001, p.13).

Así pues, la vida de María Rosa, de acuerdo con Goffman, nos muestra una situación de estigma encapsulado, donde la niña ha sido protegida por su familia y allegados. De ese modo, la niña encapsulada se ve a sí misma como una persona enteramente calificada. A lo largo de su vida, en los momentos críticos de "aprendizaje del estigma", cuando se enfrenta con los conceptos que el público en general tiene sobre ella, estos se ven amortiguados por dicha protección, dada por su status familiar, social y económico privi-legiado. Aparecen en un segundo plano del relato, numerosos pequeños episodios que condensan la mirada del estigma, entretejidos en la exitosa trayectoria autobiográfica. Uno de ellos fue en un teatro de París donde dos turistas norteamericanas se sorprenden de ver a María Rosa en ese ámbito y que no anduviera con "la lengua afuera" como otros en la misma condición que habían visto en su país. También el registro de rechazo de una madre cuando una "lisiada" acariciaba a sus hijas. Todos ellos son sobrellevados por nuestra protagonista con delicadeza, humor y entereza.

De tal modo, su forma de actuar como persona estigmatizada refleja que su carga no es opresiva y que el hecho de lidiar con ella no la hace *tan* diferente a cualquiera, a raíz de una plena aceptación de sí misma. Así se mantiene un diálogo

⁴²*Sur* fue una revista literaria emblemática de la vanguardia Argentina. Creada en 1931 por la escritora Victoria Ocampo, convocaba a intelectuales destacados de todo el mundo.

que sostiene la *aceptación fantasma* y significa el fundamento mismo de una *normalidad fantasma*. Como se ve en el episodio del baile de presentación social en el que María Rosa quedaba *naturalmente* excluida, la posibilidad de un *buen ajuste* por parte del estigmatizado requiere que el mismo se acepte “alegre e inconscientemente” como alguien igual a los demás, pero que al mismo tiempo se aleje por propia voluntad de aquellas situaciones que exijan a los “normales” un tipo de aceptación similar (GOFFMAN, 2001, p.143).

El estigma encapsulado de María Rosa nos devuelve un posible modo de entender la enfermedad en un contexto social e histórico en que la misma aún no era considerada como un *flagelo* epidémico. Entre la intersección de lo experiencial y las condiciones sociales y económicas que marcaron la trayectoria de la protagonista queda evidenciado que las múltiples representaciones o imágenes sobre la enfermedad de poliomielitis y la discapacidad son parte de un proceso de construcción social, en este caso tributario de la *ideología de la normalidad* (ANGELINO Y RO-SATO, 2009), que debe ser entendida en un diálogo relacional y contextualizado. Este escenario supone un individuo que puede integrarse a partir de su esfuerzo personal, velando y naturalizando la situación de desigualdad que implicaba su condición de discapacidad. María Rosa demuestra una “exitosa” inclusión social a partir de *técnicas de adaptación secundaria* (GOFFMAN, 2001), fundamentalmente a través de la homologación de capital social correspondiente a su condición de clase, acepta las normas de la sociedad y asume la cuota de esfuerzo personal necesaria sostenida en sus relaciones sociales y en su status.

La metáfora del castigo y la maldición⁴³

⁴³Algunas de las ideas expresadas en este apartado, relacionadas con la politización de la epidemia de 1956, están expresadas en forma más extensa en un artículo publicado: TESTA, Daniela. “Poliomielitis: la “herencia maldita” y la esperanza de la rehabilitación. La epidemia de

El régimen de facto de Eugenio Aramburu (1955-1958) reconoció la epidemia de 1956 como una cuestión política y, en consecuencia, instrumentó rápidamente medidas para enfrentar la emergencia sanitaria. En el marco de una estrategia discursiva que buscaba diferenciarse de la anterior gestión peronista, dispuso erogaciones de dinero y destinó recursos para demostrar una pretendida efectividad que el gobierno depuesto no había logrado. La actuación de la prensa escrita reflejaba la ofensiva contra el peronismo, al que culpabilizaba de la epidemia a causa de la desidia, la falta de higiene y la administración ineficiente y corrupta, argumentos mediante los cuales golpeaba dos de los ámbitos de actuación más caros a la política social peronista: el sistema sanitario y las medidas de protección a la niñez y convocaba a aunarse contra un nuevo enemigo común. A modo de ejemplos:

“La política totalitaria del régimen depuesto jugó cobardemente con la salud del pueblo. Jugó, también, con la vida de los niños, esos a quienes se concedían en la propaganda unos privilegios que jamás disfrutaron. Faltaban pulmotores, faltaban camas, faltaba higiene y hasta los mejores médicos habían sido separados de sus puestos por razones políticas” (CRÍTICA, 14 de marzo de 1956, p. 3)

“Pocas veces se dieron mejores pruebas de solidaridad social. El pueblo se enrola, con decisión, en la lucha contra la parálisis infantil. No obstante ser intensa la herida de los argentinos por la epidemia que aflige a la República, se ha hecho un pequeño alto en el camino del dolor. La contribución del público que entrega sumas de dinero es continua en el Ministerio de Salud” (DEMOCRACIA, 8 de marzo de 1956, p.6).

“Ante la enérgica actitud del Gobierno, es preciso que la población se apreste también a colaborar en forma excepcional, como lo reclaman los

1956 en la ciudad de Buenos Aires”. *Revista Intersticios*, vol. 5, n° 2, p.309-323, 2011, disponible en <http://www.intersticios.es/article/view/8358>.

intereses humanos en juego. No es un problema de “otros” es un problema “de todos” combatir este flagelo” (EL LABORISTA, 7 de marzo de 1956, p.5)

No obstante que hacia 1956 ya eran conocidas la etiología y el modo de transmisión de la enfermedad, el despilfarro y la ignorancia se imponen como causas de una específica y particular “herencia maldita”: la epidemia de 1956 (CRÍTICA, 1956, p.3). El significado atribuido a la poliomielitis, adjetivada como una maldición, está revestido de un indudable carácter punitivo; parafraseando a Sontag (2005, p. 80), “la enfermedad ya no es un castigo sino señal del mal, de algo que merece un castigo”. Quedaba clara la intención de metaforizar la epidemia de 1956 como una representación de aquello que me-recía ser castigado más que la intención de atribuir significados a la enfermedad en sí misma (TESTA, 2011). Para su-pera el castigo, se convocaba a conjugar esfuerzos para enfrentar a un nuevo enemigo común.

En *Santa Evita* (ELOY MARTÍNEZ, 1996) la polio forma parte de referencias contextuales sobre todo ligadas a las desgracias y a los infortunios de *los grasitas de Eva*.⁴⁴

La novela se basa en las visciditudes y manipulaciones del cuerpo embalsamado de Eva Perón a partir del golpe militar de septiembre de 1955. Intenta abordar la configuración del mito en torno a la figura de Eva Perón y al poder atribuido al cuerpo momificado de Eva. En el texto el abordaje de lo histórico juega con los límites entre la realidad, la ficción literaria y la posible verosimilitud de los múltiples relatos y testimonios. No intenta una historia cerrada sino que acentúa los elementos mágicos o enigmáticos que se hacen presentes en el relato. El clima de la narración es siniestro, oscuro, plagado de conspiraciones y de pasiones encontradas al tiempo que juega con elementos de la memoria considerando sus posibles tergiversaciones e incoherencias.

⁴⁴*Grasitas* es un argentinismo utilizado para denominar a las personas pertenecientes a los sectores populares, que fueron destinatarios prioritarios de las acciones asistenciales de la Fundación Eva Perón.

En una escena de personas que esperan haciendo cola para solicitar favores a Eva, el narrador describe a través de los ojos de un humilde trabajador, José Nemesio Astorga, a los niños sobrevivientes de la última epidemia de poliomielitis que iban a pedir sillas de ruedas, inmersos en un “raudal de interminables desdichas” (ELOY MARTÍNEZ, 1996, p. 225). Otra mención directa sobre la enfermedad aparece en palabras de la viuda del Coronel Moori Koenig que confirma lo ya enunciado por Walsh en el cuento *Esa Mujer*: la maldición de la polio destinada a sus hijas (ELOY MARTÍNEZ, 1996, p. 57). Según la retorcida mente del inescrupuloso coronel Moori Kroenig, guardián del cuerpo de Eva, la presencia de algún tipo de *deformidad* era vista como una condición de debilidad y desviación que daría a las personas una condición de vulnerabilidad a través de la cual sería posible dominarlos (ELOY MARTÍNEZ, 1996, p. 150). Por oposición a lo *deforme dominable* el cuerpo embalsamado de Eva es bellísimo y perfecto. Tiene tal poder y magnetismo que trasciende la vida de la muerta, quien es denominada como *Persona, Madremia, Santísima*. La sola proximidad con el cuerpo de Eva llevaba a los personajes irremediablemente a la locura y a la desgracia. Dichos atributos hacían que sus guardianes la consideraran como “un macho”, o los llevaba a pensar que Dios era mujer.

De acuerdo con esta línea interpretativa, para el caso de la politización de la epidemia en la ciudad de Buenos Aires, es necesario separar el fenómeno epidémico de la enfermedad. En el presente análisis queda en evidencia que la intencionalidad de la metáfora politizada era justificar y legitimar un acérrimo antiperonismo, a la vez que se intentaba diluir el recuerdo o el registro social del peronismo ligado a la democratización del bienestar y la salud, a partir de la contraposición de imágenes de alarma y de temor. Desde el plano discursivo, se reforzaba entonces la idea de la epidemia como un castigo colectivo; allí la enfermedad como entidad en sí misma ocupaba, en esta situación, un lugar secundario. Podría haber sido cualquiera de

las siete plagas; lo que en cambio no debía faltar en el discurso era el castigo.

Debe recordarse que en Argentina, el concepto de “lisiado” fue re-definido, reconocido y difundido por el Estado, el saber médico y los medios públicos en oportunidad de la polio-mielitis. A diferencia de Estados Unidos y Europa, donde dicho estatus estaba referido a la imagen del veterano de guerra, en Argentina, la imagen pública fundacional del “lisiado” está relacionada con las personas afectadas por la poliomiélitis. Es así cómo el carácter esencialmente colectivo de la epidemia, una vez superada y con el decrecimiento de los casos, dejaba un legado que sería comprendido en clave biomédica individual: el desafío de la rehabilitación. En ese sentido, se construía una reacción metafórica que atribuía que gran parte del éxito de la integración social del “lisiado” estaría basado en el esfuerzo voluntarista personal. Conformada sobre la teoría que entiende la discapacidad como una tragedia médica individual escindida del contexto social, demandaría a aquellos “lisiados” el logro triunfante de su plena integración. Por supuesto que esas ideas formaban parte de las tendencias globales occidentales en torno al problema de las personas que padecían discapacidades físicas y se venían acunando en nuestro país desde hacía tiempo entre los involucrados en el tema (TESTA, 2011).

Fantasmas del pasado

Mueren dos voluntarios de la campaña de vacunación contra la polio en un atentado en Kurram (Pakistán) ISLAMABAD, 31 Ene. 2013 (EUROPA PRESS)

“Dos voluntarios de la campaña de vacunación contra la polio han muerto este jueves en un atentado con bomba en Kurram, en el noroeste de Pakistán, según fuentes oficiales citadas por la cadena GEO TV. Con estas muertes son ya 19 los trabajadores de esta campaña muertos en ataques en los dos últimos meses. Aunque los ataques contra la campaña de vacunación contra la polio, que cuenta con el respaldo de la Organización Mundial de la Salud (OMS), no han sido reivindicados por ningún grupo armado, el año pasado los talibán paquistaníes condenaron las

vacunaciones en la región tribal de Waziristán. El 1 de enero, siete miembros de una organización que lleva a cabo proyectos educativos y sanitarios, incluidas vacunaciones contra la polio, fueron asesinados en el mismo distrito. En diciembre, nueve voluntarios de la campaña de vacunación fueron asesinados en Karachi y en distintos puntos del noroeste del país” (*Europress*, 31 de enero de 2013)⁴⁵

En 1988, la Asamblea Mundial de la Salud desafió al mundo a erradicar la polio. Desde entonces, los esfuerzos de Rotary Internacional y entidades colaboradoras, incluyendo la Organización Mundial de la Salud, el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), los Centros para el Control y Prevención de Enfermedades de Estados Unidos (CDC), el Banco Interamericano de Desarrollo y gobiernos de todas partes del mundo han desarrollado acciones mancomunadas hacia el mismo fin. No obstante, la poliomiélitis aún existe en forma endémica en Nigeria, Afganistán y Pakistán y se registraron brotes en países donde la enfermedad ya estaba controlada.

Intentar un acercamiento crítico a la vacunación antipoliomielítica desde una perspectiva que supere las posiciones basadas en el supuesto progreso lineal de la ciencia y su consecuente naturalización y aceptación/rechazo por parte de los diferentes actores involucrados nos enfrenta a un panorama complicado e incompleto que nos conducirá a conclusiones que demuestran un camino plagado de avances y retrocesos, discontinuidades y silencios. Como señala Marie Anne Moulin (2003), para abordar el tema de la vacunación es necesario considerar el fenómeno en toda su complejidad, al mismo tiempo científico, político y social, de acuerdo con múltiples contextos y particularidades socio-históricas. La irracionalidad de la violencia, las guerras y las creencias religiosas contribuyen a mantener la vigencia de un virus circulante en “zonas de conflicto”, que son vistas como una amenaza de

⁴⁵<http://www.europapress.es/epsocial/ong-y-asociaciones/noticia-mueren-dos-voluntarios-campana-vacunacion-contra-polio-atentado-kurram-pakistan>

diseminar el virus nuevamente. Esta situación favorece que la enfermedad sea significada desde algunos países de occidente como un dolencia propia de lugares remotos, que afecta a los “otros”, generalmente carentes de educación y sumidos en la pobreza y el abandono (RODRÍGUEZ-SÁNCHEZ, 2015).

“Todavía no hay vacuna que cure. Feliz navidad. La polio”, son las palabras con las que finaliza la novela del escritor argentino Miguel Angel Molfino, publicada en 2014, por la editorial Wu Wei. Se trata de un policial negro, cuya historia está basada en la persecución de un sádico y misterioso violador y asesino serial, cuyas víctimas son los niños. Para evidenciar su exclusiva autoría, el asesino destroza las piernas de los pequeños y se autodenomina La Polio. Situada en una pequeña localidad de una provincia del noreste argentino - La Dorila, Chaco - la historia entrelaza personajes sufrientes y siniestros. Una trama de violencias, injusticias, abusos y abandonos atra-viesan las infancias de los protago-nistas.

En su niñez el asesino había sido sometido por su madre a un prolongado encierro, durante la epidemia de 1956, por temor a que se contagie la polio. Esta ficción despliega, en un juego dialéctico entre víctima-victimario, la conexión entre el pasado y el presente; pone en acción y re-actualiza los pade-cimientos vivenciados pasiva y silen-ciosamente en otro tiempo – el de la infancia- para llevarlos al extremo de la crueldad y la sinrazón: la violación y el asesinato de los que son considerados inocentes por excelencia, los niños. La metáfora de lo siniestro y de la negación del dolor social, queda interpelada en el transcurrir de la ficción como una ame-naza del retorno posible e impensado de los traumas del pasado.

El temor al contagio ante una enfermedad inexplicada, el aislamiento, el cuerpo de los niños como objeto de cuidado, de manipulación y de intervenciones médicas de diversa índole, fueron tópicos comunes durante las epidemias de polio. El tratamiento de la enfermedad en la década de 1950 consistía en el aislamiento y la inmo-vilización en etapa aguda, la colocación de yesos, los fomentos calientes y las cirugías correctivas para evitar las

deformaciones posturales. En la etapa final de la rehabilitación se realizaba el entrenamiento para el uso de los equipos ortopédicos (ortesis, muletas, bastones) para favorecer la biomecánica de la marcha en forma independiente. Se trataba, fundamentalmente, de cuerpos que han sido marcados y normalizados desde la perspectiva de corporeidad de la medicina y la rehabilitación (LAVIGNE, 2010). Cuerpos concebidos como materialidades biológicas “anormales” que debían ser corregidos y quedaban en cierto modo escindidos a partir de la experiencia y las representaciones de normalización que los atravesaba.

“La polio era un monstruo que esperaba la oportunidad para lanzarse sobre el pequeño Oscarcito para comerle las piernas; Los cortinados rojos, estaba científicamente compro-bado, retraían, rechazaban y aterro-rizaban a los bichos negros, de ojos saltones, de la polio (...) Por eso era mejor no salir del cuarto y no quitarse el collar de bolsitas de al-canfor que colgaba de su cuello. Oscarcito reía nervioso, con burbujas de saliva, las manitos crispadas, rayando con sus uñas el antebrazo: tenía miedo y alegría a la vez. Evander, su hermano mayor, entraría en cualquier momento y jugaría *raro* con él y lo obligaría a disfrazarse de nena” (MOLFINO, 2014, p. 22).

Sensibilidades construidas y configuradas por dispositivos de regulación de las sensaciones, que anestesian el dolor y fragmentan los recuerdos, enlazados en cuerpos marca-dos y entramados en fantasmas - que aterrorizan con la parálisis y establecen un otro aterrador - y en fantasías de héroes y heroínas - que disimulan y velan las limitaciones de la realidad – fueron parte de sensibilidades creadas a partir del dolor social (SCRIBANO, 2008; TESTA, 2014)⁴⁶.

En definitiva, a través de la ficción literaria, la novela de Molfino no hace más

⁴⁶Algunas ideas sobre los mecanismos de soportabilidad social y las emociones en relación con la poliomielitis aquí mencionadas han sido desarrolladas más extensamente en el artículo: TESTA, Daniela. “El síndrome pos-polio y sus anudamientos en el pasado”. *Revista Intersticios*, vol.8, n°1, p. 233-248, 2014, <http://www.intersticios.es>

que llevar a un extremo sensibilidades, fantasmas y fantasías que estuvieron presentes durante las epidemias en épocas pretéritas, cuando era poco lo que la medicina podía hacer para frenar el “terrible flagelo”. Injusticias y sufrimientos que persisten igualmente inexplicados en la actualidad, cuando existen aún niños que viven expuestos a contraer esta u otras enfermedades prevenibles, a pesar de contarse con la bio-tecnología necesaria para erradicarlas.

A modo de cierre

Distintas narrativas y voces han dicho acerca de la enfermedad y los modos de ser imaginada, vivenciada, construida, recordada y olvidada en distintos contextos socio-históricos. Sin sorpresas he encontrado un mismo fantasma que atraviesa todos los relatos. El estigma, bien cómodo en una estructura social económica basada en relaciones de dominación capitalista y en la ideología de la normalidad, no podía estar ausente en las producciones culturales.

La poliomiélitis se muestra polifacética, como una enfermedad endémica apenas conocida que impone una condición existencial, sobrellevada con entereza y alegría, en la extraordinaria vida relatada por María Rosa. Es también la enfermedad maldita difundida por el Estado a través de la metáfora politizada para detractar al peronismo: es la enfermedad de *los cabecitas*⁴⁷ de Eva, es la maldición que amenaza a los que están bajo el oscuro y luminoso poder que emana del cadáver de *la Santa*. Pero también es la enfermedad que brinda la posibilidad de redención cuando convoca a *las fuerzas vivas de la comunidad* –según expresiones de la época- a sumarse a la *lucha solidaria* contra el enemigo designado por la dictadura. Actualmente, la polio reaparece en las informaciones del espacio público como enfermedad de la irracionalidad y la muerte en países que sufren enfrentamientos bélicos y religiosos y representan un “otro amenazante”.

⁴⁷*Cabecitas o cabecitas negras* son argentinismos que aluden a las personas de sectores populares, en referencia al color oscuro del cabello.

Por supuesto no sólo las imágenes en torno a la enfermedad son diversas sino también las formas de narrarlas. Las obras de Oliver indudablemente pertenecientes al género auto-biográfico, resguardan el pacto de lealtad propuesto por Philippe Lejeune (SIBILIA, 2012) que cree en la coincidencia del autor, el narrador y el protagonista de la historia. El relato autobiográfico no sólo testimonia sino que también organiza y concede realidad a la propia experiencia: teje la vida del yo y de alguna manera, la realiza. Los minuciosos relatos de Oliver acompañados de profundas reflexiones y evocaciones, el pudor y el recato al momento de referirse a temas de sexualidad propia o ajena (ámbito considerado inequívocamente de índole privada), un estilo plagado de códigos literarios con referencias a una cultura letrada que escribe y lee en varios idiomas pero *especialmente* en francés, nos trasladan a un paisaje *vintage* que parece muy lejano de las narraciones actuales.

El yo narrador de la novela de Evita hace coincidir la identidad del autor y del narrador, crea una ficción intercalada con citas de fuentes históricas e informaciones para hablar de Evita -tema que reconoce como una obsesión personal- e intenta descifrar y rescatar aquellos episodios de una historia que considera han quedado velados por los jirones del olvido. Presupone la existencia de una *realidad histórica* y la ficción se define en esa relación dada entre literatura e historia. En este caso la ficción es la realidad histórica tamizada y expresada por una subjetividad. “O, simplemente, la ficción traza una frontera entre pura subjetividad y pura realidad histórica” (LUDMER, 2010, p. 10).

La novela negra de Molino recupera la conciencia de un dolor social omitido que retorna para señalar un mundo social complejo que actualiza las injusticias del pasado.

Las posibilidades de activación de la memoria o del silencio y el olvido guardan relación directa con los momentos históricos y las condiciones políticas y sociales coyunturales (POL-LAK, 2006). En consecuencia, aquellos que portan la memoria del sufrimiento y el dolor en sus cuerpos suelen quedar postergados de los

relatos de las memorias oficiales hasta que estén dadas las condiciones favorables. Subsisten entonces circulantes en las memorias subterráneas y minoritarias, pluralistas e intermitentes. Se dejan entrever y se intuyen a través de las ausencias. En ese sentido, esta posible lectura desde la imaginación pública ha permitido, pues, establecer conexiones, recoger memorias, omisiones y olvidos a través de imaginarios, metáforas y emociones compartidas. En definitiva, un abordaje posible para recuperar fragmentos de un relato realidad-ficción sobre una enfermedad que fue y es parte de la experiencia y la memoria colectiva.

Referencias

- ANGELINO, Alfonsina y ROSATO, Ana (coords.). *Discapacidad e ideología de la normalidad: desnaturalizar el déficit*. Buenos Aires: Noveduc, 2009.
- ARMUS, Diego. *La ciudad impura. Salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires, 1870- 1950*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- BALLESTER, Rosa et al. "Información, autoayuda y creación de identidades. Las tecnologías de la información y de la comunicación y las asociaciones de discapacitados físicos. El ejemplo de la poliomielitis". Buenos Aires: *Salud Colectiva* 7, Supl. 1, p. 539-547, 2011.
- BOTTINELLI, Pedro. "Estudio estadístico de la poliomielitis". *La Semana Médica*; 58(33):295-302, 1953.
- BUZZI, Alfredo y ROSENWURCEL, Horacio. "Historia de la Poliomielitis". *Revista Asociación Médica Argentina*; n° 81, vol. 8, p.393-395, 1967.
- CRÍTICA, "El tirano dejó vencer 50.000 vacunas antipolio", Buenos Aires, p. 3, 14 de marzo de 1956.
- DEMOCRACIA, "Pocas veces se dieron mejores pruebas de solidaridad social", Buenos Aires, p.6, 8 de marzo de 1956.
- DÍAZ, Esther. ¿Qué es el imaginario social?, en *La ciencia y el imaginario social*, Bs. As: Biblos, 1996.
- EL LABORISTA. "Pueblo y Gobierno en la lucha en común contra la poliomielitis", Buenos Aires; p.5, 7 de marzo de 1956.
- ELOY MARTÍNEZ, Tomás. *Santa Evita*. Planeta, 1996.
- EUROPRESS. "Mueren dos voluntarios de la campaña de vacunación contra la polio en un atentado en Kurram". Pakistán: 31 de enero de 2013, en <http://www.europapress.es/epsocial/ong-y-asociaciones/noticia-mueren-dos-voluntarios-campana-vacunacion-contra-polio-atentado-kurram-pakistan>
- FREUD, Sigmund. El "Block maravilloso" [1924]. *Obras Completas*. Volumen II. Traducción Luis López Ballesteros y De Torres. Madrid: Ed. Biblioteca Nueva, p. 506-508, 1968.
- GARRAHAN, Juan. *Medicina infantil: Pediatría y Puericultura*. Buenos Aires: El Ateneo; 1951.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma. La identidad deteriorada*. Buenos Aires-Madrid: Amorrortu, 2001.
- INVALIDI, Antonio. "Epidemiología mundial de la poliomielitis". *Revista de la Asociación Médica Argentina*; T. VLL (827-830) p. 265-269, 1956.
- KANCYPER, Luis. *Resentimiento terminable e interminable*. Buenos Aires: Lumen, p.171-174, 2010.
- LAVIGNE, Luciana. Dualismos que duelen. En Citro, Silvia (coordinadora) *Cuerpos plurales. Antropología de y desde los cuerpos*. Buenos Aires: Bi-blos, 2010.
- LEHRER, Jonah. *Proust y la neurociencia. Una visión única de ocho artistas fundamentales de la modernidad*. Buenos Aires: Ed. Paidós, 2010.
- LICEAGA, Félix. Proyecto de Ley sobre creaciones, en la Capital Federal, de un hospital de niños para enfermedades infecciosas y de un instituto de Heine Medin. Buenos Aires: Secretaría de Presidencia; 21 agosto de 1946.
- LOBATO, Mirta (ed.). *Política, médicos y enfermedades*. Buenos Aires, 1996.
- LUDMER, Josefina. *Aquí América Latina*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.

MOLFINO, Miguel Ángel. *La polio*. Buenos Aires: WuWei, 2014.

MOULIN, Anne Marie. “A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenómeno histórico”. *Historia, Ciencia, Saúde. Manguinhos*, vol. 10, supl. 2, p. 499 - 517, 2003.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo. “As campanhas de vacinação contra a poliomielite no Brasil (1960-1990)”. *Ciencia & Saude Coletiva*, nº 16, vol. 2, p. 501-511, 2011.

OLIVER, María Rosa *La vida cotidiana*. Buenos Aires: Sudamericana, 1969.

OLIVER, María Rosa. *Mi fe es el hombre*. Colección Los Raros, Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

OLIVER, María Rosa. *Mundo, mi casa*. Falgo Librero Editor, 1965.

POLLACK, Michael. Memoria, olvido y silencio, en *Memoria, olvido y silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límites*. La Plata: Al Margen, 2006.

ROSENBERG, Charles *Framing Disease. Studies in Cultural History*. Nueva York, Janet Golden, 1992.

SCRIBANO, Adrián. “Fantasmas y fantasías sociales: notas para un homenaje a T.W. Adorno desde Argentina”. *Revista Intersticios*, vol 2, nº 2, p. 87-97, 2008.

SIBILIA, Paula. *La intimidad como espectáculo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

SONTAG, Susan. *La enfermedad y sus metáforas. El sida y sus metáforas*, Buenos Aires, Taurus, 2003.

RODRÍGUEZ-SÁNCHEZ, Juan Antonio. “Poliomielitis after Polyomielitis. Lights and shadows of the eradication an Introduction”. *Hygiea Internatio-nalis*, vol. 11, nº1, p.7-32, 2015.

TESTA, Daniela. “Poliomielitis: la “herencia maldita” y la esperanza de la rehabilitación. La epidemia de 1956 en la

ciudad de Buenos Aires”. *Revista Intersticios*, vol. 5, nº 2, p.309-323, 2011.

TESTA, Daniela. “El síndrome pospolio y sus anudamientos en el pasado”. *Revista Intersticios*, vol.8, nº1, p. 233-248, 2014,

VILCHES, Antonio. “Etiología, pato-genia y epidemiología de la poliomyelitis”. *Archivos Argentinos de Pediatría.*; nº 45, vol. 3, p.175-192, 1956.

WALSH, Rodolfo. *Esa Mujer*. Los oficios terrestres. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1965.

Alcoolismo e uso do álcool entre os Akwen Xerente do Tocantins A perspectiva indígena

*Reijane Pinheiro da Silva
Apoliana Ribeiro de Sousa*

Recebido: em 15.10.2015

Aceito em: 10.11.2015

Resumo: Este trabalho propõe a problematização das representações acerca do alcoolismo entre os Akwen Xerente, presentes nos discursos da sociedade envolvente, considerando a perspectiva indígena como contraponto a essas representações. Fruto de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho (PET- Saúde Indígena), no período de 2013 e 2014, as reflexões aqui apresentadas questionam os estigmas que associam os indígenas ao ócio e ao alcoolismo que, além de desconsiderarem a alteridade em questão, não favorecem abordagens que contribuam para o seu protagonismo em relação ao tema. **Palavras-Chave:** uso do álcool, povo Akwen Xerente, perspectiva indígena

Alcoholism and alcohol use among Akwe Xerente Tocantins: The indigenous perspective

Abstract: This paper proposes the questioning of the representations of alcoholism among Akwen Xerente, present in the discourse of the surrounding society, considering the indigenous perspective as opposed to those representations. Result of a research carried out under the Education Program at Work (PET- Indigenous Health), between 2013 and 2014, the reflections presented here question the stigmas that associate indigenous to idleness and alcoholism that in addition to disregard otherness in question, do not favor approaches that contribute to its role in this regard. **Keywords:** Use of alcohol, Akwen Xerente People, indigenous perspective

Introdução

Esse trabalho é resultado de um conjunto de observações realizadas durante o primeiro ano de vivências no Projeto PET- Saúde Indígena Akwen, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), denominado “Promoção da saúde e discussão sobre o uso do álcool na área Akwen Xerente (aldeias Salto, Porteira e Funil): através da valorização da cultura e da interconexão de saberes (biomédico e tradicional indígena)”. O projeto se insere no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho (PET SAÚDE) do Ministério da Saúde e é executado em parceria com o Distrito Especial Sanitário Indígena do Tocantins (DSEI-TO). O principal objetivo dos grupos Pet Saúde é promover a qualifi-

cação dos acadêmicos da área da saúde ao mesmo tempo em que visa o fortalecimento da atenção básica através do estreitamento das relações entre ensino e serviço.

A equipe do projeto é formada por alunos dos cursos de serviço social, medicina, nutrição e enfermagem da UFT, além de preceptores que são os profissionais que atuam diretamente nos serviços de saúde indígena. O projeto Pet Saúde Akwen iniciou suas atividades junto ao DSEI-TO em agosto de 2013, atuando de forma complementar e buscando o fortalecimento da rede de atenção básica nas Terras Indígenas Funil e Xerente (TI Funil e TI Xerente) em Tocantínia, no estado do Tocantins (TO), mais especificamente nas aldeias Salto, Porteira e

Funil, por meio de ações de prevenção e promoção em saúde.

A importância desse tema se dá pelo fato de que o uso do álcool entre povos indígenas no Brasil é utilizado de forma recorrente para explicar condições sociais como a pobreza, ócio e até mesmo a prática de crimes. Nas cidades circundantes às áreas indígenas no Tocantins é comum a identificação dos indígenas como alcoólatras e preguiçosos, “que vivem dos benefícios do governo, sem trabalhar e bebendo o dia todo” (SILVA, 2010). Outros pesquisadores também indicam a associação dos indígenas com o alcoolismo em outras partes do Brasil (LANGDON, 2001). Nesta direção é importante pensar como o uso do álcool, no caso específico do Povo Akwen Xerente, tem sido interpretado pelos próprios indígenas, a fim de problematizar estas perspectivas e situá-las no contexto de fricção interétnica que, na perspectiva apresentada por Oliveira (1972), amplia a possibilidade de compreensão da sociedade nacional a partir da análise da sua relação com os povos indígenas. em questão.

Segundo Langdon (2001), existe uma diversidade de situações ligadas ao consumo de bebidas alcoólicas: o contexto em que se aprende a beber, as variações nos estilos de beber, a intensidade do consumo, as representações do beber e as variações nos estilos de beber. Nesta direção a universalidade do termo alcoolismo não é pertinente a realidades culturais diferentes da ocidental e seu uso precisa ser problematizado. Considerando que estas reflexões são preliminares, uma vez que a pesquisa-extensão está em curso, a coleta das narrativas foi realizada a partir das vivências e registros em diários de campo, de rodas de conversa realizadas em algumas aldeias do Povo Akwen Xerente, conduzidas pela equipe do DSEI-TO e pelos alunos do Pet saúde no período entre novembro de 2013 e julho de 2014.

Os akwen-xerente: aspectos histórico-antropológicos do contato

No Tocantins vivem sete Povos Indígenas: os Akwen-Xerente, Mehin-Krahô, Pahin-Apinajé, Iny-Javaé-Karajá-Xambioá, os Krahó-Kanela e Avá Canoeiro. Todos esses povos, a despeito

das representações dominantes, se constituem como fundamentalmente singulares. Suas perspectivas cosmológicas e sua organização social diferem significativamente

O Povo Indígena Akwen Xerente ocupa duas terras indígenas na cidade de Tocantínia, TO, estado incluído na região Norte e na Amazônia legal. São 3008 indivíduos aldeados e 184 vivendo fora das reservas. Os aldeados estão distribuídos em 62 Aldeias (DSEI-TO, 2013). Historicamente os Akwen enfrentaram vários processos de violência implementados pela sociedade envolvente, entre estas, a representação de que os indígenas são alcoólatras foi e é amplamente utilizada como forma de dominação e marginalização, especialmente quando interesses conflitantes relativos à posse da atual terra indígena estavam em jogo e quando os indígenas reivindicam direitos junto ao poder público. Sabemos que os primeiros contatos entre colonizadores e povos indígenas se deram no litoral, todavia, movidas por interesses econômicos as frentes de colonização nos séculos XVII e XVIII adentraram rumo ao centro do país em busca de riquezas, contatando grupos indígenas até então tidos como isolados da sociedade. Darcy Ribeiro explica que os Akwen Xerente viviam nas regiões de campos e possuíam uma organização social complexa, baseada em metades de clãs, cujas posições nas aldeias circulares eram rigidamente reguladas segundo o quadrante solar. Ocupavam um extenso território que ia desde a bacia do Rio Tocantins, no sul do Estado de Goiás até o Estado do Maranhão, mas que foi drasticamente reduzido pelas expedições colonizadoras. Os Akwen Xerente enfrentaram a ambição dos criadores de gado que cercavam o território de norte ao sul impactando diretamente a sobrevivência do grupo, tendo em vista que o gado afugentava a caça. Enfrentaram também as bandeiras e os garimpeiros que adentravam o território em busca de ouro e diamantes, além de terem sido submetidos à política indigenista fundada na lógica positivista de integração dos povos indígenas à sociedade nacional.

Em 1874 os Akwen contavam com mais de 4000 índios, já em 1957 apenas

com cerca de 350 pessoas. Segundo levantamentos recentes do DSEI-TO em 2013 haviam 3008 indígenas Akwen Xerente (DSEI-TO, 2013). Moi (2007) explica que o resultado histórico da convivência entre eles e os não índios resultou em um emaranhado de transformações de cunho político, social e cultural. No entanto, eles permanecem se comunicando através da língua materna, se reconhecendo e sendo reconhecido como indígenas. A luta pela terra para os Akwen é uma questão básica de sobrevivência e perpassa toda sua historicidade. No entanto, é importante ressaltar que a própria demarcação se inscreve a partir de uma perspectiva ocidental, uma vez que o sentido de território é diferente do sentido de reserva. Para eles território é um espaço onde habitam seres visíveis e invisíveis, universo dos ancestrais e articulador da cosmologia e sociabilidade do grupo. Mesmo depois da demarcação a pressão de grandes projetos, como a Usina Hidrelétrica de Lajeado no Rio Tocantins no ano 2000 e a própria construção da capital do estado, Palmas, em 1992, a menos de 100 km da área, continuam impactando a sociedade Akwen, que do ponto de vista econômico vive a escassez de peixes e caça, alimentos tradicionalmente consumidos.

A história aponta que esse povo deslocava-se de um território para outro adotando uma mobilidade diretamente ligada à cosmologia do grupo, uma vez que compreendiam que a terra “precisava descansar” para depois ser novamente ocupada. A vida social é compreendida de forma dual e ao mesmo tempo profundamente vinculada a tudo que a cerca (LÉVI-STRAUSS, 2004). A organização social é estruturada em metades compostas por clãs. A metade associada ao Sol inclui os Clãs Kuzapedkwá (Os donos do fogo), Kbazidkwá (os donos do algodão) e Kritóidkwa (Os donos do jogo com a batata assada ou os donos da borracha). A metade Wahiré, os clãs Krozaké, Keprehi e Wahiré.

Nimuendaju (1942) descreve a relação dos Akwen com a tríade mitológica Sol, Lua e Estrela (planeta Vênus), que orientavam a vida cotidiana, marcando o tempo propício para atividades de caça e pesca, jejum e aprendizado. Os dias em que a lua aparecia deveriam ser dedicados à

pesca, nos dias de sol à caça e nos dias da estrela todos deveriam se dedicar a ensinar e aprender. O tempo do grande jejum (dahêwakurkwa, em Akwen), era o momento em que os velhos, especialmente, se ocupavam da educação dos jovens e dos adultos do grupo, no Warã, a casa dos rapazes. Na tradição Akwen o sentido do Warã demonstra uma concepção que claramente se opõe ao modo de fazer da educação ocidental. A palavra Warã significa, simultaneamente, a casa dos homens que ficava no centro da aldeia e o próprio espaço do centro da aldeia onde as lideranças e anciãos se reuniam para decisões importantes. Na casa dos homens os Akwen aprendiam tudo o que precisavam para viver e ser “gente importante”⁴⁸.

Brito Xerente (2013) esclarece que a palavra Warã é também utilizada para lugares onde ocorre a reunião do povo Akwen, a exemplo da Praça Central da cidade de Tocantínia, onde negociam seu artesanato e onde permanecem quando precisam esperar para resolver problemas na cidade. Na praça eles se reúnem para conversar, interagir e conseqüentemente aprender. Giralдин & Melo (2012) citam, ainda, que o Warã é também o lugar da habitação provisória no mato, no momento em que os mais velhos estão ensinando os mais jovens a caçar, pescar e desenvolver outras habilidades de interação com o meio. Diante dessas considerações podemos sugerir que o Warã remete à sociabilidade Akwen, onde viver e educar são processos indissociáveis e acontecem no desenrolar cotidiano, além de envolver as decisões dos indivíduos e dos outros seres do ambiente que os cerca.

O processo de colonização e ocupação da região central do Brasil, mais precisamente no período entre os séculos XVII e XIX, é marcado pelas inúmeras tentativas da Igreja e do Estado de aldearem os povos indígenas, sob o argumento da pacificação e desconsiderando as diferenças entre os grupos. Já os mineradores e criadores de gado, vêem o indígena como um empecilho que deve ser exterminado.

⁴⁸Akwen significa indivíduo, gente importante e é a forma como os Xerente se autodenominam.

Depois de séculos vivendo o processo do contato e das violências empreendidas a seu desfavor, os Akwen Xerente conseguiram que parte do território que tradicionalmente ocupavam fosse demarcado. O desafio passa a ser o da adaptação a uma nova relação com o território, uma vez que a demarcação modificou totalmente as formas de vida do povo, que foi obrigado a fixar-se a um local específico, resultando em modificações profundas, como aponta Brito (2013, p.13):

A primeira mudança foi o fato de cada vez mais esse povo ter que se fixar em um local. Ou seja, o fato de serem nômades era outro fator importante na vida dos Xerente. Estes podiam se mudar quando bem entendessem ser necessário. Iam à busca de novas terras, fortes e boas e aquela ficava em pouso. Iam para um lugar novo e saudável. Porém, isso não é mais possível, não há mais terras para ir, em função dos processos de ocupação. Hoje, o viver no mesmo lugar é se sujeitar a uma vida de poluição, como acontece com as cidades e estar confinado em uma única aldeia.

Em outras palavras, o processo de demarcação, apesar de necessário para a sobrevivência do grupo, provocou uma grande mudança, pois prendeu os Akwen ao território. Além disso, de acordo com as narrativas do próprio povo, o espaço demarcado vem se tornando insuficiente para a sobrevivência do grupo que se encontra em um processo de intenso crescimento demográfico, como é possível deduzir dos dados apontados anteriormente. Paradoxalmente, a demarcação da terra e as garantias asseguradas pela Constituição de 1988 permitiram o aumento demográfico dos Povos Indígenas no Brasil, a exemplo dos Akwen Xerente, mas impõe novos desafios, uma vez que a relação desses povos com o território se dá a partir de perspectivas completamente diferentes da ocidental que, por sua vez, orienta os processos de demarcação. As relações entre indígenas e não indígenas na região de Tocantínia podem ser compreendidas na perspectiva da fricção interétnica, como já apontamos (OLIVEIRA, 1972), que se define como o contexto em que grupos com interesses opostos dividem o mesmo espaço e ao mesmo tempo em que disputam se in-

fluenciam mutuamente. Esse processo dialético, que mantém conflitos e preconceitos latentes, nos permite compreender as constantes transformações nas culturas em questão, ainda que um olhar apressado faça parecer que o povo indígena está "perdendo a cultura" ou se aculturando. Nas palavras de uma liderança indígena esse aspecto conflituoso se manifesta mais fortemente na disputa pelo espaço-território antes pertencente aos indígenas: *Antes toda essa terra era nossa, hoje os índios vêm para cidade e tem que comprar uma casa nas terras que eram nossas, de nossos ancestrais. Pensando bem, nos não saímos de nossas terras para ir para as cidades, foram as cidades que cresceram em nossas terras.*

Uso do álcool e alcoolismo nas narrativas do povo akwen-xerente

Segundo relatório da área técnica de saúde mental do DSEI-TO, referente ao ano de 2013, o uso do álcool é um agravado de saúde significativo para os povos do estado do Tocantins⁴⁹. A coleta foi realizada pelos profissionais de saúde das áreas indígenas, a partir de um instrumento que indicavam se o consumo era "leve", "moderado" ou "problema". O relatório aponta que 13,27% da população indígena aldeada, do estado do Tocantins, faz uso problemático do álcool. Entre aos povos do estado anteriormente citados, os Krahô aparecem em destaque em consumo problema, enquanto os Xerente tem o menor percentil em consumo geral, mas com uma aldeia que se destaque com o maior número de indivíduos que se encaixam na categoria comumente utilizada pelos profissionais da saúde mental de "bebedor problema".

No âmbito do saber biomédico ocidental a própria definição de alcoolismo é relativamente recente. Ainda segundo Langdon, apesar das bebidas alcoólicas serem conhecidas historicamente pelas sociedades humanas foi apenas no século XVIII que os problemas associados ao seu consumo excessivo passaram a ter maior atenção por parte da medicina, quando Benjamin Rush descreve os seus efeitos no

⁴⁹ DSEI-TO, 2013.

corpo e na mente humana, concebendo a dependência do álcool como enfermidade. Em 1849, Magnus Huss, passou a designar o rol de consequências somáticas da ingestão excessiva de bebidas alcoólicas de alcoolismo. Apesar disso, o consumo excessivo de bebidas continuou a ser considerado vício ou fraqueza de caráter. Décadas depois a Organização Mundial de Saúde reconheceu o termo como patologia. É importante considerar que a concepção do alcoolismo como doença foi elaborada no contexto biomédico e marcadamente positivista da Idade Moderna, sob bases moralistas, preconceituosas e que por vez estigmatizavam o alcoolista e sua família. Para Fernandes (2004, p.19) a “noção de alcoolismo está relacionada a um progressivo controle social dos prazeres e do comportamento individual”. Acrescentamos que essa perspectiva é fundamentalmente associada à mentalidade burguesa moderna centrada em uma moralidade cujo centro era o indivíduo “equilibrado” e apto a produzir. A nomenclatura alcoolismo passa por uma nova adaptação nas mãos dos teóricos Edwards e Gross (1976), passando a ser denominado como Síndrome da Dependência do Álcool (SDA), entendido como uma gradação que se inicia com a ingestão até se atingir a dependência, em um espaço de tempo que varia entre cinco e dez anos.

Discutir uso do álcool e dependência entre povos indígenas implica em considerar a alteridade que os constitui e a relação desses povos com as bebidas etílicas. Para essa análise é fundamental o registro das interpretações indígenas, que nos ajudará a entender com essa realidade é percebida pela própria comunidade e que representações associadas se manifestam nestas narrativas. Para alguns indígenas Akwen, as “bebidas” foram introduzidas na relação com os não índios e poucos registram sua utilização nos rituais da cultura Akwen antes do contato:

A bebida já entrou depois desse contato mesmo, porque antes os indígenas não tinham o contato com o não indígena, eles moravam na aldeia isoladamente. Inclusive eu estou fazendo uma pesquisa sobre a influência da tecnologia agrária nas sociedades indígenas, antes os indígenas não conhecia a tecnologia.

Eles viviam isoladamente nas aldeias, eles produziam os alimentos deles caçavam, pescavam para poder garantir o seus alimentos e até os esses temperos eles não utilizavam para temperar as suas comidas.

A representação de que “a bebida destrói” famílias também está presente nas leituras que os indígenas fazem sobre o seu uso:

E a bebida alcoólica também destrói famílias, porque os indígenas eu digo que não sabem beber porque eles bebembastante, eles bebem até cair. Já os não indígenas eles já bebem socialmente. Isso foi se expandindo, que hoje até os jovens estão entrando no alcoolismo, mas não são todos, assim, porque hoje a maioria dos jovens está se interessando muito e estão tendo mais interesse do que os mais velhos pelos estudos. Hoje em dia na vida cotidiana dos indígenas eles necessitam estudar, porque eles já percebem que podem melhorar as suas vidas através do estudo, por que na aldeia a gente sabe como é que é a sobrevivência, as dificuldades nas aldeias, e para os mais velhos é tranquilo tá tudo beleza, porque eles não se preocupam com essas coisas de modernidade essas coisas de tecnologia, vivendo lá tá de boa pra eles, mas nos que somos jovens já temos outra mentalidade. Nós queremos estudar para melhorar as condições de vida adquirir os seus bens, já os mais velhos não. Eles incentivam mais é a cultura para não esquecer as danças os rituais. Ena maioria das aldeias, por que os indígenas se embebedam e ficam as vezes em torno de semanas bebendo aqui na cidade? Porque na maioria das aldeias e tem em torno de 68 aldeias, os caciques não deixam entrar bebida lá dentro. Mas o que acontece? Ele vem se embebedam e voltam bêbados nas aldeias, eles não podem comprar e levar, mas tem sempre as falhas porque eles podem levar escondido, e consumir a bebida escondido, mas não pode, na minha aldeia mesmo não deixa.

Essa narrativa se mostra interessante por apresentar um conflito entre gerações e sugerir que os mais velhos estariam mais “adaptados” à vida na cultura, mas que os jovens estariam se sentindo desafiados a estudarem, teriam “outra mentalidade”. No que se refere ao uso do álcool, o narrador considera que “os

índios não sabem beber socialmente”, como os não índios e que a maioria dos jovens não bebem, pelo contrário se sentem desafiados a estudar. Outro elemento é que o narrador atribui o uso do álcool nas cidades ao fato dele ser proibido em algumas Aldeias. A ideia que permeia o texto é a de que os mais velhos, que são considerados pelo Povo Akwen como os guardiões da cultura, ao proibirem bebidas e até o futebol, atividade muito praticadas pelos indígenas em todo o Brasil, acabam “motivando” os índios a beberem na cidade. Percebemos que o incômodo se dá pela exposição dos indígenas bêbados na praça principal, o que nos faz pensar que o problema maior estaria associado ao estigma do “índio alcoólatra”, que é reforçado na imagem desses indivíduos alcoolizados e expostos.

Outra narrativa também apresenta o mal-estar causado pela representação do “índio alcoólatra”.

Porque todo mundo pensa que todos os indígenas consomem bebida alcoólica, só por que veem uns bêbados aí, caídos na praça, aí eles pensa que todos os indígenas consomem e são bêbados. Mas nem todos são e nem todos bebem. É igual aos não indígenas. A realidade das aldeias com as cidades quase não têm diferença, porque nas aldeias também têm índios que são crentes que são pastores, e nas aldeias também, na maioria delas têm uma casa que eles frequentam, cultua a Deus faz oração, essas coisas assim, então essas pessoas que frequentam essas igrejas não bebem, igual aos não indígenas, muitos são batizados e têm essa consciência, e já têm muita influência.

Como vimos, as lideranças indígenas e anciãs se posicionam contra o consumo de bebidas alcoólicas nas aldeias, mas esse posicionamento, é importante destacar, não se constitui como uma regra geral: *É mais uma orientação para que o povo não consuma a bebida alcoólica devido às várias consequências que já trouxe para o povo e também em respeito à cultura*, afirmou uma liderança. Isso porque, segundo o indígena: *a proibição não era e não é a solução, tinha que ser trabalhado a prevenção constantemente*. Essa proibição pode ser inscrita de duas formas, a primeira institucional regulada

por lei e imposta pelas instâncias controladoras do Estado como a que foi instituída por meio do Estatuto do Índio Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973¹², e que na atualidade começa a ser questionada, principalmente pelo preconceito e estigma gerado contra o indígena, além de sua ineficácia comprovada, segundo os próprios:

A coisa proibida nunca foi a solução. A coisa proibida parece que chama mais a pessoa a praticar. Ali em Tocantínia mesmo, teve um tempo em que eu era pequeno foi proibida mesmo, com um controle muito rígido a pessoa não comprava, mas não resolveu. Eles compravam coco furava e lá colocava, porque o comércio tem que vender eles sobrevivem disso. Eles compravam também querosene e trocavam. Uma vez eu vi um índio com um coco e ele fechava os olhos, e eu pensava esse coco deve estar quente, aí me chamou assim e quando eu fui lá era bebida. Depois da constituição de 1988 o estatuto ele está quase sendo revisado, e depois da constituição que viu que isso não têm mais validade nenhuma e que não pode proibir.

Percebemos assim que o proibicionismo nos chama a atenção para outras categorias, como, por exemplo, a violação da liberdade, pois impõe ao outro um modelo de comportamento que por vezes leva à criminalização, à punição e à gênese do comércio clandestino. Outra narrativa corrobora essa tese:

Eu não me lembro o ano a data, mas aqui na cidade foi proibida a venda de bebida a venda de bebidas alcoólicas para os indígenas, mas assim, ninguém respeita essa lei. A proibição não resultou, os comerciantes continuaram vendendo da mesma forma.

A segunda forma de proibicionismo é quando ao próprio povo adota tal estratégia para controlar o uso de bebidas nas aldeias. Em ambos os casos o povo Akwen Xerente se posiciona contrário tanto ao proibicionismo institucional, quanto ao de autocontrole dentro da etnia. Percebemos este preceito durante uma roda de conversa sobre álcool, quando um cacique ressaltou em seu discurso que para os Akwen a solução não é proibir, mas sim convencer o

indígena dependente alcoólico a fazer o tratamento e também prevenir junto ao público que ainda não faz uso das substâncias. A crítica à proibição apontada pelo povo Akwen é mais do que uma mera questão de terminologia, se inscrevendo como a vontade de encontrar medidas alternativas que proporcione caminhos mais eficientes, como aponta Perduca (2005, p.54):

A proibição enfraquece todos os aspectos da vida humana, estabelece a presença de leis e políticas que promovem modelos éticos e morais baseados no controle, medidas que querem impor restrições dogmáticas à vida e à liberdade de bilhões de pessoas. É recorrente também entre os indígenas o argumento de que o uso do álcool não atinge apenas os indivíduos, mas estigmatiza a cultura, como apresenta a narrativa abaixo:

A bebida atinge também a cultura, principalmente a questão cultural, porque quando tem festas tradicionais na aldeia são proibidas bebidas alcoólicas, mas têm aqueles que não conseguem aguentar, geralmente vai escondido, chega bêbado na festa, aí o constrangimento é muito grande. Por mais que as pessoas da festa bebem, mas naquele momento não bebe, a situação fica tensa.

O relato da morte de uma indígena em Tocantínia aponta para as consequências do uso do álcool, mas também para o descaso da sociedade em relação aos usuários indígenas. Segundo o relato ela faleceu na praça sem que ninguém percebesse e sua morte só foi identificada um dia depois.

Essa mulher passou a se prostituir por causa da bebida. Casou com uma pessoa que era dependente químico. O que eu vejo agora, ninguém estendeu a mão, nem os próprios indígenas. A família foi lá, levava à força para a aldeia, mas quando tinha transporte. Na Aldeia ninguém é preso ou obrigado a ficar. Eles levavam à força, mas quando tinha transporte ela voltava. Então as instituições que são responsáveis, o estado, a saúde até a própria FUNAI que poderia ter buscado ferramentas, tratar. Não sei, acho que é falta de interesse mesmo, porque se pelo menos eles agissem, mostrar o caminho, por mais que não conseguisse trazer essa pessoa

de volta, mas pelo menos se ela morresse em um lugar digno, um lugar em que foi amparada. Ela morreu na Praça de Tocantínia, quando viu ela já estava dura. Ela não comia mais, ela estava magrinha. Tinha vez que ficava uma semana, duas semanas sem comer.

O Ministério Público Federal, a convite de lideranças Indígenas do Povo Akwen, realizou um encontro em Tocantínia, em 2010, para discutir com a comunidade o preconceito relativo ao uso do álcool pelos indígenas:

Fora da aldeia teve um encontro que veio ministério público, com o delegado da região e tinha alguns “indígenas esclarecidos”, ou seja, aqueles que são professores, funcionários públicos. Eles se sentiam discriminados quando ia a um bar beber, porque eles eram proibidos, então um deles se levantou e disse por que a Constituição Federal disse que é direito de todos a liberdade isso não vale para os indígenas? Fazemos parte da sociedade ou somos excluídos? Ai um procurador falou, se você for discriminado pode denunciar que a pessoa vai responder processualmente e pagar os danos morais porque vocês são cidadãos.

A reação apresentada sugere que práticas ou políticas que desconsiderem o protagonismo e capacidade crítica dos Povos Indígenas não são reconhecidas como legítimas e, conseqüentemente, não repercutem positivamente no cotidiano dos grupos. A visão tutelar e colonizadora que permanece orientando muitas abordagens aos povos indígenas por parte do poder público precisa ser superada a partir do respeito e consideração das perspectivas em questão.

O Assistente Social do DSEI-TO, Vilmar Xerente, em entrevista ao *Jornal do Tocantins* no dia 21 de Julho de 2014 (REIS, 2014), afirmou que o preconceito contra os indígenas é um problema maior do que o uso do álcool. Segundo ele: *os não índios olham para um índio alcoolizado e veem três mil (aproximadamente a população Akwen Xerente)*. Essa tese é corroborada por outros narradores indígenas:

Quando se fala no índio atinge a todos, mas quando é o não índio fala “o cara fez

isso, o fulano de tal” ai não inclui todos, mas quando fala dos indígenas parece que inclui todos. Um dia eu estava viajando com o pessoal de Miracema para jogar futebol. Estávamos indo para Rio dos Bois, ai um cara ofereceu uma bebida, eu falei: “não bebo não”, ele disse: “não acredito, não conheço nenhum índio que não bebe”.

Nesta constatação percebemos que a representação estruturada de que a maioria dos indígenas são alcoólatras permanece obscurecendo a realidade do consumo do álcool e mantendo os distanciamentos entre indígenas e não indígenas. Sabe-se, por exemplo, que alguns povos utilizavam e ainda utilizam as bebidas fermentadas em rituais de xamanismo, outros os fazem para divertimento, alimentação e até mesmo com finalidades terapêuticas. A diversidade de significados atribuídos ao consumo e produção dessas bebidas difere de grupo para grupo. Importante citar que no Brasil a produção e consumo das bebidas fermentadas ainda permanecem em várias etnias indígenas, como no caso dos kaingáng que fabricam o Kiki, uma bebida feita a base de milho, mel e água, usada em ocasiões importantes como caçadas, pescaria, colheita, cerimônias fúnebres, celebrações mágicas religiosas. Temos também os kaináwa que fabricam o caiçuma da batata macaxeira, consumidas durante a festa do Mariri. Em Roraima temos também o Caxiri, o Mocooro e o Pajuaru, produzidos em grande quantidade (SOUZA, 2001, p.153).

Tudo indica que o consumo de bebidas alcoólicas fermentadas entre os grupos indígenas não provocava transtornos de ordem física ou biológica, como acontece em relação ao uso das destiladas no presente. O uso de psicoativos em culturas tradicionais ocorria em contextos ritualizados; sendo assim, raramente apresentava-se como nocivo para os seus participantes, no grau que se vê nos dias atuais. No entanto, pela dinâmica do contato, as bebidas tradicionais fermentadas acabaram sendo substituídas, mesmo que parcialmente, pelas destiladas. Em contextos de uso de bebidas fermentadas, a passagem para os destilados parece ocorrer com maior facilidade.

Considerações finais

A tese de que a introdução das bebidas e de outros hábitos “negativos” é responsabilidade da sociedade ocidental está presente em muitas narrativas que tratam da questão do uso do álcool pelos Povos Indígenas e também foi incorporada pelos próprios indígenas, como podemos perceber. Fernandes (2004), em densa pesquisa sobre o uso de bebidas alcólicas entre Povos Indígenas no Brasil no período pré-colonial, aponta que a ideia do vazio etílico antes da chegada dos europeus é um equívoco facilmente desfeito com a leitura dos documentos e relatos de viajantes e colonizadores. Bebidas como o cauim era consumidas entre os Tupinambás em festas e rituais de guerra. O uso do álcool se fazia fundamental para articular dimensões da consciência indígena, que em uma tentativa de tradução, poderíamos chamar de real e imaginário, para a realização de eventos centrais nestas sociedades, como a guerra e a celebração de ritos cotidianos.

Entre as várias estratégias de dominação utilizada pelas frentes colonizadoras destaca-se a forma como os indígenas foram representados ao longo da história do Brasil, sendo que um dos principais estereótipos construído é a do indígena cachaceiro (LANGDON, 2001, p.104):

Talvez o estereótipo mais comum que o brasileiro faça do índio é o de um bêbado, afirmação válida particularmente para os brancos que vivem perto de áreas indígenas. Esta imagem negativa, juntamente com outras semelhantes que o brasileiro tem do índio, tais como indivíduo sujo, ignorante e preguiçoso, expressa a representação estigmatizada que é experimentada frequentemente pelos índios quando interagem com a sociedade envolvente.

As representações negativas ou românticas eram necessárias para ganhar apoio popular e inclusive para justificar o massacre de etnias inteiras. Como diz Darcy Ribeiro (1996, p.148), durante o processo de expansão do sistema econômico no início do século XX, em nome do progresso e do desenvolvimento:

o extermínio dos índios era não só praticado, mas defendido e reclamado

como o remédio indispensável à segurança dos que “construíam uma civilização no interior do Brasil”.

As relações de dominação e opressão que se estabeleceram desde o período colonial, foram naturalizadas nos discursos etnocêntricos dos colonizadores, que se diziam simbolicamente superiores e civilizados em relação aos nativos, e também nas políticas do governo que tinham como principal função integrar os índios as formas de vida da sociedade envolvente. A visão de que os indígenas são sempre vítimas inertes do processo de colonização, por outro lado, também não permite uma compreensão holista do uso do álcool pelas etnias. Não é possível negar a violência da colonização contra os povos originários, que permanece latente de várias formas. Por outro lado o protagonismo indígena é também uma realidade e não pode ser desconsiderado nas ações voltadas para a atenção à saúde. Em outras palavras, considerar a história do uso do álcool pela sociedade humana e tentar compreendê-lo não como uma tragédia, mas como uma realidade, pode permitir que outras formas de abordagem que relacionem saúde e uso do álcool sejam construídas. Consideramos que o discurso da vitimização, pouco contribui para uma abordagem que considere possibilidades reais de enfrentamento dos problemas ocasionados pelo uso do álcool. Por outro lado, se o uso tradicional de bebidas alcoólicas entre os Povos Indígenas brasileiros tinham um caráter estruturante da vida social, o uso atual do álcool destilado se apresenta, sem dúvida, como profundamente desestruturador da vida dessas populações. Esse fato torna a temática ao mesmo tempo delicada e desafiadora o que reforça a necessidade de interlocuções culturais que problematizem o tema, a fim de ampliar as possibilidades e eficácia das abordagens.

No contexto apresentado é fundamental considerar que as ações e interpretações da equipe do DSEI referentes ao “problema” são conduzidas por uma percepção universalista, problema reconhecido pelos próprios profissionais que, com muita frequência, apresentam a falta de capacitação para o diálogo intercultural que o cotidiano do trabalho junto às populações indígenas exige:

Na nossa formação acadêmica não somos preparados para trabalhar com culturas diferentes da nossa. É como se saúde e doença fossem iguais para toda a humanidade, o que percebemos que não é verdade, quando nos deparamos com a realidade indígena. Por outro lado, o DSEI nos contrata e não nos prepara para o que vamos enfrentar aqui. Não sabemos nada de indígena e isso atrapalha muito o trabalho. Alguns até aprendem, pois estão mais abertos, mas a maioria quer tratar o índio como se fosse um paciente branco (Entrevistado profissional).

Especificamente em relação ao uso do álcool é preciso considerar a interpretação de um indígena sobre o tipo de notificação realizada. Para ele, os critérios de identificação dos “alcoólatras” nem sempre são válidos:

Em primeiro lugar os profissionais não estão sempre aqui. Às vezes escutam alguém falar que fulano ta bebendo muito e já anotam. A maioria dos profissionais é da religião evangélica e, pra eles, beber é sempre pecado. Às vezes veem alguém bebendo e já acham que é alcoólatra.

A falta de envolvimento dos profissionais no cotidiano das comunidades é uma das maiores reclamações dos indígenas da área Akwen, como atestamos durante o trabalho. Por outro lado, o número reduzido de profissionais e a quantidade de aldeias inviabiliza a promoção da atenção básica nos moldes do que preconiza o subsistema de saúde indígena, parte do Sistema Único de Saúde (SUS). São apenas dois médicos, 04 enfermeiros e um psicólogo para atender toda a área. Há também profissionais da área de odontologia, agentes indígenas de saúde (AIS) técnicos de enfermagem e agentes indígenas de saneamento (AISAN). Os técnicos e agentes de saúde estão presentes em todas as aldeias. O psicólogo, que é o responsável técnico pela saúde mental e agravos associados de todo o DSEI-TO, precisa acompanhar as oito etnias do estado, além de elaborar as estratégias e intervenções associadas ao uso do álcool e outros “transtornos mentais”. Em síntese não há profissionais em número

suficiente para atender as demandas da área Akwen Xerente e os que estão atuando não recebem a capacitação adequada para alteridade representada pelo povo indígena em questão. Por outro lado, o questionamento sobre a identificação de quem seria alcoólatra, citado por um usuário indígena, sugere que ela seria feita a partir de uma lente moral, religiosa e cristã, o que comprometeria os dados apresentados pelo DSEI-TO.

O Ministério da Saúde que todas as ações ou intervenções em saúde mental devem:

Apoiar e respeitar a capacidade das diversas etnias e das comunidades indígenas, com seus valores, economias, tecnologias, modos de organização, de expressão e de produção de conhecimento, para identificar problemas, mobilizar recursos e criar alternativas para a construção de soluções para os problemas da comunidade (BRASIL, 2007).

Consideramos, no entanto, que a perspectiva relativa à ideia de saúde mental indígena é permeada pelo olhar biomédico e assim como o conceito de alcoolismo foi construída no âmbito de ideias universalistas acerca dos conceitos de saúde e doença. Nesta direção qualquer tentativa de abordar o tema deve considerar a diversidade e uma escuta atenta, que priorize a busca de um diálogo intercultural.

A partir do quadro apresentado nos cabe ressaltar que o uso de drogas está historicamente ligado à busca humana por novas sensações de prazer, alteração de humor e percepções. Assume diferentes papéis e significados dependendo da sociedade e do contexto no qual ocorre, pois, “trata-se de uma presença contínua no tempo e que envolve não somente medicina e ciência, mas também magia, religião, cultura, festa e deleite” (LANGDON, 2001, p. 1,7). Nesta direção, a tese de que é possível estender as perspectivas e conceitos marcadamente biomédicos para o universo dos povos indígenas se apresenta como um equívoco. Conceitos como “saúde mental”, “uso problemático do álcool” ou outras definições não cabem em estruturas sociais, cosmologias e relações diferentes das nossas. Saúde e doença, por exemplo, podem ter tantos significados quantos são

os povos indígenas do Brasil. O comportamento dos indivíduos no contexto Akwen, por exemplo, está relacionado à estrutura de parentesco, que tem nos clãs já citados sua referência fundamental. Dessa forma os indivíduos atuam de acordo com a expectativa do clã ao qual pertencem. Neste sentido classificar um comportamento como “problemático”, sem considerar a interlocução com a estrutura social dos sujeitos não faz sentido para esse povo indígena.

Referências

BRITO, Vilmar M. *O Joven Wapte Akwen Xerente e o trabalho..* TCC em Serviço Social. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, 2013.

DSEI-TO. Distrito Especial Sanitário Indígena do Tocantins. Sistema de Informação Interna. *Dados sobre etnias do Tocantins*. Palmas: DSEI, 2013.

EDWARDS G, GROSS M. Alcohol dependence: Provisional description of a clinical syndrome. *British Medical Journal*, n. 1, p. 1058-1061, 1976.

FERNANDES, João A. *Selvagens e bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil colonial*. 2004. 373 f. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

GIRALDIN, Odair. MELO, Valéria. M.C. Os Akwe-Xerente e a busca pela domesticação da escola. *Revista Tellus*, v. 12, n. 22, p. 177-199, 2012.

LANGDON, Jean E. O que beber como beber e quando beber: O contexto sociocultural no alcoolismo entre as populações indígenas. In: *Anais do Seminário sobre Alcoolismo e DST/AIDS entre os Povos Indígenas*. Brasília: 2001, p. 149-165.

MOI, Flávia P. *Os Xerente: um enfoque etnoarqueológico*. São Paulo, Annablume: 2007.

OLIVEIRA, Roberto C. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1972.

PERDUCA, Marco. *Vamos criminalizar a Proibição*. In: Acselrad G, organizadora. *Avessos do Prazer: drogas, Aids e direitos humanos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 51-63.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Mariana. Saúde é desafio para etnias do TO. *Jornal do Tocantins*. 7 de julho de 2014.

SILVA, Reijane Pinheiro da. O índio negado e o índio desejado: a “pacificação” dos Indígenas na construção da identidade do Tocantins. *Revista Tellus*, v. n. 19, p. 145-162, 2010.

SOUZA, João A. Alcoolismo em população Terena no Estado do Mato Grosso do Sul: Impacto da sociedade envolvente. In: *Anais do Seminário sobre Alcoolismo e DST/AIDS entre os Povos Indígenas*. Brasília: 2001, p. 149-165.

Entre emoções e moralidades O cotidiano de um antropólogo em uma zona de meretrício

Fábio Lopes Alves

Recebido em: 15/07/2015

Aceito em: 04/11/2015

Resumo: O presente texto, tendo a antropologia da emoção e da moralidade (KOURY, 2014) como perspectiva transversal, propõe problematizar os caminhos metodológicos percorridos por ocasião de uma etnografia realizada em uma zona de meretrício no estado do Mato Grosso/Brasil. A reflexão aqui proposta incide sobre as formas de interação, os sentimentos de pertença, as relações interpessoais e os laços de afetividades experienciados pelo pesquisador (ALVES, 2014) durante o trabalho de campo cujos resultados encontram-se no livro “Noites de cabaré: prostituição feminina, gênero e sociabilidade na zona de meretrício” publicado pela editora Arte&Ciência, atualmente na terceira edição. Trata-se, portanto, de apresentar um relato autoral sobre como os dados da pesquisa foram coletados, na qual, pretende-se demonstrar como ocorreu a “descida ao campo” (MALINOWSKI, 1979; WINKIN, 1998). Essa comunicação se justifica a medida descortina o cotidiano e o comportamento do pesquisador em campo, num contexto marcado por escutas de histórias, memórias e fofocas em que emoções e moralidades, faziam parte da trama principal. **Palavras-chave:** Emoções, Moralidades, Prostituição feminina, Zona de meretrício, etnografia.

Between emotions and moralities: the daily life of an anthropologist on a prostitution establishment

Abstract: This text, having the anthropology of emotion and moralities (KOURY, 2014) as a transversal approach, proposes to problematize the methodological paths taken during an ethnography in a prostitution establishment in the state of Mato Grosso / Brazil. The reflection proposed here focuses on the forms of interaction, feelings of belonging, interpersonal relationships and affections ties experienced by the researcher (ALVES, 2014) during the field work which the results are in the book "Noites de Cabaré: prostituição feminina, gênero e sociabilidade na zona de meretrício" (Cabaret Nights: female prostitution, gender and sociability in the prostitution establishment) published by Arte&Ciência, now in its third edition. It is matter, therefore, to present an authorial account of how the survey data were collected, in which, is intended to demonstrate how occurred the "immersion in the field" (MALINOWSKI, 1979; WINKIN, 1998). This communication is justified insofar as it reveals the researcher's everyday and behavior in the field, in a context marked by hearing stories, memories and gossips, where emotions and moralities were part of the major plot. **Keywords:** emotions, moralities, female prostitution, prostitution establishment, ethnography

Ninguém sonharia em fazer uma contribuição às ciências físicas ou químicas sem apresentar um relato detalhado de todos os arranjos experimentais, uma descrição exata dos aparelhos utilizados, a maneira pela qual se conduziram as observações, o número de observações, o tempo a elas devotado e, finalmente, o grau de aproximação com que se realizou cada uma das medidas. *Bronislaw Malinowski*

A epígrafe de abertura desse texto descreve, claramente, a necessidade de o pesquisador apresentar para seu público, o relato da maneira como a pesquisa foi realizada. É por essa razão

que esse texto se apresenta. Tenho o objetivo de cumprir a lição malinowskiana ao conduzir o/a leitor/a aos *bastidores da pesquisa*, de uma etnografia realizada em uma zona de meretrício no estado do Mato Grosso/Brasil (ALVES, 2014) revelando

como se deram meus primeiros contatos com o objeto de estudo, a minha inserção em campo, meu comportamento e, por fim, como os dados que embasam esta investigação foram levantados.

Para realizar essa tarefa, a discussão se divide em duas partes. Na primeira, procurei conceituar etnografia, bem como suas contribuições para a ciência. Em seguida, expliquei como foi realizada a pesquisa de campo junto às garotas de programa.

Por etnografia entende-se uma tradição de pesquisa em que o pesquisador convive intensamente com o seu objeto de estudo. O trabalho clássico dessa metodologia foi publicado em 1922 pelo antropólogo Bronislaw Malinowski na obra *Os argonautas do pacífico ocidental*, cujo caráter é inovador, pois, através dela, surge a possibilidade de uma nova compreensão do comportamento humano, a mescla da objetividade e do rigor científico com a vivência pessoal.

A grande contribuição desse trabalho foi o método inovador proposto pelo autor porque ele se utilizou da pesquisa de campo para levantamento de dados, atualmente conhecido como observação participante e este é um dos trabalhos fundantes da antropologia contemporânea. É preciso ressaltar, contudo, que Malinowski não foi o pioneiro da pesquisa de campo, mas foi o primeiro a elaborar a teoria da observação participante ao expor sobre a necessidade, num estudo antropológico, de se conviver com os nativos e morar com eles para que seja possível participar ao máximo de suas atividades cotidianas.

Dado a importância desse trabalho, Yves Winkin utiliza o termo “revolução” para descrever o impacto da metodologia malinowskiana no campo antropológico.

É uma primeira revolução, pois, de um lado, o antropólogo é e permanece durante muito tempo no campo mesmo, e, por outro lado, não encara mais aqueles que observa como graciosos animais exóticos, mas, sim, como pessoas dignas de respeito, cuja vida social se deve tentar reconstituir por observação às vezes participante (WINKIN, 1998, p. 30).

Logo na introdução de *Argonautas*, Malinowski apresenta a descrição dos métodos utilizados na pesquisa etnográfica realizada junto aos nativos das Ilhas Trobriand. Há na obra uma passagem que é amplamente citada, pois descreve a característica etnográfica, a qual cito a seguir:

Imagine o leitor que, de repente, desembarca sozinho numa praia tropical, perto de uma aldeia nativa, rodeado pelo seu material, enquanto a lancha ou pequena baleeira que o trouxe navega até desaparecer de vista [...] imagine ainda que é um principiante sem experiência anterior, sem nada para o guiar e ninguém para o ajudar, pois o homem branco está temporariamente ausente, ou então impossibilitado ou sem interesse em perder tempo consigo. Isto descreve exactamente a minha primeira iniciação no trabalho de campo na costa Sul da Nova Guiné (MALINOWSKI, 1979, p. 19).

Rapidamente, esse texto passou a condição de paradigmático, tanto no contexto teórico, quanto metodológico sendo considerado, conseqüentemente, como referência antropológica obrigatória para a pesquisa de campo. Conforme revela Roberto DaMatta, essa postura levantou o pesquisador de sua poltrona fixa em uma biblioteca ou em qualquer outro lugar para lançá-lo nas incertezas das viagens. Essa mudança leva o estudioso a tomar contato direto com seus pesquisados (DaMATTA, 1987, p. 146).

Segundo Howard Becker,

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que ele têm sobre os acontecimentos que observou (BECKER, 1999, p. 47).

O conceito de etnografia utilizado em meu estudo se ampara na definição elaborada por Winkin ao esclarecer que são três as competências exigidas num trabalho etnográfico, quando o pesquisador vai a

campo. São elas: 1. saber ver; 2. saber estar com objeto de estudo e 3. saber escrever.

Etnografia é ao mesmo tempo uma arte e uma disciplina científica, que consiste em primeiro lugar em saber ver. É em seguida uma disciplina que exige saber estar com, com os outros e consigo mesmo, quando você se encontra perante outras pessoas. Enfim, é uma arte que exige que se saiba retraduzir para um público terceiro (terceiro em relação àquele que você estudou) e, portanto que se saiba escrever (WINKIN, 1998, p. 132).

Em síntese, a etnografia se refere à situação em que o pesquisador fica tão próximo do objeto, quanto um membro do grupo que ele estuda, à medida que este participa das atividades rotineiras daquele. Uma maneira de estabelecer essa proximidade é estabelecer laços de amizades com o grupo estudado.

Para Clifford Geertz, a definição de etnografia vai além de estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos e manter um diário. O que a define seria o esforço intelectual para uma “descrição densa”. Nesse caso, claramente entendida como modelo de escrita oposta à “descrição superficial”.

A etnografia é uma descrição densa. [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1978, p. 20).

Como bem apontado por Geertz, o antropólogo em campo, depara-se com suspeitas, incoerências, comentários tendenciosos que, juntos ou individualmente, formam uma verdadeira armadilha, para as quais ele precisará estar preparado para lidar.

A antropóloga Ruth Cardoso, ao discutir sobre *como escapar das armadilhas do método*, esclarece que a convivência e afetividade geradas por laços de amizades permitem chegar mais perto e mais fundo nos significados. Nessa relação, o pesquisador se envolve completamente e, por isso, seus valores ou sua visão de

mundo deixam de ser obstáculos e passam a ser condição para compreender as diferenças e superar o etnocentrismo (CARDOSO, 1986, p. 102).

Ao escolher para esta pesquisa este método, tive o fito de cumprir as lições de Everett Hughes, que enfatiza a necessidade de, ao se fazer trabalho de campo, o pesquisador tem de observar as pessoas *in situ*. Significa que cabe ao estudioso descobrir onde estão as pessoas pesquisadas, permanecer com elas em uma situação que permita tanto a observação íntima de certos aspectos de seu comportamento, como descrevê-las de forma útil para a ciência social, sem causar prejuízo para as pessoas observadas (HUGHES, 1971, p. vii).

Para cumprir o descrito por Hughes, além da observação participante de forma sistemática, optei também pelo registro em diário de campo, entrevistas semiestruturadas e diálogos informais. Escolhi essa técnica para compreender o universo investigado por acreditar que, por meio desse método, é possível olhar e compreender as práticas e os discursos dos sujeitos estudados, suas dinâmicas cotidianas, seus comportamentos individuais e coletivos, bem como me permite compreender o ponto de vista das mulheres no contexto de prostituição.

Conforme esclarece Don Kulick, a resolução do enigma etnográfico implica em:

estar presentes em interações situadas dentro de um contexto e tenta explicar a lógica não manifesta que dá sustentação a essas mesmas interações – lógica que permite às pessoas agirem de determinados modos tidos como naturais, e possibilita que as pessoas digam coisas a outras pessoas, com a expectativa de serem compreendidas (KULICK, 2008, p. 35).

Essa metodologia se mostra útil ao proporcionar ao pesquisador a possibilidade de coletar o máximo possível de dados referentes ao grupo estudado. Segundo Howard Becker,

o pesquisador de campo, inevitavelmente, devido à sua presença contínua, coleta muito mais dados e, num certo sentido a ser explicado, faz e tem condições de fazer mais testes de suas

hipóteses do que os pesquisadores que usam métodos mais formais (BECKER, 1999, p. 71).

Além da observação participante com registro em diário de campo, decidi-me, neste estudo, pela utilização da entrevista semiestruturada. Nessas entrevistas, utilizei um tópico guia que me foi útil como lembrete em situações de esquecimento sobre o que perguntar.

O tópico guia é, contudo, como sugere o título, um guia, e não nos devemos tornar escravos dele, como se o sucesso da pesquisa dependesse só disso. O entrevistador deve usar sua imaginação social científica para perceber quando temas considerados importantes e que não poderiam estar presentes em um planejamento ou expectativa anterior, aparecerem na discussão (GASKEL, 2002, p. 67).

Durante as entrevistas, procurei seguir um truque revelado por Becker, perguntar “como” ao invés de por que, conforme explica o autor:

quando entrevistava pessoas, se lhes perguntava por que haviam feito algo, provocava inevitavelmente uma resposta defensiva. Quando, por outro lado, eu perguntava como alguma coisa havia acontecido minhas perguntas funcionavam bem. As pessoas davam-me respostas longas, contavam histórias cheias de detalhes, forneciam-me explicações que incluíam não só suas razões para o que quer que tivessem feito, mas também a ações de outros que haviam contribuído para o resultado em que eu estava interessado (BECKER, 1999, p. 86).

Em linhas gerais, meu objetivo aqui foi apresentar as potencialidades que a etnografia oferece. Portanto, passo agora a expor, em linhas gerais, como foi minha inserção em campo.

O trabalho de campo com as garotas de programa

Os argumentos desenvolvidos na análise de dados baseiam-se em seis meses de trabalho de campo com garotas de programa. Nesse período, pude conviver com aproximadamente 25 mulheres que moraram no cabaré pesquisado, com quem tive um contato estreito e contínuo. Mesmo

quando deixei de fazer a pesquisa de campo, eu as visitava, pois, o que começou com uma observação participante, pouco a pouco se transformou em amizade. Se no início da pesquisa eu me sentia obrigado a passar muito tempo com as prostitutas pelo fato de as estar estudando, o relacionamento que foi se desenvolvendo nos tornou tão próximos que, por diversas vezes, eu as visitava ou as recebia em minha própria casa.

Quanto aos métodos empregados nessa pesquisa, segui três princípios éticos defendidos por Laud Humphreys, ao fazer uma etnografia do “sexo impessoal em lugares públicos”. Para esse autor, em primeiro lugar, não deve o cientista social, ignorar ou evitar uma área de pesquisa simplesmente porque seja difícil ou socialmente delicada. Em segundo, o pesquisador deve abordar todo e qualquer aspecto do comportamento humano fazendo uso dos meios que menos distorçam os fenômenos observados. E, por fim, ele deve proteger os seus informantes de qualquer perigo, seja qual for o preço a ser pago por sua proteção (HUMPHREYS, 1974, p. 148).

A partir dessa decisão, eu precisava de uma metodologia que me garantisse o máximo de fidelidade em relação ao universo que seria pesquisado. Por compreender que o método etnográfico é o que mais se aproxima da minha expectativa, elaborei o plano para a investigação participante.

Tal como ocorreu com William Foote White (1974), em seu trabalho sobre o cotidiano de uma favela italiana nos Estados Unidos, meu objetivo era obter uma visão íntima do cotidiano no cabaré. Inicialmente, alguns problemas se apresentaram. Dentre eles, o de me estabelecer como participante no ambiente de prostituição, de modo a obter uma posição da qual eu pudesse observar.

Em outro trabalho, esclarece o autor, sobre a necessidade de o antropólogo possuir um informante-chave que faz o trabalho de intermediação entre o pesquisador e a comunidade investigada (WHITE, 1990). De início, minha tarefa foi a de conseguir alguém que pudesse me apresentar para alguma garota de programa ou para a dona do cabaré e emitir alguma

referência sobre mim. Esse trabalho não foi fácil, pois assumir que se conhece alguém da zona de meretrício implica na possibilidade de sofrer algum tipo de preconceito. Por isso, optei por procurar homens, com os quais eu convivía, e que declaravam abertamente frequentar a zona de meretrício.

Inicialmente, conversei com um aluno que havia feito uma pesquisa com as prostitutas em um cabaré para a disciplina Antropologia e Comunicação, que, à época, eu ministrava. Questionado sobre a dona do ambiente, ele esclareceu:

Ela é de boa. No início houve um pouco de receio. Mas quando ela soube que estávamos ali para fazer um trabalho da faculdade, ela mesma nos convidou para retornar ao ambiente no período da tarde para que pudéssemos conversar melhor (Antonio).

Fiquei empolgado com a resposta dada pelo jovem. Imaginei ter encontrado a pessoa que intermediaria a pesquisa. No entanto, quando interrogado sobre a possibilidade de me apresentar às mulheres, ele afirmou:

na boa, não tenho como fazer isso. É que naquela época que nós fizemos o trabalho lá, nós aprontamos a maior folia com elas sem pagar nada. Uma inclusive quebrou um braço ao fazer um strip-tease pra nós. Aí nunca mais voltamos lá. (Antonio)

Em síntese, em minha primeira tentativa não consegui ninguém que pudesse fazer a “ponte” entre mim e o ambiente a ser investigado.

Devido à tentativa frustrada, optei por alterar o foco. Resolvi procurar alguém que tivesse apenas o número do telefone da dona da zona de meretrício. Com esse dado, estava disposto a me apresentar e dizer sobre meu interesse, mesmo correndo o risco de não ser aceito pelo fato não ter sido indicado por ninguém. Fui até a Universidade em que leciono e perguntei para a telefonista: “você sabe o telefone, ou alguém que possa nos informar o telefone da Geni⁵⁰”? A secretária me respondeu: “eu não tenho e também não sei quem tem. Mas

o filho dela se chama Manoel Carlos trabalha como mototáxi. Só não sei em qual, mas se você procurar pelos pontos de mototáxi vai encontrar”, como a cidade é pequena a informação não seria difícil.

Fiquei satisfeito. Já possuía uma dica. Diante dessa pista, fui à casa de uma aluna que nasceu e sempre residiu na cidade e, por isso, conhecia muitas pessoas. Ao chegar, não a encontrei. Mas, ao dizer para sua filha qual era meu interesse, a adolescente me informou que o mototaxista Manoel Carlos trabalhava num mototáxi em frente ao mercado central. “Vai lá que você encontra ele”, disse-me.

A satisfação aumentou. As pistas estavam se expandindo. Fui ao local indicado. O mototáxi estava aberto. Um rapaz jogava videogame. Perguntei-lhe sobre Manoel Carlos e fui informado que era ele. Apresentei-me e expliquei que precisava falar com a mãe dele. Após informar o número de telefone, ele me questionou sobre o que eu desejava com ela. Disse que se tratava da necessidade de se estabelecer um contato para a realização de uma pesquisa acadêmica sobre prostituição.

Em seguida me dirigi à Universidade. Optei por efetuar a ligação do telefone institucional por entender que a ligação originada de uma Instituição de Ensino Superior poderia reforçar o interesse estritamente acadêmico da pesquisa. Fiz a primeira ligação, mas não obtive êxito e deixei recado. Passados quinze minutos, tentei novamente e, mais uma vez, sem sucesso. Deixei a Universidade.

Ao retornar, mais tarde, para novas tentativas, a secretária executiva do Campus me informou que a senhora Geni havia retornado a ligação. Fiquei animado. A idéia de utilizar o telefone da Universidade havia dado certo. Tentei novo contato. A chamada é completada, porém quando Geni atende, cai a ligação.

Eram aproximadamente 16 h. O segundo dia de tentativa já se findava e eu ainda não havia conseguido falar com a dona do cabaré. Decidi ir pessoalmente ao local, embora não tivesse conseguido nenhuma referência. Iria, então, expor-lhe meu objetivo: fazer uma pesquisa participante, na tentativa de convencê-la permitir minha presença em seu cabaré.

⁵⁰Nome fictício da dona do cabaré mais popular da cidade. Vale ressaltar que todos os nomes de pessoas e lugares referidos nesta pesquisa são todos fictícios.

A aproximação

Não bastava, contudo, tornar-me conhecido pelas prostitutas. O tipo de informação que a pesquisa objetivava exigia o estabelecimento de relações muito próximas. Diante dessa situação, optei por ir ao ambiente prostitucional, apresentar-me e dizer sobre meu interesse. Sabia de igual modo que essa seria uma forma “tudo ou nada”, pois poderia tanto ser aceito como recusado pelo grupo.

Ao me aproximar de Geni Drinks, verifiquei que o portão de acesso estava aberto, e como estava no meu carro, fui entrando. À medida que adentrava, reduzia a velocidade. Antes mesmo de parar o carro, avistei uma moça – trajando apenas um shorts branco e um sutiã preto – que se levantava para me esperar na porta. Desci do carro. Cumprimentei-a e também a outras meninas que lanchavam. Pedi que chamasse Geni. Ela desceu por um corredor central e logo escutei a garota dizer: “Geni, tem um moreno querendo falar com você”. “Só pode ser conta. É cobrador”, respondeu Geni. Naquele momento, meu coração acelerava. Fiquei preocupado e imaginando como estaria sendo visto pelas mulheres e se seria aceito naquele ambiente.

Geni vem me atender. Apresentei-me. Com um sorriso no rosto, ela me convidou para ir até a recepção. Falei da minha pesquisa e do meu interesse em frequentar sua casa para compreender como é um ambiente de prostituição.

Num primeiro momento, a reação foi de insegurança por parte dela. O fato de eu ser professor no curso de jornalismo me trazia prejuízos. Ela temia que eu fosse um jornalista e tinha receio de que eu expusesse seu cabaré em algum meio de comunicação.

Enquanto isso, algumas garotas passavam por nós, no intuito de saber o que estava sendo conversado. Dada à insegurança, informei que a pesquisa tinha fins estritamente acadêmicos, mas se minha presença atrapalhasse, bastaria ela me dizer e eu me retiraria. Como não recebi nenhuma resposta, pedi um momento e me dirigi até o carro. Peguei dois livros, nos quais tenho capítulos publicados e a apresentei. Ao lhe entregar, reiterei que, em um dos textos, havia escrito sobre a representação da prostituição feminina.

Imediatamente, percebi a mudança de postura.

Logo em seguida, a dona do cabaré foi-me questionando: “ah, você quer escrever um livro sobre as prostitutas?” Respondi que sim. Uma das garotas disse: “hum... Ele quer escrever um livro sobre a gente. Viu como a gente é importante?” Logo, Geni autorizou minha presença, porém com ressalvas, tais como: não fazer gravações, preservar o nome da boate, cidade, meninas, dentre outras.

Tamires uma das garotas que, durante o diálogo, passou por nós várias vezes, se aproximou e disse: “Quando você veio pra cá a meninas queriam saber o que estava acontecendo. Aí eu disse pra elas: pode deixar que eu vou lá tentar descobrir alguma coisa”. Ao saber do meu interesse, imediatamente começou a contar um pouco da sua experiência como garota de programa. Nesse instante, outra moça veio e disse: “Tamires você não vai assistir? Já está passando?”. Ela respondeu sorridente: “Agora não. Estou dando entrevista! Sou importante, bem!”.

Não era uma entrevista propriamente dita. Mas, naquele momento já pude perceber que elas se sentiam valorizadas ao conversar sobre seu cotidiano. É uma maneira de elas se sentirem importantes. Afinal, a vida delas passa a ter interesse para outras pessoas. Ao me despedir, Geni afirmou: “pode vir aqui a hora que quiser. Mas, se puder, venha amanhã, pois amanhã temos a noite da langerri”. Tratava-se da noite em que todas as mulheres ficam apenas de calcinha e sutiã a espera dos clientes.

Planejei retornar a noite. Novamente fiquei preocupado. Seria minha primeira noite de observação participante. As dúvidas eram: saberia me relacionar com elas? Minha pesquisa iria dar certo? Poderia frequentar várias noites seguidas? Quanto isso iria me custar? Afinal, aparentemente, seria preciso consumir bebidas para estar no ambiente. Essas foram algumas das questões que imediatamente me inquietaram.

Conforme será visto mais adiante, de forma tímida e insegura passei a conviver com meu objeto de estudo. A pesquisa de campo não foi fácil. As mulheres com que convivi exigiram,

involuntariamente, a escolha de uma metodologia apropriada que me permitisse sair do *status* de estranho ou intruso e passasse a ser considerado alguém próximo. Em princípio, minha presença as deixava inibidas. No entanto, com o passar do tempo, as relações próximas e as amizades, seguindo as orientações de Ruth Cardoso, foram estabelecidas. No caso desta investigação, as amizades me favoreceram, tendo em vista que passei a ser convidado para participar dos momentos de lazer do grupo estudado, incluindo churrascos, festas, baile, banhos de rio e sol, entre outras atividades.

Taxista de Cabaré

Tão logo negocieei minha entrada em campo, na qual deixei claro para as garotas de programa meu interesse em estudá-las. Na noite seguinte, por volta de 20 h, retornei ao cabaré para iniciar a pesquisa. Pelo número de carros que se encontravam no estacionamento, percebi que a casa estava movimentada. Ao entrar, cumprimentei apenas Geni que se encontrava no balcão, pois todas as meninas estavam acompanhadas. Nessa noite, o número de mulheres não era suficiente para atender a todos os clientes que ali se encontravam.

Enquanto isso, Laura, que acabara de sair de um programa, aproxima, cumprimenta-me e me leva para conhecer a máquina de música. A música do ambiente é paga pelos clientes. Cada música custa R\$ 1,00. Para ouvir é preciso inserir uma cédula ou moeda. A máquina reconhece o valor e libera o número de canções proporcionais ao valor pago. Em seguida, Laura me diz: “olha... fique de olho quando os clientes forem colocar música, assim podemos colocar as que você gosta”. Agradeço a gentileza e reflito sobre o fato de elas estarem começando a interagir comigo. Nessa noite, comecei a me familiarizar com o ambiente. À medida que as meninas saíam do quarto, elas tomavam a iniciativa de me cumprimentar. Uma delas demonstra contentamento quando identifico e elogio seu perfume.

Nessa noite, após observar o ambiente, resolvi ficar um pouco na sala de dança que se encontra localizada nos fundos da zona. Local onde também há um palco

de strip-tease. Dado a falta de mulheres, alguns clientes se alegram dançando sozinhos. Vejo que Tamires começa a pedir R\$ 10,00 para cada cliente que se encontra no ambiente. Esse é o valor cobrado para que eles assistam seu strip-tease. Ao chegar minha vez de contribuir, quando levei a mão em direção à carteira, ela sussurrou em meu ouvido, para que eles não ouvissem: “você não precisa pagar! Você é de casa”.

Os clientes colaboram. Tamires que, a momentos atrás, estava somente de calcinha e sutiã, apareceu com o corpo coberto com um sobretudo preto e um chapéu “cartola”. Em seguida, no palco, o espetáculo se iniciava. O sobretudo vai ao chão. Apenas uma calcinha estilo fio dental com um “lacinho” do lado direito e um top cobrem o seu corpo. Logo o top também cai. Por baixo havia um sutiã. De repente, totalmente nua, ela desce do palco e começa a dançar com o corpo o mais próximo possível do rosto dos clientes, mas com todo o cuidado para não encostar-se a eles. Essa encenação é feita para todos os clientes que pagaram. Portanto, logo pensei: ela não vai dançar para mim porque não paguei. Chegando minha vez, tudo ocorre de forma natural como se eu estivesse pago. Laura, que estava ao meu lado, diz: “estou te observando, se você precisar vou trazer um babador pra você”.

Passado o espetáculo do strip-tease, circulo novamente pela casa. Sento-me em frente ao balcão. Um cliente começa a conversar comigo e me oferece uma cerveja. Eu agradeço. Tamires me convida para ir à cozinha. Enquanto conversávamos, Geni diz: “Fábio, tem uns caras ali que estão a pé. Eu disse que você leva eles para casa. Mas é trinta reais. Eles aceitaram. Leva eles, é bem pertinho, é ali no posto”.

Assim, começa minha experiência de taxista. Quando volto, há outra corrida. Essa era em direção a minha casa. O preço estabelecido por Geni foi quinze reais. Como praticamente não tive gastos, disse-lhe que o dinheiro arrecadado seria utilizado para comprarmos pizza e comermos juntos na noite seguinte. As meninas comemoraram.

Pousando na zona: o cotidiano de um “segurança”

Se antes eu circulava pelo interior da zona, por não me sentir inserido, passado uma semana, comecei a ser convidado para participar dos movimentos internos. Quando a casa está sem cliente, uma atitude tomada por elas na expectativa da chegada deles era ir para frente da zona, levar algumas cadeiras e ficar acenando para os motoristas que passavam. Quando isso acontecia, eu era convidado a participar. Com o tempo, elas começaram a se sentir mais à vontade e não mudavam mais o rumo da conversa quando eu me fazia presente. Em determinada noite, após ficarem em frente ao cabaré acenando e chamando os clientes e eu as acompanhando, começou a chover e entramos para o recinto. Como não havia nenhum cliente na casa, Laura buscou em seu quarto uma câmera fotográfica e começou a tirar fotos.

Num certo instante, ela me convidou para fazer parte do grupo fotografado e disse que, a partir daquele momento, eu também fazia parte da zona. As noites de pouco movimento eram propícias para conversarmos sobre os mais diversos assuntos de meu interesse sem a formalidade de um gravador. Isto é, eram nesses diálogos abertos que eu fazia muitas perguntas sobre as quais tinha interesse em saber e elas me respondiam de forma natural.

Após vinte dias de observação participante, em determinada noite, chega uma dupla de rapazes. Eles chamam duas garotas para irem para o fundo da boate. Camila, uma das convidadas, diz que não iria acompanhá-los porque eram muito mal educados. Eles escolhem, então, outra garota para interagir e saem para os fundos. Um deles retorna ao salão e presencia um rapaz sorrindo e imagina que o jovem ri dele. Em visível estado de embriaguez, foi tirar satisfação com o outro cliente querendo saber por que ele estava sendo motivo de zombaria. O rapaz explica que não estava rindo dele. Ele, nervoso, diz que vai sacar a arma e atirar no cabaré. Algumas meninas e eu nos preocupamos. Tomei a iniciativa de ficar em frente a porta, com as mãos para trás, de modo a dar

a entender que fosse realmente o segurança da casa. Ele me observou. Olhei dentro de seus olhos. Mesmo estando com medo, procurei não demonstrar. Ele saiu. Acompanhei todos seus movimentos. Ele se deu conta de que era observado e voltou para os fundos e no ambiente tudo voltou à normalidade.

Ao começar um strip-tease, Geni pediu para que eu a acompanhasse de modo a impedir que qualquer cliente invadisse o palco onde ela exibia seu show. Novamente, fiz pose de segurança. O rapaz que momento atrás havia ameaçado atirar me chama. Com medo, fui. Ele me pediu uma cerveja. Busquei e compreendi que ele imaginava que de fato eu era um funcionário da casa. Após o show, ele e seu amigo propuseram para Joice, grávida de seis meses, que ela transasse com os dois, ao mesmo tempo, num motel. Ela recusou, temendo violência. Posteriormente, eles fizeram a mesma proposta para duas outras garotas que, temerosas, também recusaram. Diante das negativas, optaram por dormir na boate. Novamente, o medo da violência pairou sobre elas. Por isso, Geni pediu se, naquela noite, eu poderia dormir ali, pois caso houvesse algum problema ter-se-ia a figura masculina no ambiente, visando inibi-los.

Geni escolheu um quarto que estava vago para eu pousar. Era o de número três. Dormi ao lado do quarto onde os clientes, tidos como violentos, faziam o programa. Ouço os gemidos da relação sexual. Uma das minhas funções era ficar atento para quaisquer sinais de violência. O combinado com as meninas foi: se houvesse quaisquer atos de violência elas bateriam na parede ou gritariam meu nome.

Tudo ocorreu dentro da normalidade. Às 6h47min, ouvi a movimentação dos clientes. Levanto-me, abro o portão para eles saírem, fecho e volto a dormir até as 11 h, horário em que elas se levantam. O assunto do café da manhã foi sobre os clientes da noite anterior. Elas me agradeceram pelo fato de eu ter me passado por segurança. A partir daquele dia ganhei a alcunha de segurança pelas meninas do cabaré.

Em função de elas se referirem assim a mim, tive a preocupação de me portar como tal. Com olhar firme, mãos para trás,

passsei a caminhar por toda a boate para que os clientes também assimilassem essa imagem. Esse foi um ganho extraordinário. A partir de então, tive a liberdade para circular por qualquer espaço sem causar constrangimentos.

Passada uma semana desde a data que “assumi” a função de segurança, Geni pediu que eu ficasse no caixa enquanto ela limpava algumas mesas nos fundos. Prontamente aceitei e refleti sobre o fato de ter conseguido conquistar a confiança dela. Ao vê-la voltando com uma vasilha de copos que estavam para ser lavados, pedi se poderia lavá-los. Ela sorri e diz: “professor, você? Lavar copos?”.

Diversas vezes almocei no ambiente de pesquisa. Por mais que, por reiteradas ocasiões, Geni dissesse para eu me sentir a vontade e ir fazer refeições sempre que quisesse, precavi-me de somente almoçar quando convidado especificamente para aquela ocasião. Eram nesses encontros que, ao retornar para casa, eu levava em meu carro as garotas de programa para irem ao médico, dentista, hotéis e motéis para atender clientes. Tornou-se uma prática comum, sempre que elas precisavam sair na parte da tarde eu era convidado a almoçar e, em seguida, saímos juntos.

Até aqui, relatei como se deu a convivência com as garotas de programa no interior do bordel. No entanto, a observação participante, permitiu que, a convite das próprias garotas de programa, não ficasse restrita ao cabaré. Em função de eu passar a ser visto com alguém da própria zona de meretrício sempre que havia momentos de lazer eu era convidado a participar. Todavia, dada as limitações espaciais não será possível descrever aqui.

Após esse período, acumulei várias fotografias, todas tiradas pelas próprias garotas de programa. Elas faziam o registro nas câmeras particulares, nos mais diversos momentos, e pediam para eu salvar as imagens em CDs e ficar com uma cópia de segurança em meu computador, pois em caso de extravio elas me procurariam. Fui autorizado a publicar essas imagens desde que feito tratamento imagético com vistas a não mostrar os rostos das personagens. Essa foi a única restrição imposta.

A antropóloga Claudia Fonseca torna claro que o sexo do pesquisador é um dos

múltiplos fatores que compõem o lugar da pesquisa. “O sexo de um indivíduo tem grande influência sobre seu acesso a dados e situações de campo. Homens presenciam cenas que seriam vedadas à mulheres e vice versa” (FONSECA, 1996, p. 31). Pude vivenciar essa situação quando estive em campo. O fato de o estudo ter sido realizado por mim, isto é, um pesquisador e não por uma pesquisadora não foi sem significância. Tive acesso as dados que uma pesquisadora teria dificuldade em conseguir. A esse respeito, vide (GASPAR, 1985). Trata-se de um trabalho exemplar que retrata com total maestria as dificuldades impostas à mulher que estuda a prostituição feminina no momento em que precisa estabelecer relações com as informantes. No meu caso, não tive esse infortúnio, tendo em vista que, em nenhum momento, fui visto como alguém que poderia disputar clientes com as garotas de programa. Situação esta que pode ser inversa quando se trata de uma pesquisadora. Sobre as condições de um homem pesquisando mulheres garotas de programa vide também: (FREITAS, 1985).

Em meu primeiro contato deixei claro que meu objetivo no local pesquisado era por fazer um estudo etnográfico. Assim, foi possível evitar que elas me vissem como um cliente em potencial.

A observação participante, que começou de forma tímida, permitiu que, a convite das próprias garotas de programa, não ficasse restrita ao cabaré. Em função de eu passar a ser visto com alguém da própria zona de meretrício sempre que havia momentos de lazer eu era convidado a participar. Num determinado sábado, combinamos ir a um show que aconteceria na cidade.

Para o show, Geni reservou um camarote próximo ao bar. A escolha do local não era por acaso, deu-se em função de, a maioria das pessoas terem de ir ao bar para buscar bebida, logo veriam “as meninas da Geni”. Na ocasião, havia duas novas garotas que, segundo Geni, precisavam ser exibidas. Durante o show, encontro duas professoras colegas minhas de trabalho. O estigma sobre a investigação se manifesta imediatamente. De acordo com uma delas, eu não estava em pesquisa, mas sim me aproveitando. Já que, para ela, a coleta de dados deveria ser feita apenas na

zona e não fora. Explico sobre minha investigação. Não consigo, porém, convencê-la. De igual modo, outras pessoas que me viam acompanhados das garotas de programa fora do ambiente prostitucional faziam piadas preconceituosas.

Quando saímos da festa, aproximando-me do meu carro, acompanhado das meninas, ouvi a seguinte expressão “Ho, Fábio Cabaré!” Elas, irritadas, olham para tentar identificar quem gritou, mas não conseguiram. Camila, que possui uma tatuagem da “coelhinha da playboy” trajava uma roupa que permitia ver parcialmente a tatuagem, ouviu a seguinte frase: “olha lá a puta da coelhinha!” Ficou aborrecida com o comentário e respondeu sem mesmo saber para quem: “sou puta mesmo. Mas tenho orgulho. E essas patricinhas que ficam dando para qualquer um de graça?” Em seguida, entrou em meu carro chorando.

Após o show, decidiram que iriam almoçar em um restaurante à beira do rio. Chegamos à zona, aproximadamente às 06 h da manhã. Geni me disse: “professor, agora você é nosso. Vamos almoçar junto. Seu quarto está preparado. Já dorme aqui com a gente. O dia já está amanhecendo”.

No almoço, ao conversar com Geni, comentei que fora aprovado em um concurso no estado do Pará e aguardava convocação. Ela me fez o convite para, caso minha namorada permita, abrir um cabaré em sociedade com ela naquele Estado. Como o convite estava condicionado à aceitação de minha namorada, não foi preciso responder naquele momento.

Durante a fase de observação participante, eu estava cumprindo algumas disciplinas do Mestrado. Nesses casos, tendo em vista que eu me ausentava por mais de uma semana, eu “pedia uma folga” para Geni. Era uma maneira de eu justificar minha ausência. Numa determinada segunda-feira de manhã, após uma semana de aula e, conseqüentemente, sem visitar o cabaré, às 10h e 14m meu celular toca. Geni do outro lado, diz: “professor, sua folga acabou antes da hora. Venha pra cá porque hoje vai chegar quatro meninas e é bom você conhecer para saber da vida delas. Se você não vier, eu vou te cobrar multa”. Agradei a informação e confirmei minha presença.

Coincidentemente, naquele mesmo dia, ao ir para a Universidade, um gari, que estava limpando a calçada, aborda-me dizendo: “É aí, professor? Como estão as meninas lá em cima?” Respondo: “este ano eu não estou dando aulas na vila!” Referindo-me à escola onde lecionei no primeiro semestre de 2009 e que se situa na parte alta da cidade e é comumente referida pelas pessoas como “lá em cima”. Ele, então, responde-me: “não... quero saber se você tá com novas mulheres lá em cima?” Ele imaginava que era o administrador da boate ou cafetão e queria saber, como diz a gíria masculina, se eu estava com “carne nova no pedaço”. Lembrei-me da informação que Geni acabara de me passar e disse “sim, claro! Hoje deverá chegar mais quatro mulheres”. Ele perguntou: “mas são gostosas?” Respondi: “não sei por que não as conheço”. Ele encerrou o dialogo com a seguinte frase: “espero que sejam todas top de linha”. Te encontro lá ainda essa semana”.

Houve outras situações dessa natureza, na qual eu era abordado por pessoas, que, por vezes, não conhecia e elas pediam informações sobre o cabaré. Em geral, os questionamentos eram sempre no sentido de obter informações sobre a chegada de novas meninas.

Chego à boate, naquele dia, por volta da meia noite. Geni diz: “vou te cobrar multa por causa do horário que está chegando e assume seu balcão porque eu estou cansada!”. Ela foi para o quarto e eu assumi o caixa. Do balcão, olhei para o quarto e percebi que ela dormia. A sensação foi muito interessante. Estava na condição de pesquisador e me sentia lisonjeado pela confiança em mim depositada, isto é, atender, fechar conta, receber pagamento e emitir troco.

Nesse dia, Raíssa me apresentou para as quatro novas meninas e esclareceu sobre meu interesse na zona. Minha vontade era de ficar próximo das novas meninas para poder lhes conquistar a confiança. Todavia, naquele momento, isso não seria possível em função da responsabilidade de estar no caixa.

Essa função, contudo, não impede de que Raíssa se aproxime e entabule conversa sobre o novo namorado. Nesse instante, sou chamado. Ela estava sentada

no corredor entre o balcão e a parede. Peço licença. Recebo a seguinte resposta: “passa atrás de mim. Pode dar uma varada”. No retorno, a situação se repete. E ela diz: “cuidado com essa bengala atrás de mim” e ri. O cliente pergunta se sou seu namorado. Ela informa que é apenas minha amiga e reitera: “ele é o único amigo que eu tenho de verdade. Ele já cansou de me ver pelada. Mas entre a gente a amizade vale mais que qualquer coisa. Só que vamos cobrar R\$ 100,00 dele de multa porque ele chegou atrasado”.

Dados os limites espaciais que um texto acadêmico nos impõe, foi preciso sintetizar as funções por mim desenvolvidas durante a fase de observação participante. Além das descritas acima, no interior no cabaré, também atendia aos quartos, levando toalhas quando solicitada tanto pelos clientes quanto pelas garotas. A pedido de algumas profissionais, eu ficava próximo à porta onde eram realizados os programas para ouvir a relação sexual no intuito de identificar possíveis casos de violência. O combinado era que se houvesse o gemido seria de maneira diferente, de modo a me levar a perceber, e ao cliente não, que elas estavam pedindo ajuda. Acresce-se ainda a execução das funções de porteiro, garçom e manobrista. Por duas vezes, acredito eu, diferentes clientes imaginaram que essa era minha função, pois, sem dizer nada, apenas entregaram as chaves dos carros para mim. Como em ambas as ocasiões nada me foi dito, entendi que era para eu manobrar e retirar seus respectivos veículos. Assim o fiz.

Almocei várias vezes no ambiente. Por mais que, por reiteradas vezes, Geni dissesse para eu me sentir a vontade e ir fazer refeições sempre que quisesse, precavi-me de somente almoçar quando convidado especificamente para aquela ocasião. Eram nesses encontros que, ao retornar para casa, eu levava em meu carro as garotas de programa para irem ao médico, dentista, hotéis e motéis para atender clientes. Tornou-se uma prática comum, sempre que elas precisavam sair na parte da tarde eu era convidado a almoçar e, em seguida, saímos juntos.

Após esse período, acumulei várias fotografias, todas tiradas pelas próprias garotas de programa. Elas faziam o registro

nas câmeras particulares, nos mais diversos momentos, e pediam para eu salvar as imagens em CDs e ficar com uma cópia de segurança em meu computador, pois em caso de extravio elas me procurariam.

Dados os limites espaciais imposto a um relato de pesquisa, não foi possível problematizar no presente texto outras condições em/de campo, que incluem o que representou conquistar a confiança de Tamires? De que maneira incide o desempenho da figura da Geni na articulação da casa? Como ocorre a transformação do ambiente entre local de moradia x local de trabalho. No entanto, os leitores interessados nestas questões poderão encontrar uma descrição mais detalhada em (ALVES, 2014).

Por fim, é mister ressaltar que esses apontamentos pessoais são relevantes porque compõem o traço peculiar à pesquisa etnográfica, conforme expôs Malinowski, sobre a necessidade de o pesquisador compartilhar do ambiente pesquisado, o experienciando. Foi nesse clima que durante seis meses, de março a agosto de 2009, convivi intensamente com essas mulheres, quando pude observar suas práticas no período de trabalho, nas horas de folga e nos momentos de lazer.

Referências

- ALVES, Fábio Lopes. *Noites de cabaré: prostituição feminina, gênero e sociabilidade na zona de meretrício*. São Paulo: Arte&Ciência, 2014.
- BACELAR, Jeferson Afonso. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática, 1982.
- GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKEL, George. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som*. Petropolis: Vozes, 2002.
- BECKER, Howard. Marginais e desviantes. In: Howard Becker. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1977.
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

- BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- BECKER, Howard. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CARDOSO, Ruth. As aventuras antropológicas em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. *Estudos Feministas*. Florianópolis. V 04, n.1, 1996, p. 7-33.
- FREITAS, Renan Springer de. *Bordel bordéis: negociando identidades*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HUGHES, Everett. O papel do trabalho de campo nas Ciências Sociais. In: JUNKER, Buford. *A importância do trabalho de campo: uma introdução às Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Lidaos, 1971.
- HUMPHREYS, Laud. A transação da sala de chá: sexo impessoal em lugares públicos. In: RILEY, Matilda White, NELSON, Edward E. *A observação sociológica: uma estratégia para um novo conhecimento social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.
- WHITE, William Foote. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando as máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. O Universo das imagens. *Revista Educere et Educare*. v. 09, n. 17, 2014a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Estilos de vida e individualidade: escritos em antropologia e sociologia das emoções*. Curitiba: Appris, 2014b.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Introdução à sociologia da emoção*. João Pessoa: Manufatura/GREM, 2004.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Tradução de Cesar Gordon. Rio de Janeiro: EdFiocruz, 2008.
- LÚCIA, Amara. *A difícil vida fácil: a prostituta e sua condição*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Col. Os pensadores).
- MARTIN, Denise. *Riscos na prostituição: um olhar antropológico*. São Paulo: Humanitas, 2003.
- OLIVEIRA, Emerson Ribeiro. *Dicionário do sexo e da prostituta*. São Paulo: Scortecci, 2001.
- RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? *Katalyses*. Florianópolis. v.12, n. 1 p. 68-76 jan/jun. 2009.
- WHITE, William Foote. A sociedade das esquinas: a estrutura social de uma favela italiana. In: RILEY, Matilda White, NELSON, Edward E. *A observação sociológica: uma estratégia para um novo conhecimento social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.
- WHITE, William Foote. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando as máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. São

Paulo: Papyrus, 1998.

RESENHAS

Etnografia de uma cultura emotiva de um bairro popular: Uma resenha

BARBOSA, Raoni Borges. *Medos corriqueiros e vergonha cotidiana*. Um estudo em Antropologia das Emoções. Série Cadernos do GREM n. 8. João Pessoa: Edições GREM; Recife: Edições Bagaço, 2015, 367p.

O estudo da intersubjetividade busca compreender a configuração do mundo social contemporâneo, esse é o axioma substancial da obra *Medos corriqueiros e vergonha cotidiana*, do antropólogo Raoni Borges Barbosa⁵¹. Neste trabalho, o autor discute as formas de sociabilidade de um bairro duplamente nominado, o bairro Varjão/Rangel, e intenta construir um mapa mental que apreenda a cultura emotiva, ou seja, o repertório de conceitos simbólicos, linguísticos e comportamentais que orientam a ação social (BARBOSA, 2015, p. 2), deste e, por conseguinte, da cidade de João Pessoa, sob o prisma dos medos corriqueiros e da vergonha cotidiana.

O estudo também debate acerca da inter-relação do Varjão/Rangel com a cidade de João Pessoa, perscrutando a visão e o impacto que esta constrói e exerce sobre o lugar. Nesse sentido, expõe as ambiguidades da dinâmica urbana moderna, tendo como palco a capital da Paraíba. Apresenta o ritmo frenético de suas transformações, im-

preterivelmente imersas na ideia de progresso e crescimento econômico, e na preocupação da elite local em obter uma imagem limpa, ordenada, progressista e higienizada da cidade.

Barbosa discute, inicialmente, as questões teórico-metodológicas que orientam o seu olhar no desenvolvimento da pesquisa e na reflexão de seu objeto de estudo. Explicita o uso do método qualitativo de corte etnográfico no seu artesanato intelectual e a necessidade de se viver intensamente a pesquisa. Desenvolve, dessa forma, um diálogo em três tempos (BARBOSA, 2015, p. 74), com os seus valores, com os valores da cultura que será perscrutada e com a tradição teórico-metodológica pensada para a sua etnografia.

A partir dos percursos e trajetórias traçadas no bairro, na tentativa de aferir as teias relacionais imbricadas, parafraseando o autor, foi possível situar simbólica e geograficamente as ruas do bairro trabalhado, e refletir sobre o imaginário da cidade de João Pessoa em relação ao espaço estudado, inferindo que a imagem imputada ao bairro pela mídia e pela cidade em geral não condiz com o cotidiano observado; e que a sujeira e a violência que tanto ocupam as matérias jornalísticas não são os elementos primários de definição da cultura emotiva e da sociabilidade do Varjão/Rangel. Para Barbosa, as emoções basilares que configuram a sociabilidade local são os medos corriqueiros e a vergonha cotidiana, que devem ser compreendidas pela assimilação de um bairro estigmatizado e de dupla nomenclatura, que desperta sentimentos dúbios de pertença e estranhamento.

Apresenta uma discussão com autores que lidam com o conceito de vergonha na literatura da antropologia e sociologia das emoções, buscando correlacionar com a sua etnografia sobre o bairro Varjão/Rangel, compreendendo o

⁵¹Esta obra foi desenvolvida como dissertação de mestrado no PPGA/UFPB, em 2015, no âmbito do GREM (Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções), sob a orientação do Prof. Mauro Guilherme Pinheiro Koury. A obra em questão é resultado de pesquisas realizadas no projeto GREM “Análise de um bairro considerado violento na cidade de João Pessoa, Paraíba: Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade” (KOURY, 2012), e empregou os estudos sobre a cidade de João Pessoa desenvolvidos pelo grupo de pesquisa desde a sua fundação.

conceito de vergonha em sua forma tensional, processual e normativa. Nas palavras do autor (2015, p. 198):

Simmel, Elias, Goffman e Scheff, à sua maneira, entendem o social como espaço interacional processual e tenso, operando a vergonha como emoção central que exerce uma função comunicativa sem a qual as fronteiras e hierarquias visíveis e invisíveis e os jogos de poder não poderiam se assentar e normalizar como códigos morais e gramáticas emocionais específicas de uma sociabilidade dada.

Com base nestes pressupostos, Barbosa aponta as funções ambivalentes e paradoxais engendradas pela vergonha, que pode pendular de giroscópio moral, orientando a normatividade da conduta dos indivíduos, até como um dispositivo de deterioração de identidades. Através de seus relatos etnográficos, correlacionados com a literatura pertinente, por fim, o autor apresenta uma reflexão sobre o bairro Varjão/Rangel, identificando e refletindo sobre as fronteiras e hierarquias visíveis e invisíveis que são construídas no mesmo.

O autor percebeu, em sua etnografia, a dubiedade de sentimentos que a intensa personalidade desperta no bairro, oscilando da extrema confiança e semelhança, ao controle, constrangimento e dessemelhança. Inferência reiterada pelas narrativas que se contradizem a todo o momento, ora culpando, ora absolvendo os indivíduos relacionais na rede intensa de compartilhamento da vida alheia. Essa constitui a hipótese principal de sua obra, a ilação dessa intensa personalidade e do estigma que permeia o imaginário de todos os moradores do Varjão/Rangel.

Estigma esse constituído pela vida dupla do bairro, ora apresentado como Rangel, um bairro benquisto de pessoas “de bem”, ora visto enquanto Varjão, um bairro problema com “gente

de todo o tipo”⁵², quanto pelos personagens anônimos, (ébrio contumaz, pessoas problema, desviantes, “engraçadinhos”) que incitam o estigma, a vergonha e os medos corriqueiros no imaginário de seus moradores.

Barbosa apresenta os medos como medos corriqueiros, isso é, diversos e difusos, “como elementos reveladores de uma sociabilidade: das tensões e das ambivalências jamais resolvidas do problema da autoridade e de seu contrato social implícito, e do problema da divisão desigual do trabalho e dos bens materiais e simbólicos”. (BARBOSA, 2015, p. 237). Os medos corriqueiros estão presentes nos moradores do lugar, assim, em manifestações diversas, enquanto medo da fofoca e da intriga, da traição, da violência, da polícia, da cidade enquanto argumento moral estigmatizante e outros, configurando o “olhar do outro” sempre o elemento ambíguo de curiosidade e ameaça.

Estas apreensões foram possíveis pela estratégia metodológica utilizada de estabelecimento de uma vivência, enquanto morador atípico⁵³ do bairro por parte do autor. Barbosa segue uma proposta bourdieusiana de objetificação participante na construção da etnografia. A objetificação participante implica em participação (local e situacional) no campo de estudo, o que o pesquisador realizou no esforço cotidiano de representar, em sentido goffmaniano, a normalidade normativa do contexto de interações de que também fazia parte. Trata-se de refletir teórico-metodologicamente sobre o material etnográfico produzido e suas condições próprias de produção.

⁵²As noções “de bem” e “gente de todo o tipo” são expressões êmicas do universo estudado (BARBOSA, 2015, p. 100 e 180). Bem como a referência aos “engraçadinhos” (BARBOSA, 2015, p. 97).

⁵³Utiliza o termo atípico pela preocupação com o objetivo explícito de investigação e não de vestir-se do outro.

Desta forma se coloca como morador de um Residencial do bairro, que ele intitula de Residencial X. Com a vivência no residencial é possível, então, discutir os elementos do jogo interacional do conjunto residencial e constatar o esquema relacional do bairro estudado, especificá-lo e compará-lo a outros relatos de tensões entre iguais⁵⁴, ao mesmo tempo em que reitera a presença do estigma no imaginário de todos os moradores, e insiste na sua cor e formato locais.

Essa inferência revela que as fronteiras e hierarquias sociais no Varjão/Rangel são móveis e complexas, não havendo de todo uma alteridade determinada como moralmente superior ou inferior, mas, um reverse incessante de indivíduos que objugam e são objugados. Sendo essa a descoberta mais importante realizada pela pesquisa. Nas palavras de Barbosa (2015, p. 335):

O Varjão/Rangel [...] aparece como uma rede de interdependências mais complexa e fluida, tendo por base uma identidade ambígua e ambivalente constantemente atualizada enquanto argumento moral eficaz no sentido de envergonhar e amedrontar o outro com a possibilidade de contaminação e contágio. Este outro, porém, não se encontra geograficamente delimitado ou simbolicamente distinguido de uma maneira evidente e final, de modo que o peso do estigma se distribui por todo o bairro, transformando acusador em vítima de suas próprias acusações.

Barbosa percebe a pessoalidade e a presença da hierarquia e do controle social nas ações mais corriqueiras dos moradores do Varjão/Rangel. Na mesma esteira, apreende a impessoalidade enquanto desculpa entre os indivíduos relacionais, identificando a presença massiva da desatenção civil, conceito goffmaniano

⁵⁴Como, por exemplo, o da não diferenciação latente entre os *estabelecidos* e os *outsiders* observada em Winston Parva por Elias e Scotson (2000)

que se refere a uma atitude de distanciamento ou interação superficial entre indivíduos.

Torna-se evidente a ambivalência moral e emocional que permeia o Varjão/Rangel, de emergência de uma sensibilidade hesitante entre um passado tradicionalista (de fortes vínculos) e um futuro/presente progressista (impessoal) caracterizado pelo esgarçamento dos laços sociais, a desconfiança e o medo, além do exercício de técnicas de manipulação da informação como estratégia de negação do outro. Pessoalidade tomada enquanto flexibilização de vínculos, solidariedade, semelhança e também como desconforto, engolfamento, constrangimento.

Ambivalência também assentada no espectro do estigma que paira no imaginário dos moradores do bairro. As nomeações do bairro, oficial e oficiosa, tensionam e conflitam a formação identitária de seus moradores.

Todavia, apesar de uma cultura do medo, - expresso nos medos corriqueiros, na vergonha cotidiana, nos estigmas imputados aos moradores locais, na ambivalência em torno da intimidade, - os laços comunitários são preponderantes no lugar. Há a resistência de externar a pessoalidade cotidiana em tensão com a ideologia da individualidade moderna, emergindo em uma representação reflexiva e crítica de papéis sociais que compreende processos de individualização, comedimento emocional e proteção oportuna de si na esfera privada.

Verifica-se, na etnografia sobre o Varjão/Rangel e a cidade de João Pessoa, a dificuldade em compreender e discutir acerca de um espaço tão ambíguo e ambivalente, que congrega oposições morais e emocionais bem marcadas e emblematizadas enquanto Varjão ou Rangel. No entanto, o autor realiza esta incumbência com digna maestria, apreendendo a cultura emotiva, os códigos de moralidade e as formas de socia-

bilidade do universo de pesquisa escolhido, permitindo pensar a configuração do espaço societal urbano na contemporaneidade.

Barbosa, portanto, compõe um quadro que possibilita compreender a sociedade, enquanto “sociabilidade concreta, sempre conflitual, tensa e ambivalente por definição”. (BARBOSA, 2015, p. 196). A perspectiva utilizada pelo autor e sua coerente argumentação em torno dela possibilitam refletir acerca da hierarquia e dos formatos e tensões de uma sociabilidade vivida no fazer-se cotidiano das situações relacionais, adentrando em uma via alternativa que traz à cena as emoções e a intersubjetividade como elementos importantes para se pensar as relações entre os homens em uma sociabilidade dada.

Em síntese, a obra compreende e discute as formas de sociabilidade presentes no bairro do Varjão/Rangel, sob

a ótica de uma cultura do medo, da vergonha e da intensa estigmatização, situando fronteiras e hierarquias sociais presentes no cotidiano dos indivíduos. Bem como sobre a ambivalência na organização de uma sensibilidade sob forte pressão estigmatizante, que atua na formação identitária desses indivíduos moradores do bairro.

O trabalho de Barbosa se apresenta, destarte, como de relevância no estudo da sociabilidade urbana contemporânea brasileira sob a ótica das emoções. Estudo que discute as emoções conflitantes das sociabilidades de um espaço pessoalizado, assim como aprofunda teórico-metodologicamente a compreensão das relações sociais, dos espaços de interação, dos processos de formação dos selves e das disputas morais e de poder engendradas no cotidiano do jogo societal.

Referências

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Análise de um bairro considerado violento na cidade de João Pessoa, Paraíba: Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade*. Projeto MCTI/CNPq, n. 14/2012. João Pessoa: GREM/DCS/UFPB, 2012.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. *Da subjetividade às Emoções: a antropologia e a sociologia das emoções no Brasil*. Série Cadernos do GREM n. 7. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2015.

Idayane Gonçalves Soares

Recebido em: 01.09.2015

Aceito em: 21.10.2015

Emoções, Cultura e Sociedade no Brasil: Uma Resenha

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. *Da subjetividade às Emoções: a antropologia e a sociologia das emoções no Brasil*. Série Cadernos do GREM n. 7. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2015, 115p.

Da Subjetividade às Emoções é uma obra organizada por Mauro Guilherme Pinheiro Koury, e Raoni Borges Barbosa, e faz parte da série de livros Cadernos do GREM. O livro resenhado tem por objetivo uma análise sobre o desenvolvimento dos estudos no âmbito da antropologia e da sociologia das emoções no Brasil, interligando as duas áreas a um mesmo processo formativo. Nesse aspecto, é uma obra que pode ser pensada no interior de uma história do pensamento social e acadêmico das Ciências Sociais no Brasil.

O livro é formado por dois capítulos, além de uma introdução, compreendendo uma análise dos trabalhos de Gilberto Velho e sua importância para a antropologia e a sociologia urbana, bem como para a antropologia e a sociologia das emoções no Brasil; e uma análise dos trabalhos de Mauro Koury, e a sua significação para a consolidação das áreas de antropologia e sociologia urbana no país. Neste livro, nessa direção, como o título já indica, se parte da aproximação analítica nas ciências sociais no Brasil da questão da subjetividade até a tomada das emoções como categoria analítica central à análise compreensiva da relação indivíduo, sociedade e cultura.

Desde modo, a obra se organiza em duas partes, a primeira, escrita por Mauro Koury, abrange uma leitura das categorias analíticas, da abertura teórica proposta e da influência teórica sofrida por Gilberto Velho. Nesta análise, o autor reconhece a importância de Velho como precursor da antropologia e da sociologia das emoções no Brasil. Coloca a figura de Velho ainda como um dos antropólogos mais importante e influente na academia brasileira.

Koury realiza uma contextualização de Gilberto Velho, ao analisar a sua

trajetória acadêmica, desde sua graduação, onde ocorre o despertar pelo interesse da sociabilidade urbana, até a formação intelectual pós-graduada e profissional como antropólogo. Discute as influências teóricas e metodológicas que vão desde a fenomenologia de Alfred Schütz, até a sociologia interacionista da Escola de Chicago, passando também pelas análises simmelianas e a análise compreensiva de Max Weber.

Para o autor, Gilberto Velho desenvolve aspectos inovadores para a análise das Ciências Sociais brasileira, especialmente para a antropologia, propondo uma etnografia como modelo interpretativo misturado com métodos, técnicas e conceitos de análise sociológica, tal qual a observação participante (VELHO, 1980), a utilização de questionários, dados estatísticos, e outros. O autor atesta as inovações de Velho e enfatiza a sua luta na defesa da abertura do diálogo entre áreas disciplinares, e o desenvolvimento de trabalhos em conjunto, principalmente, entre a antropologia e a sociologia.

Koury aponta, assim, para os desafios metodológicos e teóricos de Gilberto Velho e chama a atenção especificamente para um par conceitual, considerado fundamental para a compreensão de sua obra. Para o autor, esse par conceitual se traduz nas noções de *projeto*, retirada por ele da obra de Schütz, e a noção de *campo de possibilidades*. Estas noções apontam para as relações entre indivíduos e formas de sociabilidade em um ambiente cultural e socialmente delimitado. De acordo com Koury, elas

alocam também em cena as emoções, as escolhas e a formação de curvas de vida nas relações estabelecidas entre os indivíduos e a sociedade, trazendo a análise para o campo fenomenológico de Schütz, e para o interacionismo de Goffman e Becker, sempre à luz das análises simmelianas e weberianas (KOURY, 2015, p. 40).

A noção de projeto é visto em uma forma individual e grupal que são interdependentes, mas que se mantêm em tensão durante toda a trajetória social de uma sociabilidade e de uma curva de vida individual. Para o autor, dessa forma, a noção de projeto se apresenta como

fundamental para a análise da questão da heterogeneidade e das relações sempre tensas entre indivíduo e cultura na sociedade complexa.

Através da noção de projeto, Velho, de acordo com Koury, procura entender as condutas do indivíduo ou grupo em busca de concretizar finalidades específicas por eles traçadas como metas a serem conseguidas. Deste modo, as análises de Velho se atêm a como se montam essas trajetórias, a sua organização, o caminho traçado para alcançar o seu fim, e o balanço dos resultados futuros, que podem ser conseguido ou frustrado na trajetória de vida do sujeito individual e grupal. É nesta direção que se faz importante a noção de campo de possibilidades.

Na noção de campo de possibilidades Velho (1981) se refere às alternativas de espaços para formulação e realização dos projetos individuais e/ou coletivos, o que permite a compreensão da forma como os projetos se movimentam e se interrelacionam em um processo sócio-histórico determinado. O que permite, por fim, a negociação com as situações sociais formadas no cotidiano das experiências individuais e grupais.

Assim, a relevância e a pertinência dos projetos e o campo de possibilidades por eles abertos e a escolha dos seus participantes se inserem em um jogo sempre tenso. É a partir desse jogo tenso entre projetos e os seus campos de possibilidades, segundo a análise de Koury, que Velho utiliza outra noção, a de metamorfose. Esta noção, segundo Koury entra no jogo tensional, onde ocorre a vivência com diferentes projetos, em vários mundos sociais que o indivíduo habita, levando Velho a perceber as adaptações constantes produtos das negociações, aceitações e recusas dos indivíduos e as consequências em suas curvas de vida e da sociabilidade em seu entorno.

Desta forma, os sujeitos mudam através de seus projetos, ou ao contrário. O conceito de metamorfose possibilita, assim, a observação analítica de flexibilidade e transformação dos projetos através dos campos de possibilidade onde o projeto é formulado e desenvolvido, constituindo, assim as curvas de vida.

Para Koury, a utilização desse par conceitual junto com o terceiro conceito complementar, o de metamorfose, Velho abre caminho para uma análise onde se atente para o jogo entre subjetividades. Não chegando ainda, porém, a análise das emoções em sua relação com a sociedade e cultura. O que faz de Gilberto Velho um precursor importante, e um quase fundador da Antropologia e da Sociologia das Emoções no Brasil.

A segunda parte do livro é escrita por Raoni Barbosa, que realiza uma análise da trajetória acadêmica de Mauro Koury como um antropólogo das Emoções. Para Barbosa, Koury vem contribuindo para a consolidação do campo analítico da antropologia e da sociologia das emoções como disciplinas acadêmicas no Brasil, e insere a obra de Koury na tradição simbólico-interacionista da antropologia das emoções, com destaque para autores como Simmel, Weber, Mead, Elias, Goffman, Scheff e Velho, entre outros.

Realiza-se uma leitura da trajetória teórica e metodológica de Koury, a partir do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções, que identifica como o núcleo onde se concentra e se desenvolvem os seus trabalhos acadêmicos desde 1994, ano que o pesquisador migra seus estudos para o fenômeno das emoções, tomando-as como foco analítico central. Afirma que os estudos de Koury se situam na proposta de microanálise do social, de onde tece críticas à macroanálises estruturais que não se importam com a formação constante da sociabilidade presente na vida cotidiana.

Barbosa afirma que o fenômeno das emoções se coloca em Koury como um problema antropológico, tornando-se central para a compreensão de sua obra. Nela, a categoria analítica das emoções permite a compreensão do processo dinâmico da cultura emotiva a partir das experiências emocionais dos sujeitos sociais no jogo tensional e conflitual dos contextos sociais e relacionais em que se encontram situados.

As emoções, deste modo, movem a ação social e se organizam no jogo interacional entre indivíduo, cultura e sociedade. A antropologia das emoções em Koury, destarte, objetiva a análise do

conflito entre cultura subjetiva e cultura objetiva, na configuração tensa entre as situações onde se entrelaçam a problemática da vida emocional dos indivíduos com as moralidades constituídas no processo relacionam em que se imbricam no cotidiano.

O que faz Koury, de acordo com a análise barbosiana, em seus estudos, dentro da perspectiva teórico-metodológica da antropologia das emoções, desenvolver uma “observação da ação social individual, do *self* e das emoções que perfazem a interação entre os atores sociais de uma sociabilidade dada” (BARBOSA, 2015, p. 67). Nessa perspectiva Koury (2003), de acordo com a análise de Barbosa, reconhece a aparição de uma nova sensibilidade no país a partir dos anos de 1970, onde ocorre à transição para uma sociedade mais individualista, impessoal, com mercantilização da sociabilidade urbana, privatização das emoções, insegurança e medos nas relações cotidianas.

Dentro deste contexto de apreensão desta nova sensibilidade na cultura emotiva brasileira, se desenvolvem todas as demais obras de Koury, trabalhadas de forma detalhada por Barbosa. Assim, Koury (2006) desenvolve uma reflexão sobre os sentimentos de pertença, e a importância dos sentimentos de confiança e confiabilidade para a sua montagem. Do mesmo modo que, segundo o autor, Koury compreende a pertença através da análise do segredo compartilhado.

Conceitos estes, segundo Barbosa, caros a análise de Koury, através dos quais tenta apreender os processos de sociabilidade constituídos pelos e entre os indivíduos relacionais em cenários tensos de constituição identitária, individual e coletiva. De onde também Koury, segundo o autor, procura compreender a análise dos medos e dos medos corriqueiros de onde esses sentimentos se processam como específicos: o medo da traição, a insegurança individual de não realizar o ideal de um grupo, até o medo do outro específico ou qualquer, entre outros.

Barbosa realiza, a partir de então, a leitura do conceito de medos e medos corriqueiros (2002) como emoções centrais na sociabilidade brasileira urbana contemporânea. Onde o campo das

emoções revela em configurações sempre tensas e conflituais. Koury assim, segundo a análise de Barbosa no texto agora analisado, desenvolve o conceito de medos e medos corriqueiros na análise contínua sobre outras emoções que produzem os processos intersubjetivos e emocionais de uma cultura emotiva singular, como: a coragem, o sofrimento social, a amizade, a confiança, a vergonha, a humilhação, entre outros.

Nesta leitura Barbosa afirma que na análise kouryana o medo é um elemento que se encontra presente em toda relação social, tornando-se uma força motivadora do social. Os medos corriqueiros são compreendidos como uma construção social significativa para o estudo das formas de sociabilidade. São deste modo conceitos fundamentais para a compreensão analítica da obra de Koury. Através deles Koury desenvolve uma análise compreensiva do cotidiano dos habitantes urbanos na contemporaneidade brasileira, de onde os compreende no interior do processo de alastramento e na tecedora ou desmanche dos vínculos sociais em uma sociabilidade dada.

Os medos e os medos corriqueiros, assim, em Koury, seguindo de perto a análise feita por Barbosa, não são entendidos somente como um elemento de subordinação, retraimento e repulsa, mas, também, como um aspecto transgressor, inovador, organizador e criador de novas sociabilidades. A sua análise expõe uma reflexão sobre a cidade, entendida como um espaço de disputas morais no interior de uma cultura emotiva sempre em construção.

Desta forma, os medos causam estranhamento, como também provoca reações de proximidade, e são pressupostos na análise de Koury (2000) como um dos elementos organizadores do social, refazendo novas possibilidades de relações sociais. As tensões e os conflitos sociais, nesse jogo, possuem um papel importante, em Koury, na organização da sociabilidade e na criação societária.

Sob a ótica dos medos e dos medos corriqueiros, Koury analisa a emergência de uma nova sociabilidade na contemporaneidade brasileira, onde a cultura do medo, visto como um conceito desmobilizador, isola os moradores de um

núcleo urbano no espaço privado, os distanciados do espaço público. A desconfiança e o estranhamento em relação ao outro moldam, assim, as relações sociais entre os cidadãos, por onde a violência assume formas sociais no modo de vida urbano. Emergem, então, novas dinâmicas sociais que marcam um rompimento com a tradição relacional (KOURY, 2008).

Após breve análise sobre o livro, da série Cadernos do GREM, n. 7, cabe

resaltar a sua significação para a consolidação da antropologia e da sociologia das emoções no Brasil. A leitura do livro se faz assim obrigatória para todos os estudiosos e interessados na dinâmica da constituição do pensamento social e acadêmico nas ciências sociais brasileira e, particularmente, sobre os estudos no campo das emoções no Brasil.

Referências

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *De que João Pessoa tem Medo? Uma abordagem em Antropologia das Emoções*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *O vínculo ritual: Um estudo sobre sociabilidade entre jovens no urbano brasileiro contemporâneo*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *A Sociologia da Emoção: O Brasil urbano sob a ótica do luto*. Petrópolis: Vozes, 2003.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Medos corriqueiros: uma aproximação metodológica*. Cronos, v. 3, n. 1, p. 94-101, 2002

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Medos Corriqueiros: a construção social da semelhança e da dessemelhança entre os habitantes das cidades na contemporaneidade*. Projeto de Pesquisa, 2000.

VELHO, Gilberto. Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Gilberto Ve3lho. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

Williane Juvêncio Pontes

Recebido em: 01.09.2015

Aceito em: 21.10.2015

Resenha - A Hora da Estrela: uma narrativa de pequenas epifanias

Filme

Título original: *A hora da estrela*.

Direção: Suzana Amaral.

Produção: Assunção Hernandez.

Roteiro: Suzana Amaral e Alfredo Oroz, baseado em livro de Clarice Lispector.

Intérpretes: Marcélia Cartaxo; José Dumont;

Tamara Taxman; Fernanda Montenegro e

outros.

Raiz Produções Cinematográficas, 1985. 1 filme (96min.), son., color., 35mm.

Ora (direis) ouvir estrelas! Certo
Perdeste o senso!" E eu vos direi, no entanto,
Que, para ouvi-las, muita vez desperto
E abro as janelas, pálido de espanto...

E conversamos toda a noite, enquanto
A via láctea, como um pálido aberto,
Cintila. E, ao vir do sol, saudoso e em pranto,
Inda as procuro pelo céu deserto.

Direis agora: "Tresloucado amigo!
Que conversas com elas? Que sentido
Tem o que dizem, quando estão contigo?"

E eu vos direi: "Amai para entendê-las!
Pois só quem ama pode ter ouvido
Capa de ouvir e entender estrelas."
*Olavo Bilac*⁵⁵.

Introdução

Esta resenha oferece uma análise, sob a perspectiva das narrativas literária, cinematográfica e sociológica, do livro e do filme *A hora da estrela*, de Clarice Lispector e Suzana Amaral, respectivamente. A intenção é mostrar como essas narrativas se entrecruzam, oferecendo uma leitura particular dos aspectos da realidade social a partir da análise do discurso.

Não é de hoje que alguns teóricos tentam definir qual o campo de ação reivindicado de um lado pela História e, de outro, pela Literatura. Esta não é uma tarefa fácil.

De um modo bem geral, podemos dizer que, especialmente a partir do século

XIX, passa a existir um consenso em aceitar que a grande diferença entre essas "ciências" é que a História se ocuparia dos fatos, da verdade, enquanto que a Literatura se dedicaria a tudo que é ficção, falso. Ou, se preferirmos, a História lidaria com a realidade e a Literatura com o imaginário.

Obviamente, esse é um tema controverso, uma vez que a realidade pode ser entendida como uma representação da totalidade da vida, bem como a ficção, quando materialmente concretizada, se fazendo existir pelo objeto chamado livro, se torna palpável, logo, real. Mais do que isso, ambas lidam com as experiências humanas que são verdadeiras e incontestáveis.

Todo esse diálogo estabelecido entre as fronteiras da História e da Literatura pode ser transportado para o universo sociológico, porque também, enquanto ciência, a Sociologia reivindica um espaço do saber calcado nos fatos sociais, que têm seu substrato na realidade, ou se relativizarmos, nas diversas realidades que se apresentam. "O fato social é invocado para explicar a estrutura da obra e o seu teor de ideias, fornecendo elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós" (CANDIDO, 2000, p.14).

No caso da História, o passado é inventado, os fatos são selecionados, a memória é (re)criada, a história é fabricada, mas se trata de uma 'fabricação autorizada', sustentada pelos dados de fontes, pesquisas documentais e critérios de cientificidade do método. Isto porque a História resguarda seu desejo de constituir um conhecimento científico. De certa forma, o historiador detém a tutela do tempo, na medida em que fica o passado que poderia ter sido numa versão do que realmente foi, criando um lapso de distância entre o leitor e o discurso do historiador.

Também a Sociologia, ao estudar os fenômenos sociais, pretende estabelecer uma base teórico-metodológica voltada para o estudo desses fenômenos sociais, constituindo-se num relevante instrumento de compreensão da realidade e suas interações sociais. O sociólogo trabalha com a mesma matéria do historiador: os fatos passíveis de observação e teste; a construção de uma *episteme*, com base em méto-

⁵⁵Poema publicado em *Poesias* (1888) como soneto XIII de Via-Láctea.

dos, que ofereça uma compreensão calcada no real. Mas, sobretudo, o sociólogo trabalha com a construção de narrativas, em última instância, com as representações sociais.

Já na narrativa literária, o dado inventado pelo romancista acontece de fato para a voz narrativa, mas sua autoridade, enquanto discurso, se constrói pela aproximação, pela empatia do leitor com fatos distantes, ao contrário do que acontece com as outras duas áreas do saber.

O cinema, por sua vez, desde o seu surgimento, sempre se nutriu na literatura, como afirma Gleyda Aragão:

(...) com o passar dos anos, o cinema foi em busca de sua legitimação enquanto arte. Para isto buscou formas mais elaboradas de expressão e recorreu então à literatura e ao teatro, artes estas consolidadas há bastante tempo. Fica claro, portanto, afirmar que o cinema, ao longo de sua história vem se servindo da literatura não apenas a partir de suas obras, mas também de seus procedimentos narrativos (ARAGÃO, 2009, p. 29).

Contudo, não podemos esquecer que a adaptação de um filme é uma releitura ou uma possibilidade de leitura da obra, na qual não há compromisso com a fidelidade original, uma vez que está implícito aí um processo de recriação, que muitas vezes valorizará determinados aspectos da obra em detrimento de outros.

Em palestra ministrada por Jorge Furtado, na 10ª Jornada Nacional de Literatura, o autor, citando Neil Postman, esclarece os aspectos que diferenciam a narrativa cinematográfica da literária:

O texto impresso exige raciocínio. Empregar a palavra escrita significa seguir uma linha de pensamento que exige um poder considerável de classificação, de inferências e argumentação. Uma sociedade baseada, sobretudo, no texto escrito seria aquela em que a lógica, a ordem e o contexto predominam. Numa sociedade baseada em imagens, por outro lado, lógica e contexto perdem terreno para a gratificação imediata. A revolu-

ção da imagem transformou nossa maneira de pensar (FURTADO, 2003).

A narrativa cinematográfica traz, numa lógica contrária, o processo narrativo da literatura, já que a imagem no cinema é a matéria narrativa.

Se de um lado, a literatura estava destinada, nas suas origens, ao reduzido público letrado do século XIX; o cinema nasceu com o olhar voltado ao público iletrado, claramente associado ao mundo da diversão popular. O cinema, nesse momento, era visto como “atração, isto é, como uma técnica que encantava as plateias pelo seu poder fotográfico de copiar o movimento das coisas” (BRITO, 2006, p.138).

Com o passar do tempo, o cinema ganha status de linguagem artística, dado o surgimento da câmera móvel e o refinamento do tratamento da imagem. Dessa forma, o cineasta, tal qual o escritor, estendeu sua capacidade de narrar ao trazer para o seu universo os efeitos que a literatura não era capaz de produzir, dadas as especificidades de sua linguagem.

Como veremos adiante, no filme *A hora da estrela*, a imagem transfere, pela obliteração, o papel do narrador de Clarice. O Rodrigo S. M. passa a ser cada espectador porque a imagem constrói sua própria narrativa.

Vozes submersas numa narrativa pluri-língua

Juro que este livro é feito sem palavras. É uma fotografia muda. Este livro é um silêncio. Este livro é uma pergunta

Clarice Lispector

O conjunto da obra da escritora Clarice Lispector sempre foi muito criticado por apresentar temáticas e personagens etéreos e esfumaçados, com pouca clareza e difícil apreensão. A autora foi rotulada de intimista e pouco comprometida com questões sociais, ou dizendo de outro modo, Clarice era uma escritora não engajada.

Dessa forma, então, Clarice Lispector se lançou ao desafio de responder à crítica ou pelo menos tentar. Quis provar que sabia (mas, por opção, não desejava) fazer diferente. A resposta para tal embate se concretizou em *A hora da estrela*, essa obra avassaladora,

contundente, explícita e ao mesmo tempo fluida e velada. Ponto para a crítica, ponto para Clarice.

Como *A hora da estrela* é uma obra plena de ideias e de elementos para reflexão e análise, é possível constatar inúmeros aspectos por ela abordados: o papel do intelectual na sociedade; a indignação do povo brasileiro representado na figura de Macabéa; a reflexão sobre a condição da mulher; a discussão sobre o exercício da linguagem/fala como forma de legitimar o discurso competente, bem como da apropriação do ato de escrever e de dar/ter voz.

Ler tal obra é ser, de alguma forma, violentamente lançado nesse universo inquietante e questionador. Diria mesmo que é impossível não se sentir tentado a tecer comentários sobre esses temas. Ao nos depararmos com tal quadro, desponta uma necessidade urgente, uma quase obrigação de elaborarmos algumas respostas nem que seja para nós mesmos, para não sentirmos o incômodo de parecer, em absoluto, com a personagem. Surge uma vontade de agir, como se pudéssemos gritar (e ser ouvidos) em bom e alto som: Reage Macabéa! Fala alguma coisa!

Mas é claro que não é tão fácil assim. Ter a consciência do poder da palavra é viver em suspense, porque essa consciência nos diz a todo o momento que ela é fonte de liberdade tanto quanto o é de opressão. Todo aquele que domina o instrumental técnico da linguagem e com ele constrói representações acerca do mundo faz parte de uma pequena elite que ocupa espaço privilegiado na sociedade, posicionando-se como agente transformador do discurso, decidindo o que deve ser dito, bem como seu lugar na escala de importância e competência.

Dessa forma, aquele que tem voz usufrui a liberdade de construir os símbolos e celebrar seus valores. Por outro lado, o fato de ser parte do grupo que domina o discurso, necessariamente, confirma o seu oposto: a existência dos excluídos, dos marginais, dos impossibilitados de se fazerem representar. Os detentores do discurso “legítimo” estão sempre lembrando a esses outros de que não possuem nem espaço nem voz, logo, estão condenados a não compartilhar e celebrar o código dessa minoria. De alguma forma, usurpam e aviltam o ser, retirando-lhe a voz e o direito de participar efetivamente dos ritos sociais.

O fato de Macabéa lidar com a palavra (não nos esqueçamos de que ela é datilógrafa),

assim como Rodrigo S. M., não significa uma aproximação, uma interface entre eles, ao contrário, revela distanciamento. Macabéa copia (mal) palavras que não lhe pertencem na tentativa de garantir sua sobrevivência; Rodrigo dispõe das suas com a finalidade de questionar o mundo. Macabéa é operária da palavra, trabalhadora braçal; Rodrigo organiza e cria universos para indagar o mundo que o cerca.

John Carey (1993), ao tratar do papel dos intelectuais na sociedade, nos permite observar o estreito diálogo que se estabelece com a obra em questão. Carey nos fala da resistência dos intelectuais em aceitar a presença da massa quer como consumidora de informação, ou como formadora de uma opinião ou (pior) produtora da cultura formal.

O autor vai mostrando, ao longo do seu texto, o comportamento desses intelectuais diante da crescente transformação social: crescimento demográfico, o advento da imprensa escrita, a política de alfabetização, etc. Vendo-se impossibilitados de brechar o processo histórico, criaram um mecanismo poderoso, desenvolveram um código de escrita bastante elaborado como forma de excluir a massa e continuar lhe negando direito à voz, permitindo que a elite intelectual permanecesse dominando o discurso.

Ora, não é essa a história da nossa heroína trágica, Macabéa?

Contemporaneamente, as artes e a teoria da cultura já se preocupam em representar o “protagonismo” da indignação, da exclusão, mas também é sintomático que, num plano de análise material, essa indignação seja ironicamente representada por uma personagem como Macabéa, tão frágil, de “corpo cariado” e sem voz ou pelo menos inconsciente da sua existência.

Por mais vida, por mais sentimentos profundos e complexos que Clarice Lispector tenha dotado sua obra e sua Macabéa – mulher, feia, nordestina, semialfabetizada –, a percepção e apreensão desses aspectos só se tornam possíveis por um leitor com características opostas às da personagem. (Que contradição! Um livro escrito sobre a massa, mais especificamente sobre o povo brasileiro, só pode ser lido⁵⁶ pela mesma elite que dela fala).

⁵⁶Cabe aqui uma ressalva: É claro que não existe um público apto para ler especificamente Clarice Lispector,

Se Clarice já é inerentemente uma escritora de difícil leitura e compreensão, em *A hora da estrela*, o universo humano ficou ainda mais particularizado, ou seja, voltado para uma elite detentora de bens simbólicos refinados o suficiente para adentrar em tão densas questões. Falando mais claramente: a massa está presente na obra com todas as implicações e ambiguidades possíveis. Mais do que isso, a massa, protagonizada por Macabéa, é elemento primordial no livro, contudo, ela não tem acesso a ele e, mais importante, não foi escrito por alguém que a represente.

Tanto Rodrigo S. M., o narrador interno do livro, costurado nas entranhas da obra, quanto Clarice, a autora do romance, não se constituem, não se configuram enquanto massa, ou seja, a representação formal dos papéis sociais não se dá por intermédio dessas pessoas, contudo, está autorizada pelo discurso das competências.

Em se tratando do filme, Suzana Amaral optou por adaptar o romance de uma autora considerada difícil numa época em que tanto os nordestinos quanto o próprio cinema nacional não eram muito bem vistos pela sociedade.

Não nos esqueçamos de que o *boom* de retomada do cinema brasileiro deu-se com *Carlota Joaquina, a princesa do Brasil*, no ano de 1995. Dez anos após a estreia de *A Hora da Estrela*, de Suzana Amaral.

Suzana (bem como Clarice), ao apresentar os personagens, retrata uma dura realidade social. Ambas nos mostram o quão esquecidas, abandonadas e destituídas são essas pessoas/personagens; elas desfilam em um contexto de completa invisibilidade social e dos afetos.

Qualquer que seja o discurso narrativo (literário ou cinematográfico) utilizado, as duas leituras evocam o que Bakhtin (1977) chamou de discurso polifônico.

João Cabral, Machado ou qualquer outro escritor. A diferença que estabeleço é de que há algumas especificidades concretas exigidas para esta leitura da obra que certamente a massa destituída de voz não consegue alcançar, pois – parafraseando Bourdieu –, não tem a apropriação dos instrumentos de capital simbólico ou está fora desse determinado campo científico. Ou ainda, em outras palavras, os representantes da massa não podem ser seus próprios críticos, pois não alcançam os códigos do campo literário. E isso nada tem a ver com a sensibilidade de cada leitor em relação a uma obra ou autor. Ver Bourdieu (2007).

Glória, ávida pelo amor dos homens, espera o desfecho da cinderela, mas tudo que consegue são as migalhas de amor dos homens casados.

Olimpico, também nordestino, anseia pela fama; ele quer vencer na “cidade grande”, na “capital”. Ele espera ser reconhecido e ter direito à voz, deseja ser “alguém”, um deputado, e poder falar ao mundo o que pensa.

A cartomante, madame Carlota, enreda as pessoas em histórias açucaradas e felizes como se quisesse purificar seu passado de prostituta, dando novo sentido à vida.

Macabéa é apontada por Clarice e Suzana Amaral como a nordestina feia, frágil, vazia, vaga, desinteressante, sem voz e “incompetente para a vida”. Ela não tem opinião, vive exposta ao que o acaso e a Rádio Relógio lhe revelam. No fundo, Macabéa não quer nada, não espera, logo, não se frustra.

“Eu não sei o que é que tem dentro do meu nome”, diz nossa heroína.

A começar pelo próprio nome, Macabéa comporta todas as implicações da ambiguidade e do paradoxo de ser quem é, material e existencialmente. Macabéa é o feminino de Macabeus⁵⁷, também título de um livro (subdividido em duas partes) do Antigo Testamento que conta a história do cativo e libertação dos judeus depois do domínio de Alexandre Magno da Macedônia. Após uma fase de gozo de liberdade religiosa, os hebreus caíram sob o jugo dos reis da Síria. Antíoco IV acentuou a luta contra os judeus quando lhes impôs o helenismo como prática religiosa, punindo com pena de morte a prática da religião judaica. Alguns judeus preferiram a morte ao abandono da sua fé.

Assim como os macabeus foram obrigados a se submeter a uma imposição tirana, cerceadora da liberdade religiosa, também a nossa heroína se viu obrigada a sobreviver em um mundo opressor que limita sua própria liberdade de existir.

E o que tudo isso quer dizer? Macabéa traz em si mesma o germe da contradição: encontra-se encarcerada pela sua própria inadaptação à sociedade de valores capitalistas ao mesmo tempo em que tudo explicitamente negativo que possui representa a liberdade plena do mundo a ser vivido.

⁵⁷I e II Livro dos Macabeus. In: *Bíblia Sagrada*. Ed. Paulinas. p. 1110-74.

O corpo e a fragilidade da heroína sem voz são o cativo que a aprisionam, gritando muito alto para o mundo que ela é incapaz de reproduzir o sistema no qual está imersa. Em tal mundo, ela não se encaixa, tanto que, no fim, ela morre (talvez como aqueles macabeus que preferiam a espada a negar suas crenças). A sociedade alardeia: Macabéa, não existe lugar para você neste mundo! Em contrapartida, sua liberdade, sua redenção se localiza em um outro plano: o da afetividade. A sua incompetência para viver os valores pequeno-burgueses é refletida na sua incompetência para enganar, ambicionar ou ferir o outro. Apesar de ser (aparentemente) vazia e estúpida, Macabéa, à la Sartre, dialoga exaustivamente consigo mesma, se confronta, questiona a si e a tudo o tempo todo quando duvida das coisas. E se há algo que a ‘velha Maca’ possui são dúvidas: não tem certeza de quem é, do que faz, da dor e do amor que sente (“Será que eu sou eu?”).

A narrativa cinematográfica: onde todas as vozes se encontram

Esta história acontece em estado de emergência e de calamidade pública (...). É uma história em technicolor para ter algum luxo, por Deus, que eu também preciso.

Clarice Lispector

Apesar de duas linguagens distintas, cinema e literatura oferecem leituras particularizadas sobre aspectos relevantes da sociedade. Enquanto filme baseado em uma obra literária, *A Hora da Estrela*, de Suzana Amaral, nos remete ao conceito de tradução, de Walter Benjamin (2008), no qual se dá a passagem de uma linguagem para a outra.

Rosalina Scorsi (2004, p. 38) afirma que “ao transportar uma obra original para outra gramática, tentará o tradutor preencher o intervalo entre as línguas”, sem que isso signifique, entretanto, que ao se aproximar do sentido verdadeiro da obra, o tradutor garanta o seu sentido absoluto.

Suzana Amaral fez uma opção por omitir o narrador-personagem de Clarice Lispector, Rodrigo S.M., em seu filme, contudo, essa opção não tirou a profundidade da narrativa literária ao ser transportada para as telas. Ainda que Rodrigo não exista como um personagem, as questões relativas à solidão estão contempladas no filme. Solidão que o

compele ao autoconhecimento e cujo foco de reflexão recai sobre os ombros de Macabéa, que, em última instância, é o desdobramento de Rodrigo S.M.:

Vejo a nordestina se olhando ao espelho e – um ruflar de tambor – no espelho aparece o meu rosto cansado e barbudo. Tanto nós nos introcamos. Não há dúvida que ela é uma pessoa física (LISPECTOR, 1990, p. 37).

Macabéa externaliza sua solidão e sofrimento pelas constantes indagações e quem indaga é um ser incompleto.

- Pois é.
- Pois é o que?
- Eu só disse pois é.
- É, mas pois é o que?
- É melhor a gente mudar de conversa porque você não entende.
- Entender o que?
- Ai meu Deus. Macabéa, vamos mudar de assunto?
- Falar então de que?
- Por que você não fala de você?
- Eu?
- Por que esse espanto? Gente fala de gente.
- Ah, mas eu não acho que eu sou muita gente.
- Você não é gente, o que que você é então?
- É que eu ainda não estou acostumada.
- O que? Não se acostumou com o que?
- É que eu não sei explicar. Será que eu sou eu?

Se pela perspectiva literária, Macabéa só adquire existência no discurso ficcional de Rodrigo S.M.; no filme, a narrativa cinematográfica deixa transparecer a fome de mundo de Macabéa pela sua curiosidade, pela vontade de saber sempre mais. Sua existência é marcada pelo questionamento.

Maria do Carmo Xavier (2008) observa que embora Macabéa seja criação de Rodrigo, ela tem seus próprios mistérios. Rodrigo precisa de Macabéa para explicitar seus sofrimentos e angústias em relação as suas inquietações de ordem social:

O fato de a nordestina não conseguir interagir-se na sociedade, o que a conduz ao isolamento, revela não só problemas de moradia, de alimentação e trabalho dentro da sociedade urbana brasileira, mas a omissão, a falta de sensibilidade de uma classe de elite intelectualizada que deveria tomar uma

posição diante de tão absurda realidade social (XAVIER, 2008, p. 217).

Esse mesmo sentimento inquietante revelado pela autora, por meio da análise de Rodrigo S.M no romance, é identificado no filme nas seguintes passagens:

No quarto (cortiço?), enquanto Macabéa pinta as unhas, suas colegas se arrumam para passear no final de semana.

- O banheiro desocupou. Quem vai tomar banho? Ô, Macabéa, você não vai tomar banho, mulher?

- Eu não, assim borra o esmalte.

- Ô, das Dor, então vai você que o banheiro está vazio.

- Tá, então eu vou.

- E o meu cabelo?

- Ah, depois eu termino.

- E você, vai sair com quem?

- Com ninguém.

- Você não quer passear com a gente no zoológico?

- Eu gosto mesmo é de passear no metrô nos dias de domingo.

- No metrô?

- Eu, hein? Quem gosta de buraco é tatu.

- Eu acho tão bonito o metrô.

As colegas sorriem.

Na cena seguinte, Macabéa desce as escadas do metrô, sozinha. Ela aguarda a chegada dos vagões, mas se posiciona, sem perceber, após a linha de segurança. Enquanto isso, ela nota, envaidecida, que o guarda “não tira os olhos dela”. Ele se aproxima e avisa que é perigoso ficar além da faixa de segurança.

Uma Macabéa frustrada pede desculpas e afasta-se, sozinha.

Em outro momento, Macabéa e Glória conversam em um bar. Macabéa come um cachorro-quente e Glória almoça. Eis o diálogo:

- Quer dizer que você é virgem mesmo, é, Macabéa?

Macabéa confirma com a cabeça. Glória prossegue:

- Também com essa cara! Você é muito desbotada, Macabéa. Precisa comer comida pra criar peitinho, bundinha. Veja eu: fui criada na carne. Meu pai é açougueiro. Eu adoro carne. Tem que parar de comer cachorro-quente com coca-cola.

- Ah, eu como porque é barato, mas o que eu gosto mesmo é de goiabada com queijo.

Macabéa não tem pares, as pessoas não compreendem sua perspectiva do belo; ela não sabe produzir nada, segundo a ótica do mercado, nem se expressar, a não ser a própria miséria por ela representada. Como bem explicita Rosana Silva (2007), Macabéa “não atende a dois pressupostos culturais elementares. Não modifica a relação homem-natureza e não socializa”.

Para além disso, Macabéa não é capaz de estabelecer a comunicação, embora o rádio seja o único fio que a liga ao mundo. Ela não consegue traduzir as informações da Rádio Relógio num discurso que a integre na sociedade e na vida, ou seja, a personagem não consegue converter os signos em comunicação, ela não verbaliza uma narrativa coerente.

A incompetência de Macabéa perpassa todos os seus momentos: ela é uma heroína que resiste às situações adversas do universo humano, das questões de gênero (o lugar do feminino), da sexualidade, da exclusão social, da origem pobre, da solidão, da frustração amorosa. Contudo, seu breve percurso confirma que sua resistência é vencida, a sociedade a exclui constantemente até não existir mais.

Intertextualidade da obra na literatura e no cinema

Notemos que as interpretações e correspondências estabelecidas entre a obra e a lógica do tempo e do espaço do mundo ‘real’ (contemporaneidade) podem também ser feitas nos limites das duas narrativas, que nesse sentido são atemporais, porque levantam questões de ordem internas, tais como as questões de estética, de estilo, de (meta) linguagem, de caráter sociocultural e de intertextualidade.

É impossível deixar de perceber o diálogo e os paralelismos que se estabelecem entre Clarice Lispector e Machado de Assis, no que diz respeito ao estilo.

O primeiro ponto que salta aos olhos é a questão da onisciência/onipresença do autor/narrador/personagem com os narradores de Machado. Rodrigo S.M. possui a virulência e a sutileza nas/das palavras e reflexões sobre o destino da personagem. Assim como os narradores de Machado, ele não se restringe a narrar fatos. Na verdade, ele está tão

entrelaçado na vida da heroína que por vezes fica difícil reconhecer de quem são os sentimentos e impressões do mundo e das coisas. Na instância humana do romance, ele conhece tão bem sua personagem que os dois chegam a se confundir, são antípodas de uma mesma relação.

Ao mesmo tempo (numa outra instância que reconhecemos enquanto exercício da linguagem), demarca o abismo que se estende entre os dois. Ele é o detentor da fala, do discurso. Diversas vezes se gaba do estilo metalinguístico e do domínio do seu instrumento de trabalho – a palavra.

Um segundo ponto é a prevalência da análise psicológica (rica nas obras de Machado), que ganha grande destaque como questionadora do ser humano e do seu papel social, da relação metafísica entre o Deus criador e a Existência tal como se apresenta: o intelectual tem esse caráter divino de criar vida, inventar um mundo próprio, agindo como um Deus no seu universo literário. De um lado, essas inquietações são sentidas por intermédio de Clarice Lispector, criadora da obra; de Rodrigo, “cocriador” de Macabéa e de sua condição (melhor seria dizer sua não condição); e da própria Macabéa, que é incapaz de inventar um mundo próprio, porque desconhece que possa fazê-lo. Por outro lado, o sentimento de inquietude nos vem pelo olhar de Suzana Amaral, que captou as pequenas epifanias dessa nordestina, Macabéa, e as traduziu com a estreita e íntima conexão que estabeleceu com a obra original. Nas palavras de Benjamin (2008, p. 27-31), o filme preservou o parentesco das línguas, complementando-se, uma à outra, na totalidade das suas intenções.

O terceiro ponto é o jogo que o livro e o filme fazem com o conto “A cartomante”, de Machado de Assis, usando exatamente os mesmos elementos contidos nele, ou seja, apresentando uma saída externa à personagem e sua trajetória frente à impossibilidade de ela própria dar uma resposta a suas angústias.

Referências

ARAGÃO, Gleyda Lucia C. C. *Do livro à tela: identidade e representação em A Hora da Estrela, de Clarice Lispector*. Fortaleza, 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.uece.br/posla/dmdocuments/gleydaluciacordeirocostaaragao.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

Macabéa não tem alternativas no espaço no qual está imersa e, quando surge a oportunidade de reação, ela é falseada, porque não é uma ação provocada pela consciência da sua situação no mundo, qualquer que seja o plano de análise, mas induzida por uma ação salvacionista externa e superior, que está além da realidade vivida.

Não podemos esquecer as pitadas de ironia presentes nas narrativas que dão cor ao quadro e fazem as ligações entre as duas realidades: a da ficção e da não ficção. Tanto Clarice quanto Suzana ‘brincam’, metafórica e simultaneamente, com os valores do universo criacional e os da sociedade capitalista de consumo.

A saída apontada pela cartomante de Clarice está no encontro de um amor específico e preconceituosamente estereotipado, aceito como modelo de sucesso dentro da sociedade. A salvação de Macabéa se dá pela mão de um belo homem louro, rico e estrangeiro. Sintomático que nossa heroína seja pobre, esteticamente desinteressante e nordestina e que sua ascensão social (material) e humana (existencial) só possa se concretizar à margem do processo de tomada de consciência, da SUA consciência. Mais uma vez é marcada a incompetência de Macabéa para superar suas debilidades por ela mesma.

No fim, vence o sistema de valores capitalistas. Não há qualquer redenção para ela. Ao mesmo tempo em que o intelectual, mais claramente observável no discurso literário (Rodrigo/Clarice), se embriaga e se confunde na existência de Macabéa, dela se diferencia enquanto ator, cuja representação social se manifesta na agência da transformação social. Ele continua a existir e a ter lugar no mundo, apesar da panaceia de sentimentos que sua posição social lhe causa.

- ASSIS, Machado de. A cartomante. *Contos*. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1981. P. 75-80.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievsky*. Trad. de Paulo Bezerra Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. Trad. de Fernando Camacho. In BRANCO, Lucia Castello (org.). *A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/vivavoz/data1/arquivos/atarefadotradutor-site.pdf>. Acesso em 10/09/2013.
- BOURDIEU, Pierre. A produção e a reprodução da língua legítima. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRITO, João Batista de. *Literatura no Cinema*. São Paulo: UNIMARCO, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura & Sociedade – Estudos de Teoria e História Literária*. 8ª Ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- CAREY, J. A rebelião das massas. In: *Os Intelectuais e as Massas – orgulho e preconceito entre a intelligentsia literária, 1880-1939*. São Paulo: Ars Poetica, 1993.
- FURTADO, Jorge. *A adaptação literária para cinema e televisão*. Passo Fundo, 29 de agosto de 2003. Palestra proferida na 10ª Jornada Nacional de Literatura. Disponível em: <http://www.casacinepoa.com.br/as-conex%C3%B5es/textos-sobre-cinema/adapta%C3%A7%C3%A3o-liter%C3%A1ria-paracinema-e-televis%C3%A3o>. Acesso em: 13 ago. de 2013.
- LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela*. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990.
- SCORSI, Rosalia de Angelo. Cinema na Literatura. *Pró-Posições*, v. 16, n. 2 (47), maio – ago. 2005. Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/47-dossie-scorsira.pdf>. Acesso em 10 set. de 2013.
- XAVIER, Maria do Carmo. Um viés polifônico na narrativa de Clarice Lispector: A Hora da Estrela. *CES Revista*, Juiz de Fora, v. 22, p. 211-220, 2008. Disponível em: http://web2.cesjf.br/sites/cesjf/revistas/cesrevista/edicoes/2008/um_vies.pdf. Acesso em: 13 ago. de 2013.

Luciana da Silva Melo

Recebido em: 18.09.2015

Aceito em: 29.10.2015

Cidade e modernidade no Brasil: uma resenha

BARRETO, Maria Cristina Rocha Barreto; Guilherme Paiva de Carvalho. (Orgs.). *Memórias do Espaço: Identidades e subjetividades*. Mossoró; Natal-RN: Editora da UERN, 2014, 368 págs.

A coletânea “Memórias do Espaço: Identidades e Subjetividades” foi organizada por Maria Cristina de Rocha Barreto, e por Guilherme Paiva de Carvalho. Aborda a Modernidade a partir das temáticas da Memória, da Construção de identidades, das redes de sociabilidades, dos usos e apropriação dos espaços, entre outros temas. Os trabalhos nela contidos têm por universo as cidades de Mossoró-RN, João Pessoa-PB, Fortaleza-CE e o Vale do Itajaí-SC.

O conjunto dos artigos trata sobre os diversos espaços criados na Modernidade. A coletânea não discute, simplesmente, os espaços físicos, mas os novos campos simbólicos produzidos, os sentidos, significados e as identidades que foram forjadas nesse período, bem como sobre a criação de espaços de memória.

Os artigos da coletânea contam, em conjunto, uma história da modernidade no espaço urbano brasileiro. A coletânea pode ser dividida em várias temáticas: a primeira delas discute as ideias de modernidade e progresso, e como foram recebidas e representadas pelas elites locais das cidades brasileiras, no início do século XIX. A segunda retrata os esforços das cidades brasileiras para adequarem os seus espaços, populações e símbolos à lógica e às exigências do modo de produção capitalista. Uma terceira temática, por fim, apresenta o espaço urbano contemporâneo com suas problemáticas, Possibilidades e formas de sociabilidade. É a partir das três temáticas referenciadas, que os artigos serão apresentados nesse texto.

Entre os artigos que abordam a chegada do ideário da modernidade nas cidades brasileiras está “*Jornal O Mossoroense: O noticiador da Modernidade*” de Paula Rejane Fernandes. A autora realiza uma exposição de como a sociedade mossoroense, ou melhor, a sua elite

econômica, aderiu ao ideário da modernidade visando reproduzir o modelo das urbes do sudeste do Brasil e das urbes europeias nas terras norte-rio-grandenses. Sua pesquisa é construída tendo por fonte primária o jornal *O Mossoroense* e algumas outras fontes de dados secundários. Em sua análise a autora aponta as ações da população que visavam à conquista do padrão de vida moderno através da implantação de equipamentos urbanos, como o serviço de energia elétrica; a aquisição de automóveis; a expansão da rede ferroviária; e por meio de reformas em prol do embelezamento e higienização da cidade. O desejo dos mossoroenses de serem modernos é apresentado, bem como os malefícios trazidos pelas iniciativas modernizadoras à população de baixa renda, como a destruição de suas precárias habitações.

Outro texto que fala desse momento de chegada do ideário da modernidade é o “*Primeiras Imagens do Urbanismo Moderno na Parahyba do Século XX*” de Maria Cristina Rocha Barreto. Este texto apresenta a memória fotográfica criada entre o século XIX e o início do século XX, na Cidade da Parahyba e aponta quais eram os objetos retratados pela fotografia nesse período. O projeto da elite em transformar a cidade em uma urbe moderna, higienizada e embelezada é percebido através das fotografias, que omitem a feiúra, a sujeira e a pobreza, apresentando, apenas, aquilo que é considerado como símbolo de progresso. As modificações trazidas ao cotidiano dos moradores pelos novos equipamentos públicos, adquiridos em consonância com as exigências modernizadoras, são citadas pela autora, que afirma a cidade como pensada e transformada de acordo com os interesses das elites locais.

Entre os textos que falam do segundo momento da modernização nas cidades brasileiras encontra-se o artigo “*A Memória do Primeiro de Maio Varguista nos monumentos em Fortaleza (1939-1941)*”, escrito por Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins. A ideologia de louvor ao trabalho apoiada e divulgada por Vargas a fim de tornar o Brasil um país industrial e modernizado, e o trabalho de ressignificação desse aspecto da vida brasileira e cearense são discutidos nesse

texto. A figura e a ação política de Vargas, conforme o autor, também buscou se apropriar dos símbolos da luta operária como o Primeiro de Maio, no processo de glorificação do labor, transformando esse dia em um momento de festa ao trabalho. Dia de louvor ao trabalho e, no qual, eram realizados inaugurações e lançamentos de obras que beneficiariam a população. Em Fortaleza, foram inaugurados dois monumentos, à Vargas e ao seu Ministro do Trabalho, que além de honrá-los, enalteciam a atividade laboral. Símbolos que buscavam criar, na cidade de Fortaleza, espaços de memória e de disseminação de uma ideologia específica.

Um terceiro texto, no interior da segunda temática, discute a construção de identidades, a elaboração de novos campos simbólicos e a criação de espaços de memória. Este terceiro artigo, escrito por Bruno Balbino Aires da Costa, e intitulado “*Mossoró como texto: Lendo a cidade através da Escrita Cascudiana*”, tratará das imagens e da identidade construídas por Câmara Cascudo para a cidade de Mossoró, RN. O autor analisa a obra “*Notas e documentos para a História de Mossoró*” (1953), por meio da qual Cascudo buscou elaborar e criar um mito fundador para a cidade: remontando as suas origens, definiu tradições e estabeleceu uma identidade para Mossoró.

Por fim, “*Obra de Arte, Identidade e Subjetividade Espacial em Mossoró- RN*”, de Talles Chaves Costa e Rosalvo Nobre Carneiro, aborda a temática da arte e da arte pública como meios de expressão da subjetividade do artista, e como meio de criação de sentidos, significados e afirmação de uma coletividade, e de divulgação de uma história e de uma memória social.

Na terceira temática presente nesta coletânea, no interior da história da modernidade, nos deparamos com um espaço urbano cheio de contradições e conflitos. Os usos do espaço, as relações entre as pessoas e as maneiras de desfrutar do tempo livre nele estão em transformação acelerada gerando tensões e novas formas de sociabilidade. Dentre os textos que discutem esse Urbano Contemporâneo Brasileiro está o artigo “*Os Donos da Praça: Uso do Espaço e redes de*

sociabilidade dos usuários do Skate Park Center em Mossoró- RN” de Naedja Cristina Vieira Costa e Maria Cristina Rocha Barreto. As autoras apresentam, a partir de dados etnográficos, de “mapas de comportamentos” e de fotografias, como os Skatistas se apropriam do espaço urbano, como acontecem as relações de poder, e o como esse grupo se relaciona com as pessoas que não fazem parte dele: isto é, os outros frequentadores da praça, comerciantes vizinhos, donos de empresas, etc.

Os skatistas, mesmo não possuindo um estilo de vida tão diferenciado dos outros mossoroenses, optam por uma estilização de suas vidas, tornando-se um grupo diferenciado dos demais através das roupas que vestem, esportes que praticam e maneiras de falar, entre outros aspectos. Os jovens e adolescentes que frequentam o Skate Park Center utilizam esse espaço, principalmente, para atividades de lazer, e, esporadicamente, para atividades ligadas ao comércio.

É sobre lazer, cultura e modernidade, também que disserta Fernando Mascarenhas em “*O Pedaco Sitiado: Cidade, Cultura e Lazer em Tempos de Globalização*”. Entretanto, ele apresenta a temática do lazer o localizando no interior de uma sociedade que passa por transformações, e com o abandono progressivo das tradições e relações pessoalizadas, em busca de uma cultura impessoal e universal. Através desse movimento analítico o autor relata um processo vivido cheio de resistências e perdas.

No urbano contemporâneo brasileiro, marcado por processos de periferação e pela desigualdade social, surge uma gama de novos conflitos e de novas formas de sociabilidade. É sobre essa temática que tratará os artigos de Mauro Guilherme Pinheiro Koury e de Raoni Borges Barbosa. Mauro Koury, em seu artigo “*Medos, Redes de Solidariedade e Sentimento de Pertencimento: Os moradores falam de seu bairro*” apresenta o bairro do Varadouro, localizado na área central da Cidade de João Pessoa, PB, a partir de um breve relato de sua história e dos depoimentos de seus moradores. Ao pesquisar uma área anteriormente valorizada pelos habitantes da cidade, o autor fala sobre o atual

processo de esvaziamento do centro histórico e dos efeitos desse fenômeno na vida dos moradores. O que gera novos medos, e quebra antigas formas de sociabilidade e funda novas redes de relações na vida daqueles que insistem em permanecer no seu local de moradia, ambiente a que entendem pertencer. Esse processo de esvaziamento do bairro vale ressaltar, foi produto de políticas habitacionais implantadas em um período de modernização forçada da cidade de João Pessoa, a partir da década de 1970.

Raoni Borges Barbosa, no artigo “*Reflexões sobre Medos e Vergonha em um Bairro Periférico de João Pessoa, Paraíba: uma abordagem a partir da Antropologia das Emoções*” apresenta, por sua vez, os medos corriqueiros, a vergonha cotidiana e as redes de solidariedade estabelecidas entre os moradores do bairro Varjão/Rangel. Bairro estigmatizado pelos moradores de outras áreas da cidade, por ser considerado um dos mais violentos da cidade de João Pessoa.

Victor Marchezini e Mariana Siena, em “*Do Risco ao Desastre: Visibilidade na Cidade*” dissertam sobre as fragilidades dos ambientes urbanos, que são evidenciadas pelos desastres. Eles entendem esse fenômeno como derivado não somente de fenômenos naturais, mas como situação gerada por políticas econômicas e sociais específicas. As calamidades e a possibilidade de que elas ocorram levam muitas pessoas à condição de Desabrigados, situação que gera os processos de fragilização dos vínculos familiares, de violação da privacidade e de restrição das liberdades. Essa realidade é apresentada como fruto de uma organização social específica e não, apenas, de fenômenos naturais.

Já o artigo “*Ativismo Indígena no Ciberespaço: Contrapoder e Resistência a partir do portal Índios Online*” de Izáira

Thalita da Silva Lima e José Glebson Vieira, a presença dos indígenas no Ciberespaço, através de sítios eletrônicos, é apresentada como uma estratégia de divulgação, valorização e preservação da cultura indígena. A utilização dessas mídias possibilita à comunidade indígena a apresentação de sua visão e opinião, garantindo um espaço de resistência em um mundo em que os meios de comunicação de massa são controlados e servem aos interesses de poucos. No mundo contemporâneo, foram criados novos espaços de compartilhamento da informação que servem às minorias na resistência às ações dos grandes grupos.

Os artigos presentes nesta coletânea apresentam, por fim, várias fases da modernidade no Brasil. O livro retrata temas que vão desde os anúncios dessa modernidade às transformações trazidas e a sua representação através de imagens, bem como os processos de formação de identidade e memória de uma cidade. Ao mesmo tempo em que situa e discute as novas redes de solidariedade, os medos vivenciados pelos habitantes das urbes e as fragilidades do espaço urbano contemporâneo.

Estes são alguns dos temas abordados neste importante livro. Livro que tem como pano de fundo as relações tensas entre modernidade e as cidades no Brasil contemporâneo.

É uma coletânea de interesse não só para estudiosos do urbano, como antropólogos, sociólogos, geógrafos, planejadores e outros afins, mas, é significativa também para todos aqueles que desejem conhecer a trajetória da modernidade, em seus diversos liames, tal como vivida pelas cidades brasileiras e seus moradores, desde o final do século XIX até os dias atuais.

Camila Quêzia Medeiros Rufino Santos

Recebido em: 01.09.2015

Aceito em: 21.10.2015

Educando para a envelhescência: uma resenha

GOLDENBERG, Mirian. *A bela velhice*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2013

O livro de Mirian Goldenberg, *A bela velhice*, é uma leitura obrigatória para os envelhecidos, os que envelhecem e os que nutrem o medo de envelhecer. Na realidade é difícil encontrar pessoas que não sintem certa ansiedade e insegurança quando nas portas da juventude adulta batem os mais de 50 ou 60 anos. Cabelos grisalhos e escassos, pele seca, perda de memória são fenômenos que atacam o corpo humano que inicia o processo de envelhecimento.

De acordo com Mirian Goldenberg, a sociedade hodierna tende a ressaltar o lado negativo dos velhos e das velhas, deixando a desejar a caracterização do lado bom e inexorável do envelhecimento. Sua obra caminha em sentido não apocalíptico. Envelhecer não é para qualquer um. Na verdade é para todos e a autora revela com acuidade tais condições.

A antropóloga carioca inicia sua obra comentando sobre a repercussão que teve sua crônica no jornal *Folha de São Paulo* sobre “a bela velhice”. No texto, descreve personagens que souberam lidar com o processo de envelhecimento, tais como Caetano Veloso, Chico Buarque e Marieta Severo, ao ponto dessas celebridades serem chamadas de “ageless”, ou “sem idade” (GOLDENBERG, 2013, p. 11). Sua crônica no jornal atingiu muitas pessoas e a autora recebeu vários elogios e desabafos, pois boa parte das mulheres e dos homens que leram simplesmente não aceitou o rótulo destinado aos velhos. Pelo contrário, longe da rotulação social as pessoas se sentem muito mais livres, belas e maduras do que outrora.

O livro, para o leitor ainda desavisado, pode ser considerado de divulgação de toda uma pesquisa que a autora vem levando a efeito desde 2007. Em sua pesquisa, “Corpo, envelhecimento e felicidade”, ela entrevistou 1.700 atores (mulheres e homens) e organizou 15 grupos de discussão na cidade do Rio de Janeiro.

Com as entrevistas Mirian Goldenberg nos presenteia com muito humor e perspicácia a representação de homens e mulheres acerca do processo de envelhecimento, inclusive, quando defende a criação de um grupo denominado de “Coroas”, sendo ela a única participante. Assim:

Como presidente, secretária, tesoureira e única militante do Movimento das Coroas Poderosas (já que todas as amigas que chamei para participar do grupo se sentiram ofendidas), convoco todas as mulheres, de qualquer idade, que estão cansadas de sofrer com as pressões sociais, com a decadência do corpo e com a falta de homem (ou com as faltas dos seus homens) a se unirem ao nosso grito de guerra: “Coroas Poderosas unidas jamais serão vencidas”! “F****- se as rugas, as celulites e os quilos a mais!” (GOLDENBERG, 2013, p. 24).

É impossível inventar uma bela velhice com os alicerces e o clamor da autora. Ela argumenta com base em vários depoimentos que o caminho certo para uma boa envelhescência é o fato de homens e mulheres já maduros saberem encontrar um “significado”. Em outras palavras, um “sentido para a vida” na visão de Viktor Frankl (2008) ou na busca da liberdade na esteira de Simone de Beauvoir em sua obra já conhecida, “A velhice” (1990). Um projeto e um significado para a vida são primordiais tanto para homens como para as mulheres que almejam pelo menos um pouco de felicidade e equilíbrio nas relações. Para as mulheres, as condições são mais preocupantes. Não ao acaso, vira e mexe, elas reclamam dos homens ou da falta deles e parecem sofrer muito mais com a velhice. Elas denunciam a “corpolatria” e a capacidade dos homens de trocar as mulheres mais velhas pelas mais novas. De todo modo, não deixa de criticar os mesmos homens que, ao envelhecerem, apesar de ficarem mais bonitos e charmosos tornam-se profundamente dependentes.

As diferenças são claras em relação ao corpo: se existem homens que ficam carecas e barrigudos, também se observam aqueles que ficam charmosos e vaidosos. Mas, nos dois casos, a despeito do paradoxo feminino, a sociedade não é tão sádica e perversa. Com as mulheres ela é fascista e

impõe modelos e formas de ser. As mulheres - em algum momento após os anos de 1980 - tiveram que se transformar em seres “poderosos”, “protetores” e “perfeitos” de corpo e alma. O corpo tornou-se um poderoso capital que, no caso do gênero feminino, visivelmente vai perdendo valor com a velhice.

Não por acaso Mirian Goldenberg denuncia a invisibilidade das mulheres acima dos 50 anos, a falta de homens e a aposentadoria sexual. Mais que isso, muitas se mutilam e cortam os cabelos longos, não utilizam mais o biquíni e abandonam roupas mais ousadas como a minissaia. Tudo para evitar o ridículo imposto por uma sociedade excludente. Sobre a temática, a autora assevera que:

Algumas mulheres se excluem do mercado afetivo e sexual em função de se sentirem inadequadas por não corresponderem ao modelo de corpo jovem. É interessante notar que são elas próprias (e não os homens) que se excluem do mercado, especialmente do mercado sexual (GOLDENBERG, 2013, p. 43).

O envelhecimento, contudo, sai da invisibilidade no momento em que o Brasil é um país que envelhece rapidamente. Além disso, não são poucas as formas que os seres humanos utilizam para modificar o corpo. Plásticas, botox, exercícios físicos em demasia e silicones passaram a fazer parte de uma “indústria corporal” que elevou o corpo a um verdadeiro totem em movimento. A invisibilidade corporal ao longo do tempo vem recebendo novas roupagens. De acordo com a antropóloga:

Tenho encontrado muitas mulheres de mais de 60 anos que não aceitam a invisibilidade e exibem seus corpos sem medo de olhar dos outros, sem vergonha das imperfeições e sem procurar a aprovação masculina. Para elas, a maior riqueza de suas vidas é a liberdade que conquistaram. Elas afirmam que foi uma verdadeira libertação conseguir tirar o foco do olhar e da opinião dos outros e passar a priorizar o tempo para o próprio prazer, para seus desejos e vontades (GOLDENBERG, 2013, p. 46).

A liberdade é um sentimento que damos valor quando o perdemos ou o conquistamos de vez. Este parece ser o caso

das entrevistadas de Mirian Goldenberg. A liberdade de ser o que se é em plena velhice não vem dissociada da configuração de “felicidades”. Mas não pensem que esta vem sem força e luta. É necessário enfrentar a sociedade e seus tentáculos desarticuladores de subjetividades. A liberdade e a felicidade são elementos que envolvem escolhas. Escolhas estas que podem ser possíveis somente após os 60 anos, idade em que homens e mulheres passam a descobrir a vida longe das demandas familiares. A mensagem da “bela velhice”, beirando os manuais de autoajuda, é a de que para alcançar o perfil destas relações é necessário que cada indivíduo seja o único ator e responsável pela construção de sua vida ou do restante dela.

Difícil se desvencilhar da família em uma sociedade patrimonial e patriarcal. O valor dado a ela enterrou boa parte das mulheres em casa. Obrigou a mulher a se submeter aos desejos masculinos e deve ser cruel a vida das mulheres que nos dias de hoje optaram por não terem filhos. De todo modo, a autora aponta que tanto os homens como as mulheres tem medo da envelhescência e não poucas vezes sentem-se culpados quando são ameaçados por violências múltiplas provenientes dos próprios entes que diziam amar. Medrosos e vulneráveis na sociedade excludente, homens e mulheres envelhecidas partem para o conhecimento de outras pessoas. As novas relações aparecem nas narrativas recolhidas pela autora como “novas amizades” e as amigas e os amigos não são somente companheiros de viagens, mas verdadeiros “cúmplices” da nova ou velha narrativa de vida. Fazem parte de uma “família escolhida” e talvez com laços de reconhecimento muito mais fortes do que os laços construídos com os filhos ou netos.

À importância da amizade e dos amigos a autora agrega algumas recomendações que apareceram em vários depoimentos. Uma primeira recomendação é a obrigatória necessidade de “viver o presente”. Tanto os homens como as mulheres afirmaram para a antropóloga que no percurso da vida não tiveram tanto tempo. Descreveram uma temporalidade que “não volta” e que foi utilizada no cuidado dos filhos ou na vida profissional. Viver o presente, entretanto, parece mais

interessante para os homens do que para as mulheres. Os homens aproveitam para relaxar, dar continuidade aos sonhos, paixões e alegrias. O sexo masculino parece sofrer menos, pois em uma sociedade machista é óbvio esperar que eles conquistem - ou tenham os recursos necessários - a liberdade. O mesmo não se pode falar do sexo feminino. As mulheres reclamam da falta de autonomia, da atenção doada à família e estão resignadas devido a descoberta tardia da liberdade. E detalhe: de acordo com a autora, elas, quando a descobrem vivem uma verdadeira revolução e “o presente se torna muito melhor do que o passado, pois elas se sentem livres pela primeira vez na vida” (GOLDENBERG, 2013, p. 74).

Em uma segunda recomendação a autora identifica o que os psicanalistas não cansam de falar, a arte – e digo necessidade – de “dizer não”. É bem verdade que dizer o não também é difícil para o adolescente e para o adulto ainda jovem. A questão parece tomar outra proporção no caso dos velhos, notadamente das velhas, porque são óbvias as razões da legitimidade que um corpo envelhecido e maduro carrega. De acordo com as entrevistadas da autora, somente na envelhecimento foi possível a descoberta do “não” e da necessidade de elas não serem tão críticas com elas mesmas. Também foi na envelhecimento que descobriram que é importante “não se levar tão a sério” ou a não se comparar com as mulheres mais jovens. Sem dúvida, tais sentimentos fazem parte de um aprendizado em torno da coragem e das possibilidades. “A arte de dizer não” faz parte dos textos que a professora publicou no jornal *Folha de São Paulo* e, nele, novamente ela retrata a questão de “ser livre” e termina com uma instigante indagação:

O não é a palavra que representa a recusa em assumir os papéis impostos pela sociedade. Muitas mulheres disseram que só conseguiram ser mais felizes e livres depois que envelheceram. Será que é necessário esperar tanto tempo para aprender a dizer não?
(GOLDENBERG, 2013, p. 80).

A terceira recomendação de antropóloga é a de “repetir as vontades”. Neste caso a autora percebeu que os

homens dão muito valor ao trabalho como significado. Também valorizam a família, o valor do afeto por parte da esposa, filhos e netos. As mulheres que leram os artigos da professora ressaltaram a liberdade, o importante cuidado de si e o valor dos amigos. Segundo a autora, elas falam menos da família e reclamam que cuidaram pouco delas mesmas. A mulher é tomada por sentimentos de frustração e obrigação enquanto os homens são aliviados pela tranquilidade e segurança familiar. Todavia, neste quesito não apareceu um tronco comum que aproximasse as mulheres aos homens. Elas, aparentemente se esforçam mais para satisfazer as vontades, enquanto os homens, além de satisfazê-las esperam que muitos as satisfaçam por eles.

Portanto, ser livre parece ser uma questão tipicamente feminina, especialmente para as mulheres mais velhas, que sempre se sentiram obrigadas a cumprir o papel de esposa e de mãe e precisaram abrir mão de outras possibilidades (GOLDENBERG, 2013, p. 84).

No caminho das recomendações Miriam Goldenberg ressalta o “vencer o medo”. Proposta difícil, mas não impossível. E está aí uma recomendação que não é nova: Guimarães Rosa já comentava da vida que esquenta e esfria e que cobra de cada um coragem. Vencer o medo é ter coragem e talvez por isso as mulheres tenham mais medo de envelhecer do que os homens. A justificativa é clara e repetitiva, em território machista e patriarcal a mulher ainda paga a duras penas a perda do capital corporal de outrora. Os medos são praticamente os mesmos como doenças, falta de dinheiro, perda da memória, solidão e abandono. Em sua pesquisa a autora assevera que em todas as faixas etárias tanto os homens como as mulheres disseram que “ficam mais interessantes quando mais velhos”. Todavia, as mulheres com mais de 60 anos foram contrárias a essa ideia e apontaram para a barriga saliente, a careca reluzente e a dependência maior de sociabilidades domésticas. Talvez seja este o motivo da importância da liberdade que ressalta as mulheres. Não ao acaso elas apontam para o cuidado maior que tiveram com o corpo e com a saúde (a

constante luta contra a obesidade, o aparecimento das rugas, dos cabelos brancos, a secura da pele etc). As mulheres, de acordo com a antropóloga, procuram mais os médicos que, em relação aos homens são evitados ao longo da vida. A conclusão é curiosa: a mulher jovem acredita que o homem envelhece melhor; a mulher mais velha já acha que o homem envelhece pior. Talvez isso explique casais e famílias nucleares em que a mulher é bem mais jovem do que o homem. Explica também, aos olhos da autora, o porquê das mulheres viverem mais. De qualquer forma, as mulheres mais velhas é que percebem e sofrem com a invisibilidade social chegando ao ponto de “se sentirem invisíveis socialmente, não serem mais consideradas desejáveis, serem ignoradas e praticamente transparentes ao olhar masculino” (GOLDENBERG, 2013, p. 91). Por outro lado, a autora percebe nesta conjuntura um “resultado inesperado”: já velhas as mulheres se veem livres da ditadura da aparência e, paradoxalmente, é nesta liberdade que encontram espaço para novamente serem objetos de observação, elogios e admiração. Além disso, é nesta fase que buscam o próprio desejo, passam a cuidar de si mesma e a se reconhecerem em frente ao espelho.

À recomendação anterior segue a ideia de “aceitar a idade”. Problema complexo que atingem homens e mulheres. Aceitar a idade exige esforço, coragem, a consciência das condições objetivas da vida e o obrigatório aceite dos limites impostos ao corpo pela natureza. As mulheres novamente sofrem mais neste sentido. No mercado elas aparecem “esticadas”, “deformadas” e “artificiais”. Já não utilizam as mesmas roupas e se policiam ante a possibilidade de serem ridicularizadas em certas ocasiões. A cantora Elza Soares e a atriz Vera Fischer são lembradas exemplos de “mau envelhecimento”. Quanto aos homens, os olhos sociais não são tão cruéis. De acordo com a antropóloga, eles não mudam o modo de vestir e não deixam de se contentar com o amadurecimento e os limites corporais. Oscar Niemayer e Silvio Santos aparecem como personagens que envelheceram bem. A justificativa, óbvia no caso, se dá devido ao reconhecimento social, ao dinheiro, à energia, o poder, ao

sucesso e a lucidez demonstrados por ambos. Também pudera, mais uma vez é apontado que, em uma cultura como a brasileira o envelhecimento, como tantas outras metamorfoses sociais, são mais cruéis com as mulheres. A questão não pode ser resumida na queda do capital corporal. O gênero feminino ainda paga um alto preço por ser considerado inferior, incapaz e extremamente frágil. As relações de trabalho, tanto no setor privado como no público revelam a inferioridade feminina nos salários e nos cargos. Também se observam tais condições na religião, na política e na família. O apelo da autora nesse aspecto é providencial:

Para muitas mulheres, que sabem valorizar outros capitais, o envelhecimento pode ser vivido como um momento de inúmeros ganhos, realizações, conquistas, descobertas, amadurecimento, cuidado, e especialmente de maior aceitação das mudanças na diferentes fases da vida (GOLDENBERG, 2013, p. 103).

Não deve ser e não é fácil aceitar a idade. A autora aposta no amadurecimento e em novas descobertas que podem dar um sentido à vida. Um bom motivo para aceitar a idade é perceber o significado de cada fase em nossa trajetória tão efêmera aqui na terra, de que não compensa perder a própria história e de que talvez a vida nem mereça tanta preocupação. Como dito, a autora não é apocalíptica, mas viver não é fácil e com limitações tanto os homens como as mulheres passam por momentos constrangedores, ainda mais em um país que não fez os mais singelos deveres de casa. Daí a conclusão do livro apontar para duas recomendações.

A primeira é a necessidade de “rir das condições que são impostas”. O argumento faz sentido porque o conflito aberto só atrapalharia a saúde e o equilíbrio emocional. Rir como um remédio é interessante, principalmente para as mulheres, dado que os homens, segundo a pesquisa da autora, riem muito mais. Mas “por que as mulheres são mais sisudas?” A resposta à pergunta da autora já devia ser esperada: “rir demais pode ser malvisto pela sociedade. Elas temem não parecer sérias, responsáveis e competentes. Querem passar uma imagem pessoal e profissional de

equilíbrio, confiança e maturidade” (GOLDENBERG, 2013, p. 106).

Como se vê, o voyeurismo social não perdoa as risadas femininas. Todavia, as mulheres mais velhas não se preocupam tanto com isso. A condição objetiva de vida destas mulheres já parece ser o bastante para que elas já não precisem dar satisfações à consciência coletiva. Pelo contrário, pela idade e pelo capital social acumulado merecem respeito e mansidão. Quanto aos homens, soltar as risadas não lhes tira o respeito, um pouco de seriedade já é o bastante para não cair na boca fascista e sádica do corpo social. Neste caso, as mulheres ainda aparecem como o “saco de pancadas” preferido apesar de a risada aparecer como o melhor remédio para o envelhecimento. Silenciadas, as mulheres aparecem divididas nas relações que tecem na sociedade. De um alado, o próprio depoimento da autora nos revela que as mulheres que conseguiram sucesso ou que são repetidas por sua trajetória profissional tem a licença da risada e de outros mecanismos de sociabilidade que facilitam sua navegação social. Miriam Goldenberg seria um bom exemplo de uma pessoa que envelheceu bem, mas longe dela estão milhares que ainda nem abriram a boca para falar, rir, beijar ou...

O segundo ponto da conclusão da autora retoma o início do livro e aponta para a construção da “bela velhice”. Em tom autobiográfico ela revela sua crise existencial. Relata sua indignação ao ir ao dermatologista que desejava lhe rejuvenescer uns dez anos e deixa claro o fato de não aceitar a proposta, dado que é uma crítica feroz da “ditadura da juventude”. Retoma o trabalho que fez no intuito de criação do grupo “Coroas”,

analisa a sua derrota devido ao fato de não conseguir componentes e ressalta que ainda não utilizou nenhum mecanismo disponível no mercado para esticar ou deformar o rosto. Finalmente, destaca o seu amadurecimento asseverando que se sente mais livre para buscar desejos, colocar em prática alguns de seus achados e se organizar no sentido de sempre significar ou resignificar sua existência. Para isso, afirma não poupar oportunidade para rir de si mesma. Na busca da felicidade aprendeu a dizer não, busca cultivar amizades, respeitar suas vontades e levar adiante o que lhe faz bem. Neste caso nos revela suas musas inspiradoras, a atriz Leila Diniz, protagonista de uma de suas obras (GOLDENBERG, 1995) e a escritora Simone de Beauvoir. Resolvida sua crise existencial a autora hoje divulga sua obra, grita para ser ouvida e defende a importância da escuta dos velhos e das velhas de hoje e de amanhã, bem como do necessário romper do silêncio destes homens e mulheres que, não poucas vezes, tem em sua velhice momentos de tristeza, doença, dor e solidão.

Referências

- BARROS, Lúcio A. de. *Viver não é para principiantes*. São Paulo: Ed. Delicatta, 2013.
- BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- FRANKL, Viktor. *Em busca de sentido*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008
- GOLDENBERG, Mirian. *Toda mulher é meio Leila Diniz*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

Lúcio Alves de Barros

Recebido em: 25.09.2015

Aceito em: 21.10.2015s

Sobre os Autores

Apoliana Ribeiro de Sousa. Assistente social da Prefeitura de Palmas, Tocantins. E-Mail: reipinheiro@gmail.com.

Camila Quézia Medeiros Rufino Santos. Graduanda no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, integrante discente do GREM e bolsista PIBIC/CNPq. E-Mail: camilaqmrs@gmail.com.

Chiara Pussetti. Doutora em Antropologia (2003) pela Universidade de Torino, Itália. Tem experiência de docência ao nível de graduação e pós-graduação nas áreas da antropologia das emoções, das migrações e da saúde, em Itália, Portugal e Brasil. Tem publicado extensivamente nas áreas da antropologia médica, do corpo e das emoções, com trabalho de campo em Itália, Guiné Bissau, Portugal e Brasil. É investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e membro fundador da EBANO Collective (www.ebanocollective.org), onde desenvolve projetos de investigação no interface entre antropologia e arte contemporânea. E-Mail: chiaragemma.pussetti@gmail.com.

Daniela Edelvis Testa. Licenciada em Terapia Ocupacional (Universidad Nacional de San Martín); Especialista en Política, Evaluación y Gerencia social (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales); Mestre em Diseño y Gestión de Programas Sociales (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales) y doutoranda na Facultad de Ciencias Sociales (Universidad de Buenos Aires). Docente na Universidad de Buenos Aires e na Universidad Nacional de San Martín. E-Mail: danitestu@yahoo.com.ar

Diego Quattrini. Doutor em Ciências Sociais (Universidad Nacional de Cuyo – Argentina). Bolsista pos-doutoral do

Conicet (CIT Villa María). Investigador do CIES (Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos), do GESSYCO (Grupo de Estudios Sociales sobre Subjetividades y Conflicto) y de la Universidad Nacional de Villa María (Córdoba). E-Mail: diegoquattrini@gmail.com

Fábio Lopes Alves. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, professor da UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel e Coordenador local do Doutorado em Ciências Sociais UNISINOS / UNIOESTE. E-Mail: fabiobidu@hotmail.com.

Helma Oliveira. Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB) e pesquisadora do GRAV - Grupo de Relações Afetivas e Violência. E-Mail: helmissima@mail.com.

Idayane Gonçalves Soares. Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista PIVIC/CNPq do GREM / UFPB. E-mail: idayane_soares@hotmail.com.

Kátia Silva Souza dos Anjos. Mestranda do programa em Estudos Culturais da EACH- USP (2014-2016). Pesquisadora do ECOAR - Estudos em corpo e arte da EACH-USP. E-Mail: ktiadosanjos@gmail.com.

Luciana da Silva Melo. Mestre em Sociologia pela UnB em 2014. E-Mail: Ismelo.lu@gmail.com.

Lúcio Alves de Barros. Doutor em Ciências Humanas (Sociologia e Política) pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e professor na FAE (Faculdade de Educação / campus BH) da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais). Autor do livro “Viver não é para principiantes”. São Paulo: Ed. Delicatta, 2013 e organizador da obra “Mulher, política e sociedade”. Brumadinho, MG: Ed. ASA, 2009. E-Mail: luciobarros460@gmail.com.

Marcela Zamboni. Professora e pesquisadora do Curso de Ciências Sociais (CCS) e do Programa de Pós-Graduação de Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); pesquisadora do GREM e coordenadora do GRAV - Grupo de Relações Afetivas e Violência. E-Mail: marcelazamboni@gmail.com.

Mauro Guilherme Pinheiro Koury Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba e Coordenador do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções da mesma Universidade. E-Mail: maurokoury@gmail.com.

Raoni Borges Barbosa. Doutorando em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: raoniborgesb@gmail.com.

Régia Cristina Oliveira. Doutora em Sociologia (2006), ambos pela Universidade de São Paulo-USP. Pós-doutorado (2010) em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP. Pós-doutorado em Ciências Sociais (em andamento) pela mesma universidade, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. É docente vinculada a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais. E-Mail: re.oliveira@usp.br.

Reijane Pinheiro da Silva. Doutora em Antropologia Social Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade Federal do Tocantins. E-Mail: reipinheiro@gmail.com.

Williane Juvêncio Pontes. Graduanda no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, integrante

discente do GREM e bolsista PIBIC / CNPq. E-Mail: williane_pontes@hotmail.com.

